



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E
CULTURA

**“CULPE A ERA EM QUE VIVEMOS”:
COMUNICAÇÃO, CULTURA E SUJEITO NOS MOVIMENTOS
SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS**

LEILA SALIM LEAL

Rio de Janeiro

2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E
CULTURA

**“CULPE A ERA EM QUE VIVEMOS”:
COMUNICAÇÃO, CULTURA E SUJEITO NOS MOVIMENTOS
SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito necessário à obtenção do título de Doutora em Comunicação e Cultura.

LEILA SALIM LEAL

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Granja Coutinho

Rio de Janeiro

2017

Leal, Leila S.

“Culpe a era em que vivemos”: Comunicação, cultura e sujeito nos movimentos sociais contemporâneos

Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de Comunicação – ECO, 2017.

Orientador Prof. Dr. Eduardo Coutinho

1. Pós-Modernismo - Classes Sociais - Ideologia - Capital. 2. Capitalismo Contemporâneo - Capital Fictício – Crise – Movimentos Sociais. 3. Mídia – Hegemonia – Totalidade. I. Coutinho, Eduardo (Orientador). II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação. III. Título.

“CULPE A ERA EM QUE VIVEMOS”: COMUNICAÇÃO, CULTURA E SUJEITO NOS MOVIMENTOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS

LEILA SALIM LEAL

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Comunicação e Cultura, sob a orientação do Professor Doutor Eduardo Granja Coutinho.

Rio de Janeiro, Junho de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Eduardo Granja Coutinho - Orientador
Universidade Federal do Rio de Janeiro, ECO/UFRJ

Prof Dr. Marcelo Dias Carcanholo
Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Economia/UFF

Prof. Dr. Muniz Sodré de Araújo Cabral
Universidade Federal do Rio de Janeiro, ECO/UFRJ

Prof Dr. Paulo Domenech Oneto
Universidade Federal do Rio de Janeiro, ECO/UFRJ

Prof Dr. Sara Granemann
Universidade Federal do Rio de Janeiro, ESS/UFRJ

DEDICATÓRIA

*Às e aos estudantes da Escola de Comunicação da UFRJ,
o que realmente vale,
inspiração, fôlego e sentido para a vida na academia.*

*A Sergio Luis dos Santos das Dores,
O Presidente das lutas e ruas, o bom de Junho,
pelos novos e melhores Junhos que virão*

AGRADECIMENTOS

Quando me dei conta do quanto tinha a agradecer, sincera e profundamente, a tantas pessoas que foram definitivas nessa trajetória, quis dedicar um momento específico, fora do turbilhão da conclusão da tese, para fazê-lo. Não foi fácil, nada foi como planejado, foi sofrido. Escrever uma tese sobre movimentos sociais, sujeito político, ideologia e comunicação em um momento como o que atravessamos pareceu, muitas vezes, uma tarefa grande demais para mim. Pretender produzir algum conhecimento sobre algo que segue se desenrolando de forma rápida, dinâmica, complexa e contraditória é intimidador. Ao mesmo tempo, estando atravessada pela lógica tecnocrática que insiste em nos assaltar, parecia uma tarefa sem sentido. Depois da conclusão de um golpe de governo no país, um governo ilegítimo coordena o avanço galopante da agenda do mercado sobre todas as garantias e direitos conquistados, que atinge as universidades públicas em cheio. Nossas já reduzidas perspectivas de futuro são achatadas e, contraditoriamente, parece que a saída encontrada segue sendo uma devoção absoluta aos critérios quantitativos e produtivistas, que aparecem como um bote salva-vidas fadado ao naufrágio.

Foi assim que me encontrei: apaixonada por um tema que me move e inspira, motivada a produzir alguma contribuição, por mais residual que fosse, sobre esse objeto, que pudesse ter sentido como produção de conhecimento para a transformação social; e, ao mesmo tempo, profundamente desestimulada diante das condições objetivas precarizadas, das perspectivas de futuro impostas por um cenário avassalador e das respostas que se orientam por uma adaptação ao que deveria ser inaceitável. Nesse cenário, a dedicação integral a essa atividade que é essencialmente introspectiva e solitária, uma tarefa que já seria, por si, desafiadora, assumiu contornos ainda mais agudos. E foi justamente submersa nessas dificuldades que encontrei uma rede de afeto, solidariedade e estímulo ampla e inspiradora.

É por isso que, ao pensar em agradecer, penso em tanto e em tantos, e fico tão profundamente feliz por ter tanto a agradecer. Esses tantos que não apenas me apoiaram no trabalho diário como me lembraram aquilo que me move: esse nosso potencial tão inexplicável quando inesgotável de produzir beleza e futuro entre nós. Depois de mais de uma década de UFRJ, onde estive como estudante de graduação, mestrado, doutorado e professora substituta, mas sobretudo como parte de uma comunidade comprometida com a luta pela função social e o sentido maior dessa instituição, encerro esse longo ciclo sem grandes certezas sobre o que virá, mas com expectativas e forças renovadas por esses que estiveram presentes nessa reta final.

A Leo, Vera e Carlos, meus pais e meu irmão, agradeço tanto e por tanta coisa que qualquer palavra parece pequena. A Leo e Vera pelo acolhimento, estímulo, inspiração, amparo, compreensão e por esse respeito tão inteiro a mim e a meu processo. A Vera agradeço também por essa força inspiradora, essa solidariedade radical e pela inabalável capacidade de se emocionar ao pensar no futuro que queremos construir, tão importantes para me manter forte. A Leo, agradeço ainda pelo cuidado zeloso e confiante, por estar sempre ali nos momentos de ansiedade para dizer que daria certo, e pela pronta disposição e dedicação para me ajudar na revisão formal do texto. A Carlos, meu irmão de sangue, de vida e de alma, minha dupla dinâmica em tantos sentidos e também nesse desafio teórico crítico, pelas longas conversas, reflexões conjuntas, troca de ideias e comentários ao trabalho feitos com tanta dedicação, mesmo diante das dificuldades que se impuseram – e foram superadas! – no seu período recente.

À querida Noêmia, Nonô, agradeço profundamente pelo apoio incondicional, torcida permanente, cuidado, gentileza e, mais do que tudo, pelos exemplos diários que me inspiram e me movem a seguir adiante.

Pensei muito, nesses dias de encerramento de ciclo, nos que vieram antes e permanecem por nós. Agradeço, assim, às minhas avós, Carmen e Fia, das quais me despedi durante a pós-graduação e alimentam algumas das minhas maiores lembranças de afeto, cuidado e beleza, e a quem posso, a cada dia mais, reconhecer em mim. Agradeço ao meu avô, Wilson, pelo carinho, torcida, estímulo e por me demonstrar diariamente e em muitos sentidos a potência da renovação.

A Alice Fucs, Daniella Sciolla e Joana Maranhão, minhas amigas, irmãs de vida, em quem encontrei acolhida constante e com quem dividi angústias, incertezas e dificuldades, por todo o estímulo, apoio, compreensão e torcida incondicional. Que sorte tê-las! Sem vocês, essa reta final não teria sido superada. A Joana agradeço, ainda, pelo olhar sensível, atento e generoso que foi tão definitivo para que eu pudesse valorizar e compreender esse processo em sua inteireza, o que me permitiu encará-lo de uma maneira significativamente diferente e vivê-lo em todas as suas dimensões. Essa mudança de olhar foi uma inflexão definitiva para que eu pudesse seguir adiante.

A Maíra Leão e Maurício Miléo, amigos de infância que se tornaram amigos e também irmãos de vida, companheiros de luta e camaradas em nosso projeto histórico comum, pela torcida, vibração conjunta a apoio. A Maíra, ainda, pela imensa generosidade e cuidado, que se materializam na linda Espada-de-são-jorge que plantou e trouxe à minha casa, em um gesto de proteção e criação de um ambiente agradável e estimulante para minha escrita.

A Dui Furriel, amiga querida, sempre presente e disposta a ajudar em tantos sentidos e de tantas maneiras, agradeço não apenas pelo imenso apoio, mas por me lembrar sempre da necessária leveza e beleza da vida. Quando eu me perdia nas dificuldades e cobranças excessivas, Dui sempre foi um fundamental sopro, um respiro. A Bruno Arraes, amigo de toda a vida e fundamental neste e em todos os meus momentos, pelo estímulo, pelo apoio e pela vibração por minhas conquistas.

Às amadas amigas, “blogueiras sujas”, Raquel Torres, Maíra Mathias, Raquel Junia e Viviane Tavares, pela rede de afeto, acolhida, torcida e pelas maravilhosas trocas. Agradeço ainda a vocês e aos queridos amigos Cátia Guimarães e a André Antunes por me inspirarem diariamente e incrivelmente na tarefa de produzir comunicação crítica e transformadora no Brasil. Obrigada pelo tanto que me ensinaram e ensinam. Há muito de todos vocês nestas páginas. A Rian Rodrigues, amigo querido e camarada de luta, pela torcida, pelas trocas, pelas longas conversas, por dividir angústias e me estimular sempre a seguir em frente.

Ao meu orientador, Eduardo Coutinho, referência na universidade desde a graduação e decisivo para que encontrasse meu lugar e objetivos na área da comunicação, pelas orientações, discussões e aulas, que foram essenciais para o desenvolvimento da pesquisa, e pelo companheirismo diário na luta em defesa da universidade pública, de qualidade e crítica, que conferiu sentido e dimensão à minha presença na universidade. Há 13 anos, no segundo período de graduação e desnorteada diante da Escola de Comunicação, tive a sorte de entrar naquela aula de Teoria da Comunicação II que mudou a minha relação com o curso e a produção de conhecimento em comunicação, me inspirando e mostrando que, sim, era possível. Obrigada por tudo. Aos bravos do Gemcult, companheiros nesta empreitada por uma produção de conhecimento marxista em comunicação e cultura: Marianna Araújo, Erick Dau, Otávio Augusto e Vitor Castro. Sem vocês teria sido impossível. Obrigada pelas discussões, sugestões, críticas e trocas inspiradoras.

Aos colegas do PPGCOM, tantas e tantos queridos, agradeço pelas trocas, aprendizados e pela rede de solidariedade e luta formada em defesa do nosso direito de produzir conhecimento em condições dignas, orientada pela defesa da universidade pública e sua função social. A Guilherme Curi, amigo querido que o PPGCOM me trouxe, pelo apoio em tantos momentos decisivos e pelas excelentes trocas. A Vinícios Ribeiro, figura sensível e encantadora, agradeço pela solidariedade e generosidade. A Daniel Fonseca e Wilson Milani pelo apoio nas dificuldades e pela dedicação aos necessários debates pela melhoria das condições de produção de conhecimento na pós-graduação. A Chalini Torquato, amiga querida que a docência na Eco me trouxe, pelo apoio, torcida e inspiração.

Aos companheiros e companheiras da Associação de Pós-Graduandos da UFRJ, do movimento docente da UFRJ e do Andes-SN, aos meus bravos camaradas do Movimento Quem Vem Com Tudo Não Cansa e do Coletivo Marxista, com quem compartilho a luta diária, dentro e fora da UFRJ, pela construção do mundo que queremos, essencial para a definição do sentido do conhecimento que me disponho a produzir.

Aos professores Ana Paula Goulart, Muniz Sodré, Raquel Paiva, Suzy dos Santos, Mohammed ElHajji, Janice Caiafa, Ricardo Kubrusly, Marildo Menegat, Mauro Iasi e Sara Granneman, cujas disciplinas e atividades foram fundamentais para as reflexões aqui desenvolvidas. Especialmente ao professor Carlos Nelson Coutinho (in memoriam), de quem tive a honra de cursar a última disciplina oferecida na UFRJ, pelo exemplo, generosidade e referência na produção de conhecimento marxista. A Sara Granemann e Paulo Oneto, pelas decisivas e generosas críticas, contribuições e o instigante debate desenvolvido no meu exame de qualificação, que contribuíram profundamente para o desenvolvimento desta tese. A Marcelo Carcanholo, pela disponibilidade em avaliar este trabalho e a inspiração acadêmica desde a elaboração de minha dissertação.

Aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da ECO/UFRJ, Thiago Couto e Jorgina Costa.

A Henrique Rodrigues, meu psicólogo, cujo acompanhamento profissional foi definitivo e indispensável para conclusão deste trabalho.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pela bolsa concedida durante a segunda metade do doutorado.

E por último, com o merecido destaque, agradeço com profunda emoção àquelas e àqueles a quem dedico este trabalho: as e os estudantes da Escola de Comunicação da UFRJ. Às turmas EC3 de 2014/1, EC5 e EC6 de 2014/2, EC5 e EC6 de 2015/1, EC5 e EC6 de 2015/2 e EC6 de 2016/1, àqueles que, mesmo não sendo destas turmas, estiveram nas disciplinas que ministrei e ainda àqueles de quem não fui professora, mas com quem convivi fora de sala de aula. Ser professora sempre tinha sido um desejo, mas eu jamais imaginaria que seria uma experiência tão profundamente tocante, estimulante, inspiradora e transformadora. Foi a convivência com vocês que deu o sentido maior para a conclusão dessa tese, que me estimulou na busca pela produção de um conhecimento socialmente referenciado e que me fez sentir viva na universidade nesses últimos dois anos. Foram vocês que me provaram a possibilidade da persistência de relações genuínas, de solidariedade, afeto, respeito e interesse pelo conhecimento em uma universidade tão atravessada pela lógica mercantil que nos desumaniza. Aprendi imensamente com vocês, em muitos e incontáveis sentidos. Muitos se tornaram queridos amigos pessoais, um presente tão lindo e que enche essa trajetória esburacada de esperança e confiança no futuro. Obrigada.

RESUMO

SALIM LEAL, Leila. **“Culpe a era em que vivemos”**: Comunicação, cultura e sujeito nos movimentos sociais contemporâneos. Tese de Doutorado em Comunicação e Cultura. Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

Pretendemos elaborar uma investigação sobre o sentido da comunicação para os movimentos sociais contemporâneos que, partir da categoria da totalidade, seja capaz de identificar o que há de novo e/ou específico na relação entre o capitalismo contemporâneo e a mídia, discutindo o lugar ocupado pelos meios de comunicação na reprodução ideológica e material do capitalismo, o tipo de sociabilidade que expressam e produzem e como agendam a disputa política especificamente, colocando no centro do debate as conexões entre a cultura da mídia e o status da reificação, da alienação e da ideologia sob as condições impostas pelo capitalismo contemporâneo. Buscando uma análise que não se restrinja à identificação e celebração da utilização das novas tecnologias de comunicação para a constituição dos movimentos sociais contemporâneos, investigamos, de maneira combinada, a comunicação produzida pelos próprios movimentos e a comunicação dos meios hegemônicos a seu respeito. Parece-nos central perceber em que medida a comunicação própria dos movimentos, ao se desenvolver no campo de uma práxis contestatória e/ou antissistêmica, resiste e refuta, mas também importa e reproduz, as marcas ideológicas e reificadas da comunicação hegemônica.

ABSTRACT

SALIM LEAL, Leila. **“Blame the age we live in’: Communication, culture and subject in contemporary social movements”**. PhD Thesis in Communication and Culture. Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

We will investigate the role of communication for contemporary social movements. Using the category of totality, we hope to be able to identify what is new and / or specific in the relation between contemporary capitalism and the media, thinking about the role of communication in the ideological and material reproduction of capitalism, the kind of sociability they express and produce, and how the media determines the political negotiation in the society. To do that, we will investigate the connections between media culture and the status of reification, alienation, and ideology under conditions imposed by contemporary capitalism. Our analysis is not restricted to the identification and celebration of the use of new communication technologies for the constitution of contemporary social movements, so we'll investigate, in a combined way, the communication produced by the movements themselves and the communication of the hegemonic means about them. It seems central to us to understand the extent to which the movements' own communication, when developing in the field of a contestatory and / or antisystemic praxis, resists and refutes, but also imports and reproduces, the ideological and reified marks of hegemonic communication.

**“Culpe a era em que vivemos”: comunicação, cultura e sujeito nos movimentos
sociais contemporâneos**

Sumário

| | |
|---|------------|
| Introdução | 1 |
| Capítulo 1. Capitalismo contemporâneo, comunicação e movimentos sociais | 18 |
| 1.1 Crise capitalista e a explosão dos movimentos sociais contemporâneos | 18 |
| 1.2 Que direito a que cidade? A cultura e a cidade na mira da mercadoria | 44 |
| 1.3 Lógica cultural pós-moderna, neoliberalismo e comunicação | 55 |
| 1.4. Reconstruindo a totalidade: comunicação e movimentos sociais sob uma perspectiva dialética | 86 |
| Capítulo 2. Análise dos movimentos sociais e a comunicação: produção hegemônica e contra-hegemônica | 131 |
| 2.1. A experiência árabe | 131 |
| 2.2. As experiências dos países centrais | 216 |
| 2.3. A experiência brasileira | 249 |
| Capítulo 3. Notas conclusivas sobre o sujeito político contemporâneo e a comunicação | 286 |
| 3.1. O que resta? Permanências das explosões sociais e a influência do consenso cultural existente nos movimentos sociais | 286 |
| 3.2. Conclusão. Sujeito político e comunicação: apontamentos sobre o papel da disputa simbólica no projeto histórico da classe trabalhadora | 301 |
| Anexo | 307 |
| Referências Bibliográficas | 314 |

Introdução

O debate acerca das formas de organização coletiva e transformação social na contemporaneidade ganhou novo ânimo a partir de 2011. No contexto da crise capitalista iniciada ao final da primeira década do século XXI, a emergência de mobilizações sociais de grande porte – das quais foram expoentes o enfrentamento e derrubada de ditaduras na região norte da África, as lutas contra a retirada de direitos sociais na Europa e o questionamento à ordem econômica, política e social imposta por grandes bancos e empresas transnacionais nos Estados Unidos – estremeceu as bases do consenso estabelecido e assumiu ares de movimentação global, epidêmica, mesmo diante das importantes diferenças entre as situações específicas e reivindicações imediatas sobre as quais se desenvolvia nas diferentes regiões.

A mobilização na Praça Tahrir, no Egito, serviu de exemplo para os movimentos da Espanha, Grécia, Portugal e Estados Unidos, transformando a ocupação de praças em um método comum e, até mesmo, constitutivo de uma identificação compartilhada pelos movimentos ao redor do mundo. Foram ocupadas a Praça Puerta Del Sol, em Madrid, a Praça Syntagma, em Atenas, e o Zuccotti Park, no coração financeiro de Nova Iorque. A chamada “Primavera Árabe”, dessa e de outras formas, se associou ao Movimento dos Indignados espanhóis, à Geração à Rasca de Portugal e ao Movimento Occupy, que se apresentou com esta denominação inicialmente no movimento de Wall Street mas rapidamente se espalhou para outras regiões dos EUA e do mundo (inclusive, de maneira menos massiva, para capitais brasileiras como São Paulo e Rio de Janeiro).

Mas, se em 2011 a conjuntura brasileira ainda não havia sido definitivamente atravessada pelos novos ares rebeldes do mundo, em 2013 junho trouxe ao Brasil a maior mobilização de massas de sua história. As manifestações iniciadas pelo

Movimento Passe Livre, especialmente em São Paulo, desembocaram em protestos nacionais que aconteceram em mais de quinhentas cidades, envolvendo milhões de pessoas. Tão expressivos quanto difusos politicamente e profundamente afetados pelos agendamentos operados pelos meios de comunicação hegemônicos, que se colocaram na disputa de seus rumos e pautas, os protestos identificados como ‘Jornadas de Junho’ têm sido temas de intensas polêmicas, debates e, de uma maneira ou de outra, provocaram inflexões profundas que seguem afetando o cenário político nacional.

Neste contexto, o papel mobilizador e aglutinador das novas tecnologias de comunicação, especialmente a partir das redes sociais na internet, e a constituição de redes de comunicação alternativas, próprias dos movimentos, vêm sendo apontados, por diversos analistas e em vários sentidos, como marcas constitutivas fundamentais desse processo de mobilização global. Parece-nos definitiva a elaboração de uma reflexão que seja capaz de problematizar o papel e o sentido da comunicação para a constituição desses movimentos, levando em consideração não apenas a utilização das redes sociais como instrumento mobilizador e os veículos e peças de comunicação por eles produzidos, mas também buscando compreender que questões, referentes à natureza e inserção desses movimentos no capitalismo contemporâneo, podem ser reveladas a partir da identificação da importância assumida pela comunicação e pela cultura em sua constituição.

Dáí deriva a necessidade de uma reflexão mais ampla sobre o lugar dos meios de comunicação na sociabilidade capitalista contemporânea e seu papel como instrumento de mediação nos processos de formação da consciência dos indivíduos na contemporaneidade, profundamente atravessados pela ideologia e pela reificação. Em grande medida, a centralidade assumida pela comunicação na constituição dos movimentos sociais deriva da verificação da necessidade, pelos próprios movimentos,

de elaboração autônoma de seus discursos em contraposição ao tratamento fragmentado, descontextualizado, criminalizatório ou superficial elaborado pelos meios hegemônicos. Nas últimas décadas do século XX, experiências como as dos movimentos antiglobalização na Europa e nos Estados Unidos, do Exército Zapatista de Libertação Nacional, no México, e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no Brasil, já destinavam parte de sua prática política à construção de veículos de comunicação próprios e autogeridos, indicando uma compreensão do tema como um interesse dos movimentos sociais de maneira geral, e não apenas daqueles diretamente ligados à comunicação e à mídia.

Acreditamos, assim, que a investigação sobre o sentido da comunicação nos movimentos sociais contemporâneos precisa, a partir da categoria da totalidade, ser capaz de identificar o que há de novo e/ou específico na relação entre o capitalismo contemporâneo e a mídia, discutindo o lugar ocupado pelos meios de comunicação na reprodução ideológica e material do capitalismo, o tipo de sociabilidade que expressam e produzem e como agendam a disputa política especificamente, colocando no centro do debate as conexões entre a cultura da mídia e o status da reificação, da alienação e da ideologia sob as condições impostas pelo capitalismo contemporâneo.

Assim, buscando uma análise que não se restrinja à identificação e celebração da utilização das novas tecnologias de comunicação para a constituição dos movimentos sociais contemporâneos, investigamos, de maneira combinada, a comunicação produzida pelos próprios movimentos e a comunicação dos meios hegemônicos a seu respeito. Se, como apontamos, direta ou indiretamente a produção de comunicação autônoma pelos movimentos se relaciona à identificação de sua centralidade para a disputa da consciência e dos rumos da política na sociedade contemporânea, e se, como também assinalamos, a comunicação é parte definitivamente constitutiva – e destacada

– dos movimentos da reificação e da alienação no capitalismo contemporâneo, nos parece central perceber em que medida a comunicação própria dos movimentos, ao se desenvolver no campo de uma práxis contestatória e/ou antissistêmica, resiste e refuta, mas também importa e reproduz, as marcas ideológicas e reificadas da comunicação hegemônica. Interessa-nos, assim, pensar os pontos de afastamento, de contraposição, de enfrentamento e também os pontos de contato, através das permanências da lógica mercantil, entre a comunicação própria dos movimentos e aquela produzida pelos meios hegemônicos.

Parte de nosso esforço analítico, portanto, se concentra em uma investigação sobre as especificidades do capitalismo contemporâneo e sua atual fase de reprodutibilidade neoliberal, notadamente sobre as conexões entre o atual estágio do capitalismo neoliberal e o campo da cultura. Se, como aponta Fredric Jameson, há uma “lógica cultural” própria desta etapa de desenvolvimento capitalista – o capitalismo tardio, em sua conceituação – articulada em torno do chamado referencial pós-moderno, se torna imprescindível percebermos em que medida a comunicação expressa e constitui o atual momento do capitalismo e quais são os contornos específicos de tal lógica cultural pós-moderna, percebida como própria do neoliberalismo. A partir do próprio Jameson e de Perry Anderson, Ellen Wood, Terry Eagleton e José Paulo Netto, buscamos uma conceituação das noções de pós-modernismo e pós-modernidade que não se reduza às simplificações e generalizações muitas vezes associadas ao emprego dos termos e que, de nosso ponto de vista, dificultam uma compreensão crítica dos fenômenos cultural e político e do desenvolvimento da teoria social no capitalismo contemporâneo. Cremos que o “hibridismo” que carrega a noção de pós-modernismo, como aponta Eagleton¹, ao mesmo tempo em que não pode ser ignorado pela via das

¹ EAGLETON, 1996.

simplificações generalistas, também não deve ser motivo de descarte da categoria para a análise dos fenômenos aqui abordados. Nosso esforço, assim, é perceber como tal hibridismo é parte constitutiva de um fenômeno objetivo, passível de identificação e crítica, assim como relevante para a investigação das conexões entre cultura, filosofia e o estágio atual de desenvolvimento do capitalismo. Desta maneira, pretendemos problematizar aquilo que chamamos de status da reificação, da alienação e da ideologia nas condições específicas do capitalismo contemporâneo e suas conexões com a cultura da mídia a partir da identificação da lógica cultural pós-moderna como parte constitutiva e fundamental deste fenômeno, que, por isso, merece atenção específica em nosso primeiro capítulo.

As principais características do funcionamento da economia neoliberal nos demonstram que, ao contrário do que difunde o senso comum, o neoliberalismo não significa a ausência ou desaparecimento do Estado. Pelo contrário, a falta de regulamentação do fluxo de capitais e a apropriação privada da atividade econômica significam uma intervenção estatal que tem como objetivo garantir a subordinação do público ao privado. Trata-se, portanto, de uma forma de regulação não declarada do Estado, que, justamente por isso, mantém-se por meios coercitivos.

Dessa forma, esse mecanismo de intervenção não declarada do Estado na economia representando interesses privados também se manifesta no âmbito do discurso, no que se refere às relações ideológico-simbólicas que influenciam os processos de produção, circulação e consumo de mercadorias (determinados pelos processos materiais de produção). No neoliberalismo, o desenvolvimento sem precedentes da indústria cultural a partir do deslocamento do investimento de capitais para o setor de serviços faz com que o papel ideológico desempenhado pelos veículos de comunicação para a reprodução do capitalismo dê um salto de qualidade. A

televisão, jornais, revistas e a indústria do entretenimento, desempenhando papel de relevância cada vez maior na sociedade, são utilizados para imposição do discurso mercantil hegemônico no neoliberalismo. A perspectiva de “autonomia” do mercado “autorregulável” é difundida como auge da libertação da humanidade, legitimando não apenas as políticas econômicas adotadas pelo Estado mas também engendrando uma sociabilidade profundamente atravessada por uma perspectiva de fugacidade, fragmentação e individualismo que percebe as formas de realização humana como isoladas e “projetos de sucesso” análogos aos desenvolvidos por corporações no mercado capitalista. A partir desta identificação, buscamos investigar o neoliberalismo também como ideologia no capitalismo contemporâneo e suas expressões culturais e políticas, sobretudo àquelas vinculadas aos movimentos sociais.

A partir desse contexto, discutimos a constituição do mercado simbólico, nos termos propostos por Fredric Jameson². Pensando a expansão da lógica da mercadoria para o campo simbólico e retomando os pressupostos desenvolvidos por Adorno e Horkheimer³, Jameson destaca as formas de inserção da cultura na lógica da mercadoria, pensando os meios de estabelecimento de relações entre o indivíduo e a realidade em que a última não mais é valorada. A lógica mercantil de sobreposição do valor de troca em relação ao valor de uso se manifesta no entretenimento através da tendência à dissociação entre a reflexão e o consumo de bens culturais – quando o consumo passa cada vez mais a associar-se à necessidade de se abrir mão de uma capacidade valorativa. Além disso, retomando Adorno, o processo de construção de uma “atenção passiva” exigido para o consumo dos bens culturais não apenas se mantém como se acentua diante da crescente velocidade na oferta da indústria cultural e da serialização/fragmentação do real que seus produtos promovem. Interessa-nos

² JAMESON, 1996, p. 279.

³ ADORNO e HORKHEIMER, 1985.

pensar, especificamente, de que maneira esse processo, na imbricação entre cultura e política, influencia os movimentos sociais, sua prática de comunicação e, mais do que isso, suas perspectivas de intervenção na realidade social, seja sob a forma de uma contraposição à sua lógica ou de uma reprodução/importação de sua dinâmica.

A produção cultural, portanto, passa a ser determinada pela instauração do mercado simbólico. Sua principal característica, e de potencial interesse para nossa investigação, é o fato de a humanidade abdicar de sua função de construtora da realidade e se tornar uma mera apropriadora de mercadorias, abandonando a perspectiva de **sua construção como sujeito** e rebaixando-se à categoria de objeto – o que tem consequências profundas no processo de formação da consciência e suas mediações com a política. A realização humana passa cada vez mais a estar mediada pelo consumo de bens materiais e simbólicos, significando um esforço permanente de adaptação ao existente. Esse processo dá um salto de qualidade no período neoliberal, sendo potencializado pelo enorme desenvolvimento da indústria cultural e das mercadorias por ela ofertadas.

Por isso, acreditamos que o capitalismo contemporâneo, fortemente marcado pelo poderio econômico e ideológico das grandes corporações de comunicação, exige e coloca na ordem do dia para qualquer tentativa de contestação e enfrentamento a si o debate coerente e profundo sobre o lugar da comunicação e da cultura na constituição da contra-hegemonia à sua lógica sistêmica. Se lembrarmos Guy Debord⁴ e sua formulação do espetáculo tipificador da sociedade contemporânea como uma relação social mediada por imagens, em que a imagem aparece como forma final da reificação da mercadoria, teremos mais elementos para compreender de que forma o capitalismo

⁴ DEBORD, 1997.

contemporâneo produz dinâmicas análogas entre mídia e mercado capitalista que precisam ser levadas em conta na crítica social.

Investigamos, assim, o momento em que a mediação das imagens e produtos culturais passa a se destacar na sociabilidade. Para tal, é fundamental discutir o momento em que o capitalismo passa a se reproduzir sob a hegemonia do capital fictício, aparentemente descolado das suas determinações materiais, o que, ideologicamente, pode indicar uma confirmação desse movimento através de uma representação que desconheça a si mesma como representação de algum referente material. Tal correlação entre um capitalismo organizado sob a hegemonia do capital fictício e a predominância da imagem reificada na sociabilidade é uma hipótese que buscaremos desenvolver, sobretudo a partir de Jameson, levando em consideração suas expressões nas formas de compreensão da realidade social, nas chaves interpretativas dos movimentos sociais associadas ao citado referencial pós-moderno e também na produção nos campos da comunicação e da cultura dos e sobre tais movimentos.

É justamente por isso que nos interessa investigar em que medida a comunicação produzida pelos movimentos sociais pode importar os movimentos da reificação e da ideologia dominante, **ao não colocar no centro de sua práxis o questionamento ao referente material da cultura que expressam e produzem**. Da mesma forma, nos parece estar nas questões rapidamente expostas acima o caminho para a problematização das compreensões que, ao encararem a cultura como “fato em si”, limitam-se a pensar a comunicação dos movimentos sociais – sobretudo a partir da incorporação das novas tecnologias e da comunicação digital – como a chave exclusiva para sua compreensão política ou, mais ainda, como traço hierarquizador de toda a sua práxis.

O debate com a chamada lógica cultural pós-moderna, portanto, não se limita aqui à identificação dos efeitos da aparente autonomização da cultura na produção de comunicação contemporânea, mas também busca problematizar as compreensões teóricas que, em maior ou menor grau, partem dos fundamentos dessa lógica para apontar serem os movimentos sociais contemporâneos – justamente por conta de sua relação com a subjetividade, as expressões culturais e a chamada “construção de narrativas” – a confirmação da superação definitiva dos processos de transformação social totalizantes e de sua substituição pela política descentrada das redes e afetos. Sob tal perspectiva, noções como classe social, ruptura sistêmica, revolução, projeto estratégico e outras estariam definitivamente superadas e seriam entraves à compreensão dos novos contornos assumidos pelas lutas políticas na contemporaneidade.

Algumas análises têm apontado, de maneira geral, que os chamados ‘novos movimentos sociais’ surgidos em 2011 são uma necessária expressão da pós-modernidade e suas identidades eventuais, fragmentárias e mediadas pela cultura e pelo discurso. Interessa-nos, aqui, refletir mais profundamente sobre esse tema, levando em consideração a hipótese de que tais movimentos possam indicar sinais de volta à cena dos grandes processos de transformação social protagonizados por sujeitos coletivos, que encontrem na comunicação e na cultura formas de reconstituição de algo tido como ultrapassado. Questionamos, assim, a ideia de que o papel desempenhado pela comunicação e pela cultura nos ‘novos movimentos sociais’ significa necessariamente a superação definitiva das lutas de cunho econômico e estrutural, buscando identificar que formas de associação entre essas esferas podem ser expressadas por esses processos políticos.

Nesse sentido, é fundamental, ainda, destacarmos que a consolidação de processos desta profundidade em um contexto histórico diretamente marcado pelo ceticismo em relação aos “grandes projetos coletivos”, aos chamados “grandes discursos” (e noções daí derivadas, como verdade, realidade, história, sujeito, classe, ideologia e outros) e à possibilidade de transformações estruturais na sociedade não é um dado menor. Acreditamos que a emergência desses ‘novos movimentos’ se configura como um importante objeto empírico para problematização e reflexão acerca dessas concepções e suas relações com as transformações vividas pelo capitalismo contemporâneo e, especificamente, pelo campo da comunicação.

Nossa pesquisa se estrutura em três capítulos, sendo o primeiro destinado à análise geral do capitalismo contemporâneo e suas conexões com a comunicação e a cultura. Identificamos a irrupção dos movimentos sociais no contexto da crise capitalista, como um fenômeno histórico associado ao momento descendente do ciclo de desenvolvimento do capital, e dedicamos atenção específica à problemática do espaço/direito à cidade. Parece-nos relevante perceber como e por que razões esta emerge como pauta política significativa, capaz de expressar as contradições do atual momento do capital em crise e, também, condensar uma série de aspectos relacionados à cultura e às associações entre a subjetividade, a comunicação e a política.

Ainda neste primeiro capítulo, nos concentramos mais detidamente na conceituação da lógica cultural pós-moderna, uma necessidade diante do fato de que adotamos tal categoria para análise tanto dos fenômenos culturais e políticos contemporâneos como para o estabelecimento de uma polêmica teórica com a leitura que autonomiza os fenômenos subjetivos na interpretação dos movimentos sociais contemporâneos. Portanto, para que não incorramos nas simplificações e generalizações que criticamos anteriormente, comumente associadas à utilização de tais categorias (seja

apologética ou criticamente), nos dedicamos à investigação conceitual que permita sua delimitação precisa e justifique seu uso.

No segundo capítulo, nos dedicamos à análise objetiva da comunicação e da cultura desenvolvida pelos e sobre os movimentos sociais. Como dissemos, nossa opção metodológica foi por uma análise combinada das duas esferas, que nos permita identificar pontos de afastamento, contraposição e também de aproximação entre a comunicação própria dos movimentos sociais e o tratamento da mídia hegemônica a seu respeito.

No terceiro e último capítulo, buscamos partir das discussões elaboradas nos capítulos anteriores para pontuar algumas notas conclusivas que nos ajudem a avançar para uma síntese sobre a questão da comunicação e seu papel na constituição do sujeito político contemporâneo. Para isso, retomamos as discussões teóricas elaboradas no primeiro capítulo, inclusive a contraposição teórica à lógica cultural pós-moderna e sua negativa em relação aos processos de transformação social estrutural, e a análise da comunicação dos e sobre os movimentos sociais feita no segundo capítulo, buscando apresentar a possibilidade – mais do que isso, a necessidade histórica – de incorporação das pautas da comunicação e da cultura a um projeto totalizante de transformação social vinculado a uma perspectiva de classe. Discutimos a própria noção de classe e sujeito político, e de que maneira as dinâmicas do capitalismo contemporâneo podem permitir uma aproximação entre elas que não signifique a simples reiteração de um modelo “clássico” ou uma simplificação economicista, mas sim a elaboração de uma perspectiva de transformação social orgânica ao seu tempo histórico e suas especificidades.

Buscamos identificar em que medida há um condicionamento dos movimentos sociais pelo consenso cultural e a fenomenologia social existentes, e quais são os

caminhos atuais para a construção de um projeto autônomo não apenas na esfera política imediata, mas também ideológica e cultural – levando em consideração os avanços, obstáculos e limites encontrados pelo processo político iniciado em 2011 e de que forma as questões enfrentadas pelos movimentos surgidos no atual período de aprofundamento da crise capitalista continuam postos.

De maneira geral, propomos uma análise articulada de duas esferas: quanto ao contexto e delimitação do problema teórico, identificando historicamente as transformações do capitalismo contemporâneo, a configuração do neoliberalismo e seus impactos no campo da comunicação e da cultura (consolidação dos grandes conglomerados de comunicação, papel acentuado da mídia hegemônica, desenvolvimento tecnológico e possibilidades para mídia alternativa) e a consolidação do pós-modernismo como lógica cultural própria desse momento histórico; na análise específica, investigando nos movimentos sociais que marcaram a volta à cena, a partir de 2011, dos grandes processos de mobilização coletiva, os índices referentes à comunicação e a cultura que possam nos dar pistas de seu papel para a constituição desses sujeitos políticos (tanto em sua relação com a mídia hegemônica como no que se refere à produção própria dos movimentos).

Como pretendemos, em nossa análise, estabelecer uma polêmica teórica com a visão que identifica o papel da comunicação e da cultura nesses movimentos como confirmação de identidades e projetos políticos necessariamente fluidos, fragmentados, dissociados de projetos de transformações estruturais na sociedade e marcados pela disputa exclusivamente simbólica e narrativa, buscamos nos contrapor à fragmentação enquanto método lançando mão de uma metodologia de análise totalizante, que recupere as categorias de totalidade e práxis para tratar da relação entre cultura, comunicação e constituição dos sujeitos políticos nesse contexto.

Partimos de uma análise da bibliografia que trata da mediação entre pós-modernismo, produção cultural e midiática e movimentos sociais. A partir daí, desenvolvemos a análise das experiências concretas, buscando pensar as produções de comunicação e culturais próprias dos movimentos sociais e a representação feita pela mídia hegemônica. Importante destacar que nossa análise dos temas relacionados à comunicação, à cultura, aos projetos políticos e ao sujeito no âmbito dos movimentos sociais contemporâneos toma esses movimentos globalmente, como partes específicas e distintas de um mesmo contexto, buscando identificar seus traços comuns e suas especificidades nas diferentes formações sociais e culturais nas quais se desenvolveu.

Pretendemos, assim, abordar processos representativos de formações sociais distintas e que, ao mesmo tempo, ganharam grande visibilidade e serviram como exemplo direto a outras mobilizações pelo mundo, sendo, reconhecidamente, movimentos que contaram com peso diferencial da produção de redes próprias de comunicação e utilização de redes sociais, o que nos abre um bom espaço para análise do nosso objeto específico.

Do ponto de vista metodológico, é importante destacar que a análise desenvolvida no segundo capítulo opera uma divisão ao mesmo tempo cronológica e posicional em relação ao objeto, subdividindo-se em três partes: investigação sobre a experiência árabe, a dos “países centrais” e a brasileira. A categoria “países centrais” foi escolhida para uma análise combinada das experiências europeia e estadunidense e justifica-se pelas similaridades entre as formações sociais em questão em relação às abordadas nos outros dois subtópicos, percebendo a relevância da categorização de “centro” e “periferia” para indicar a inserção dos países e suas formações sociais no capitalismo global. Certamente há, entre os países centrais, diferenças importantes, que procuramos destacar ao longo da investigação, mas cremos que o recorte justifica-se

como uma tentativa de perceber as dinâmicas específicas referentes à inserção dessas formações sociais no capitalismo global no momento da crise econômica em escala mundial.

Ao mesmo tempo, não nos pareceria satisfatório agrupar em um único subtópico, como “países periféricos”, as experiências de países árabes e a brasileira, por algumas razões específicas. A primeira delas é cronológica/temporal, dado que a chamada “Primavera Árabe” desponta como a primeira, no recorte que aqui abordamos, das ondas de protestos massivos, ainda em 2011, sendo sucedida pelas mobilizações na Europa e Estados Unidos, enquanto a experiência brasileira só será mais significativamente desenvolvida em 2013, já no contexto em que as consequências dos levantes (e mesmo retrocessos) eram experimentadas nos países árabes. Portanto, mesmo estando certamente em um mesmo marco histórico, que aqui percebemos como um contexto atravessado pelas consequências da crise capitalista, não se trata de um mesmo momento específico dentro desse contexto, e tais especificidades são relevantes para nossa investigação.

Há, ainda, razões referentes às diferenças entre as formações sociais específicas, tanto em relação à estrutura política como à inserção econômica no capitalismo global, que de nosso ponto de vista tornariam uma generalização como “países periféricos” mais um entrave do que um auxílio para a abordagem do objeto específico (por mais que, como apontamos, julguemos as categorias de centro e periferia apropriadas para a compreensão das relações entre países no contexto do capitalismo global, na acepção adotada pela Teoria Marxista da Dependência, sobretudo a partir das formulações de Ruy Mauro Marini⁵). Os contornos da democracia liberal brasileira certamente estão mais próximos dos assumidos nos países agrupados aqui como centrais do que das

⁵ MARINI, 2005

estruturas políticas dos países árabes, sobretudo Tunísia e Egito. Também economicamente, o papel desempenhado pelo Brasil e pelos países norte-africanos, mesmo que fora do eixo dos países centrais, é substancialmente diverso e indica formas distintas de experimentação da crise e suas consequências. Como tanto a percepção dos efeitos da crise quanto, obviamente, a relação dos movimentos contestatórios com a institucionalidade política são elementos relevantes para nossa análise, as profundas diferenças nesses campos nos parecem não somente justificar, mas exigir uma análise em separado.

Destacamos, por último, as razões objetivas e subjetivas que nos permitem um tipo de aproximação completamente distinto da experiência brasileira, diante do acesso incomparável a fontes e materiais para análise, de nossa experiência concreta com o fenômeno e uma compreensão superior da formação social em questão e suas nuances. Cremos que estes elementos não devem ser desconsiderados, mas sim, a partir da identificação das condições de elaboração da pesquisa e de nossa inserção e experiência pessoal, sinalizados e utilizados para que se aproveite delas o máximo possível, e nesse caso uma análise específica da experiência brasileira nos parece o melhor caminho para tal. Quanto ao agrupamento de mais de um país, notadamente Tunísia e Egito, na categoria “países árabes”, cremos que as mesmas razões – cronológicas e relativas à estrutura política e inserção econômica no capitalismo –, nesse caso indicando semelhanças fundamentais, são suficientes para justificar a opção.

Ainda sobre as opções metodológicas feitas no segundo capítulo, nos parece importante sinalizar que não foi nossa intenção realizar um “estudo de caso” propriamente, com coleta e análise sistematizada de material empírico, mas sim uma observação pontual e uma visita ao campo para extrair exemplos e enriquecer nossa discussão teórica. No caso da primeira experiência analisada, a dos países árabes, um

mergulho mais profundo nos pareceu necessário justamente por conta do elemento cronológico já destacado. Os primeiros processos de mobilização social, dentro do recorte operado em nossa pesquisa, nos pareceram assim exigir uma investigação mais detalhada e extensa para que pudéssemos elaborar um mapeamento, identificando códigos gerais e tendências tanto na constituição dos movimentos, quanto em suas produções de comunicação e também no tratamento a eles dispensando pela mídia hegemônica.

Assim, essa primeira visita ao campo contou com uma maior quantidade e diversidade de materiais analisados, dos quais procuramos nos aproximar também em um esforço de codificação dos padrões e fluxos de comunicação. As observações posteriores, tanto sobre os países centrais como sobre o Brasil, já buscaram partir dos elementos elaborados no tópico anterior e, assim, se realizaram de maneira mais concentrada, menos documental, priorizando a identificação de elementos significativos/exemplares de cada um dos processos de mobilização e buscando extrair deles as questões que mais contribuíssem para a problematização teórica apresentada.

Nosso esforço, no entanto, foi o de não cair nas armadilhas simplificadoras que “buscam a realidade” apenas para comprovar um ponto teórico prévio e arbitrário, perseguindo o seu contrário: interessa-nos refletir sobre as experiências práticas indicando seus pontos de fissura, dúvidas, problemas, como forma de complexificar a análise. Justamente por isso, nos parece indicado partir da problemática teórica, visitar as experiências concretas e, ao final, retornar de maneira mais qualificada às questões teóricas, o que pretendemos estruturar na divisão dos três capítulos descritos.

“Culpe a era em que vivemos”: dá título à nossa tese este trecho da carta de despedida de Mohamed Bouazizi, o jovem vendedor de frutas tunisiano que ateou fogo ao próprio corpo em dezembro de 2010, expressando a falta de perspectivas de uma

juventude desempregada e precarizada e que, involutariamente, converteu-se em mártir de toda uma geração. Nos interessa, aqui, pensar os caminhos de emancipação e constituição de um projeto histórico que incorpore a comunicação aos desafios colocados a essa geração e suas lutas, contribuindo para o destrinchar da era em que vivemos e sua superação.

1. Capitalismo contemporâneo, comunicação e movimentos sociais

1.1. Crise capitalista e a explosão dos movimentos sociais contemporâneos

Sob o cenário da atual crise econômica, apontada como a maior desde 1929, emergem os movimentos sociais que marcaram o ano de 2011. Parece-nos fundamental associar o surgimento desses movimentos ao contexto colocado pela crise do capitalismo. Especialmente diante de análises que, aproximando-se do chamado referencial pós-moderno (que, como indicado na Introdução, será mais detidamente discutido e problematizado neste capítulo), compreendem o papel da comunicação e da cultura nesses movimentos como índices da constituição de identidades fluidas, discursivas e cada vez menos relacionadas às estruturas objetivas do capitalismo contemporâneo, e identificam nesses movimentos justamente o descolamento das determinações materiais e econômicas – buscando situá-los unicamente como movimentos circunscritos aos campos da subjetividade, do discurso e da cultura –, é indispensável que nos questionemos sobre os motivos de tais movimentos eclodirem neste momento específico, com tanta força e caráter ‘epidêmico’. Ao mesmo tempo, é também fundamental que, ao buscar as razões comuns e identificar o ‘chão material’ da emergência de tais processos contestatórios, tenhamos atenção às suas formas específicas de constituição em cada formação social, inclusive percebendo os fatores locais que concorreram para sua eclosão, evitando assim que a identificação da crise do capital se torne uma explicação genérica e simplista para tais processos. Pensar as relações entre os fatores nacionais e os movimentos sociais no contexto de crise do capital é importante inclusive para que a compreensão das determinações econômicas

seja feita em sua complexidade, explorando suas matizes e ritmos, o que procuraremos abordar neste e no próximo capítulo.

Para tanto, buscaremos aprofundar a caracterização deste processo, levando em consideração o que expressa a respeito da natureza, do desenvolvimento e dos limites do capitalismo, assim como o que revela sobre as especificidades do capitalismo contemporâneo, seus impactos mais imediatos e profundos na funcionalidade do sistema e na organização dos movimentos sociais. De acordo com o economista Marcelo Carcanholo⁶, a atual crise precisa ser compreendida como um resultado das contradições que foram desenvolvidas na presente etapa de desenvolvimento do capitalismo. Essas contradições, por sua vez, surgem a partir da resposta que o capitalismo encontrou para superar a sua crise anterior. Desta forma, a chave para a compreensão da atual crise está nas respostas elaboradas pelo capitalismo para responder à crise estrutural que enfrentou nos anos 1960.

Antes de analisarmos propriamente o sentido da crise estrutural enfrentada nos anos 1960 e, assim, as respostas elaboradas pelo capitalismo para garantir sua sobrevivência que engendraram a crise que ora vivenciamos, é importante delimitarmos aqui os conceitos com os quais estamos trabalhando. O que significam, afinal, as crises sob o modo de produção capitalista? O que são as crises cíclicas? Por que estamos dizendo que a última crise estrutural do capitalismo foi nos anos 1960? Afinal, o que é uma crise estrutural? Uma crise irreversível, final?

Para iniciarmos essa conceituação, partiremos da elaboração de Carcanholo⁷ sobre o que comumente se identifica como uma ‘teoria da crise’ na perspectiva marxista. Chamando atenção para o fato de que, em Marx, o conceito de crise se refere à compreensão do caráter dialético do processo de acumulação do capital, e não se

⁶CARCANHOLO, 2011

⁷CARCANHOLO, 2010.

restringe, portanto, a uma fase do ciclo econômico (o momento específico da depressão), Carcanholo destaca que a noção de crise se refere precisamente aos ciclos característicos da acumulação capitalista, englobando os momentos de expansão e depressão.

O termo ‘crise cíclica’, portanto, indica essa processualidade dialética e permite a compreensão dos diferentes momentos e expressões da acumulação capitalista, em suas fases ascendentes e descendentes: é justamente nos momentos de expansão que o capitalismo acentua suas contradições fundamentais e, assim, prepara o momento seguinte, no qual essas contradições irrompem sob a forma de depressão (crise no sentido estrito, ou seja, o momento descendente do ciclo); complementarmente, no momento de depressão o capitalismo busca saídas capazes de repor a unidade de suas contradições, complexificando-as novamente e assim sucessivamente, constituindo dessa forma um processo de acumulação marcado pela dialética entre depressão e expansão.

Assim, em sua dinâmica contraditória, o processo de acumulação do capital ocorre alternando momentos de crescimento/expansão com momentos de retração (crises no sentido estrito), que são propriamente os períodos em que há uma produção de capital maior do que suas possibilidades de valorização, ou mesmo da lucratividade obtida até então. São, assim, as chamadas crises de superprodução de capital, que podem ocorrer em todas as suas formas (monetária, produtiva – materializada nos meios de produção – ou na forma mercadoria).

A partir dessa identificação, é importante desatacar que o que estamos tratando aqui como crise estrutural, em referência à crise enfrentada pelo capitalismo nos anos 1960 (buscando a partir daí compreender as respostas formuladas para dela se recuperar e a forma como tais respostas determinaram a atual crise, também caracterizada por nós

como estrutural), é um momento de baixa no ciclo da acumulação capitalista que é diferente das crises cíclicas regulares que o capitalismo enfrenta de tempos em tempos, de maneira mais ou menos localizada, e consegue, de forma mais ou menos rápida, superar com pequenos ajustes específicos que permitem sua recomposição. As crises estruturais, que obviamente também se desenvolvem como parte da processualidade dialética da acumulação capitalista, são crises que atingem o capitalismo em escala global, colocam em xeque sua lógica de reprodutibilidade, impactam a sua dinâmica sistêmica de acumulação e exigem, para serem superadas, a elaboração de respostas que metamorfoseiem as dinâmicas da acumulação capitalista e consigam colocá-lo em uma nova fase de expansão, constituindo assim uma nova etapa no desenvolvimento capitalista. Ainda no âmbito desta conceituação, é importante destacar que as crises estruturais não devem ser confundidas com supostas crises terminais do capitalismo. Segundo Carcanholo,

“O termo crise estrutural pode gerar alguns enganos. Não se trata de uma crise terminal, que levará o capitalismo, inexoravelmente, à sua própria destruição. Tal interpretação fatalista, determinística, teleológica é completamente estranha a Marx, que entendia as leis de tendência do capitalismo em um sentido dialético” (CARCANHOLO, 2011, p. 73).

Feita essa rápida conceituação, podemos passar à análise da crise estrutural dos anos 1960 e buscar, na compreensão das respostas elaboradas para a sua superação, as especificidades do capitalismo contemporâneo e sua atual crise estrutural. Marcelo Carcanholo aponta que, nos fins daquela década, a economia mundial começou a dar sinais de que chegava ao limite a etapa de expansão iniciada desde o pós-Segunda Guerra, iniciando um período de crise que se manifestou com as duas formas clássicas das crises capitalistas: redução da taxa de lucros e superprodução de capitais. Entre 1974 e 1975 as principais economias do mundo passam a apresentar taxas de crescimento negativas. Depois de uma rápida recuperação entre 1976 e 1977, a

economia mundial enfrenta outra fase de retração em 1980 e, segundo o economista, é possível identificar duas especificidades nesse período de crise dos anos 1960/1970 em relação às crises clássicas capitalistas: a inflação manteve-se e acentuou-se em todo o período; e a recuperação dentro da crise não foi capaz de estancar o aumento do desemprego. Dessa forma, tanto no período de crise de 1974-1975 como no de 1980, há grande redução da produção e do investimento, aumento da inflação e do desemprego, mas, diferentemente do período 1974-1975, a fase descendente dos anos 1980 não apresentou recuperação rápida, sendo marcada por forte tendência à estagnação em âmbito mundial.

As respostas elaboradas a essa crise iniciam-se nos anos 1970 e, mesmo perpassando todos os anos 1980, atingem seu auge nos anos 1990, os conhecidos anos de neoliberalismo. Desenvolve-se, assim, um conjunto de características constitutivas do capitalismo contemporâneo: reformas neoliberais que elevam a taxa de mais-valia e abrem espaço para a retomada de lucratividade do capital; expansão do capital fictício (categoria central para compreensão do capitalismo contemporâneo e sua atual crise estrutural, que discutiremos mais adiante); transferência cada vez maior de excedentes da periferia para o centro, impulsionando assim a acumulação dos principais países da economia capitalista mundial; expansão dos mercados que, com a abertura do comércio mundial e outras medidas, constitui uma forma de proporcionar novos espaços para realização do capital sobre-acumulado; aceleração da rotação do capital, na produção e circulação, aumentando assim as taxas de lucro. É precisamente, como dissemos, o conjunto das respostas desenvolvidas pelo capitalismo para a sua crise dos anos 1960 que constitui o capitalismo contemporâneo. É importante destacar que, como a crise do capitalismo é uma crise de superprodução/superacumulação de capital, a resposta a ela

sempre precisa encontrar formas de criar e ampliar espaços de valorização desse capital sobranante, de forma combinada com o aumento das taxas de mais-valia.

Parte significativa desse movimento de ampliação e criação de novos espaços de valorização para o capital sobranante se configura, como citamos anteriormente, através da transformação de políticas públicas em mercados lucrativos no setor de serviços. As reformas neoliberais, assim, reorientam a atuação do Estado (que, como sinalizamos na introdução, não deixa de atuar, mas o faz muitas vezes de maneira não declarada e sob o manto da máxima “menos Estado” ou até “ausência de Estado”), que faz um movimento de retirada de setores pelos quais até então se responsabilizava e abre caminho para a sua constituição em mercados. É o caso das reformas realizadas mundialmente em setores chaves como previdência social, saúde, educação e outros, que marcam a década de 1990 tanto nos países de centro (com o chamado desmonte do Estado de Bem-Estar Social) como na periferia e persistem até a década atual (o mecanismo segue sendo utilizado como resposta à atual crise, como discutiremos adiante). A retirada de direitos adquiridos atua, assim, na elevação da taxa de mais-valia e na constituição de novos mercados de valorização do capital.

Outro elemento central para a compreensão da resposta capitalista à sua crise estrutural dos anos 1960 é a subordinação do capitalismo à lógica do capital fictício. Segundo Marcelo Carcanholo, esta é a característica substancial do capitalismo contemporâneo. Para entendê-la, precisamos, então, retomar a categoria de capital fictício, comumente vulgarizada e confundida com termos como ‘financeirização’ ou mesmo ‘capital financeiro’. Carcanholo destaca que a correta compreensão do conceito deve retomar a categoria de capital fictício desenvolvida por Marx no livro III de O Capital⁸. O economista aponta que o capital fictício deve ser enxergado como uma

⁸ MARX, 1988.

complexificação da lógica, própria de todo capital, de apropriação de um valor que não foi por ele produzido, já que o capital é constituído pela apropriação da mais-valia extraída do processo produtivo (produzida, nesse processo, pela força de trabalho). Uma primeira etapa de um processo que aponta para autonomização da apropriação do valor em relação à sua produção seria a constituição do capital portador de juros, que mantém relação direta com o capital produtivo: ele converte-se em empréstimo de um capital monetário para o capital produtivo, que, por sua vez, o faz ingressar no processo produtivo, extraindo mais-valia. A partir da extração de mais-valia, e descontado o lucro do capitalista produtivo, a quantia emprestada retorna ao capitalista inicial acrescida do valor dos juros.

É daí que Carcanholo parte para afirmar que a generalização dessa lógica de apropriação de um valor não diretamente produzido é a base de constituição do capital fictício, já que, quando aprofundada, essa lógica faz com que todo rendimento periódico de uma determinada quantia já apareça, para aquele que percebe esses rendimentos, como a propriedade do montante total que essa quantia representaria se aplicada a juros. Ou seja, mesmo que esse valor total não exista e não esteja aplicado no processo produtivo, essa renda periódica é assimilada como representativa do que aquele valor ‘poderia ser’ se estivesse sendo realizado, ou seja, como a remuneração de um capital existente. Dessa forma, esse rendimento não pode ser considerado, como no caso anterior, uma remuneração do capital portador de juros. Mas, ainda assim, o indivíduo que percebe esse rendimento periódico (não proprietário da mercadoria-capital, o capital portador de juros) pode vender no mercado o direito a essa apropriação periódica de uma quantia determinada. Essa venda é feita levando em consideração o valor que ela representaria se fosse fruto de um capital existente. Dessa forma, projeta-se a existência do montante total (o que geraria essa renda periódica), constitui-se a sua existência pela

venda do direito a sua apropriação no mercado, mesmo que ele, de fato, não exista. Os rendimentos periódicos, base de constituição desse capital fictício, provêm de títulos de crédito, ações e, segundo Carcanholo, até de salários.

O que o economista demonstra, assim, é que se trata da inversão da lógica apresentada anteriormente: agora, a partir da revenda, no mercado, do direito de apropriação de um rendimento periódico, considerando-se a taxa de juros vigente, obtém-se um capital monetário.

“Antes, de um capital realmente existente, e pelo seu empréstimo a um capitalista funcionante, que ingressaria no processo produtivo para produzir mais-valia, obtinha-se um rendimento, os juros. Agora, é a partir de um rendimento, qualquer que seja ele, que se constitui uma massa monetária, que pode até vir a funcionar como capital monetário. É a inversão da lógica de produção-valor. Mais precisamente, é a autonomização da lógica da apropriação sobre a da produção do valor”. (CARCANHOLO, 2010, p.5).

Um destaque, no entanto, é essencial para nossa compreensão: essa autonomização da lógica da apropriação sobre a da produção não pode realizar-se por completo. Ela foge da funcionalidade capitalista e são justamente as crises que expressam a impossibilidade de essa autonomização ser total ou absoluta. Como o capital fictício não entra no processo produtivo, ele, por si só, não é capaz de produzir mais-valia. Ele atua na esfera da apropriação do valor, e não da sua produção. Quando o capitalismo se subordina à lógica do capital fictício, a dinâmica da apropriação se expande em detrimento da produção. O resultado é que uma parcela cada vez mais significativa do capital no mundo todo irá buscar se apropriar de um valor que está sendo menos produzido. É aí que se dá a redução nas taxas de lucro e se aprofunda a etapa descendente do ciclo da crise capitalista.

A impossibilidade de autonomização completa da apropriação em relação à produção do valor é apontada por Carcanholo como a disfuncionalidade do capital

fictício, inserida naquilo que caracteriza como ‘dialética do capital fictício’: um par contraditório que agrega funcionalidade e disfuncionalidade para a acumulação de capital. A funcionalidade da exacerbação da lógica do capital fictício está no fato de que ela permite o funcionamento de atividades produtivas de maneira mais acelerada. Com a maior acumulação global de capital, o seu tempo de rotação (tempo que o capital leva entre iniciar seu ciclo, saindo de uma de suas formas e retornando a ela, composto pelo tempo de circulação somado ao tempo de produção) é reduzido e, assim, percebe-se aumento da taxa anual de mais-valia (e, assim, da taxa anual de lucro). Foi justamente essa característica – aceleração do tempo de rotação – que marcou a retomada do capitalismo após a crise dos anos 1960/1970.

Já a disfuncionalidade dessa lógica, como dissemos, é precisamente o fato de que a autonomização da apropriação em relação à produção não pode se dar por completo, já que o capital fictício não produz mais-valia. Assim, mesmo que contribua indiretamente para o aumento da acumulação, acelerando o tempo de rotação do capital, a exacerbação da lógica do capital fictício implica a contradição que é um incremento na dinâmica da apropriação de um valor que, por sua vez, passa a ser menos produzido. Essa dialética do capital fictício implica em uma fase ascendente prolongada no ciclo de acumulação capitalista, com a taxa de lucro incrementada pela aceleração do tempo de rotação do capital, e, ao mesmo tempo, no aprofundamento da fase descendente do ciclo, a crise em sentido estrito, o que ocorre exatamente em função da expansão da lógica individual de apropriação do valor. É essa disfuncionalidade que, segundo Carcanholo, aprofunda as potencialidades da crise. Como dissemos anteriormente, ao caracterizar a dinâmica cíclica da acumulação capitalista, é exatamente no período ascendente do ciclo que são aprofundadas as contradições que irão se manifestar sob a forma de crises, o momento descendente do ciclo.

É justamente por isso que o entendimento da dialética do capital fictício é fundamental para compreendermos a atual crise estrutural do capitalismo e suas especificidades. Afinal, a crise do capitalismo deste início do século XXI se deve justamente à predominância da disfuncionalidade dessa lógica na acumulação do capital. Como já dissemos, todas as crises capitalistas caracterizam-se pelo fato de uma massa de valor-capital estar excessivamente valorizada, e tornar impossível a manutenção das taxas de lucro vigentes até o momento. Para ‘resolver’ a superacumulação de capitais, as crises têm o papel de desvalorizar essa massa supervalorizada, o que ocorre de diferentes formas. A crise atual, como resultado das contradições aprofundadas no período ascendente do ciclo de acumulação capitalista (contradições essas que expressam as respostas do capitalismo à sua crise estrutural anterior), é a crise do capitalismo subordinado à lógica do capital fictício. Assim, o capital sobreacumulado se concentra sob esta forma, capital fictício, com títulos financeiros que não correspondiam à massa de valor realmente produzida pelo capital produtivo.

A disfuncionalidade dessa lógica começou a se expressar a partir da bolha especulativa das chamadas empresas pontocom, de alta tecnologia. Carcanholo aponta que o estouro dessa bolha significou exatamente a desvalorização do capital fictício que estava acumulado nesse mercado. Com a retração do mercado, o capital fictício sobrando diante do estouro da bolha buscou novos espaços de valorização, o que foi encontrado no mercado de financiamento de imóveis (especialmente estadunidense). Não por acaso, foi esse o mercado de estouro da atual crise do capitalismo contemporâneo.

Carcanholo explica que o efeito auto-expansivo do mercado imobiliário se dá em caráter especulativo: através do aumento da captação de empréstimos bancários, na forma de crédito hipotecário, o mercado imobiliário expande-se e pode aumentar o

preço dos imóveis, o que (e aí está o efeito auto-expansivo) possibilita o refinanciamento das hipotecas, com um montante que atua para pagar débitos anteriores e ainda dispõe recursos extras para aquisição de novos imóveis. Dessa forma, o ciclo elevação dos preços dos imóveis–crescimento do mercado hipotecário–consequente elevação do endividamento daqueles que tomam empréstimos se retroalimenta, já que é a elevação dos preços dos imóveis que permite a ampliação dos empréstimos para novas compras de imóveis e assim sucessivamente.

A saturação do momento de funcionalidade dessa bolha especulativa começa a se expressar em 2004, quando o refinanciamento das dívidas é encarecido pela alta das taxas de juros nos Estados Unidos. Em 2006, a taxa de crescimento dos créditos ao consumo é reduzida e a inadimplência começa a aumentar. A partir daí, a crise começa a se manifestar no segmento de mercado formado pelos tomadores de empréstimo com histórico de inadimplência, o chamado segmento subprime. Ele é composto por tomadores de empréstimo com menos garantia de pagamento dos créditos, por não possuírem fonte de renda estável ou, então, por suas fontes advirem de empregos de baixa qualidade, instáveis ou temporários. Está detonado o processo: preço dos imóveis começa a cair e, com isso, a riqueza das famílias se reduz. Os juros altos aumentam a inadimplência no pagamento das hipotecas, o que, por sua vez, reduz o crédito imobiliário ainda mais. Esse processo se torna cumulativo, e resulta em uma nova redução do preço dos imóveis que retroalimenta todo o ciclo. Carcanholo explica o processo de expansão e contágio da crise após sua eclosão:

“(…) ao aumentar a inadimplência, os credores passam a sofrer também com problemas de liquidez e solvência, uma vez que os ativos que eles tinham a receber são desvalorizados e, portanto, seus compromissos financeiros podem não ter mais garantia de pagamento. Os credores são obrigados a vender (parte de) seus ativos em troca de dinheiro para, com este, saldar suas obrigações. Esse movimento de venda de ativos provoca a redução dos seus preços e reforça a pressão pela alta da taxa de juros cobrada

pelas instituições financeiras, agravando ainda mais a crise”.
(CARCANHOLO, 2010, p. 8)

Esse processo afeta os grandes bancos que, com muitos títulos hipotecários, têm seu montante de passivos elevados e seus ativos (títulos considerados ‘podres’) desvalorizados. Os bancos reduzem a oferta de crédito, o que aprofunda o problema da falta de liquidez e também a inadimplência. É dessa forma que, o que antes era funcional, ou seja, o efeito cumulativo e auto-expansivo, se transforma em agravante da crise. O efeito cumulativo se expressa também no momento de baixa do ciclo, e o que primeiro se manifestava como uma crise imobiliária nos Estados Unidos, e depois como um movimento que se alastrava para os bancos do país, se expande: em 2008-2009 a economia mundial entra em recessão.

Numa economia marcada pela grande expansão dos derivativos financeiros, o efeito da desvalorização dos créditos do mercado imobiliário se alastra rapidamente, contamina todos os mercados financeiros e, conseqüentemente, a economia mundial capitalista. É importante destacar que isso não se resume aos países centrais: pelo contrário, as economias periféricas, que no período de ascensão do ciclo conseguiram beneficiar-se do momento externo favorável (o que implicou considerável entrada de capital externo e expansão de suas exportações, mesmo que atrelada à forte tendência de reprimarização de sua pauta exportadora), também são fortemente afetadas e têm seu quadro de inserção dependente na economia mundial agravado.

Houve sinais de recuperação dessa primeira onda da crise ainda em 2009 e início de 2010. Chegou-se a apontar que a crise estaria superada quando o socorro dos Estados aos bancos e ao sistema financeiro permitiu uma recuperação parcial da economia. No entanto, já em 2010 se desenvolve uma nova e mais profunda onda da mesma crise, em muito amplificada pela resposta encontrada pelo capitalismo logo após o seu estouro. É nos efeitos concretos dessa crise e também nas conseqüências das respostas capitalistas

a ela que identificamos o chão material que determina o surgimento dos novos movimentos sociais. Para compreendê-los, portanto, nos parece essencial uma identificação precisa dos impactos da crise e das características e consequências das medidas adotadas pelos Estados capitalistas para tentar contê-la (pesando tanto os fatores gerais como aqueles específicos das formações nacionais), que influenciam diretamente e de diversas formas as condições de vida da classe trabalhadora e da juventude em nível global.

Carcanholo aponta três elementos centrais na forma como o capitalismo buscou sair da crise. Tratando-se de uma crise de superacumulação de capital concentrado na forma de capital fictício, os esforços dos governos moveram-se no sentido de monetizar (dar liquidez) o capital fictício sobreacumulado, ou seja, de colocá-lo em movimento. É assim que o Estado cumpre o papel de fornecer a liquidez necessária ao capital fictício que sobrava/não encontrava realização, destinando uma fração cada vez maior do orçamento público para os mercados financeiros. O dinheiro público é usado pelo Estado para comprar ou fornecer garantias aos ativos em excesso. As instituições financeiras com problemas de liquidez são assim socorridas com os fundos públicos. Uma consequência imediata – e especialmente importante para nossa análise – dessa destinação de fundos públicos às instituições financeiras é que, para obter esses recursos, o Estado retira verbas públicas de outras áreas, especialmente de gastos com políticas sociais, e também lança títulos públicos adicionais no mercado, mais atrativos aos compradores por possuírem mais garantias de retorno.

Essa dinâmica empregada na atuação do Estado para salvar as instituições financeiras leva à ampliação da dívida pública, o que ocorre em níveis exponenciais em toda a economia mundial. É a atuação dos Estados para tentar reverter a crise determinando seu aprofundamento. Assim, a segunda onda de aprofundamento da crise,

que se expressa especialmente pela crise da dívida na Europa, é a reverberação dos impactos da primeira onda aprofundada pelo resultado direto da resposta que foi dada pelos Estados a ela – resposta esta operada no interior da lógica de sustentação do capital fictício no capitalismo contemporâneo.

Outro elemento central da resposta capitalista à crise é o aumento da taxa de mais-valia extraída, da taxa de exploração do trabalho, como forma de buscar reverter o processo em que há uma massa de capital sobreacumulado buscando apropriar-se de uma mais-valia que ele não produz, ou seja, em que há mais apropriação de valor do que valor sendo produzido. O movimento é de expandir a massa de mais-valia para fazer frente aos títulos superproduzidos, e o aumento necessário da taxa de exploração do trabalho se faz com arrocho salarial, retirada de direitos (o que reduz o valor da força de trabalho), aumento da jornada ou da intensidade do trabalho sem elevação salarial e outras medidas, aprofundando as reformas neoliberais (que já se constituíam como instrumento capitalista desde a crise estrutural anterior) e impondo o ônus da crise à classe trabalhadora.

Ainda é importante destacar, no âmbito da resposta capitalista à sua crise estrutural, a criação e expansão de mercados em que os capitais sobrantes possam atuar, o que combina com as reformas neoliberais. Esferas que antes pertenciam à ordem dos direitos conquistados pelos trabalhadores são transformadas pela atuação do Estado (que se retira estrategicamente desses setores) em mercados que se constituem em novos espaços de valorização ao capital, num movimento também semelhante ao que ocorreu na resposta à última crise estrutural (porém agora de maneira subordinada à lógica do capital fictício).

Assim, o aumento do desemprego e a ampliação da taxa de exploração do trabalho fazem parte das consequências da crise para a classe trabalhadora e das

respostas capitalistas a ela. Nos países centrais, há uma ofensiva sobre os restos das garantias do Estado de Bem-Estar Social; nos periféricos, como dissemos, aprofunda-se a inserção dependente na economia mundial, o que implica também em mais exploração da força de trabalho e envio de uma parcela ainda maior da mais-valia extraída nesses países para apropriação pelos países centrais. As economias dos países periféricos, fortemente reprimarizadas, ainda sofrem com a instabilidade dos preços de seus produtos exportáveis diante da retração de seus mercados consumidores.

O conjunto da resposta do capitalismo à sua crise estrutural, assim, atinge diretamente a classe trabalhadora e a juventude em suas condições de vida mais imediatas e segue apontando para a busca de manutenção da lógica de valorização do capital fictício à custa da piora da condição de vida da classe trabalhadora. Uma análise que combine esses elementos com a caracterização anteriormente apresentada, em que buscamos demonstrar como a disfuncionalidade dessa lógica reside justamente em apontar para uma autonomização diante do setor produtivo que se revela insustentável, dada a necessidade de produção do valor no processo produtivo, nos parece indicar, agora mais assertivamente, a centralidade da classe trabalhadora como principal (mas não único) sujeito anticapitalista na atual crise estrutural, capaz de expressar mais a fundo as contradições dessa forma de sociabilidade e tensioná-la mais diretamente.

Obviamente, o fato de ser a classe trabalhadora a principal afetada pelos ‘ajustes’ capitalistas em sua crise não garante historicamente uma resposta sua, como classe, a essa ofensiva. E também, certamente, não significa que a classe como tal seja a principal expressão imediata e espontânea da resistência e enfrentamento a esse processo. Quando a apontamos como principal sujeito anticapitalista nos referimos exatamente à sua inserção objetiva nas formas de produção e reprodução do sistema, o que a capacita para, ao levar suas lutas adiante, enfrentar o cerne das contradições do

modo de sociabilidade vigente. Essa inserção objetiva é portanto decisiva, mas não exclusiva para a constituição de uma resposta que possa enfrentá-lo como totalidade. Para isso, a categoria da política, com todas as suas mediações, é indispensável. É justamente por isso que nossa análise busca estabelecer nexos entre a eclosão dos movimentos sociais contemporâneos e a crise estrutural capitalista indicando tais movimentos não como uma expressão acabada, mas como possíveis sinais de uma retomada da classe trabalhadora como sujeito político no momento de desagregação capitalista.

Seguindo o esforço de compreender tais movimentos em suas especificidades e relações com o capitalismo contemporâneo – de onde deriva o tema da comunicação, da cultura e seus papéis na constituição do sujeito – de uma forma que se contraponha a leituras fragmentárias do processo, que ignoram seus necessários nexos com as estruturas econômicas, apontamos a importância de uma análise desses movimentos sociais a partir de uma perspectiva que leve em consideração a noção de totalidade. Essa perspectiva pode compreender a eclosão e desenvolvimento desse processo não como uma negação, mas sim como um momento da reconstituição, sobre as novas bases colocadas pelas modificações na estrutura do capitalismo, na noção de sujeito e dos projetos totalizantes.

É a partir daí que buscamos compreender, no marco da atual crise estrutural do capitalismo, a eclosão e desenvolvimento das mobilizações de 2011, começando pela Tunísia e seu reflexo direto no Egito, com as amplas mobilizações de massa que derrubaram ditaduras na chamada Primavera Árabe, chegando à Europa com o Movimento dos Indignados espanhóis, as lutas na Grécia, a Geração à Rasca de Portugal e posteriormente aos EUA, com o Movimento Occupy. Não há dúvidas do caráter exemplar que a ocupação da Praça Tahrir, no Egito, desempenhou para as

mobilizações na Espanha, Grécia e Portugal, e destas para as manifestações nos Estados Unidos. As ocupações das praças Puerta Del Sol, em Madrid, Syntagma, em Atenas, e o Zuccotti Park, no coração financeiro de Nova Iorque, faziam referências diretas e indiretas à Tahrir e à luta do povo egípcio. Cartazes dos Indignados afirmavam textualmente, referindo-se à Puerta Del Sol: “Aqui é a nossa Praça Tahrir”. Nos EUA, o Movimento Occupy se desenvolve inicialmente em Wall Street, mas ganha fôlego em outras regiões do país – e do mundo. Da mesma forma, é esse contexto que marca e impulsiona, de nosso ponto de vista, as mobilizações ocorridas no Brasil em 2013, marcadas pelo encerramento de um ciclo ascendente na economia que propiciou um inclusão das camadas populares sobretudo através do consumo e políticas sociais focalizadas, acompanhado da piora das condições de vida nos grandes centros urbanos, da restrição de direitos e do contraste evidenciado entre este cenário e os grandes investimentos públicos nos megaeventos esportivos realizados no país no mesmo período.

Se há, e isso está claro, diferenças específicas entre o conteúdo das mobilizações, as reivindicações centrais, os setores que as protagonizam, além dos grandes abismos entre as formações sociais e os regimes vigentes nesses países, há, também, aproximações significativas, e o que pretendemos demonstrar aqui é que tais convergências não se resumem apenas – ou isoladamente – ao campo estético e subjetivo. Em nosso esforço, buscamos compreender tal identidade subjetiva (que se manifesta claramente em exemplos como o citado acima, seja na utilização de métodos de mobilização semelhantes, na característica comum que é a utilização de recursos estéticos, visuais, cênicos, musicais e audiovisuais nos processos de luta, seja no próprio conteúdo expresso nesses recursos estéticos) como índice de um processo global marcado por um mesmo determinante objetivo – daí a ênfase na atual crise estrutural,

suas especificidades e consequências – na construção de uma totalidade que, inclusive, nos ajuda a compreender o cenário em que a comunicação e a cultura assumem posição de destaque, em que medida e por quê.

Na coletânea *Occupy – movimentos de protesto que tomaram as ruas*, Giovanni Alves, nesse mesmo esforço de análise, destaca a compreensão do cenário econômico como ponto de partida indispensável para a caracterização dos movimentos sociais de 2011 em sua complexidade. Ao relacionar os movimentos com o sistema capitalista em crise, aponta que “os novos movimentos sociais são reverberações radicais do capitalismo financeiro senil”:

“A crise financeira de 2008 expôs a mediocridade do governo democrata de Barak Obama, que frustrou muitos norte-americanos que acreditaram que ele deteria a hegemonia financeira na política do país. A crise da dívida soberana de 2010 e a crise financeira da zona do euro expuseram a venalidade dos partidos social-democratas e socialistas nos elos mais fracos da União Europeia. Os partidos hegemônicos da esquerda europeia aceitaram a política neoliberal de austeridade da *troika* (FMI, Comissão Europeia e Banco Central Europeu), aplicada com zelo e fervor pela direita conservadora (o caso da Grécia e de Portugal é paradigmático!).” (ALVES, 2012, p. 34).

A partir daí Alves destaca algo que nos parece ser central também para a compreensão da identidade política, da ausência de um programa claro e das formas de organização dos novos movimentos sociais: o fato de que essa crise, daquilo que ele chama de “núcleo orgânico” do sistema mundial do capital (o que poderíamos aproximar do conceito de disfuncionalidade da lógica dominante do capital fictício, apresentado anteriormente), diz respeito não apenas, isoladamente, às suas manifestações mais palpáveis na crise financeira e na crise da dívida soberana europeia (e até aos seus resultados sociais como aumento do desemprego, retirada de direitos e aumento da exploração nas relações de trabalho). Ele destaca que, junto a isso, a atual

crise é também, no campo da consciência, a **crise política dos partidos tradicionais da ordem burguesa** (sejam eles conservadores-liberais, socialdemocratas ou os tradicionais partidos socialistas) que se integraram ao capitalismo financeiro no último período e são incapazes de responder ou apontar alternativas à crise que ora se desenha. Ele destaca, ainda, que essa crise política é acompanhada pela “crise do pensamento crítico corroído pelo pós-modernismo e neopositivismo”.

“Os novos movimentos sociais que ocorrem no bojo do capitalismo senil têm o sentido radical dos carecimentos vinculados à condição de proletaridade e à vida reduzida de amplos contingentes de jovens órfãos de futuridade. Os jovens indignados nos obrigam a refletir sobre as formas e metamorfoses da consciência social. Eles representam um cadinho complexo e rico de formas de consciência crítica que emergem no estado de barbárie social”. (ALVES, 2012, p. 35)

Seguindo o pressuposto apresentado acima, de que a principal expressão imediata e espontânea de resistência à sociabilidade capitalista em crise pode não configurar a classe trabalhadora como tal, em seu projeto histórico, acreditamos que essa atenção aos segmentos de juventude que se colocam em luta em todo mundo, característica da análise de Alves, é essencial. Do norte da África, passando pela Europa, chegando ao centro da economia mundial e à América Latina, jovens desempregados e sem perspectiva de futuro compuseram de forma significativa – dos pontos de vista quantitativo e qualitativo – os movimentos sociais que marcam a principal consequência política da atual crise estrutural do capital. Por isso, nos parece central identificar como marca constitutiva de tais movimentos o fato de canalizarem a insatisfação de toda uma geração precarizada e que não consegue encontrar caminhos concretos para suas vidas nas formas de sociabilidade que se esfacelam e escancaram suas contradições.

O próprio estopim dos protestos que derrubaram as ditaduras norte-africanas aponta muito a esse respeito. As lutas na Tunísia, que, como dissemos, detonaram um

processo de mobilizações em série por toda a região, sendo o caso egípcio seu principal representante, tiveram seu elemento desencadeador justamente em uma expressão dura e arrebatadora da falta de perspectiva dessa juventude. Como se sabe, as lutas na Tunísia ganham as ruas com caráter insurrecional, em janeiro de 2011, depois da morte do jovem vendedor de frutas Mohamed Bouazizi, de 26 anos, que havia ateado fogo ao próprio corpo no dia 17 de dezembro do ano anterior, após ter sido proibido de trabalhar como ambulante pelas autoridades tunisianas. Desempregado e sem conseguir acesso ao mercado formal, o jovem, formado como técnico em informática, obtinha seu sustento e de sua família com o trabalho de ambulante. Ao negar-se a pagar propina a oficiais que o abordaram, teve o carrinho que usava para as vendas e suas mercadorias confiscados, o que lhe motivou a buscar negociação junto à administração de sua província. Quando teve seu pedido de audiência com o governo local negado, Mohamed Bouazizi deixou um recado à sua mãe no Facebook e ateou fogo ao próprio corpo em frente ao prédio sede do governo. Depois de dezoito dias internado, Mohamed Bouazizi morreu em 4 de janeiro de 2011. O seu enterro já contou com grande comoção e, a partir dele, as revoltas espalharam-se pelo país. A divulgação da carta deixada por ele à sua mãe na rede social tornou-se um elemento agregador, e suas palavras foram assumidas como bandeira e identidade para toda uma geração. As lutas se ampliaram a um questionamento da ordem política estabelecida e levaram à renúncia de Ben Ali, que estava há vinte e três anos no poder na Tunísia. A carta de Mohamed Bouazizi, enviada por Facebook e divulgada pela mesma rede, cujo trecho “culpe a era em que vivemos” dá título a esta tese, diz:

“Estou viajando, mãe. Perdoe-me. Reprovação e culpa não vão ser úteis. Estou perdido e está fora das minhas mãos. Perdoe-me se não fiz como você disse e desobedei suas ordens. Culpe a era em que vivemos, não me culpe. Agora vou e não vou voltar. Repare que eu não chorei e não caíram lágrimas de meus olhos. Não há mais espaço para

reprovações ou culpa nessa época de traição na terra do povo. Não estou me sentindo normal e nem no meu estado certo. Estou viajando e peço a quem conduz a viagem esquecer?”. (BOUAZIZI, 2010)

O estopim do processo tunisiano nos traz, assim, elementos fundamentais à compreensão do contexto que buscamos analisar. Se ele não é, obviamente, suficiente para explicar a dinâmica dos acontecimentos em sua totalidade, certamente é parte indispensável de uma análise que busque compreender o específico e imediato como índices que se articulam e revelam importantes particularidades constitutivas do contexto mais amplo. Afinal, por mais trágica que possa ser a situação (e o é), não é apenas a dimensão da tragédia que explica o porquê de ter-se tornado estopim de um processo político tão importante. A pergunta que aparece é: por que esta, e não tantas outras tragédias? O fato de essa situação, em sua particularidade, ter se configurado como o elemento capaz de motivar mobilizações massivas, conferir identidade política a um processo de lutas e detonar mobilizações mais amplas, enfim, o conteúdo do estopim e o fato de ter sido este, e não outro, o detonador do processo, nos ajuda a compreender quais são os núcleos centrais das contradições sociais naquele contexto. É sob essa perspectiva que, além das condições materiais que propiciaram a conversão de Mohamed Bouazizi em um representante político involuntário de um determinado segmento social, a forma de agregação para as insurreições e difusão da revolta popular – com papel importante das redes sociais – também será encarada como uma particularidade importante para revelar elementos chaves da forma de sociabilidade na qual se desenvolve o processo.

Retomando as proposições de Alves, nos parece claro que a situação de precariedade, desemprego, subemprego e falta de perspectiva no futuro, especialmente para a juventude, é uma marca constitutiva do processo tunisiano. É justamente por Mohamed Bouazizi não ser um caso isolado, e em sua morte muitos jovens verem

retratados seu próprio presente e seu futuro, que a identificação política é tão imediata. E a situação é comum aos países do norte da África, duramente afetados pela crise estrutural e suas primeiras manifestações ainda no mercado financeiro dos Estados Unidos. O conjunto desses países, que têm em média de 60% a 70% de seus alimentos e produtos básicos importados, é fortemente golpeado pela alta sem precedentes do preço dos alimentos e bens de primeira necessidade no mercado internacional. Somam-se a isso a alta taxa de desemprego nesses países periféricos e a constituição de uma grande massa de jovens, entre 18 e 25 anos, que nunca esteve empregada e não tem qualquer indicativo de incorporação a um mercado formal em retração. Está aí constituído um segmento que tem suas condições imediatas de vida profundamente agravadas no cenário de crise e conforma, não apenas localizadamente, o que anteriormente apontamos como expressão imediata do acirramento das condições materiais e da resposta política a esse acirramento.

Quando indicamos que esse segmento se constitui de tal forma e não apenas localizadamente – isto é, não apenas no contexto específico descrito, os países periféricos do norte da África e a maneira como suas economias são atingidas pela crise estrutural –, retomamos a afirmação feita anteriormente de que esta é uma marca constitutiva do conjunto dos movimentos sociais que eclodem a partir de 2011 como resposta à crise estrutural, algo que os unifica – na África, na Europa, nos EUA e no Brasil, especialmente em relação aos adolescentes e jovens da periferia dos grandes centros urbanos – independentemente de se desenvolverem em formações sociais diferentes. A crise, como determinante fundamental da conjuntura e com impactos globais, se manifesta de formas diferentes nas economias periféricas e centrais, mas seu caráter estrutural confere semelhanças que podem ser identificadas não apenas no elementar fato de que todos os países são afetados por ela, mas também no fato de que

esse caráter, por sua profundidade, revela a incapacidade de a dinâmica até então dominante no capitalismo contemporâneo oferecer expectativa de reprodutibilidade a longo prazo. A agudização de contradições que, sempre presentes, estiveram no entanto mais latentes em outros momentos, escancara os limites da lógica dominante e mostra claramente a uma geração que sua perspectiva de vida, sob essa dinâmica, não irá reproduzir os padrões de seus pais, avós e das gerações anteriores. A noção de uma juventude, portanto, precarizada, não necessariamente proveniente de famílias proletárias (mas também, e significativamente), que não é absorvida pelo mercado de trabalho e é empurrada para uma ‘situação de proletaridade’, assim, nos parece central em todos esses contextos.

Giovanni Alves destaca esse processo como uma “universalização da condição de proletaridade” no contexto da crise, que, para ele, aparece como um dos elementos centrais para a compreensão da eclosão e composição dos novos movimentos sociais. A consequência imediata de uma condição de proletaridade que se universaliza é, obviamente, que o novo segmento formado por essa condição é, por sua vez, composto por uma diversidade social complexa, com diferentes origens.

Junto a jovens desempregados ou empurrados ao emprego informal em todos esses diferentes países, estão, por exemplo, na Europa, jovens proletários atingidos em seus direitos, até então garantidos, pelo desmonte das sobras do Estado de Bem-Estar Social e indivíduos fortemente endividados e usurpados de qualquer garantia de estabilidade (no caso da Espanha, o endividamento no setor imobiliário e os despejos repentinos em massa são exemplares dessa condição); nos EUA, a esse mesmo segmento de juventude precarizada e sem perspectiva de futuro se unem aqueles que sempre se negaram, pela via comportamental, a uma inclusão nessa forma de sociabilidade, como *hippies*, aqueles que a ela serviram e depois foram descartados,

como os veteranos de guerra (segmento significativo se levarmos em conta o fato de tratar-se de uma grande potência imperialista patrocinadora de conflitos e ataques globais sistemáticos no último século), os tradicionais críticos das condições de vida e exploração, como sindicalistas, os profissionais liberais com menos espaço em um mercado em retração, movimentos sociais diversos e muitos outros, fortemente unificados pela crítica à dinâmica desigual e destrutiva de um mercado financeiro com superpoderes e privilegiado frente à vida da população (o que é facilmente compreensível diante das condições, já descritas, do estouro da crise sob a forma de crise financeira nos EUA).

No caso do Brasil, como aponta o sociólogo Ruy Braga⁹ na coletânea *Cidades Rebeldes – passe-livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*, ‘a condição de proletaridade’ se expande com a formação do que chama de *precariado* a partir dos anos de crescimento econômico e o estabelecimento de uma nova configuração no mundo do trabalho do país. Destacando a criação de novos postos de trabalho, dos quais 94% pagam até um salário mínimo e meio, ele enfatiza a empregabilidade para uma juventude urbana e não branca sobretudo em *call centers*, nas formas de trabalho terceirizado, privatizado e financeirizado e no emprego formal no setor de serviços, que combina a superexploração, condições degradantes de trabalho e altíssima rotatividade com o crescimento de uma qualificação educacional privada e noturna (cuja oferta muito aumentou através da expansão dos grandes conglomerados da educação privada, impulsionada pela adoção de políticas públicas educacionais pró-mercado).

Junto a isso, ele ressalta o aumento da oferta de trabalho também no setor secundário, através dos postos precários e rotativos abertos na indústria da construção civil em resposta às demandas geradas pelos megaeventos esportivos, as grandes obras

⁹ BRAGA, 2013, p. 79.

de infraestrutura empreendidas no país e a especulação imobiliária. Pontuando através dos dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), lembra que o país já vinha registrando antes de 2013 um aumento das mobilizações sociais especialmente através das greves, sendo o número de horas de trabalho paralisadas em 2012 75% superior ao de 2011. Assim, ele destaca que as greves operárias nos canteiros de obra de Jirau, Belo Monte, Santo Antônio, Suape e Comperj, assim como a mobilização contra a desapropriação da ocupação popular por moradia em Pinheirinho, são prévias das grandes manifestações urbanas de 2013, marcando a culminância de um processo que combinou a desaceleração do crescimento econômico diante da crise com um mercado de trabalho ainda aquecido, em um cenário em que a inclusão pelo consumo promovida pelos governos Lula e Dilma não foi acompanhada da ampliação dos direitos sociais.

Essa pluralidade dos movimentos, assim, ao mesmo tempo em que expressa a expansão da condição de proletaridade em diferentes segmentos e frações de classe, determina uma difusão de reivindicações e perspectivas políticas quando da constituição desses movimentos. A pluralidade de reivindicações e projetos presentes nos movimentos, como expressão da complexidade de sua composição social, evidencia um momento ainda espontâneo e imediato da consciência: a condição de proletaridade universalizada não foi, obviamente, suficiente por si só para que se produzisse uma identificação política em direção à necessidade de superação do modo de produção que determina a existência desta própria condição de proletaridade, nesse momento universalizada.

Alves resume essa composição complexa como “o denso e vasto continente do novo (e precário) mundo do trabalho e da proletaridade extrema que emerge no bojo dos ‘trinta anos perversos’ de capitalismo neoliberal” (ALVES, 2012, P. 32), lembrando

que, mesmo efetuando uma crítica radical das consequências imediatas do capitalismo como modo de produção da vida, os movimentos contemporâneos mantêm-se no plano dessas contingências e não se configuram, do ponto de vista do projeto histórico, como movimentos anticapitalistas propriamente (mesmo que haja, certamente, muitos segmentos anticapitalistas em seu interior). Assim, a radicalidade da denúncia e questionamento das misérias decorrentes do modo de produção capitalista não é acompanhada de uma identificação das causas estruturais dessas misérias e a necessidade de sua superação. Segundo o analista, é exatamente por essas contradições que o método dialético é indispensável à crítica social contemporânea:

“(...) temos de analisar os novos movimentos com objetividade e na perspectiva da lógica dialética capaz de apreender a riqueza do movimento contraditório do real. (...). Passa a ser imprescindível apreender, no movimento do real, a dialética candente entre subjetividade e objetividade, alcances e limites, contingência e necessidade, barbárie e civilização”. (idem, ibidem, p. 37).

Dessa forma, são movimentos caracterizados, de maneira geral, por uma ruptura com a reprodução acrítica e cotidiana da ordem estabelecida, ao mesmo tempo em que mantêm suas críticas e práticas na ordem dos elementos palpáveis na vivência cotidiana, escapando, à sua natureza espontânea, a elaboração de um projeto totalizante que não se revela na aparência imediata dessas contradições. É nesse cenário que, como sinalizamos anteriormente, as questões urbanas e relativas ao cada vez mais reivindicado “direito à cidade” passam a ocupar papel relevante na pauta política dos movimentos sociais, com destaque para os movimentos que têm a ocupação de praças e espaços públicos como método e/ou o próprio conteúdo da política. Justamente por isso, e percebendo que tal pauta é apropriada e reivindicada de diferentes formas e sob concepções, algumas vezes, inclusive contraditórias, consideramos relevante que, nessa primeira caracterização dos movimentos, nos atentemos mais detidamente a essa

questão. Pensando as maneiras pelas quais as contradições do capitalismo em crise são vivenciadas através de uma série de aspectos da vida urbana, no centro e na periferia da economia mundial, buscaremos refletir sobre seus vínculos com a subjetividade, a cultura e as formas de organização política.

1.2. Que direito a que cidade? A cultura e a cidade na mira da mercadoria

“A cidade tem sido por muito tempo um epicentro de criatividade destrutiva.” (HARVEY, 2013, p. 31) A frase do geógrafo britânico David Harvey, um dos principais pensadores e críticos contemporâneos sobre a questão da cidade e da cultura no capitalismo, é um instigante ponto de partida para pensarmos as confluências entre a questão urbana, as expressões subjetivas/culturais e a política sob as condições do capitalismo contemporâneo e seu momento de crise. Partindo do conceito de trabalho e sua associação com a imaginação/abstração e a construção em Marx, Harvey destaca que somos todos arquitetos de nosso futuro urbano, feitores da cidade e, dialeticamente, sendo por ela feitos através de circunstâncias que não escolhemos. Assim, a relação com a política é, também, uma relação com a cidade e suas formas no capitalismo atual, quando o neoliberalismo impõe uma série de transformações no jogo político que, sob esse aspecto, associam intrinsecamente a cidade à “financerização” da economia. Como muitos têm apontado, as cidades se tornam espaços privilegiados para a reciclagem de capitais, apoiados nas demandas de investimentos de longo prazo, como a construção de grandes estruturas (pela lógica da “produção destrutiva” ou “produção para a destruição”, tão evidenciada no contexto dos megaeventos esportivos), e na expansão imobiliária que, ao mesmo tempo, detona crises e as “resolve” pela perspectiva do capital, servindo de destino para a massa de dinheiro sobre-acumulada.

Como sinalizamos anteriormente, a crise atual do capital não por acaso se manifestou inicialmente como uma crise da “bolha imobiliária” no centro da economia mundial, colocando já no início desse processo uma importante faceta da questão urbana no centro dos acontecimentos.

Consolida-se, assim, o processo em que a cidade se torna prioritariamente uma mercadoria e funciona sobretudo como um polo para atração de investimentos, e não um espaço para moradia e desenvolvimento das subjetividades dos indivíduos – o que, como se sabe, é acompanhado pela instauração de um mal-estar generalizado, marcado pela precariedade dos direitos elementares para a vida urbana. Transporte, para que se possa acessar e viver a cidade, saúde, moradia, lazer, educação, saneamento e outros direitos básicos são também eles mercantilizados e inseridos nos grandes balcões de negócios montados pelo empresariado e poder público. É esse contexto que, segundo Harvey, coloca a questão urbana como epicentro das lutas políticas recentes em todo mundo, que aparecem como cristalizações do mal estar típico das cidades-mercadoria.

O geógrafo chama atenção para como, no caso das manifestações no Brasil e também na Turquia, em 2013, muito facilmente se partiu de algo pontual, específico e relacionado a uma demanda urbana, para processos de mobilização nacionais que, se obviamente guardavam relações com o estopim inicial, ao mesmo tempo ampliavam a pauta para as demandas mais sensíveis dos países. Ele aponta, assim, como o “direito à cidade” necessariamente emerge nesse contexto como uma pauta capaz de unificar movimentos sociais e as demandas populares por saúde, moradia, educação, passe-livre e, também, por democracia nas decisões políticas, mas, ao mesmo tempo, pode facilmente diluir-se em uma pauta genérica e incapaz de operar as necessárias sínteses para o enfrentamento aos interesses dominantes instituídos.

Harvey, assim, alerta que se “todos gostam do direito à cidade”, também as empreiteiras, os bilionários e políticos da ordem compõem essa gama de sujeitos. Os setores dominantes podem, sem romper com a lógica da cidade-mercadoria – mais do que isso, reforçando-a –, reivindicar o direito à sua cidade: aos negócios, às negociatas, à valorização de capitais, aos grandes eventos e à expansão da dinâmica mercantil do espetáculo para toda a sociabilidade urbana. São iniciativas, mesmo as tidas como “alternativas”, que não colocam em xeque o padrão neoliberal de acumulação e suas privatizações do espaço público e, pelo contrário, reforçam a sua lógica.

Assim, segundo o geógrafo, diante de um significante amplo e, possivelmente, vazio do “direito à cidade”, parte fundamental da luta política atual está na batalha pelo seu sentido igualitarista e o seu potencial de enfrentamento à lógica mercantil instituída. Parece-nos importante sinalizar que, ainda assim, também nessas formulações de Harvey pode haver um grau de indeterminação que não dê suficientes respostas sobre o conteúdo da luta política no contexto urbano: afinal, o “sentido igualitarista” não seria, também ele, um significante amplo e passível de esvaziamento/apropriação? Em que medida ele se contrapõe, e de que formas objetivas, à lógica mercantil? E em quais termos isso se traduz nas lutas políticas? Essas são algumas das questões que nos parecem relevantes, mas que por ora apenas nos limitaremos a sinalizar, como problemas, para incrementar nossa reflexão.

Em termos mais gerais, Harvey indica que pensar uma urbanização emancipatória é superar as fragmentações e atuar no sentido contrário da urbanização alienada e repressiva que se impõe contemporaneamente. Deste modo, a luta pela transformação da cidade, com a criação de novos espaços urbanos, exige necessariamente a contraposição à onda privatizante e a ruptura com os limites impostos pelo capitalismo neoliberal. Citando Henry Lefebvre (1996), ele destaca:

“O direito à cidade ‘não pode ser concebido como um simples direito de visita ou um retorno às cidades tradicionais’. Ao contrário, ‘ele pode apenas ser formulado como um renovado e transformado direito à vida urbana’. A liberdade da cidade é, portanto, muito mais do que um direito de acesso àquilo que já existe: é o direito de mudar a cidade mais de acordo com o desejo de nossos corações” (HARVEY, 2013, P. 28).

A identificação dessa disputa política que ocorre, inclusive, em torno à pauta do “direito à cidade” nos ajuda a entender mais profundamente os termos das conexões entre a cidade, a política e a cultura, que aparece como campo fundamental tanto das pautas de reivindicação do direito à cidade em suas variadas formas como do próprio processo de valorização do capital nas cidades-mercadoria. A expansão da dinâmica do espetáculo, compreendido como uma relação social mediada por imagens, para a sociabilidade urbana está combinada aos interesses e à lógica mercantil, reforçando as dinâmicas eventivas e espetaculares que compõem o circuito das cidades-mercadoria. Nesse contexto, nos parece fundamental problematizar a questão da imagem e seu papel na reificação da cidade-mercadoria nos termos propostos por Ermínia Maricato em *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência* (1996).

A urbanista, identificando a necessária articulação contraditória entre legalidade-ilegalidade-Estado-mercado nos centros urbanos da periferia econômica mundial, discute como a ilegalidade na ocupação do espaço urbano adquire uma funcionalidade, sendo responsável por sustentar a exclusão social das classes subalternas e, ao mesmo tempo, parametrar sua relação com a sociedade e a legalidade estatal pela perspectiva do mercado (a capacidade ou não de se garantir o direito à cidade pela via do consumo).

Nesse sentido, ela destaca como o Estado opera uma dupla função em que ao mesmo tempo reprime e tolera as ocupações ilegais (que, no período de elaboração de sua pesquisa, somavam 50% das moradias nas grandes cidades), intervindo, para permitir as ocupações ou removê-las, de acordo unicamente com os interesses privados

dos setores imobiliários e empreiteiras. Para ela, um poder público que “funciona baseado na distância entre a realidade e o discurso precisa investir em imagem”. A imagem, assim, torna-se mercadoria fundamental da cidade e para a cidade no capitalismo periférico – compreendida de maneira ampliada e não apenas como o marketing específico demandado pelos poderes públicos para vender e valorizar suas ações –, o que nos ajuda a destacar a importância da comunicação e da cultura nesse contexto, o aprofundamento da reificação e seus impactos na consciência. Como Estado e mercado usam imagens e como os movimentos sociais o fazem? Qual o lugar da estética e da imagem na perpetuação ou na denúncia dessa articulação contraditória descrita? Cremos que essas são perguntas importantes que nos ajudam a pensar o lugar da estética e da cultura na hegemonia e na contra-hegemonia da luta política na/da cidade.

Nesse contexto em que a cidade-mercadoria demanda e se associa à imagem-mercadoria (dito de maneira mais ampla, à cultura), observamos a cultura mercantilizada passando a ter como um de seus produtos mais dinâmicos nos centros urbanos que explodem em contradições justamente um diluído “direito à cidade”, nos termos pontuados por Harvey. Uma espécie de sobreposição entre um vago movimento social (o “protesto sem protesto” analisado por Silvia Viana¹⁰) e a realização de eventos culturais nos espaços públicos – em que a utilização dos espaços e equipamentos urbanos passa a ser a própria pauta – ganha, assim, destaque apoiando-se em um turvo referencial de contraposição à lógica privatista e excludente das cidades e no “fazer coletivo”, sem que isso se traduza objetivamente em uma pauta política. Mais do que isso, a cultura mercantilizada encontra aí um importante e renovado filão que, na lógica do capital, se associa aos interesses de imobiliárias, empreiteiras e demais segmentos

¹⁰ VIANA, 2013, p.56.

“clássicos” da economia capitalista, desempenhando papel indispensável para formas de “revitalização”, valorização financeira do perímetro urbano e gentrificação com a realização de eventos e espetáculos culturais.

Importantes contribuições para essa reflexão são colocadas pelo Coletivo Passa Palavra, um grupo de intelectuais e ativistas brasileiros e portugueses dedicado à produção de comunicação e debate teórico anticapitalista. Vivenciando diretamente os processos de produção cultural “alternativa” nos grandes centros urbanos e identificando justamente as formas de sua apropriação ou instrumentalização pela hegemonia capitalista, o Coletivo baseia suas análises em experiências bastante concretas e já publicou alguns instigantes materiais sobre essa temática. O artigo *Existe Consenso em SP?*¹¹, tratando mais especificamente da materialização desse fenômeno em São Paulo como parte de uma análise da Rede Fora do Eixo (que se tornou nacionalmente conhecida no Brasil a partir da cobertura das manifestações de junho de 2013 através de seu “braço jornalístico”, a Mídia Ninja, mas é constituída por uma estrutura bem mais ampla que envolve a realização de eventos culturais/políticos em todo o país, sobretudo a partir de verbas obtidas com editais públicos), coloca a questão em termos gerais e discute sua funcionalidade aos interesses dominantes no capitalismo contemporâneo, demonstrando como os poderes públicos não passam ao largo dessa equação. O artigo cita a entrevista de Juca Ferreira, então secretário de Cultura de São Paulo e posteriormente nomeado ministro da Cultura no governo Dilma, concedida ao Portal Farofafá/Carta Capital em 2013:

“As cidades brasileiras permitiram uma degradação dos seus centros. Agora nós fazemos o esforço inverso, de valorizá-los. A saída para isso é gerar um programa de eventos durante todo o ano. A cidade tem mais de 10 milhões de habitantes, é hoje o maior destino turístico do Brasil” (FERREIRA, apud PASSA PALAVRA, 2013).

¹¹ PASSA PALAVRA, 2013.

Torna-se evidente a combinação da cultura como evento/espetáculo, em sua lógica mercantil, com as necessidades de valorização de áreas urbanas. Sob o discurso ideológico da defesa de algo que é necessariamente “bom para todos”, habitantes, turistas, empreiteiras, imobiliárias e poder público, a cultura aparece como trunfo, sob sua forma eventiva/espetacular, capaz de reordenar a cidade e promover as transformações necessárias. A lógica do “bom para todos”, obviamente, sufoca a percepção de que há diferentes – e contraditórios – interesses envolvidos nos processos de reordenação urbana, e que tais transformações afetam os diferentes segmentos da sociedade de maneiras bastante distintas. O artigo joga luz para esta sintonia entre os interesses do novo empresariado da cultura e os “bons e velhos capitalistas de sempre”, chamando atenção para o mapa de atuação desse novo empresariado cultural e sua combinação com as áreas em vias de gentrificação. O ponto chave destacado pelo Coletivo Passa Palavra é justamente o de, nessa associação, o empresariado cultural ter como matéria-prima os movimentos sociais, ou espaços mais genéricos de expressão política, não necessariamente organizados, e, conseqüentemente, o “direito à cidade” que mobiliza especialmente uma juventude insatisfeita com o mal-estar da cidade-mercadoria:

“O Fora do Eixo e seus congêneres encontram um terreno bastante fértil de reprodução entre aquela juventude que carrega consigo algum sentido de indignação, crítica e protesto contra o atual estado de coisas, mas não encontra um projeto político-estético no qual possa se empenhar. Pesa também a carência de grande parte dos coletivos e pessoas ligados à cultura, que dependem materialmente da sua atividade para a própria sobrevivência” (idem).

Um ponto sensível aí levantado, e de especial interesse para nossa investigação, é justamente a carência de projetos político-estéticos que possam ser alternativas a esses segmentos por outra perspectiva, que recoloca o direito à cidade em sua dimensão de enfrentamento à privatização capitalista e construção de outro modelo de sociedade. O

artigo chama, assim, também atenção para o fato de as organizações de esquerda não conseguirem construir canais capazes de atender a tal demanda:

“Esta situação é reflexo do fato de grande parte de nós, à esquerda, termos abandonado a capacidade de ler as transformações políticas, sociais, econômicas e tecnológicas que acontecem diante de nossos olhos, e então expressá-las artisticamente. Desde há muito que o capitalismo não se reafirma como forma social unicamente através da repressão. De tempos em tempos, as técnicas de poder precisam ser renovadas. E, ao contrário do que se poderia supor, a principal característica destas novas (ou não tão novas) engenharias de controle consiste não em manter os dominados imóveis e apáticos frente aos problemas sociais. Ao contrário, tanto mais ela funcionará quanto mais mantiver os de baixo engajados e participativos, contanto que isto aconteça dentro de espaços políticos pré-estabelecidos. É trazendo para a luz iniciativas que antes ocorriam à sombra que as empresas e os governos asseguram a manutenção de seus privilégios. E, em se tratando de forças renovadoras, a atuação sobre a juventude ganha especial importância” (idem).

Temos, então, um cenário em que novas questões referentes à experiência urbana – ou ao mal-estar urbano – parecem se impor de maneira cada vez mais definitiva no cotidiano, ao passo que as formas “clássicas” de organização e mobilização política, sejam as corporativas/sindicais, sejam os partidos e movimentos anticapitalistas, oferecem poucas alternativas para o seu enfrentamento. As contradições urbanas e as formas de vivência de tais contradições se convertem em um potente mecanismo de mobilização, o que não passa despercebido aos setores dominantes e às renovadas necessidades do capital. Como discutido, os interesses de diferentes setores, como os citados ramos da construção, imobiliário, turismo, transporte, encontrando na reordenação urbana uma via material para sua satisfação, associam-se a um repaginado empresariado cultural que opera uma valorização dos espaços físicos sobretudo apoiado nas turvas referências do esvaziado “direito à cidade”. É importante notar que, como indicado nas reflexões do Coletivo Passa Palavra, as formas de expressão culturais e políticas baseadas em sentimentos reais de

indignação e crítica ao mal-estar urbano constituem-se justamente como “terreno fértil” para atuação do empresariado cultural, mobilizando especialmente segmentos da juventude periférica.

Observamos, assim, a detonação de transformações também na esfera ideológica e na produção do consenso, que passa a incorporar e valorizar de maneira destacada algumas das iniciativas vinculadas a essa diluída reivindicação do “direito à cidade”. Vontade de participação, clamor por experiências coletivas, retomada de espaços públicos, contraposição à lógica excludente e atomizada da sociabilidade e outros anseios derivados das contradições urbanas não precisam ser necessariamente sufocados, podendo e devendo ser mobilizados, desde que em perspectivas políticas associadas à ordem.

Insatisfação, mal-estar urbano, vontade de mudança e uma juventude disposta a engajar-se em diversas formas de produção cultural e debate político são elementos concretos das experiências cotidianas que, sem dúvida, carregam um potencial crítico e antissistêmico, revelador das estruturas sociais e dos interesses em disputa no contexto urbano. O que nos parece interessante sublinhar diante das reflexões apresentadas é o fato de esse potencial não representar uma pauta “resolvida” e suficiente, mas, pelo contrário, mais um elemento da disputa política atual. Na imbricação da cidade-mercadoria com a cultura-espetáculo, os anseios por mudanças têm sido captados e colocados nesse circuito como uma maneira de, afinal, diluir as pautas políticas e reproduzir as contradições que estão em sua origem, e não enfrentá-las por uma perspectiva de ruptura.

Por isso, acreditamos ser fundamental pensar as formas pelas quais as experiências com as contradições na e da cidade são percebidas e elaboradas na consciência, contribuindo para o entendimento dos caminhos de sua apropriação pelo

consenso estabelecido. Pensar, assim, as formas de aprofundamento da reificação na cultura contemporânea é um passo fundamental diante de um quadro em que as contradições objetivas são percebidas de maneira fragmentada, serializada e no sentido oposto da elaboração de uma perspectiva totalizante.

Nesse sentido, nos ajudam as reflexões propostas por Mauro Iasi em *A rebelião, a cidade e a consciência* (2013). Para entender de que forma os processos de formação da consciência, atravessados pela ideologia e pela reificação, se desenvolvem no contexto urbano e suas especificidades, o intelectual parte do entendimento de que a própria cidade, em si, é a forma reificada das relações sociais de produção capitalistas e, ao mesmo tempo, o amadurecimento das contradições que estas carregam e engendram. A cidade, assim, não é vista abstratamente como um “espaço”, mas sim como uma expressão dessas relações sociais de produção que não é assim percebida pela consciência.

Pelo contrário, na consciência, os indivíduos vivem a explosão das contradições urbanas como **serialidades** compartimentadas, indicando exatamente como a reificação estrutura a percepção da vida social. Segundo Iasi, a consciência assume a forma particular da realidade social como “a realidade em si”, operando por movimentos de particularismo, superficialidade extensiva e ultrageneralização, o que é de potencial interesse para pensarmos a política, a constituição dos movimentos sociais e sua interação com a cultura e a cidade.

Pensando a ideologia em sua acepção “clássica”, como as relações sociais de produção concebidas como ideias, Iasi destaca seu papel em operar uma soldagem da objetividade e suas contradições em uma subjetividade marcada pela adequação permanente do real como real (como o necessário e inescapável), dando sentido à subordinação e ao mal-estar urbano, se quisermos usar o termo de Harvey descrito

acima. A ideologia e a reificação, assim, são dimensões essenciais da formação da consciência diante das contradições urbanas e, como tal, operam na subjetividade e na esfera da cultura, notadamente na comunicação, que, como dissemos algumas vezes, ganha espaço cada vez maior na sociabilidade do capitalismo contemporâneo. Os produtos culturais, ofertados em abundância, reforçam a lógica mercantil e operam a “soldagem da subjetividade” que obstaculiza os movimentos totalizantes na consciência.

Nesse cenário, a própria comunicação, como tal, é percebida de maneira reificada. A fragmentação na compreensão do existente leva a uma percepção do papel (cada vez mais decisivo) da comunicação de maneira descolada das dinâmicas que a envolvem. As próprias questões referentes às dificuldades para a mobilização social dos grupos subalternos e os obstáculos à organização das formas de resistência, indubitavelmente associadas à formação da consciência e, assim, à ideologia e a reificação, passam a ser percebidas como meras “falhas na comunicação”. A questão da política e suas mediações, entre elas a comunicação e sua relação com os demais aspectos da totalidade social, é substituída por um diagnóstico que chega a se pretender “técnico” e, assim, reproduz a reificação. Iasi destaca, sobre esse debate, que é fundamental não perder de vista que não se resolvem nem se explicam “tecnicamente” as explosões sociais e mobilizações de massa pela mera utilização de aparatos tecnológicos e das redes sociais. As questões da organização, da comunicação e da propaganda, destaca ele, são determinadas pela dinâmica da luta de classes, e a perda desse referencial produz necessariamente análises simplistas e insuficientes.

1.3. Lógica cultural pós-moderna, neoliberalismo e comunicação

Partindo da análise que busca uma compreensão não fragmentária dos novos movimentos sociais, capaz de associá-los às estruturas do sistema capitalista e identificar de que forma as especificidades da atual fase da acumulação capitalista interferem em sua constituição, nos dedicaremos a uma investigação mais específica sobre o lugar desempenhado pela comunicação e a cultura no capitalismo contemporâneo e, assim, seu papel nos processos políticos em que se inserem os novos movimentos sociais. Buscaremos superar uma análise reiterativa que simplesmente exalte o papel das novas tecnologias da comunicação nesses movimentos como suposta comprovação da inadequação definitiva de formas tidas como ‘tradicionais’ na política, seja no método de organização ou no conteúdo da prática e projeto militante.

Como dissemos, os movimentos sociais contemporâneos vêm sendo apontados – pelo fato de terem, em sua constituição, o elemento comum que é a forte presença da prática cultural, da produção de informação alternativa, da disputa narrativa com os meios tradicionais de difusão de informação e outros – como a expressão definitiva de que as práticas políticas contemporâneas inserem-se em disputas de cunho exclusiva ou majoritariamente simbólico. A desvinculação definitiva das estruturas materiais (como parte constitutiva da elaboração de um projeto político) retira do horizonte militante a necessidade de proposição de uma alternativa sistêmica (que leve em consideração a unidade dialética entre estrutura e campo simbólico portanto) e reduz a prática política à disputa – dentro das estruturas estabelecidas, por mais que isso não seja declarado – de narrativas, discursos e/ou posturas existenciais no mundo contemporâneo.

Justamente por isso, como sinalizado na Introdução, nos parece importante dedicar atenção específica à conceituação e análise da lógica cultural pós-moderna, uma

categoria analítica que consideramos válida para pensar nossa temática. Para que possamos estabelecer com qualidade uma polêmica teórica com a perspectiva interpretativa dos movimentos sociais contemporâneos rapidamente exposta acima, é fundamental delimitarmos o que chamamos de “referencial pós-moderno”, assim como indicarmos o porquê de tal conceituação nos parecer válida para designar tais formulações. Da mesma forma, acreditamos que uma investigação mais detida sobre os aspectos da lógica cultural pós-moderna em suas conexões com a atual fase de desenvolvimento do capitalismo colabora grandemente para a compreensão da produção de comunicação dos movimentos sociais, sobre os movimentos sociais e da própria imbricação entre o uso da comunicação e o horizonte político mais geral de tais movimentos.

Pretendemos elaborar, assim, um mapeamento das origens, significados e também do conteúdo da lógica cultural pós-moderna. Nos ambientes acadêmicos, principalmente, mas também nos movimentos sociais, há décadas tem-se discutido (e, em alguma medida, exaltado) a instauração de uma nova era, marcada pela releitura de noções estabelecidas como realidade, objetividade, verdade, história e assim por diante. Denominada pós-modernidade justamente por ser marcada pela ruptura com o paradigma fundador do ocidente e contestar os valores que dele descendem (a "metafísica" dos grandes discursos, a possibilidade de dissociação entre sujeito e objeto permitindo o estabelecimento de uma relação valorativa com a realidade e a apreensão da totalidade dos processos sociais), esta nova era encerraria o período dos chamados "grandes discursos", apontando a necessidade de apreensão imediata da realidade em seu caráter multifacetado.

Partindo das conhecidas formulações do historiador Perry Anderson¹², temos que o primeiro registro que se tem da ideia de um pós-modernismo data da década de 1930. A noção, no entanto, depois de esboçada nessa década, será delineada nos anos 1950 e somente amplamente difundida e consolidada no período que se inicia nos anos 1970 e vai até os 1990, precisamente os anos de estabelecimento do neoliberalismo como modo de reprodutibilidade capitalista. Procuraremos seguir essa trajetória histórica do conceito, descrita por Anderson, que nos parece bastante reveladora de seu sentido, suas mutações e também de seus vínculos com os momentos objetivos em que se desenvolveram.

Cabe destacar que, como sinalizado pelo próprio Anderson, a conceituação do pós-modernismo deve levar em conta que, por suas próprias características, notadamente sua dispersão discursiva, existe uma dificuldade de focalizá-lo de maneira incisiva. Retomando os termos de Eagleton indicados na Introdução, trata-se do “hibridismo” constitutivo do pós-modernismo que, como procuraremos demonstrar, encontra suas razões na própria constituição do fenômeno e, por isso, não invalida o uso de uma categoria comum para identificá-lo. Como salienta Anderson, há, por um lado, no pós-modernismo um tratamento filosófico superficial sem conteúdo estético relevante e, por outro, uma percepção estética sem um horizonte teórico articulado. Indicando que o que ocorreu no pós-modernismo foi uma “cristalização temática sem uma integração intelectual”, o historiador destaca que do ponto de vista ideológico, entretanto, a ideia do pós-moderno era consistente: unificava-se pelo apoio aos princípios que o francês Jean-François Lyotard chamou de democracia liberal como horizonte insuperável da época, ou seja, a noção de que do ponto de vista estrutural não poderia haver nada diferente do capitalismo, denunciando como ilusões ou

¹² ANDERSON, 1999.

“metanarrativas” superadas as tentativas de formulação de alternativas globais ao modo de produção.

Podemos identificar, nas formulações de Lyotard¹³, em sua consagrada obra *A condição pós-moderna*, uma expressão mais cristalizada de tais contornos ideológicos comuns ao pós-modernismo. Segundo Perry Anderson, a obra de Lyotard foi a primeira a tratar, tanto no título como no tema, a pós-modernidade como uma mudança geral na condição humana: partindo da premissa que a sociedade teria superado sua etapa de desenvolvimento industrial, o filósofo francês sustentava a chegada de uma nova era em que o conhecimento se tornara a principal força econômica de produção. A sociedade, então, seria mais bem concebida não como um todo orgânico nem como um campo de conflitos dualistas (como, por exemplo, capital *versus* trabalho, classe *versus* classe), e sim como uma rede de comunicações linguísticas.

É justamente por isso que o traço definidor da pós-modernidade, para Lyotard, é a perda de credibilidade das “metanarrativas” que foram os mitos justificadores da modernidade, a saber: a narrativa derivada da Revolução Francesa, que colocava a humanidade como agente heroico de sua própria libertação através do avanço do conhecimento; e a narrativa descendente do idealismo alemão, a partir de Hegel, que via o espírito como progressiva revelação da verdade. Tais fundamentos, com o descarte das noções de razão e verdade, nos parecem significativos da constituição do pós-modernismo como filosofia e, como procuraremos discutir mais adiante, se expressam como traços importantes no conjunto da sua lógica cultural.

Mas antes, feita essa primeira aproximação, procuraremos retornar ao exame da trajetória histórica do pós-modernismo, que nos ajudará a perceber os vínculos entre o desenvolvimento do termo e seus contextos materiais, assim como as imbricações entre

¹³ LYOTARD, 2000.

suas acepções estéticas e filosóficas. Perry Anderson destaca que, da mesma forma que o modernismo, o surgimento do pós-modernismo não se deu na Europa ou Estados Unidos, centros da cultura convencional, mas sim na América hispânica. O termo foi utilizado por Federico de Onís com o objetivo de descrever um refluxo conservador dentro do próprio estilo modernista, e entrou para o vocabulário da crítica literária dos países de língua hispânica. Ainda assim, Anderson sinaliza que a ideia de Onís não foi muito utilizada nos termos por ele propostos e não alcançou muita projeção.

Apenas vinte anos depois, aproximadamente, o termo "pós-modernismo" surgiu nos países de língua inglesa. Em 1954, Arnold Toynbee o utiliza para tratar de uma categoria de época e não estética. Ele retoma uma classificação de períodos que havia iniciado ainda nos anos 1930 e, no oitavo volume de seu *Study of History*, denominou a época iniciada com a guerra franco-prussiana de "idade pós-moderna". Anderson destaca que Toynbee foi favorecido pela possibilidade de análise da Segunda Guerra Mundial e, assim, normatizou tendências que já havia apontado no primeiro volume do livro, publicado em 1934, a saber: o estabelecimento, a partir do último quartel do século XIX, de uma destrutiva contradição mútua entre as duas forças responsáveis por moldar a história do Ocidente, o industrialismo e o nacionalismo.

As formulações de Toynbee avançaram para a compreensão de que a própria categoria de civilização, a partir da qual se propusera a reescrever o padrão de desenvolvimento da humanidade, não era mais pertinente. Se a civilização ocidental, significando o primado desenfreado da tecnologia, havia se universalizado, isso se traduziria apenas em destruição para todo o mundo. A saída segura para o período então vigente, a Guerra Fria, seria condicionada pela instauração de uma autoridade política global, baseada na hegemonia de uma potência. No entanto, alertava o autor, a longo

prazo somente uma religião universal, necessariamente como fé sincrética, poderia garantir o futuro do planeta.

Anderson destaca também a origem norte-americana do termo, ligeiramente anterior às formulações de Toynbee. Em 1951, o poeta Charles Olson escreveu uma carta ao também poeta Robert Creeley ao retornar da península do Yucatán, e a inicia citando um "mundo pós-moderno", posterior à era dos Descobrimentos e à Revolução Industrial. O historiador sinaliza que, com Olson apareceram reunidos pela primeira vez os elementos para uma concepção afirmativa do pós-moderno: suas formulações eram muito influenciadas por sua experiência na política institucional norte-americana no período da Guerra Fria e por sua proximidade com a política asiática. Olson propunha uma agenda que aliava a “inovação poética à revolução política” na tradição das vanguardas europeias do período anterior à Segunda Guerra. Mesmo tendo apresentado esta concepção afirmativa do pós-moderno, Olson não foi responsável por conseguir cristalizar nenhuma doutrina correspondente à sua proposta de agenda de maneira objetiva.

Anderson prossegue com o exame histórico do desenvolvimento do conceito e aponta que já ao final dos anos 1950 o termo reapareceu, desta vez como uma indicação negativa, daquilo que era “menos moderno”. O sociólogo C. Wright Mills e o crítico de arte Irving Howe o empregaram neste sentido em 1959. Mills utilizou-o para designar uma época marcada pela falência dos ideais modernos do liberalismo e do socialismo, na qual a razão e a liberdade se separam numa sociedade pós-moderna, marcada por um impulso cego e uma conformidade vazia. Howe, por sua vez, usou o termo para descrever uma ficção contemporânea incapaz de sustentar a tensão nos termos modernistas.

Em 1960, inspirado nas formulações de Toynbee sobre a falência da categoria de civilização e sua universalização sob a forma de destruição, Harry Levin conferiu ao termo alguns contornos mais específicos, buscando descrever uma literatura que havia renunciado aos padrões intelectuais do modernismo em prol de um meio termo, que seria o sinal de uma nova cumplicidade entre o artista e o burguês na contradição entre cultura e comércio. Ainda nos anos 1960, esta noção transmuta-se novamente: desta vez, para significar sinal fortuito, estranho, mas de maneira apologética. Em uma conferência patrocinada pelo Congresso da Liberdade Cultural, organizado pela CIA para intervenção na “frente intelectual da Guerra Fria”, o crítico Leslie Fiedler celebrou o surgimento de uma nova sensibilidade entre os jovens estadunidenses, a geração dos "excluídos da história", que teria numa nova literatura pós-moderna sua expressão e acolhida. Tal literatura produziria um cruzamento de classes e uma mistura de gêneros, repudiando as ironias e formalismos modernistas.

Anderson segue sua análise e lembra que tal mudança de sentido também pode ser notada na sociologia de Amitai Etzioni, diametralmente oposta à de Mills. O autor fala do surgimento de um período pós-moderno a partir do fim da Segunda Guerra, no qual a sociedade podia pela primeira vez tornar-se uma democracia "senhora de si mesma" devido ao declínio das grandes empresas e das elites estabelecidas.

Mas, segundo Anderson, a difusão mais ampla e definitiva da noção de pós-moderno só se deu a partir dos anos 1970, como dissemos acima. Em 1972 foi lançado o periódico *boundary 2*, que trazia o termo expresso em seu subtítulo: *Revista de Literatura e Cultura Pós-Modernas*. A partir desta publicação, as contribuições de Olson foram retomadas. O principal artigo, de David Antin, apontava em Charles Olson o mérito de recobrar a energia do autêntico modernismo, constituindo um exemplo que seria o responsável por superar a falência da ortodoxia poética nos anos 1960 e conferir

organicidade ao presente pós-moderno. Anderson sinaliza que esta foi a perspectiva que pela primeira vez adotou a noção de pós-moderno como referência coletiva, mas ressalva que, no entanto, a partir daí houve uma alteração da concepção idealizada por Oslen. De suas concepções, foi aproveitada a defesa de uma literatura prospectiva para além do humanismo, mas o compromisso político com um futuro que superasse o capitalismo foi deixado de lado.

De acordo com Anderson, essa ausência de fusão da visão política com a cultural fez com que o 'espaço intramundano' do pós-modernismo ficasse vago, mas fosse logo ocupado por um dos primeiros colaboradores da revista, Ihab Hassan, que publicou seu primeiro ensaio sobre o pós-modernismo ainda (pouco) antes do lançamento de *boundary 2*. Em 1971, Hassan adotou a noção de pós-modernismo como um conjunto de tendências nas artes visuais, música, tecnologia e sensibilidade em geral que radicalizavam ou rejeitavam as principais características do modernismo. Hassan sintetizou os elementos fundantes do pós-modernismo como tantas "anarquias do espírito", subvertendo as verdades do modernismo. A unidade subjacente do pós-modernismo seria o "jogo entre definição e imanência", fundado nas artes por Marcel Duchamp e sendo seguido na literatura por Ashbery, Barth, Barthelme e Pynchon e nas artes visuais por Rauschenberg, Warhol e Tinguely.

Já em 1980 Hassan incorporou à sua definição uma elaborada "taxonomia da diferença entre os paradigmas modernos e pós-modernos", como aponta Anderson. Um problema, no entanto, permanecia. Tratava-se do seguinte questionamento: o pós-modernismo "é apenas uma tendência artística ou também um fenômeno social?". Hassan seguia perguntando: "Neste caso, como se juntam e separam os vários aspectos desse fenômeno – psicológicos, filosóficos, econômicos, políticos?". Sem responder às suas próprias perguntas, fazia uma importante observação:

"o pós-modernismo, como forma de mudança literária, poderia ser distinguido tanto das vanguardas mais antigas (cubista, futurista, dadaísta, surrealista etc.) como do modernismo. Nem olímpico e distante como este nem boêmio e rebelde como aquelas, o pós-modernismo sugere um tipo diferente de acomodação entre a arte e a sociedade" (HASSAN, apud ANDERSON, p. 26)

E qual seria este tipo de acomodação? Sem entrar nos debates políticos, Hassan recuou e optou por atacar os críticos marxistas por se submeterem ao "jugo de ferro da ideologia". Quanto à política, a definição veio também pela negação, apontando a perda de significado das velhas definições. Termos como "esquerda e direita, base e superestrutura, produção e reprodução, materialismo e idealismo" tornaram-se "quase inúteis, a não ser para perpetuar o preconceito" (idem, p. 27). Observamos, aqui, uma definição pelo repúdio às categorias totalizantes marxistas que será uma marca fundamental do conjunto do pensamento baseado nas perspectivas pós-modernas dali em diante, em bases que, obviamente, não se reduzem às formulações de Hassan.

Segundo Anderson, suas formulações são pioneiras e, ao mesmo tempo, limitadas por "barrarem a passagem ao social". Hassan, no entanto, ao escrever em 1987 a introdução à sua coletânea *A guinada pós-moderna*, considerou que o próprio pós-moderno havia mudado, tendo dado o que considerou uma guinada errada. Segundo ele, o pós-moderno encontrava-se "encurralado entre a truculência ideológica e a ineficácia desmistificadora, preso no seu próprio *kitsch*".

Perry Anderson lembra que foi justamente na razão da desilusão de Hassan com o pós-moderno que se encontrou a fonte de inspiração para a mais reconhecida formulação do pós-modernismo depois dele. Em 1972, Robert Venturi, Denise Scott Brown e Steven Izenour publicaram o manifesto arquitetônico *Aprendendo com Las Vegas*, e projetaram o termo para domínio público em geral através da arquitetura, como destaca comumente Jameson. Esta apreensão arquitetônica do pós-moderno, datada de

1977-78, foi bastante duradoura. E seu alcance foi expandido, imediatamente, numa direção inesperada: assim chegamos à já citada *A condição pós-moderna*, de Jean-François Lyotard, a primeira obra filosófica a adotar a noção, foi publicada em 1979 em Paris. Como indicamos anteriormente, Lyotard toma como fundamento de suas formulações o estabelecimento de uma sociedade pós-industrial, e o faz a partir dos caminhos propostos por Alain Touraine, autor de *A sociedade pós-industrial*, de 1969, e Daniel Bell, de *O advento da sociedade pós-industrial*, de 1973.

Seria esse o contexto em que aquilo que chama de narrativas construídas a partir dos marcos da Revolução Francesa e do idealismo alemão se revelariam falhas e insustentáveis. Aqui, não se trata de aludir necessariamente ao estabelecimento de uma nova etapa histórica em que tais noções não mais se aplicariam, mas sim de apontar que o novo contexto demonstra a inviabilidade das pretensões totalizantes como critério geral. O descarte da razão e da verdade seriam, assim, respostas necessárias a um fenômeno próprio da condição humana. As pretensões totalizantes e grandes discursos seriam, em grande medida, responsáveis pelos desastres evidenciados no século XX.

Um ano após a publicação de *A condição pós-moderna*, Jürgen Habermas proferiu seu discurso *Modernidade - Um projeto incompleto* em Frankfurt. Para Anderson, este discurso pode ser considerado como o polo negativo da tensão produtiva, necessário ao estabelecimento de uma área intelectual (no caso, o pós-modernismo). Habermas discutia o modernismo apontando o efetivo envelhecimento das vanguardas, mudança à qual a ideia de pós-modernidade devia seu poder. No entanto, o autor frisava que a modernidade ainda era um projeto a ser realizado, sendo entendido o projeto iluminista de modernidade em duas vertentes principais: a diferenciação pela primeira vez entre ciência, moralidade e arte, não mais fundidas

numa religião revelada; e a soltura desses domínios recém-liberados no fluxo subjetivo da vida cotidiana, interagindo para enriquecê-la.

Habermas, demonstra Anderson, entendia que esta tarefa não seria fácil, reconhecendo no mundo ocidental o desenvolvimento de correntes críticas do modernismo cultural: eram três correntes distintas de conservadorismo. Dentre elas, juntamente ao anti-modernismo dos "jovens" conservadores e ao pré-modernismo dos "velhos" conservadores, estava o pós-modernismo, uma defesa dos "neoconservadores" que acolhia a reificação de esferas de valor separadas em domínios fechados de especialização, blindados contra quaisquer demandas do mundo objetivo, material, "o mundo da vida".

Se não existem mais "grandes narrativas", se a perspectiva de emancipação humana geral foi abandonada, se os grandes eventos históricos deram lugar a uma realidade multifacetada, que só pode ser apreendida em sua aparência discursiva, cabe uma questão: qual a noção de sujeito que daí se depreende? A lógica instaurada de que fato é valor, precedida pela perspectiva de impossibilidade de dissociação entre sujeito e objeto, aponta claramente para um declínio da noção de sujeito como mais um dos discursos incompatíveis com a modernidade.

Se não há totalidade, não há transformação histórica global possível, e não há, conseqüentemente, um agente para operá-la. A humanidade, assim, deixa de ser compreendida enquanto elemento construtor de sua realidade, e passa a se portar diante dela de forma passiva. Se fato é valor e tudo que pode ser apreendido são os discursos, cabe à humanidade renunciar ao seu papel de sujeito e encarar o mundo sensível como um amontoado de fatos desconexos a serem aceitos. É a partir desses apontamentos que procuraremos investigar o reflexo desta noção de sujeito na criação cultural contemporânea, na produção de mercadorias culturais, na comunicação comercial

hegemônica e mesmo na comunicação e horizonte políticos dos movimentos sociais e elaborados nos espaços de resistência.

Para tanto, partindo da trajetória histórica da noção de pós-modernismo elaborada por Anderson, buscaremos compreender as raízes históricas e materiais que determinaram a possibilidade de seu surgimento e difusão, relacionando as transformações ocorridas na base econômica da sociedade capitalista com a consolidação do referencial teórico e estético do pós-modernismo no período neoliberal. Para isso, procuraremos investigar como a etapa de desenvolvimento neoliberal do capitalismo influencia a percepção e apreensão da realidade pelos indivíduos e, assim, a produção de discursos pela sociedade civil.

Especificamente, nos interessa compreender em que medida a instauração do neoliberalismo influencia a produção cultural e a configuração da indústria cultural no cenário capitalista contemporâneo, entendendo, assim, suas conexões com os processos de formação da consciência e elaboração das visões de mundo dos indivíduos. Assim, buscaremos estabelecer uma relação entre o surgimento da etapa neoliberal de desenvolvimento do capitalismo, a consequente consolidação do referencial pós-moderno, os reflexos específicos desse fenômeno para a produção de mercadorias culturais pela indústria cultural e para a formação da consciência.

É importante frisarmos aqui que compreendemos o neoliberalismo como um modo de reprodutibilidade do sistema capitalista, e não como um modelo econômico próprio, com princípios e ideias particulares que o diferenciem do capitalismo. As contradições fundamentais do capitalismo conduzem, como sinalizado anteriormente, a uma tendência à queda da taxa de lucro obtida pelos capitalistas. O sistema capitalista, no entanto, encontra formas de superar suas crises e fazer frente à queda da taxa de lucros, através da chamada contratendência à queda da taxa de lucro. É sob esta

perspectiva que entendemos a instalação do neoliberalismo como atual modelo de reprodutibilidade do capitalismo, que não rompe com seus pressupostos fundamentais (propriedade privada dos meios de produção, divisão social do trabalho, existência de classes sociais, Estado assegurando a dominação burguesa, exploração do trabalho, extração de mais-valia etc.).

O marco histórico de surgimento do neoliberalismo é a falência do período conhecido como socialdemocracia, caracterizado pela produção em larga escala, com grandes estoques, pelas baixas taxas de desemprego (a política do “pleno emprego”) e pela grande expansão do setor produtivo através da transferência de capitais dos países periféricos para os países de centro. Esse estágio de desenvolvimento do capitalismo permitia e pressupunha o modelo do Estado de Bem-Estar Social nos países centrais, que promovia uma mediação entre os conflitos capital x trabalho garantindo políticas públicas nas áreas de saúde, educação, transporte, moradia, assistência social e estabelecia formas de regulação ao fluxo internacional e à concentração de capitais.

Foi justamente nesse período, comumente denominado de “Era de Ouro” do capitalismo e compreendido entre o final dos anos 1940 e início dos anos 1970, que o discurso e as formulações pós-modernas foram gestados. Segundo a classificação elaborada pelo historiador Eric Hobsbawm, em seu livro *A Era dos Extremos*, a “idade áurea” do capitalismo, precedida pela “Era da Catástrofe” e sucedida pelo “Desmoronamento”, se desenvolve aproximadamente de 1947 a 1974. Segundo Hobsbawm:

“A essa altura, na verdade, observadores sofisticados começaram a supor que, de algum modo, tudo na economia iria para frente e para o alto eternamente. “Não há motivo especial para duvidar de que as tendências subjacentes de crescimento no início e meados da década de 1970 continuarão em grande parte como nas de 1960”, dizia um relatório de 1972”. (HOBSBAWM, 1995, p. 254).

Na sequência, Hobsbawm exemplifica:

“A economia mundial crescia a uma taxa explosiva. Na década de 1960, era claro que jamais houvera algo assim. A produção mundial de manufaturas quadruplicou entre o início da década de 1950 e o início da década de 1970, e, o que é ainda mais impressionante, o comércio mundial de produtos manufaturados aumentou dez vezes”. (Ibidem, p. 257).

A base econômica de desenvolvimento do capitalismo alcançada durante o período da socialdemocracia é de potencial interesse para compreendermos a gestação do discurso pós-moderno e os motivos de sua consolidação no período seguinte, o neoliberalismo. O momento de prosperidade e desenvolvimento capitalista nos países de centro – sempre muito importante lembrar que os países periféricos experimentaram realidades bastante distintas e que as taxas de exploração seguiram se aprofundando nesses contextos – parecia colocar fim aos principais conflitos sociais, integrando a classe trabalhadora ao regime e ao consumo nos países desenvolvidos e superando as contradições até então consideradas antagônicas do capitalismo. Neste sentido, muitos dos teóricos da esquerda passaram a acreditar que o proletariado não seria mais o agente das transformações sociais, e que a sua definição como classe explorada não seria mais compatível com aquele momento histórico.

De acordo com Ellen Wood¹⁴, em seu ensaio *O que é a agenda "pós-moderna"?*, integrante da coletânea *Em defesa da história: o marxismo e a agenda pós-moderna*, é sob essa perspectiva que o pós-modernismo deve ser entendido, em suas raízes históricas, como uma herança intelectual da chamada "Era de Ouro" do capitalismo. O pós-modernismo é considerado, então, um produto da consciência formada na idade áurea do capitalismo, sob a convicção de que a prosperidade seria definitiva e representava a normalidade capitalista.

¹⁴ WOOD, 1996, p. 8.

Conforme citamos anteriormente, foi exatamente no final dos anos 1950, especificamente em 1959, que C. Wright Mills desenvolveu suas formulações que apontavam o fim daquilo que era denominado a Era Moderna e o início da vigência do período pós-moderno, no qual as expectativas históricas preponderantes até o momento teriam perdido todo o seu valor. Segundo ele, a perspectiva iluminista de avanço unificado da razão e da liberdade teria entrado em colapso, suplantadas consequentemente e em definitivo as ideologias dela derivadas, a saber: o socialismo e o liberalismo. Tomando as formulações de C. Wright Mills como marco fundamental de gestação do pós-modernismo, Ellen Wood afirma:

“Wright Mills escreveu na tranquila década de 50, em uma fase de maré alta e prosperidade capitalista (a “sociedade afluenta”) e num clima de apatia política. (...) Na verdade, essa “época de ouro” do capitalismo estava então convencendo outros acadêmicos da geração de Wright Mills (a maioria deles aparentemente cega para o que Michael Harrington denominou de “a outra América”, para não falar no imperialismo americano) de que o problema da sociedade ocidental fora razoavelmente resolvido; que as condições da harmonia social se encontravam mais ou menos em seus lugares; que, na verdade, a visão de progresso do Iluminismo fora mais ou menos posta em prática ou que, no mínimo, nada de muito melhor era provável, necessário ou mesmo desejável. (WOOD, 1996, p.8)”

Daí se depreende, portanto, que as formulações iniciais do discurso pós-moderno, ao apontarem a morte do Iluminismo, não partem de nenhuma grande catástrofe histórica. Baseiam, pelo contrário, seu pessimismo tanto no sucesso como no fracasso do desenvolvimento capitalista. Afinal, os princípios do Iluminismo teriam sido, em grande parte, realizados (“racionalização” da organização social e política, progresso científico e tecnológico em altíssimas escalas, disseminação da educação universal nos países desenvolvidos etc.), mas ao mesmo tempo era perceptível que esse progresso não fora suficiente para aumentar a racionalidade dos seres humanos e que, ao contrário de expandir a liberdade humana, o progresso a havia limitado.

A essa perspectiva de ambivalência entre sucesso e fracasso do Iluminismo soma-se o estabelecimento do Estado de Bem-Estar Social e a consolidação do capitalismo consumista da Era de Ouro, que aprofundam o ceticismo e o descrédito quanto às teorias que reconheciam a exploração da classe trabalhadora e apontavam a necessidade de sua libertação através de uma transformação histórica como norte da intervenção humana na realidade. As consequências dessas formulações, portanto, são bastante claras: instaurava-se a era marcada pelo fim dos “grandes discursos”, da “metafísica trabalhista” e da possibilidade de grandes transformações históricas.

Mas por que, afinal, as teorias e o discurso pós-moderno fortaleceram-se justamente no período que sucede a socialdemocracia, marcado pelo reajuste da economia capitalista e o fim da Era de Ouro? Qual a relação entre o advento da economia neoliberal e a difusão do pós-modernismo? Dialeticamente, como o pós-modernismo atua para legitimar esse estágio de desenvolvimento do capitalismo? Em que medida esse processo influencia na estrutura da indústria cultural, nas mercadorias por ela produzidas e na produção de comunicação na contemporaneidade? Quais os sintomas culturais da prevalência da concepção que decreta o fim da possibilidade de grandes transformações históricas e da noção totalizante da realidade?

Para pensarmos nessas questões, precisamos antes compreender o processo de passagem da socialdemocracia para o neoliberalismo, tanto em seus elementos de ruptura como de continuidade, e analisar a nova composição do capitalismo contemporâneo. Como dissemos, o marco adotado por Eric Hobsbawm para a transição da socialdemocracia ao neoliberalismo é o ano de 1974. Nesse ano, o chamado “choque do petróleo” evidencia os sinais de esgotamento do modelo de desenvolvimento da socialdemocracia e do Estado de Bem-Estar Social, em mais uma crise de superacumulação do capitalismo. A diminuição da exploração da classe trabalhadora

dos países de centro durante a socialdemocracia, com queda dos níveis de extração de mais-valia, foi compensada pelo desenvolvimento tecnológico do capitalismo. Como sabemos, o que gera lucro aos capitalistas no processo produtivo é a exploração do chamado trabalho vivo, ou seja, da força de trabalho humana. Por isso, conforme analisa Marx¹⁵ em *O Capital*, a introdução da maquinaria no sistema produtivo, através da substituição de trabalho vivo por trabalho morto, conduz a uma queda das taxas gerais de lucro dos capitalistas.

A falência da socialdemocracia, portanto, deve ser entendida como reflexo de um momento em que o capital não é mais capaz de sustentar o ônus necessário à manutenção do Estado de Bem-Estar Social e precisa, novamente, aumentar os níveis de extração da mais-valia para fazer frente à crescente queda das taxas de lucro. O equilíbrio do período da socialdemocracia é rompido, e o Estado, que até então atuava para mediar os conflitos capital x trabalho, precisa se tornar mais claramente uma instância de imposição do capitalismo.

Inicia-se, então, um período em que o capitalismo necessita de uma série de ajustes para recuperar suas taxas de lucro. O Estado avança na desregulamentação das relações de trabalho e até mesmo na política de intervenções militares para garantir suas necessidades. Consolida-se, então, o processo de estruturação do capitalismo contemporâneo, já descrito no início desde capítulo, marcado fundamentalmente pela desconstrução do Estado de Bem-Estar Social, com o corte nos investimentos em políticas públicas de saúde, educação, assistência social, transporte, habitação etc., pela enorme redução das medidas limitadoras ao fluxo de capitais (impostos e taxas alfandegárias), pela consolidação da economia transnacional, pelo aumento dos níveis de desemprego e pelo deslocamento do investimento no setor produtivo para o setor de

¹⁵ MARX, 1988, p. 942

serviços, o que é de particular interesse para compreendermos as profundas transformações ocorridas no processo comunicativo e na indústria cultural nesse período.

Em 1989, a famosa reunião de economistas liberais de todo o mundo em Washington, Estados Unidos, formulou os novos rumos da economia mundial diante da insustentabilidade da socialdemocracia. Enumeraram medidas a serem adotadas pelos países periféricos para que se adequassem ao capitalismo mundial, que ficaram conhecidas como o “Consenso de Washington”. O Estado deixava de ser um promotor de políticas públicas e se tornava uma espécie de agitador econômico, através de medidas como a disciplina fiscal (orientação de diminuição dos investimentos do Estado, constituindo o chamado “Estado mínimo”), a reforma tributária, a determinação das taxas de juros pelos mercados financeiros domésticos, a mudança na prioridade das despesas públicas, a abertura comercial, o aumento dos investimentos estrangeiros, a privatização de empresas estatais e a manutenção da garantia de direito à propriedade. A maior parte dos países do chamado Terceiro Mundo seguiram à risca as medidas do Consenso de Washington e aproximaram-se dos organismos financeiros internacionais, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, recebendo créditos da ordem de bilhões de dólares para que seguissem à risca o receituário neoliberal que, posteriormente, converteram-se em dívidas externas exorbitantes.

Como dissemos, é importante frisarmos que, apesar de todas as mudanças que introduziu, o neoliberalismo não significou uma mudança qualitativa nos fatores fundamentais de determinação do sistema capitalista. Caracteriza-se, isso sim, como um conjunto de medidas adotadas pelo capitalismo para recuperar suas taxas de lucro. Justamente por isso, a posição histórica de subordinação da classe trabalhadora na

sociedade capitalista mantém-se inalterada na transição da socialdemocracia ao neoliberalismo.

Assim, do ponto de vista ideológico, a instauração do neoliberalismo não apareceu como uma mudança histórica, operada por qualquer agente social, mas como uma série de ajustes finais para que o capitalismo atingisse sua plenitude. Nesse sentido, a concepção pós-moderna, que apresentava o fim das grandes mudanças sociais, “o fim da história”, como uma consequência da morte dos princípios que a orientavam até então (e não como uma ruptura social, operada pela humanidade), serviu como legitimação para o recrudescimento dos necessários ataques operados pelo capitalismo em seu estágio neoliberal.

Ao mesmo tempo, essa noção foi prontamente acolhida e difundida pela intelectualidade, mesmo de esquerda, cética quanto à possibilidade de transformação qualitativa da realidade e de construção de um sujeito capaz de forjá-la, em um momento em que tal ceticismo se aprofundava diante das verificadas limitações das rebeliões – de juventude, especialmente – que marcaram a década de 1960 e da derrocada do socialismo real no Leste Europeu.

O ceticismo diante do conceito de história, do qual se depreende a impossibilidade de construção do sujeito enquanto agente de sua transformação, marca, portanto, a relação de complementaridade entre o discurso adotado pelos meios oficiais para justificar o neoliberalismo, orientado pela lógica do pensamento único, e o pós-modernismo enquanto discurso utilizado para a legitimação do modelo neoliberal nos meios intelectuais. É esse o cenário que determina o fortalecimento do pós-modernismo. Em paralelo à apresentação do capitalismo em sua forma neoliberal como a única opção possível (discurso oficial do Estado, dos economistas burgueses etc.), difunde-se a compreensão pós-moderna de que a “pretensão” de compreender a realidade sob uma

perspectiva totalizante ao mesmo tempo em que se intervém nela sob uma perspectiva transformadora seria irrealizável e, por si só, responsável por grande parte dos problemas enfrentados pela sociedade.

Fundamentando essa compreensão, estão o ceticismo em relação ao projeto iluminista e a proposição não formulação de um projeto alternativo a ele. Afinal, a tentativa de compreender globalmente a realidade e incidir nela de maneira transformadora seria o maior dos problemas da civilização ocidental. Se a realidade não constitui um todo orgânico, capaz de ser compreendido e transformado, e sim uma série de fatos desconexos a serem aceitos, as tentativas de apreender e transformar a realidade através de uma práxis social dotada de sentido resultariam, necessariamente, em guerras, conflitos, mortes e desagregação social. A partir daí difundem-se e desenvolvem-se as principais premissas do pós-modernismo. Ellen Wood trata da compreensão pós-moderna de impossibilidade de apreensão da realidade concreta nos seguintes termos:

“Os pós-modernistas interessam-se por linguagem, cultura e “discurso”. Para alguns, isso pode significar, de forma bem literal, que os seres humanos e suas relações sociais são constituídos de linguagem, e nada mais, ou, no mínimo, que a linguagem é tudo o que podemos conhecer do mundo e que não temos acesso a qualquer outra realidade. (...) A sociedade não é simplesmente *semelhante* à língua. Ela *é* língua, e, uma vez que todos nós somos dela cativos, nenhum padrão externo de verdade, nenhum referente externo para o conhecimento existe para nós, fora dos “discursos” específicos em que vivemos”. (WOOD, 1996, p.10)

É aí que se verifica a característica perspectiva pós-moderna de impossibilidade de distinção entre sujeito e objeto, que inviabiliza o estabelecimento de uma relação valorativa com a realidade. Nesse sentido, aparece a compreensão de conhecimento científico defendida pela ideologia pós-moderna como um dos mais significativos exemplos de suas premissas epistemológicas. A completa e irrestrita fusão das formas de conhecimento com seus objetos, afinal, serve para legitimar a compreensão de

inexistência de realidade concreta a ser apreendida a partir da práxis social pelos indivíduos, já que cada experiência empírica teria seu próprio caráter.

Como consequência da impossibilidade de apreensão da realidade concreta, e mais, da compreensão de que a realidade não constitui um todo orgânico, aparece a proposição de que a ação política deve abandonar a pretensão de incidir na estrutura da sociedade e voltar-se às questões da ordem exclusiva do específico, do subjetivo, por perspectivas que excluem a relação entre as duas esferas. A aparência imediata e fragmentada da realidade é tomada como parâmetro único para a percepção do mundo.

Novamente em Wood:

“O pós-modernismo implica uma rejeição categórica do conhecimento “totalizante” e de valores “universalistas” – incluindo as concepções ocidentais de “racionalidade”, ideias gerais de igualdade (sejam elas liberais ou socialistas) e a concepção marxista da emancipação humana geral. Ao invés disso, os pós-modernistas enfatizam a “diferença”: identidades particulares, tais como sexo, raça, etnia, sexualidade; suas opressões e lutas distintas, particulares e variadas; e “conhecimentos” particulares, incluindo mesmo ciências especificadas de alguns grupos étnicos. (...) Deve estar óbvio que o fio que perpassa todos esses princípios pós-modernos é a ênfase na natureza fragmentada do mundo e do conhecimento humano. As implicações políticas de tudo isso são bem claras: o *self* humano é tão fluido e fragmentado (o “sujeito descentrado”) e nossas identidades, tão variáveis, incertas e frágeis que não pode haver base para a solidariedade e ação coletiva fundamentadas em uma “identidade” social comum (uma classe), em uma experiência comum, em interesses comuns”. (WOOD, 1996, p.13)

De fato, o próprio capitalismo, como sistema totalizante, não existe para o discurso pós-moderno – o que impossibilita, na prática, a própria crítica ao capitalismo sob tal compreensão. A “política”, enquanto estabelecimento de relações de poder e dominação entre classes e Estados, assim como desenvolvimento de forças de oposição a tais relações, é excluída do horizonte. Neste sentido, as ideias de ação política e projetos universalistas entram em contradição com os próprios princípios fundamentais

do pós-modernismo: ceticismo epistemológico e derrotismo político. O discurso pós-moderno nega a existência de estruturas e conexões estruturais, assim como a possibilidade de análise causal da realidade concreta. Assim, estruturas e causas são substituídas por fragmentos e contingências. Se o sistema social não existe, enquanto uma unidade sistêmica dotada de leis e dinâmicas próprias e unificadas, o que resta são apenas diferentes tipos de poder, opressão, identidade e discurso.

Wood aponta que, diante da negação das “antigas histórias grandiosas” e, paralelamente, da negação da ideia de processo histórico, o pós-modernismo nega a existência de quaisquer processos estruturados acessíveis ao conhecimento humano (e, em consequência, à ação transformadora humana). É aí que se delinea, no entanto, uma contradição em termos que coloca em xeque a própria ideia de desconstrução do processo histórico defendida pelo pós-modernismo: a teoria de mudança de época pós-moderna, afinal, está baseada em uma perspectiva de negação da história? Como é possível, então, defender uma mudança histórica se a História, em última instância, não existe?

A consequência imediata da noção de impossibilidade de compreensão da história e do sistema social (que, na prática, não existe para o pós-modernismo enquanto sistema, como demonstramos anteriormente) é, portanto, a aceitação passiva da realidade imediata em seu caráter fragmentado. Se a humanidade não é capaz de ter um posto de observação distanciado e crítico do sistema capitalista, se tal impossibilidade, logicamente, conduz à inviabilidade de construção de alternativas históricas a esse sistema, a única perspectiva que resta é a aceitação do que está dado.

Em última instância, a pós-modernidade não é, para os intelectuais pós-modernistas, um momento histórico, mas a própria essência da condição humana, como também sinaliza Anderson em relação às formulações de Lyotard. É justamente aí,

conforme demonstra Ellen Wood, que, na tentativa de negar a existência das determinações materiais, o pós-modernismo revela-se um dos fenômenos cujas fundamentações objetivas se tornam mais gritantes. Segundo Wood, “não há, na verdade, melhor confirmação do materialismo histórico que a conexão entre cultura pós-modernista e um capitalismo global fluido e consumista” (Ibidem, p. 18).

É importante ressaltarmos aqui, no entanto, que apesar de todas as suas contradições, o pós-modernismo reage, obviamente, a alguma coisa real, às condições do mundo contemporâneo e, especialmente, às consequências da instauração do estágio neoliberal de desenvolvimento do capitalismo. Como sinaliza Eagleton, há “pontos fortes” no pós-modernismo, de nosso ponto de vista, questões que expressam as contradições de um novo momento histórico e precisam ser levadas em conta e confrontadas com a categoria da dialética.

Foi isso que procuramos demonstrar quando discutimos os motivos que possibilitaram o desenvolvimento do discurso pós-moderno no período neoliberal. Apontamos, portanto, que o pós-modernismo aparece como uma ideologia orgânica do capitalismo em seu estágio neoliberal, a partir da compreensão gramsciana. O discurso pós-moderno, afinal, se estabelece em um momento de refluxo das compreensões críticas e transformadoras da realidade, oferecendo um diagnóstico dos elementos que o constituem. Quando o capitalismo não consegue mais se sustentar sobre os valores do Iluminismo ele faz, por assim dizer, um “giro” em sua ideologia e passa a desqualificar a possibilidade de existência de qualquer valor como universal. Em uma perspectiva que retomaremos no último capítulo, temos aí mais uma expressão da “destruição da razão” pela burguesia como classe dominante, na esteira de debates proposta por Lukács. Assim, o capitalismo utiliza-se do discurso ideológico para construir sua hegemonia (novamente em Gramsci), ou seja, transmitir seu conjunto de ideias particulares e úteis

(indispensáveis) à sua reprodução como ideias de toda a sociedade e, em última instância, inerentes à própria humanidade.

Passaremos, agora, à análise das consequências específicas da instauração do neoliberalismo e da difusão do discurso pós-moderno para o processo da comunicação, a composição da indústria cultural e a produção de mercadorias culturais no capitalismo contemporâneo. Como dissemos anteriormente, as mudanças no caráter do Estado na economia neoliberal, especialmente através do mecanismo de transferência dos capitais do setor produtivo para o setor de serviços, têm grande impacto no processo comunicativo. Grande parte dos capitais investidos no setor de serviços é direcionada à indústria cultural, que se desenvolve enormemente e passa a assumir papel fundamental para a difusão da ideologia dominante. Como indicamos na Introdução, há nesse período um salto de qualidade no papel ideológico desempenhado pelos meios de comunicação para a reprodução do capitalismo, com uma sociabilidade fundamentalmente mediatizada sendo constituída em todo o mundo.

É nesse cenário, próprio do capitalismo contemporâneo, que se instaura o mercado simbólico, conforme teorizado por Fredric Jameson¹⁶. Esse nos parece um aspecto fundamental da constituição da lógica cultural pós-moderna, bastante revelador do caráter assumido pelos processos de formação de consciência nesse cenário e seus contornos específicos na atual fase de reprodutibilidade do capitalismo. Há, claro, elementos mais gerais, próprios da relação entre a indústria cultural e o capitalismo desenvolvida no período anterior, que permanecem – como dissemos, o neoliberalismo não institui um novo modo de produção – e mesmo se complexificam. Procuraremos, então, destacar os pontos de continuidade e também o que há de novo e específico nessa

¹⁶ JAMESON, 1996, p. 279.

relação, pensando o mercado simbólico e seus impactos nos processos de formação da consciência.

Jameson parte exatamente dos pontos de continuidade, retomando as formulações de Adorno e Horkheimer e tratando da generalização da lógica da mercadoria para a produção cultural. Pensando na expressão da sobreposição do valor de troca em relação ao valor de uso (movimento típico da generalização das relações sociais de produção capitalistas) na esfera da cultura, ele lembra que, na indústria cultural, esse processo se apresenta sob a forma de dissociação entre a reflexão e o consumo de bens culturais. O consumo do entretenimento passa, então a estar cada vez mais associado ao abandono da reflexão e da capacidade dos indivíduos de valorar/criticar aquilo que é consumido. Em Adorno, o processo de desenvolvimento da chamada “atenção passiva” é uma exigência para o consumo das mercadorias culturais ofertadas pela indústria, que promovem uma fragmentação/serialização do real. O que Jameson procura discutir são as maneiras pelas quais isso se acentua na contemporaneidade, diante da oferta muito superior dessas mercadorias e de sua velocidade. O mercado simbólico, assim, se constitui como o espaço de produção, difusão e consumo das mercadorias culturais que têm como principal característica justamente o fato de a humanidade inserida em suas dinâmicas abdicar de sua função como construtora da realidade, percebida em sua totalidade, e se tornar uma mera apropriadora passiva de mercadorias. O movimento é marcado pelo abandono da perspectiva de **sua construção como sujeito** e o rebaixamento à categoria de objeto, em um fenômeno que se reproduz na cotidianidade e parece confirmar-se, reiterar-se, de diversas formas.

Se toda a sociabilidade é fortemente atravessada pelos meios de comunicação e pelos produtos da indústria cultural, constituindo-a como uma sociabilidade

mediatizada, e ao mesmo tempo o consumo de tais bens materiais e simbólicos significa uma lógica permanente de adaptação e legitimação do real, ou mesmo de bloqueio das conexões totalizantes entre o simbólico e as estruturas em que este se produz (pelos processos já citados de fragmentação/serialização), temos um circuito muito ampliado da reificação e da ideologia na formação da consciência sob o capitalismo contemporâneo. A realização humana não mais se dá através do exercício de sua práxis social, e sim do consumo de bens materiais e simbólicos, o que se significa a sua permanente adaptação ao que já está dado.

É importante notarmos, ainda, os sintomas estéticos desse processo e a forma como influencia a criação artística e comunicativa pelos indivíduos contemporâneos, objeto relevante para pensarmos o lugar da comunicação, da cultura e da arte para os indivíduos envolvidos nos processos de mobilização social que analisamos aqui. É fundamental entendermos que, na arte contemporânea, sobretudo no que se refere à noção de sujeito introduzida pelo referencial pós-moderno, esses pressupostos se expressam especialmente a partir da dissolução da arte nas formas de produção de mercadorias, o traço característico da cultura pós-moderna. Em seu ensaio *Capitalismo, Modernismo e Pós-Modernismo*, Terry Eagleton¹⁷ afirma que uma das diferenças fundamentais da estética pós-modernista para a modernista é a resposta dada, ou a saída escolhida diante do dilema imposto pelo crescente desenvolvimento da indústria cultural.

O alto modernismo surge como uma negação da (em luta contra a) cultura mercantil de massa. Para rechaçar sua rendição ao *status* mercantil, a obra de arte moderna põe entre parênteses o mundo histórico real, desarrumando suas formas como uma maneira de bloquear o seu consumo instantâneo. Assim, a obra moderna estende

¹⁷ EAGLETON, 1995, p. 53

sua própria linguagem ao seu redor para tentar evitar a humilhação de se tornar um objeto instantaneamente intercambiável. No entanto, esse mecanismo o leva a reproduzir outro lado da mercadoria: o fetichismo.

Portanto, no artefato moderno trata-se da mercadoria enquanto fetiche resistindo à mercadoria enquanto troca. Segundo Eagleton, a solução, aí, parte do próprio problema da reificação. A saída escolhida pelo pós-modernismo é outra: opta-se por admitir claramente que a obra de arte é uma mercadoria, num processo em que a mercadoria como bem mecanicamente reproduzível (pós-modernismo) expulsa a mercadoria como aura mágica (modernismo).

Ao apontar esta diferenciação, Eagleton ressalta que o modernismo tem grande parte de seu valor exatamente por continuar a lutar por um sentido para a produção artística. Mesmo que a ideologia tradicional de representação esteja em crise, isso não significa que a busca da verdade foi necessariamente abandonada, como quer o pós-modernismo. A interpretação pós-modernista deste processo configura-se, aí, como um pastiche (bem ao modo característico da cultura pós-moderna, conforme definido por Jameson) da proposição brechtiana de que o mau contém o bom (uma alusão ao hábito marxista de extrair o momento progressista de uma realidade de outro modo intragável), ao entender que, na verdade, o mau é bom; mais ainda, mau e bom não existem, são conceitos "metafísicos" ultrapassados por uma ordem social que não deve ser afirmada ou denunciada, mas simplesmente aceita. Então, se a arte tende a mercantilizar-se, que aceitemos e celebremos seu caráter mercadológico.

Daí depreende-se que a perspectiva da arte pós-moderna de se assumir definitivamente enquanto mercadoria vai diretamente ao encontro dos princípios pós-modernistas que expusemos anteriormente: dada a impossibilidade de atuação

transformadora na realidade, resta-nos apenas a aceitação passiva dos efeitos do desenvolvimento inexorável do capitalismo.

Queremos articular a perspectiva exposta acima a uma peculiar observação de Perry Anderson. Segundo o historiador, a perspectiva da arte pós-moderna abandona a própria ideia de vanguarda, ou mesmo de gênio individual, tão comum ao modernismo e aos outros movimentos coletivos anteriores (como simbolismo, futurismo, expressionismo, construtivismo, surrealismo). À falta, entretanto, de um sistema de designação intrínseco ao campo das práticas artísticas (por significar justamente não delimitação, mistura, cruzamento), o unificador externo alcançado pelo pós-modernismo foi capaz de fechar a lacuna entre o nome e a época, algo nunca logrado pelo modernismo.

Verificada essa unificação, queremos propor aqui que o pós-modernismo enquanto estética e produção de entretenimento importa a noção (a)histórica da ideologia pós-moderna, no que se refere à ausência de sujeito. A falência da vanguarda e dos gênios individuais, assim como a aceitação da arte definitivamente convertida em mercadoria (em paralelo à aceitação do capitalismo enquanto única possibilidade histórica) aparecem, então, como sintomas estéticos deste processo e compõem a lógica cultural pós-moderna.

Como vimos, a lógica de desumanização da humanidade, através da instauração do mercado simbólico, dá um salto de qualidade no período neoliberal, através do desenvolvimento sem precedentes da indústria cultural. Por sua vez, a indústria cultural atua de forma ainda mais definitiva para legitimar o capitalismo, transmitindo valores que conferem todo poder e responsabilidade sobre a vida social ao “mercado” e apontam para a incapacidade humana à realização de sua própria emancipação.

Essa vinculação entre neoliberalismo, desenvolvimento da indústria cultural e a ideologia mercantil por ela veiculada promove um salto de qualidade no processo de reificação que ocorre em qualquer etapa de desenvolvimento da sociedade capitalista. A reificação aparece sob a forma da construção do neoliberalismo como uma generalidade que deriva de uma série de elementos parciais, representados pelas diversas manifestações do conjunto das relações sociais e pelas produções midiáticas. Quando a generalização ocorre, ela opera importantes modificações na essência das relações sociais e suas representações. As relações sociais, constituídas pela humanidade e, portanto, sujeitas à transformação operada pela própria humanidade, aparecem como uma lei objetiva, externa à construção humana, à qual só resta a submissão passiva e acrítica.

Esse processo se verifica também quando o “estar consumindo” uma mercadoria cultural, o “estar entretido”, se sobrepõe ao conteúdo da mercadoria em questão. Tal lógica conduz, então, à desistência do indivíduo em constituir-se como sujeito e sua transformação em mero objeto consumidor e reproduzidor do que está dado. O consumo se dissocia do questionamento ao produto consumido, e passa a ter valor próprio como consumo, em si. Como dissemos, a reificação ganha força no capitalismo neoliberal e interage estreitamente com o discurso pós-moderno, já que a aparência contingente e fragmentada das relações sociais é fundamental para que o processo reificador se desenvolva. É necessário que os indivíduos estabeleçam relações sociais específicas que lhes aparentem o caráter de lei objetiva, externa à sua construção e, portanto, impossível de ser questionada. As relações sociais, então, são aceitas como um “dever ser” inexorável, que, ao mesmo tempo, precisa ser tendencial. Ou seja, esse “dever ser” nunca se realiza e exige, assim, a adaptação permanente dos indivíduos à sua realidade

objetiva, que é complementada por uma suposta realização fora de tal realidade objetiva, no campo da fantasia.

No processo de reificação, as relações entre os diversos sistemas parciais, entre cada realidade específica, aparentam ser produzidas por esses próprios sistemas parciais, por conta de um princípio que lhes é interno. Esse princípio, que aparenta ser interno a esses sistemas particulares e aos indivíduos que constituem o processo, passa a constituir mecanismos de supra-ordenação dos sistemas particulares. Tais mecanismos parecem conferir à interação desses sistemas um sentido de desdobramento de sua própria essência, o que permitiria que seu resultado fosse previsto e calculado.

Assim, o sistema final, a totalidade, aparece como uma calculabilidade, uma supra-ordenação tendencial, uma formalidade, e não um conjunto formado de determinações materiais e contradições, com uma dinâmica própria. A totalidade concreta do processo social, que determina cada uma de suas partes, é substituída, na consciência dos indivíduos, por uma totalidade formal, que parece resultar de interações intersubjetivas.

O processo de supra-ordenação tendencial da realidade, então, se estrutura a partir da fragmentação da realidade na consciência dos indivíduos e do princípio da calculabilidade que constitui aquele processo. Cabe, portanto, uma pergunta: qual o elemento material que permite e determina a perda da noção de realidade enquanto totalidade e sua substituição por uma realidade vivenciada em sua aparente fragmentação? O processo de perda da consciência do real como totalidade concreta é fundamental para o funcionamento do capitalismo, e encontra suas bases materiais na relação dialética entre uma mercadoria concreta e seu processo de produção com a consciência reificada necessária para sua produção e, ao mesmo tempo, decorrente dessa produção.

Isso se estabelece porque o processo de produção capitalista é baseado na objetivação da força de trabalho, que estabelece a cisão entre objetividade e subjetividade. No momento da definição de sua sociabilidade, uma parte do indivíduo se torna um objeto. Nesse momento, o indivíduo perde sua subjetividade, a noção de totalidade e mediação. O processo de reificação, conforme procuramos demonstrar acima, implica a perda da noção de totalidade social, construída pela humanidade e passível de transformação, assim como a ausência da constituição do indivíduo como sujeito, capaz de operar tal transformação. Como dissemos, esse processo é potencializado no período neoliberal e fortalecido pela difusão do discurso pós-moderno.

Na realidade, como procuramos demonstrar anteriormente, trata-se da abdicação do papel de sujeito pelos indivíduos, que se rebaixam à categoria de meros objetos. A desintegração das ideologias tradicionais do sujeito é tomada, pelo pós-modernismo, como o desaparecimento definitivo do próprio sujeito, que se converte em uma descentrada rede de conexões, permeada pelos atos de consumo das mercadorias reificadas e pelos meios de comunicação, em um processo que abandona a perspectiva de intervenção crítica do indivíduo na realidade social em que está inserido.

Outro traço essencial da obra de arte pós-moderna reside na noção de pastiche, segundo Jameson:

“O pastiche é, tal como a paródia, a imitação de uma máscara peculiar, discurso numa língua morta; mas é uma prática neutra desse mimetismo, isenta das motivações ulteriores da paródia, amputada de impulso satírico, carente do riso e de qualquer convicção de que, ao lado da língua anormal momentaneamente emprestada, exista alguma saudável normalidade linguística”. (JAMESON, 1996, p. 284)

O pastiche, portanto, não imita para ironizar, para criticar. Imita tomando emprestado o objeto como verdade, sem questionar ou refletir. De nosso ponto de vista,

esse é um elemento essencial para pensar a criação comunicativa e artística contemporânea, identificando o referencial pós-moderno do pastiche com a aceitação passiva da realidade e a dissolução da noção de sujeito.

Do ponto de vista artístico, a lógica cultural pós-moderna se manifesta sob a forma de mercadorias que, consumidas passivamente, reforçam a desumanização da humanidade e seu rebaixamento à categoria de meros objetos consumidores. Ao mesmo tempo em que a ideologia pós-moderna atua para legitimar a mercantilização da arte e dissolver a perspectiva de estabelecimento de relações valorativas e críticas com a realidade, ela impulsiona uma produção artística cada vez mais comprometida com a reprodução de seus próprios valores.

1.4. Reconstruindo a totalidade: comunicação e movimentos sociais sob uma perspectiva dialética

Seguindo o esforço de retomada de um método dialético para a crítica social contemporânea, o que impõe, necessariamente, a reafirmação da categoria da totalidade, buscaremos aqui apontar um reconhecimento das disputas simbólicas que não prescindam dos necessários vínculos materiais (compreendendo a sobredeterminação dialética entre essas esferas) e, assim, permita inserir a análise do papel desempenhado pela comunicação e a cultura no esforço de elaboração de uma alternativa sistêmica ao modo de produção da vida atual, a partir de suas especificidades contemporâneas e leis gerais.

Acreditamos que, associadas a essa perspectiva, estão as formulações do filósofo esloveno Slavoj Žižek, que critica o tratamento das mobilizações da Primavera Árabe e do Movimento Occupy como “evento” e busca depreender, de suas especificidades e da negação do consenso capitalista, respostas que caminhem no sentido de um projeto

coletivo e totalizante que corresponda aos temas da contemporaneidade. O trecho abaixo foi retirado de seu discurso, intitulado *A tinta vermelha*, aos manifestantes do Occupy Wall Street, na Liberty Plaza, Nova Iorque, em 2011:

“Não se apaixonem por si mesmos, nem pelo momento agradável que estamos tendo aqui. Carnavais custam muito pouco – o verdadeiro teste de seu valor é o que permanece no dia seguinte, ou a maneira como nossa vida normal e cotidiana será modificada. Apaixone-se pelo trabalho duro e paciente – somos o início, não o fim. Nossa mensagem básica é: o tabu já foi rompido, não vivemos no melhor mundo possível, temos a permissão e a obrigação de pensar em alternativas. Há um longo caminho pela frente, e em pouco tempo teremos de enfrentar questões realmente difíceis – questões não sobre aquilo que não queremos, mas sobre aquilo que QUEREMOS. Qual organização social pode substituir o capitalismo vigente? De quais tipos de líderes nós precisamos? As alternativas do século XX obviamente não servem.”. (ZIZEK, 2011).

Essa crítica à ‘política eventiva’ nos parece central no esforço de identificação da necessidade de constituição de uma alternativa não pontual ou discursiva, mas sistêmica, ao capitalismo. É importante também destacar que Zizek, ao apontar essa necessidade, não acredita que ela se expresse como algo dado ou resolvido nos movimentos contemporâneos, que, por suas especificidades, carregam aquilo que ele identifica como um “violento silêncio de um novo começo”. Este, para Zizek, seria um ponto comum aos movimentos, em relação à elaboração de proposições e mesmo de um programa positivo. Em seu artigo também publicado na coletânea *Occupy – movimentos de protesto que tomaram as ruas*, o filósofo esloveno destaca a ruptura provocada por esses movimentos, tendo como pano de fundo a crise econômica e a ruptura com o senso comum de ‘intocabilidade’ do capitalismo como único horizonte possível.

Ele destaca, assim, que, no momento de eclosão dos movimentos que expressam essa ruptura política e ideológica – despertando para a luta política gerações que nunca vivenciaram a política ou trazendo novamente à ação gerações já desacreditadas dos processos coletivos, em que as alternativas já prontas parecem não

responderem ao conjunto dos anseios e questões colocadas pela dinâmica da realidade objetiva –, o “silêncio” cumpre importante papel. Sempre reafirmando que um programa é necessário, que a reflexão sobre “o dia seguinte” e o caráter “não eventivo” das mobilizações são fundamentais, Zizek aponta algo como uma necessária paciência e um tempo de maturação para evitar que seus impulsos sejam captados pela ideologia dominante. Em suas palavras:

“Nesta etapa, devemos resistir precisamente a uma tradução assim apressada da energia das manifestações para um conjunto de demandas pragmáticas ‘concretas’. Sim, os protestos realmente criaram um vazio – um vazio no campo da ideologia hegemônica –, e será necessário algum tempo para preenchê-lo de maneira apropriada posto que se trata de um vazio que carrega consigo um embrião, uma abertura para o verdadeiro Novo. (...) qualquer debate aqui e agora permanece como um debate no território do inimigo: é preciso tempo para posicionar o novo conteúdo”. (ZIZEK, 2012, p. 19)

Zizek ainda faz uma observação importante, ao polemizar com a análise da jornalista estadunidense Anne Applebaum publicada no *Washington Post* de 17 de outubro de 2011 (com o título ‘*What the Occupy Protests Tell Us about the Limits of Democracy?*’) sobre o que poderia ser identificado como um elo constitutivo de identidade entre as mobilizações daquele ano. Em um dado momento de sua análise, Applebaum afirma: “Diferentemente dos egípcios da Praça Tahrir, com quem os manifestantes de Londres e Nova York se comparam de maneira aberta (e ridícula)...”.

O filósofo destaca que essa análise reduz os protestos da Praça Tahrir a reivindicações pela democracia de estilo ocidental, apontando que, se esse pressuposto fosse verdadeiro, de fato seria ridículo aproximar o Movimento Occupy à Primavera Árabe. Afinal, os manifestantes ocidentais estariam reivindicando o que já têm: instituições democráticas. É a partir daí que o autor chama atenção para o fato de que há, sim, uma identidade comum que permite aproximações entre esses movimentos e que não se trata da reivindicação por instituições democráticas nos moldes ocidentais:

segundo ele, o que os une é precisamente “o descontentamento geral com o sistema global capitalista, que, é claro, adquire diferentes formas aqui e ali”. O fato de inexistir um programa claramente anticapitalista elaborado não significa que esses movimentos não expressem uma luta que é, fundamentalmente, um grito de “basta” às dinâmicas impostas pela sociabilidade capitalista.

A retomada da perspectiva que relaciona os potenciais de negação global do capitalismo expressos nos movimentos contemporâneos com os limites, do ponto de vista da consciência e da prática política, desta mesma negação, é importante porque nos permite identificar estas mesmas contradições dialéticas no interior do processo revelado pelo fato de tais movimentos carregarem, como marca constitutiva, a ênfase nas mediações comunicativas e culturais. Ou seja, o fato de tais movimentos terem manifestado esse ‘violento silêncio de um novo começo’, sem programas ou alternativas sistêmicas elaboradas, não significa que o esforço de buscar nas mediações culturais e simbólicas índices constitutivos dessa alternativa totalizante (ainda inexistente, obviamente) seja desnecessário, ultrapassado ou anacrônico.

Por isso, buscaremos uma análise que identifique o lugar desempenhado pela dimensão simbólica nos novos movimentos em suas relações com o papel da comunicação e cultura no capitalismo contemporâneo. Identificaremos, assim, a atuação da mídia comercial como importante força política de produção e reprodução da ideologia dominante e destacaremos seu impacto objetivo tanto na disputa de consciência que se instala na sociedade diante da eclosão dos novos movimentos sociais como na própria configuração desses movimentos.

Zizek, ao identificar o tratamento da mídia aos processos de 2011, lembra a expressão persa *war nam nihadan*, que significa “matar uma pessoa, enterrar o corpo e plantar flores sobre a cova para escondê-la”. Segundo ele, a ideologia hegemônica se

ocupou inicialmente em neutralizar a dimensão emancipatória contida na eclosão dos movimentos e, depois, em tratá-los em sua superficialidade de maneira supostamente ‘positiva’, não escancarando, assim, um tratamento que ajuda a atacar, no plano da consciência, o conteúdo político do fato em questão. Alves aponta, seguindo a mesma lógica de interpretação, que a atualidade é atravessada por uma poderosa batalha midiática e que o conteúdo de enfrentamento com o sistema desses movimentos é atacado simultaneamente pelo aparato repressivo dos Estados – que endurece o controle e sufocamento pela força conforme os movimentos se ampliam e se tornam mais ameaçadores – e pela grande mídia comercial, que cumpre a tarefa de invisibilizá-los em seus eixos políticos principais e reduzidos a fatos fragmentados, episódicos e pouco significativos.

Um mecanismo central no tratamento da grande mídia aos novos movimentos sociais e o contexto em que ocorrem é seu enquadramento permanente e inquestionável no que Zizek chama de “moldura liberal democrática”. Isso quer dizer que até há um espaço para que os produtos midiáticos retratem os excessos poluentes de grandes corporações ao meio ambiente, a corrupção dos representantes do sistema financeiro socorridos com dinheiro público, a piora das condições de vida da população, os casos diversos de superexploração do trabalho e outros. A grande questão é que o ponto de partida (e de chegada) inquestionável e imutável de tudo que se relaciona a esses temas na grande mídia é que qualquer luta contra isso é encarada como protestos contra ‘excessos’ dentro de uma ordem que precisa ser mantida e reconstruída. A moldura do Estado burguês, com todo o seu aparato superestrutural, e das formas de produção que o sustentam permanecem sempre intactos e fora de qualquer campo de retratamento e questionamento pela mídia.

As análises do filósofo Vladimir Safatle acerca do tratamento da mídia hegemônica aos movimentos sociais de 2011 também nos ajudam a compreender de que maneira elas buscam agendar uma percepção que nega a esses movimentos qualquer consistência e retira do horizonte as possibilidades de formulação de um projeto sistêmico. Diz Safatle:

“Atualmente, boa parte da imprensa mundial gosta de transformá-los em caricaturas, em sonhadores vazios sem a dimensão concreta dos problemas. Como se esses arautos da ordem tivessem alguma ideia realmente sensata de como sair da crise atual. Na verdade, eles nem sequer sabem quais são os verdadeiros problemas, já que preferem, por exemplo, nos levar a crer que a crise grega não é o resultado da desregulamentação do sistema financeiro e de seus ataques especulativos, mas da corrupção e da ‘gastança’ pública. Nesse sentido, nada mais inteligente do que uma pauta que afirme: ‘Queremos discutir’”. (SAFATLE, V. 2012, p. 49)

Aqui, podemos retomar a noção de Žizek, apresentada anteriormente, em relação ao necessário ‘silêncio’ programático que compõe esses movimentos e expressa um momento de sua consciência na negação das alternativas pragmáticas que, apresentando-se na imediaticidade, necessariamente estão dentro da ‘moldura liberal democrática’ da ordem que se arruína. Como apontamos, para essa crítica social o método dialético e a categoria da contradição são indispensáveis, e o que o tratamento midiático analisado por Safatle faz é exatamente o oposto: em uma leitura linear (inserida na moldura liberal burguesa inquestionável), ao mesmo tempo em que retira, de saída, qualquer elemento de compreensão mais profunda do processo político em suas relações com as dinâmicas estruturantes do capitalismo contemporâneo, condena os manifestantes e suas lutas por uma suposta ‘ingenuidade’ ou ‘superficialidade’ que se comprovaria com a falta de um programa pronto e acabado em sua constituição (de ‘propostas concretas’, que é o que reivindicam na realidade, justamente aquelas que

encaminhariam tais movimentos para respostas óbvias e acessíveis ao senso comum da ordem).

Há, ainda, outro mecanismo importante na atuação da grande mídia, analisado por Harvey. Ele destaca que, quando os problemas políticos e econômicos correntes se transformam em questões da cultura (aqui no sentido de questões presentes na sociabilidade), passando a se fazer presentes na consciência cotidiana e desempenhando papel central nas formas de mediação simbólica que os sujeitos elaboram na sua vivência prática, a burguesia sabe que se torna muito mais difícil respondê-los. Nesse contexto, a grande mídia cumpre papel central ao acionar uma grande gama de ‘especialistas’ para tratar desses assuntos de forma técnica, retirando deles sua dimensão política e afastando-o do que são: questões objetivas que dizem respeito ao dia a dia e ao futuro da vida dos indivíduos. Assim, tais especialistas, quase sempre empregados nos institutos de pesquisa e universidades financiadas pela burguesia, ocupam a mídia controlada por essa mesma burguesia para “criar controvérsias sobre todo tipo de assunto que de fato não importa e sugerir soluções para questões que não existem” (HARVEY, 2012, p. 60). Mantêm, dessa forma, protegida e fora do debate a natureza de classes e interesses conflitantes que permeiam todas essas questões.

Alves aponta que parte do processo de resistência dos movimentos sociais a esse tratamento é, justamente, a utilização das novas tecnologias de comunicação, sobretudo de redes sociais, como forma de ampliação da área de intervenção territorial desses movimentos. A contraposição a um capitalismo que desterritorializa e fragmenta passa, assim, pela reconstituição dessa territorialidade e dos espaços de produção de consciências coletivas usurpados da vida cotidiana. No caso dos movimentos que eclodiram em 2011, Facebook e Twitter acabam cumprindo papel importante no estabelecimento de vínculos e na aproximação de indivíduos até então atomizados, o

que é essencial na dita ampliação de sua área de atuação. Seguindo sua análise, Alves destaca como característica própria dos movimentos contemporâneos justamente sua notável capacidade de comunicação e produção de visibilidade, com mobilizações que conseguem obter formas de falar à sociedade por si mesmas e não pelo filtro fragmentador da mídia comercial.

A análise de Harvey, a partir daí, nos traz elementos fundamentais para seguir na compreensão crítica sobre a gama de elementos suscitados pela emergência desses movimentos em suas mediações socioculturais. O geógrafo, ao discutir justamente essa necessidade de contraposição aos mecanismos utilizados pela burguesia na grande mídia comercial pelos movimentos e analisando sua relação com as novas tecnologias da comunicação, destaca:

“Agora, pela primeira vez, há um movimento explícito que enfrenta o Partido de Wall Street e seu mais puro poder do dinheiro. A “street” de Wall Street está sendo ocupada – ó, o horror dos horrores – por outros! Espalhando-se de cidade em cidade, as táticas do Occupy Wall Street são tomar um espaço público central, um parque ou uma praça, próximo à localização de muitos dos bastiões do poder e, colocando corpos humanos ali, convertê-lo em um espaço político de iguais, um lugar de discussão aberta e debate sobre o que esse poder está fazendo e as melhores formas de se opor ao seu alcance. Essa tática, mais conspicuamente reanimada nas lutas nobres e em curso da Praça Tahrir, no Cairo, alastrou-se por todo o mundo (praça do Sol, em Madrid, praça Syntagma, em Atenas, e agora as escadarias de Saint Paul, em Londres, além da própria Wall Street). Ela mostra **como o poder do coletivo de corpos no espaço público continua sendo o instrumento mais efetivo de oposição quando o acesso a todos os outros meios está bloqueado. A praça Tahrir mostrou ao mundo uma verdade óbvia: são os corpos nas ruas e praças, não o balbúcio de sentimentos no Twitter ou Facebook, que realmente importam**”. (HARVEY, 2012, p.61, grifo nosso)

Essa afirmação nos parece central porque, diferentemente das que buscam identificar a importância do papel mobilizador das redes sociais como elementos que se encerram em si mesmos, aponta que há uma necessária **centralidade** da política das ruas, com a ruptura objetiva na dinâmica de vida das cidades marcadas pelo capitalismo

em crise. Acreditamos que esse é um elemento importante, que, de maneira geral, mostra os limites das interpretações que conferem papel redentor às tecnologias e chegam a apostar que as novas técnicas, por si, seriam capazes de superar os impasses subjetivos envolvidos na construção política desses movimentos e, também, os impasses objetivos – as questões estruturais – com as quais tais movimentos se enfrentam. O lugar da política e organização na rua e a ruptura com a cotidianidade da sociabilidade capitalista, assim, são partes fundamentais e decisivas nos processos de luta constituídos pelos movimentos sociais contemporâneos, e a utilização das novas tecnologias de comunicação se soma, mas não substitui isso.

É fundamental avançarmos no entendimento dos mecanismos pelos quais o capitalismo contemporâneo, em sua forma de reprodutibilidade neoliberal, potencializa o papel material e ideológico desempenhado pelos meios de comunicação e recoloca, assim, as questões da comunicação e da cultura na formação da consciência e na sociabilidade contemporânea, como temos apontado neste capítulo.

Jameson, novamente, nos ajuda nesse esforço, em *O Pós-Modernismo e o Mercado*¹⁸, e destaca as modificações profundas da esfera pública sob o capitalismo contemporâneo com o aparecimento do que caracteriza como um novo domínio da realidade das imagens que é simultaneamente ficcional (narrativo) e factual (à medida que as narrativas adquirem concretude na vida material). Isso aponta, segundo Jameson, para a tendência de semi-autonomização da esfera da cultura, que se converte em algo que parece pairar acima da realidade concreta com a diferença de que, no período clássico, a realidade material persistia independentemente da esfera cultural. Hoje, em contrapartida, a realidade material parece perder sua modalidade de existência em separado. A imbricação permanente entre estrutura e cultura aponta para um momento

¹⁸ JAMESON, 1996.

em que a cultura tem tanto impacto na realidade “que torna problemática qualquer forma de realidade não cultural ou extracultural” (JAMESON, 1996, P. 283), levando às interpretações correntes de que o referente concreto deixa de existir e de que o simbólico autonomiza-se por completo.

É nesse cenário, portanto, que a mediação das imagens e produtos culturais passa a exercer centralidade. O que buscamos apontar aqui é que a crítica ao capitalismo contemporâneo e o enfrentamento do mesmo, ao incorporar o lugar da comunicação e da cultura, não precisam fazê-lo ignorando as mediações estruturais e aceitando acriticamente a aparência (mercantil) de autonomização do simbólico. Pelo contrário, buscamos incorporar essa crítica como parte constitutiva do projeto totalizante que possa enfrentar essa ordem. Afinal, aproximando essas considerações de Jameson com a análise das determinações econômicas do capitalismo contemporâneo apresentada anteriormente, nos parece clara a relação entre a predominância da lógica do capital fictício no padrão de acumulação capitalista atual (com sua característica autonomização da lógica da apropriação em relação à da produção) com um período marcado pela lógica de autonomização do simbólico e falta de referência nas determinações estruturais e produtivas da atual forma de sociabilidade. O descarte dos vínculos materiais e dinâmicas produtivas, acreditamos, ganha espaço num período em que o capital se submete a uma lógica que tende, justamente, a apontar a autonomização de sua reprodutibilidade em relação à esfera produtiva.

Como indicamos na introdução, o capitalismo, existindo sob a hegemonia do capital fictício, autonomizado e aparentemente apartado das determinações materiais que o produziram, parece confirmar, no campo simbólico, esse movimento através de uma representação tão autonomizada que desconhece a si mesma como representação de algum referente material. A cultura, assim, passa a assumir um lugar de ‘fato em si’,

que se inicia e encerra nas suas próprias dinâmicas, apoiada nas transformações técnicas que permitem uma difusão sem precedentes de seu conteúdo, que se expande para todo tecido da vida social. Não há um lugar “de fora” da cultura dominante que, ao negar seu referente material, traga implícita e impregnada em suas formas a lógica mercantil que a constitui de maneira subjacente. É esse cenário que precisamos enfrentar, indicando e reconhecendo a expansão sem precedentes das mediações das imagens-mercadoria na sociabilidade capitalista contemporânea e buscando uma contraposição que incorpore a esfera do simbólico na perspectiva da totalidade.

Em direção oposta a essa, como pontuamos também na Introdução, estão as compreensões teóricas que buscam confirmar nos movimentos sociais contemporâneos a superação definitiva dos processos de transformação social totalizantes e sua substituição pela política da disputa das “narrativas”, das redes e afetos. Como dissemos, nosso debate com a lógica cultural pós-moderna não se limita à identificação dos efeitos da aparente autonomização da cultura na produção de comunicação contemporânea, mas é necessariamente complementado por uma problematização e uma polêmica teórica com tais leituras.

As formulações calcadas na perspectiva que autonomiza o simbólico compreendem as mobilizações como expressão de uma era marcada fundamentalmente pelas interações sensitivas e estéticas. Acreditamos que os pressupostos e marcas fundamentais do pós-modernismo, como “lógica cultural do capitalismo tardio”, se expressam nas produções estéticas, jornalísticas, culturais e intelectuais hegemônicas. Por isso, nos parece que a leitura intelectual referenciada nos pressupostos pós-modernos e o discurso da grande mídia para tratamento dos movimentos sociais encontram marcas de complementaridade (e não de igualdade) que residem justamente na utilização da fragmentação como método, na negação da materialidade estrutural do

sistema capitalista e sua lógica produtiva, da crise e sua relação com as leis fundamentais da acumulação capitalista e do papel das classes sociais, assim como na negação da possibilidade histórica de construção de uma alternativa global e estrutural ao capitalismo contemporâneo.

O documento *Manifesto Uninômade Global: Revolução 2.0*¹⁹, do destacado grupo de intelectuais que compõem a chamada Universidade Nômade, nos parece significativo para essa tentativa de aproximação. Publicado em dezembro de 2011, o Manifesto faz uma avaliação dos movimentos que eclodiram naquele ano à luz, centralmente, da referência nos conceitos de **multidão** e **produção do comum**. Os conceitos são parte da matriz teórica que tem como um de seus principais formuladores o sociólogo e filósofo político italiano Antonio Negri e que, como procuraremos demonstrar, apesar de partir da utilização turva de alguns dos conceitos da tradição marxista (crise, modo de produção, contradição) e, certamente, não abdicar da perspectiva e da defesa da necessidade de transformação social (não reproduzindo, assim, diretamente o ceticismo que desemboca em uma aceitação do capitalismo existente como única possibilidade), se associa em muitos aspectos aos fundamentos da lógica cultural pós-moderna, dentro do seu hibridismo, que procuramos categorizar anteriormente.

De maneira geral, os conceitos de multidão e constituição do comum procuram dar conta, respectivamente, do que seria o sujeito político da contemporaneidade e o projeto que serve de horizonte à prática política (mas, ao mesmo tempo, justamente por conta da recusa na elaboração de um projeto estratégico totalizante de ruptura com o capitalismo como alternativa, é visto como um processo já vivenciado e em fase de constituição). Um dos eixos de tais formulações é a compreensão de que as atuais

¹⁹ UNIVERSIDADE NÔMADE, 2011.

configurações do modo de produção capitalista, que constituem o que seria um capitalismo cognitivo e imaterial, redefinem tanto os sujeitos políticos das transformações sociais como a própria noção de transformação: o desenvolvimento das contradições no capitalismo e suas dinâmicas de exploração teriam como complemento a produção do chamado “polo comum”, que se gesta no interior do próprio sistema, se contrapõe à sua lógica e abre possibilidades de outras formas de vida, marcadas pela coletividade e não pela exploração.

A construção do comum, assim, é ao mesmo tempo um processo derivado do modo de produção capitalista, uma forma de existência/resistência que se contrapõe à sua dinâmica dominante e, também, um norte a ser perseguido para a construção de outras sociabilidades. Os caminhos da transformação social, segundo essa perspectiva, passam em muito pela identificação e fortalecimento do polo comum, o que coloca em relevo o esforço pela sinalização das potências antissistêmicas surgidas no interior das atuais relações sociais. Como procuraremos demonstrar, o *Manifesto*, partindo dessa matriz teórica, opera uma leitura dos movimentos sociais que se torna reiterativa do atual modo de produção e suas estruturas. O documento, apesar de partir da identificação da relação entre a eclosão dos movimentos de 2011 e a crise do capitalismo, logo expressa o que compreende como crise e reafirma a tese de que no sistema atual as contradições advindas do processo de extração de mais-valia no setor produtivo não teriam mais lugar:

“A crise é sistêmica e permanente. A recorrência de bolhas através das quais a riqueza se acumula e estoura indica uma nova temporalidade da crise: não se trata mais de ciclos internos à (ir)racionalidade da economia capitalista, mas de uma temporalidade constituída pelos “mundos” que tais bolhas contêm. A temporalidade da crise é definida a cada momento pelas peculiaridades e pelos paradoxos que atravessam estes “mundos”, pelo conflito entre produção livre e horizontal do comum, de um lado, e sua captura parasitária, do outro. Em um viés negativo, as bolhas representam a forma que a acumulação capitalista usa para

dividir e hierarquizar o comum. No positivo, são definidas e requalificadas pela difusão das lutas.” (UNIVERSIDADE NÔMADE, 2011)

Sob esse ponto de vista, então, viveríamos um período em que o eixo da contradição teria se deslocado para o conflito entre a produção do comum, possibilitada pela pulverização da produção e a superação das dinâmicas marcadamente industriais com a propriedade privada dos meios de produção, e a apropriação parasitária desse comum. O apontamento específico acerca da contradição de um sistema em que a produção é cada vez mais socializada e a apropriação do fruto do trabalho cada vez mais privatizada não é novo, estando presente nas formulações iniciais do marxismo. No entanto, a conclusão do *Manifesto* é a de que essa contradição se dá de uma maneira diferente no momento do capitalismo cognitivo ou pós-industrial. Esse próprio capitalismo e suas consequências são vistos como potência, pois possibilitam, dentro de si, a produção do comum com a produção pulverizada. A questão, então, deixa de ser superar o capitalismo, mas sim constituir o polo do comum em seu interior, sendo a crise o momento em que se manifesta, nas bolhas, a tensão entre os mundos em contradição. O conteúdo das lutas e formas de estar no mundo, assim, daí derivam: são necessariamente difusos, correspondendo à própria difusão do comum naquele que é considerado o “polo positivo” dessa contradição característica do sistema atual.

A negação da relação das lutas com a estrutura do sistema capitalista, da crise com as leis tendenciais do modo de produção capitalista e da validade e viabilidade de um projeto de classe totalizante é marcante, recolocando, de outras formas, o mesmo problema destacado anteriormente, quando nos referíamos à lógica de compreensão da mídia hegemônica: como na “moldura liberal democrática” apontada por Žižek, a fragmentação como método é assimilada e ignora os nexos entre movimentos sociais, as

especificidades da produção capitalista no capitalismo contemporâneo e o lugar das classes sociais na atual forma de produção da vida material.

É a partir dessa concepção que o *Manifesto* indica que a situação atual, tomada como *revolucionária*, tipifica-se por uma revolução articulada por redes, digitais ou territoriais, necessariamente difusa e descentrada. O papel desempenhado pelas redes sociais nas mobilizações, assim, seria nada mais do que a confirmação desse caráter obrigatoriamente difuso e descentralizado da mobilização política contemporânea. A Revolução, afinal, seria “2.0”, digital, interativa. Segundo essa perspectiva, o capitalismo atual, que seria, como dissemos, cognitivo ou imaterial, inverte a relação entre forças produtivas e relações de produção. O potencial do capitalismo cognitivo reside na incorporação das relações de produção pelas forças produtivas. Assim, é possível estabelecer, descentradamente, sem projeto coletivo global, novas relações de produção a partir das forças produtivas que são, no mundo imaterial, formas de produção da vida e de saberes. “Os pobres se tornam potências produtivas sem passarem pela relação salarial; os trabalhadores passam a ser plenamente produtivos por si mesmos, nas redes e nas praças”, diz o texto. A questão sobre quem possui a propriedade dos meios de produção, convertidos em forças produtivas a partir da interação com o trabalho humano, deixa de existir. Afinal, no capitalismo imaterial as forças produtivas podem ser produções de formas de viver, pensar e sentir no mundo.

O caminho proposto para as lutas contemporâneas, então, é justamente o da negação da proposição política que vise à ruptura com capitalismo e constituição de uma alternativa totalizante: o capitalismo, transmutado em capitalismo cognitivo, é ele mesmo potência porque carrega o comum, sendo a tarefa, assim, “transformar as mobilizações em torno do público em organização do comum”. Essa concepção em relação à ausência de projeto e reafirmadora da potencialidade do que já se apresenta

como tal, imediatamente, no interior do próprio sistema fica mais clara no trecho seguinte:

“A revolução 2.0 é irrepresentável: afirmam os movimentos. A potência constituinte da multidão não deve se tornar forma de governo, porque **ela já exprime imediatamente as formas de vida em comum**. A ocupação dos espaços metropolitanos, na condição de espaços centrais da produção, não é um simples exercício extemporâneo de protesto, mas **construção de laboratórios de criação de formas de vida em comum, de reapropriação de poderes e logo de nova constituição.**”
(UNIVERSIDADE NÔMADE, 2011, grifos nossos)

A precarização das condições de vida sob o capitalismo contemporâneo não é, nessa perspectiva, algo a ser combatido. Ela é o germe da constituição das novas formas de estar nesse mesmo mundo, nessa sociedade capitalista cognitiva, que permite a produção do comum. A questão é fazer com o que o “polo comum” vença o “polo parasitário”. A revolução 2.0, aparece, assim, como “o único caminho plausível e possível para sair da crise para além da impotência e da melancolia das esquerdas e contra a guerra aos pobres criada pelas direitas”, conforme defendido no encerramento do *Manifesto*. A fragmentação metodológica pós-moderna, aqui como no tratamento midiático hegemônico, tira de cena o proletariado, suas condições de vida e o estabelecimento das necessárias relações entre o simbólico e o material como parte do esforço de construção de um projeto que possa responder, afinal, quem realmente detém os meios que produzem o que é “comum” na contemporaneidade.

Também muito significativa é a produção do reconhecido pensador Manuel Castells, que em 2012 lançou na Inglaterra a obra *Redes de Indignação e Esperança – movimentos sociais na era da internet*²⁰ (cuja edição brasileira foi feita no ano seguinte e incorporou um posfácio sobre as mobilizações do país), buscando justamente pensar o lugar das novas tecnologias de comunicação para os movimentos sociais

²⁰ CASTELLS, 2013.

contemporâneos. Castells, apesar de não partir exatamente do mesmo referencial teórico das produções da Universidade Nômade, chega a conclusões semelhantes ao discutir a natureza e as perspectivas do que caracteriza como “movimentos sociais em rede”.

Segundo o autor, a internet configura-se como um novo e potencial “espaço público”, autônomo de governos e corporações, sendo justamente a “**autonomia da comunicação**” a **essência dos movimentos sociais**. Tendo como base sua teoria política desenvolvida em *Communication Power* (2009), Castells destaca, a partir da compreensão da combinação entre coerção e consenso para a garantia do status quo, a estabilidade das formas de dominação pelo consenso chamando atenção para o papel definitivo da comunicação no compartilhamento de significados através da troca de informações. Desta maneira, sublinha o papel da comunicação para a estruturação do poder e aponta como as tecnologias da era digital ampliam o alcance dos meios de comunicação para todas as esferas da vida social. Assim, toda a mediação com a vida social e o processamento individual de informações pelas pessoas se faz no ambiente comunicacional posto pela comunicação multimídia, de modo que a mudança do ambiente comunicacional afeta a construção de significados e, assim, as relações de poder.

A partir daí, sustenta Castells que a mudança fundamental dos últimos anos no domínio da comunicação foi precisamente a emergência da **autocomunicação**, a partir do uso da internet e das redes sem fio para comunicação digital. Trata-se de uma forma de comunicação de massa, identificada como “auto” porque seu conteúdo seria decidido de forma autônoma pelo remetente. Identificando esse como o ponto nevrálgico para a compreensão dos movimentos sociais que emergiram em 2011, o autor não considera que a crise econômica possa explicar a sua explosão e celebra a fluidez ideológica que

os envolve como importantes formas de fuga às armadilhas do que já está dado e do que chama de “esquemas pré-concebidos”.

A celebração do conteúdo descentrado é associada a uma celebração também da forma de organização em rede como aquela capaz de conferir o caráter democrático dos movimentos, nos quais o autor busca identificar “os novos rumos da mudança social” em direção a algo que não define. Aqui, a não proposição de uma forma de organização social e de um projeto totalizante, assim como nas formulações anteriormente descritas, é vista como algo positivo e necessariamente associado à natureza dos movimentos sociais contemporâneos. Em sua perspectiva, a autocomunicação de massa ocupa esta centralidade exatamente por fornecer a plataforma tecnológica necessária para a construção da autonomia do ator social (seja ele individual ou coletivo) em relação às instituições.

Castells entende que, na sociedade em rede, o poder é multidimensional e as redes de comunicação são fontes decisivas na constituição desse poder. A disputa política se dá, sob essa perspectiva, na programação/reprogramação de redes em função de valores e interesses distintos, e esse seria o papel dos atores da mudança social. É nesse contexto que a subversão da prática usual da comunicação ganha destaque. Novamente, temos aqui um ponto de contato com as formulações apresentadas no *Manifesto* da Universidade Nômade, que identifica a superação das contradições típicas do que chamam de “capitalismo industrial” e a conformação de uma sociabilidade contemporânea decisivamente atravessada pelas redes e descentralização.

Para Castells, assim, os movimentos sociais exercem formas descentralizadas de contrapoder ao constituir-se por processos autônomos de comunicação. O autor, no entanto, destaca que os movimentos sociais precisam ser capazes de criar o que chama de “comunidades livres” no espaço urbano, não se limitando à internet. Aqui, também, o

espaço urbano é visto como componente do processo comunicativo entre movimentos sociais e sociedade em geral. A questão central é, então, a constituição do novo espaço público, que é necessariamente um espaço *em rede* (seja *nas redes* ou *nas ruas*, estando afinal situado *entre* o digital e o urbano) e de comunicação autônoma, que permite aos movimentos sociais sua própria formação e a relação com a sociedade em geral.

Assim, em Castells, como fica explícito, a dimensão do simbólico não apenas é autonomizada analiticamente para a reflexão sobre os movimentos sociais. Ela é, em alguma medida, essencializada em sua autonomia e é precisamente essa característica que passa a hierarquizar o debate sobre a política, o conteúdo e a forma dos movimentos sociais. Por mais que o autor destaque que sua análise não credita a política e seus desdobramentos à tecnologia em si (o que faz também sinalizando que tampouco a questão se resume à forma de utilização da tecnologia pelos diferentes projetos sociais), fica difícil não identificar em suas análises uma essencialização da comunicação digital como esfera determinante e, em si, renovadora da política. Afinal, a síntese que apresenta aponta justamente como central a identificação de como a internet permite, como plataforma, a conformação dos movimentos em rede e autônomos, tidos como aqueles que necessariamente correspondem aos caminhos da transformação social contemporânea.

Junto a isso, e da mesma forma apontada pelo *Manifesto Uninômade Global: Revolução 2.0*, a sua concepção de transformação social rejeita definitivamente qualquer categoria totalizante, não apenas as noções de classe social, mas também as categorias tidas como “identitárias”, orientadoras de movimentos específicos ligados ao sexo, o gênero, à raça, à orientação sexual e outros. Para Castells, a questão da política é fundamentalmente referente aos **indivíduos**, que se juntam, não movidos por projetos

históricos comuns ou identidades compartilhadas e vivenciadas em comum, mas, novamente, através das redes de comunicação.

O processo de comunicação entre as experiências individuais (que, como tal, são fundamentalmente emocionais) opera, segundo ele, através de dois principais fatores, a saber: (1) a consonância cognitiva entre emissores e receptores, através de um canal de comunicação eficaz; e (2) a propagação dos eventos e emoções a eles associadas. Por essa perspectiva, são as características dos processos de comunicação entre os indivíduos participantes dos movimentos que **determinam** as características organizativas dos movimentos. Num segundo momento, para a passagem das emoções a algum tipo de projeto/programa, a comunicação também é necessária, garantindo a inserção da perspectiva ideológica na prática do movimento. A comunicação e o simbólico, assim, são encarados como os eixos determinantes de todos os momentos constitutivos dos movimentos sociais contemporâneos, determinando seu surgimento, sua forma organizativa e suas pautas políticas.

É justamente partindo dessas análises e seus pressupostos que buscaremos estabelecer nossa polêmica teórica orientada pela defesa das categorias da contradição e da totalidade como indispensáveis para a discussão sobre os movimentos sociais contemporâneos e suas conexões com as dimensões culturais e simbólicas. Acreditamos que esse esforço é fundamental para avançarmos em pontos que discutiremos nos próximos capítulos, como a forma de produção simbólica dos movimentos sociais e suas relações com o status da reificação e da ideologia, assim como os caminhos para a construção do sujeito político na atual fase do capitalismo, tendo como ponto de partida essas lutas sociais e suas relações com o capitalismo contemporâneo e com o tema da comunicação, da cultura e das produções simbólicas. Dessa forma, afinal, pretendemos

contribuir com a reflexão acerca do lugar da comunicação e da cultura na política e nos projetos de transformação social contemporâneos sob a perspectiva da totalidade.

Slavoj Zizek²¹ aponta, ao concluir o seu *O ano em que sonhamos perigosamente*, livro de 2012 em que trata de 2011 e os movimentos sociais contemporâneos, que a reflexão acerca desse processo e seu significado um ano depois demonstram como aquele despertar da política emancipatória radical em todo o mundo foi frágil e inconsistente. Ele destaca o cenário político e o destino das mobilizações no Egito e nos EUA como expressões dos sinais de exaustão desses movimentos. No entanto, nega que as únicas saídas possíveis diante disso sejam a “recordação narcisista e nostálgica” daqueles momentos ou a explicação cínica sobre seu necessário fracasso. Zizek, assim, aponta que um “trabalho subterrâneo de descontentamento está em andamento: a fúria está crescendo e haverá uma nova onda de revoltas.” Retomando Walter Benjamin, ele propõe uma compreensão sobre o sentido histórico da Primavera Árabe e dos movimentos na Europa e nos EUA que nos parece particularmente interessante: eles são percebidos como **sinais de futuro**. O movimento, assim, não é o de buscar na análise desses movimentos um contínuo de passado e presente, mas, sobretudo, as marcas que trazem de um futuro que só esse mesmo futuro poderá revelar. São, assim, “fragmentos limitados e distorcidos (às vezes até pervertidos) de um futuro utópico que está inativo no presente como potencial oculto.” (ZIZEK, 2012, P. 130)

Essas considerações de Zizek nos parecem interessantes justamente por nos ajudarem a compreender os potenciais e limites desse processo político que estamos investigando. O fato de não se apresentarem, de forma pronta e acabada, como alternativa constituída ao capitalismo em crise, capaz de sintetizar suas contradições apontando saídas estratégicas claras no sentido da superação dessa forma de

²¹ ZIZEK, 2012.

sociabilidade, não significa, necessariamente, que esses movimentos precisem ser encarados apenas e somente em sua aparência imediata e espontânea, como as análises acima descritas parecem querer confirmar.

O tema da comunicação nos ajuda a refletir sobre as condições materiais das lutas políticas no capitalismo contemporâneo, a entender o papel da produção simbólica na formação da consciência e nas mediações desenvolvidas pelos indivíduos, assim como os motivos e consequências desse papel de destaque ocupado pela comunicação e pela cultura. As questões que nos parecem sintetizar parte significativa desses debates são, então: a constatação da centralidade ocupada pelas produções simbólicas nos processos políticos contemporâneos nos indica uma natureza necessariamente difusa, descentrada e que compreende essas produções de forma autônoma em relação às estruturas materiais produtivas, já que reafirmam uma sociabilidade marcada pelas esferas cognitiva e imaterial? Ou, em contrapartida, o reconhecimento do papel da comunicação pode ser parte de um esforço de compreensão e formulação política que retome a categoria da totalidade e incorpore, assim, a produção simbólica a um projeto político orgânico e vinculado às noções de classe e transformação social global?

Para pensarmos nessas questões-síntese apresentadas, que permeiam toda a nossa pesquisa, queremos aqui agregar as formulações de José Paulo Netto²² em seu posfácio à reedição de *O Estruturalismo e a Miséria da Razão*, de Carlos Nelson Coutinho. Netto reafirma a necessidade de compreensão do capitalismo contemporâneo em suas especificidades, como uma forma de sociabilidade que rege o mundo e apresenta fenômenos novos, exigindo, assim, instrumentos analíticos capazes de corresponder às novidades colocadas. Não se trata, assim, de desconhecer as transformações pelas quais passou o capitalismo desde os anos 1970 e,

²² NETTO, 2011

consequentemente, de ignorar a necessidade de recursos teóricos capazes de abarcar tais transformações:

“Ele [o capitalismo] não pode ser tratado teoricamente tal como o foi até os anos 1970: novos problemas, novas questões e novas alternativas se põem na sua realidade (...). Mas é necessário insistir enfaticamente em que **ele é e continua sendo capitalismo** – um modo de produzir/reproduzir relações sociais a partir da produção material das condições de vida social, produção fundada na **exploração do trabalho**, contendo **contradições e limites imanescentes à sua estrutura e dinâmica** (de que a mais recente prova, e não certamente a última, foi a crise aberta pelo crash financeiro de 2008)”. (NETTO, 2011, p. 258)

A identificação, assim, das transformações características do capitalismo contemporâneo não deve induzir à negação de sua caracterização como sistema capitalista, nem ao abandono das categorias centrais que cabem para sua análise e transformação. Classes sociais, exploração do trabalho e ruptura revolucionária são, assim, temas pertinentes e indissociáveis da realidade contemporânea, como buscamos demonstrar.

É nesse sentido que nossa análise procura se contrapor às formulações associadas às teorias pós-modernas que, como discutimos, encaram a sociedade contemporânea como a expressão da superação definitiva dessas mesmas questões. Essas formulações, como também enfatizamos, reafirmam a centralidade da cultura nas manifestações políticas como suposta comprovação da imaterialidade e autonomia permanente do simbólico na sociedade contemporânea e defendem a descentralização, a difusão e a fragmentação política como inexoráveis na contemporaneidade.

Aqui, incorporaremos a crítica de José Paulo Netto ao que identifica como o “denominador comum” das teorias pós-modernas, para defender a categoria da totalidade e seu lugar indispensável no debate que estamos travando. Acreditamos que a identificação desses traços, considerados por Netto como linhas fundamentais e comuns a essas formulações, nos ajuda a entender seus limites e como se expressam

especificamente no tratamento dos movimentos sociais contemporâneos. São eles: **a aceitação da imediaticidade com que se apresentam os fenômenos socioculturais** como expressão de sua inteira existência e de seu modo de ser, o que suprime a distinção clássica entre aparência e essência; **a recusa da categoria de totalidade**, tida como algo anacrônico diante das transformações societárias contemporâneas; e a semiologização da realidade social, com o **privilegio concedido às dimensões simbólicas na vida social** que termina por reduzi-la à discursividade ou ao domínio do signo.

Como dissemos, esses três elementos aparecem de maneira definitiva nas análises sobre os movimentos sociais contemporâneos às quais buscamos apresentar uma contraposição. Afinal, a aparência imediata e fragmentada dos movimentos sociais, como fenômenos socioculturais, não é tomada a partir da mediação entre aparência e essência, mas sim como uma suposta confirmação da inexorabilidade dessa fragmentação e difusão. Esse pressuposto se relaciona com uma recusa da categoria de totalidade em defesa de uma suposta desarticulação intransponível e típica da contemporaneidade, combinada justamente às produções simbólicas que se autonomizam e deixam de ser analisadas em suas relações com a vida social material.

Para questionarmos esses pressupostos e avançarmos no sentido da formulação de uma compreensão que recoloca a categoria da totalidade, retomamos, necessariamente, Lukács²³, em *O Marxismo Ortodoxo*, que nos demonstra a diferença entre a existência real dos fatos e seu núcleo interior:

“Trata-se, de uma parte, de **arrancar os fenômenos de sua forma imediatamente dada**, de encontrar as mediações pelas quais eles podem ser relacionados ao seu núcleo e sua essência e tomados em sua essência mesma, e, doutra parte, de alcançar a compreensão deste caráter fenomênico, desta aparência fenomênica, considerada como sua forma de aparição necessária. **Esta forma de aparição é necessária em razão de sua essência histórica**, em razão de sua gênese

²³ LUKÁCS, 1981.

no interior da sociedade capitalista”. (LUKÁCS, 1981, p. 68, grifos nossos)

Essas formulações nos ajudam a superar a constatação acrítica da imediaticidade aparente dos movimentos sociais contemporâneos como sua expressão definitiva e essencial. Da mesma forma, nos ajuda a entender que essa expressão imediata e aparente é parte necessária de um par dialético entre aparência e essência e precisa ser levada em conta como tal, pois revela as condições de aparição do fenômeno no interior da sociedade capitalista. Como destaca Lukács, “(...) é somente nesse contexto, que integra os diferentes fatos da vida social numa **totalidade**, que o conhecimento dos fatos torna-se possível como conhecimento da **realidade**.”

Cabe destacar, ainda, entre os conceitos que reivindicamos como indispensáveis para a problematização das relações entre a materialidade das relações sociais e as dimensões culturais e simbólicas, o conceito de ideologia, que não por acaso se constituiu em um dos grandes alvos do pensamento pós-moderno e seus correlatos ao longo das últimas décadas. Acreditamos ser importante uma rápida apreciação sobre seus usos e o lugar do conceito de ideologia para a crítica do capitalismo e da cultura contemporâneos e, especificamente, para a nossa temática. Investigando as expressões das discussões referentes ao problema da ideologia no interior do debate teórico contemporâneo, buscaremos contribuir para a identificação da validade e atualidade deste conceito para as reflexões acerca do capitalismo e sua lógica cultural – portanto, para uma teoria da comunicação contemporânea que seja capaz de problematizar, entre outros temas, o lugar da comunicação e da cultura nos movimentos sociais contemporâneos.

Partindo da premissa de que a ideologia permanece sendo um problema teórico para o campo da comunicação, pretendemos desenvolver uma reflexão que articule uma investigação/mapeamento do conceito de ideologia, procurando entender as bases e

implicações de suas diferentes acepções, com o debate contemporâneo no campo da teoria e da política a respeito da validade ou impropriedade do conceito. No âmbito do debate provocado pelas teorias pós-modernas, como se expressam as discussões referentes ao problema da ideologia? Que tipo de crítica essas teorias constroem, e com que fundamentos, a esse conceito? Em contrapartida, qual a validade do conceito de ideologia no interior das perspectivas que identificam uma totalidade social a ser transformada e, a partir daí, que tipo de proposição se desenvolve nas diferentes correntes dessa tradição?

São essas as questões que pretendemos desenvolver, tendo como ponto de partida a identificação de dois campos fundamentais na teoria da ideologia: aquele que a compreende como mistificação ou falsa consciência (a noção “clássica” de ideologia) e aquele que a entende como consciência de determinado grupo social, um conjunto de valores de uma classe ou uma ‘visão de mundo’, também apontado como o sentido ‘neutro’ do ponto de vista da epistemologia.

A partir da sistematização proposta por Terry Eagleton²⁴ em *Ideologia* (1997), faremos um mapeamento das inflexões e variações que se desenvolvem na teoria da ideologia a partir dessas duas acepções fundamentais. Seguindo com Eagleton e complementando com Slavoj Žižek, apontaremos as críticas e questionamentos à noção de ideologia pelas concepções pós-modernas, buscando reafirmar a validade do conceito e da própria crítica da ideologia como parte indispensável de um projeto emancipatório.

Terry Eagleton inicia sua reflexão lembrando que a década de 1990 testemunhou ressurgimento de movimentos ideológicos em todo o mundo: fundamentalismo islâmico, luta do nacionalismo revolucionário no Terceiro Mundo contra as potências imperialistas, o neoestalinismo nos países pós-capitalistas do bloco oriental em

²⁴ EAGLETON, 1997.

confronto com opositoristas, as seitas religiosas nos Estados Unidos, entre outros. E é precisamente nesse contexto que se proclama, cada vez mais, que o conceito de ideologia não serve mais e que se tornou obsoleto.

O pensamento pós-modernista e pós-estruturalista aponta, assim, o fim da ideologia, considerado um conceito ultrapassado a partir de três doutrinas essenciais: a primeira fundamenta-se na rejeição da noção de representação, que, ao rejeitar o modelo empírico de representação despreza não apenas a empiria, mas a representação em geral; a segunda parte de um ceticismo epistemológico ao apontar que a identificação de uma forma de consciência como ideológica implica na refutada ideia de ‘verdade absoluta’; e a terceira refere-se a uma reformulação das relações entre racionalidade, interesses e poder – em bases nietzschianas – a partir da qual todo conceito de ideologia se torna redundante diante da atomização da noção de poder para todas as esferas da vida.

Segundo Eagleton, a atual supressão do conceito de ideologia é, de certa forma, uma reciclagem da ideia de ‘fim da ideologia’ no pós-Segunda Guerra Mundial, com a diferença de que este último podia ser explicado como uma reação traumatizada ao nazismo e estalinismo como experiências históricas, enquanto a atual aversão à crítica ideológica não é sustentada por nenhuma fundamentação política. Ele lembra que os teóricos do ‘fim da ideologia’ consideravam toda ideologia inerentemente fechada, dogmática e inflexível, enquanto o pensamento pós-modernista encara toda ideologia como teleológica, ‘totalitária’ e fundamentada em argumentos metafísicos.

O autor destaca também que o abandono da noção de ideologia está relacionado com uma hesitação política muito disseminada entre setores da antiga esquerda revolucionária, que, acuada diante do avanço do capitalismo, retirou as grandes questões totalizantes (‘metafísicas’, como apontamos anteriormente), como luta de classe e

modos de produção, ação revolucionária e natureza do Estado burguês, da pauta política e teórica, corroborando com a ideia de que estaria ultrapassada a noção de qualquer ‘tema revolucionário coletivo’ que implicasse, por exemplo, em elementos como a noção de identidade de classe.

A insistência de Eagleton em relação à necessidade da crítica à ideologia aparece fortemente sustentada pela perspectiva de transformação social. Para ele, o estudo da ideologia se justifica pela necessidade de compreensão dos movimentos que levam a maioria da sociedade a reproduzir as condições de sua própria exploração e, também, da necessidade de o poder dominante gratificar os que são por ele dominados de forma eficaz para perpetuar sua dominação:

“O estudo da ideologia é, entre outras coisas, um exame das formas pelas quais as pessoas podem chegar a investir em sua própria infelicidade. A condição de ser oprimido tem algumas pequenas compensações, e é por isso que às vezes estamos dispostos a tolerá-la. O opressor eficiente é aquele que persuade seus subalternos amar, desejar e identificar-se com seu poder; e qualquer prática de emancipação política envolve portanto a mais difícil das formas de libertação, o libertar-nos de nós mesmos. Mas o outro lado da história é igualmente importante. Pois se tal dominação deixar, por muito tempo, de propiciar suficiente gratificação às suas vítimas, então estas com certeza acabarão por revoltar-se contra ela. Se é racional acomodar-se a uma mistura ambígua de sofrimento e prazer marginal, quando as alternativas políticas mostram-se perigosas e obscuras, é também racional rebelar-se quando o sofrimento ultrapassa em muito as gratificações, e quando tal ação parece encerrar mais ganhos do que perdas”. (EAGLETON, 1997, p. 13)

É nesse sentido que ele aponta que a crítica da ideologia só tem resultado quando as intervenções fazem sentido ao próprio sujeito que foi enganado. A crítica aparece, então, como uma forma de discurso que busca habitar internamente a experiência do sujeito e extrair da experiência os aspectos ‘válidos’ que apontem para além de sua condição atual. Ela supõe, por isso, que ninguém jamais está inteiramente iludido. Os que se encontram sob opressão continuam alimentando desejos que só

podem ser realizados objetivamente pela transformação de suas condições materiais. Ele prossegue:

“É porque as pessoas não param de desejar, lutar e imaginar, mesmo nas condições mais desfavoráveis, que a prática da emancipação política é uma possibilidade genuína. Não se trata de afirmar que os indivíduos oprimidos secretamente acalentam alguma alternativa pronta para sua infelicidade; significa que, uma vez que tenham se libertado das causas desse sofrimento, devem ser capazes de olhar para trás, reescrever suas histórias de vida e reconhecer que aquilo de que desfrutam agora é o que teriam desejado anteriormente, caso tivessem podido estar conscientes disso”. (EAGLETON, 1997, p. 13)

O fato de a prática ideológica dominante precisar utilizar-se de mecanismos permanentes – a mídia principalmente – para ensinar ativamente aos dominados que o devem ser é, para Eagleton, a prova de que ninguém é totalmente enganado ideologicamente. Afinal, se a dominação fosse completa pelas vias materiais e da formação da consciência, esse movimento não precisaria ser repetido e retroalimentado uma vez que fosse realizado por primeira vez. A permanência das contradições, das vontades e angústias é o que explica, assim, a necessidade permanente da utilização da ideologia pelo poder dominante, ao mesmo tempo em que é o elemento que nos dá pistas sobre o espaço de construção de alternativas a esse poder dominante.

Concordamos com a tese sustentada por Eagleton no que diz respeito à compreensão de que um mapeamento das definições de ideologia não deve ter como perspectiva alcançar uma definição única ou mais válida para o termo. Para ele, a palavra ideologia é um ‘texto’, tecido com a trama de diferentes tecidos conceituais. Mais importante do que tentar reunir em uma grande teoria global é identificar o que há de valioso e de descartável em cada uma.

Reproduzimos, aqui, a lista de algumas dessas definições mapeadas inicialmente por Eagleton. Segundo ele, a ideologia pode ser identificada como: a) o processo de

produção de significados, signos e valores na vida social; b) um corpo de ideias característico de um determinado grupo ou classe social; c) ideias que ajudam a legitimar um poder político dominante; d) ideias falsas que ajudam a legitimar um poder político dominante; e) comunicação sistematicamente distorcida; f) aquilo que confere certa posição a um sujeito; g) formas de pensamento motivadas por interesses sociais; h) pensamento de identidade; i) ilusão socialmente necessária; j) a conjuntura de discurso e poder; k) o veículo pelo qual atores sociais conscientes entendem o seu mundo; l) conjunto de crenças orientadas para a ação; m) a confusão entre realidade linguística e realidade fenomenal; n) oclusão semiótica; o) o meio pelo qual os indivíduos vivenciam suas relações com uma estrutura social; p) o processo pelo qual a vida social é convertida em realidade natural.

A lista, composta de formulações compatíveis e incompatíveis entre si, explicita a amplitude do termo e suas diferentes implicações. Há definições pejorativas, outras ‘neutras’, definições que envolvem questões epistemológicas, relacionadas ao nosso conhecimento do mundo, outras não tratam desse aspecto. Algumas apontam para a noção de compreensão inadequada da realidade, e outras – como “conjunto de crenças orientadas para a ação” – deixam isso em aberto.

A teoria da ideologia debruça-se sobre essas diferentes acepções e, como sabemos, a tradição marxista transita entre a noção de ideologia como mistificação e como visão de mundo. Acreditamos, como Eagleton, que o reconhecimento da diferença entre as visões não significa que precisemos optar por uma ou outra, mas sim saber o que cada uma delas tem a dizer e sobre que tipo de contexto, processo ou situação.

Apontaremos aqui, nesse mapeamento, os debates referentes à noção de ideologia como ‘legitimação de um poder’, ‘visão de mundo’, ‘falsa consciência’ e ‘representações vivenciadas’, identificados como os campos gerais que podem nos

fornecer pistas importantes para a sistematização de uma crítica da ideologia na contemporaneidade. Identificando na discussão sobre essas acepções as críticas feitas à própria noção de ideologia, destacaremos os elementos para posterior análise dessas críticas, tanto a partir de suas formulações como de suas implicações políticas e teóricas.

A discussão sobre a acepção de ideologia como legitimação de um poder é tratada por Eagleton a partir da identificação da própria relação do termo com as relações de poder. Lembrando que nem todo conjunto rígido de ideias é identificado como ideológico, ele destaca que, em geral, a noção de ideologia aparece mais identificada com questões de poder do que com sistemas de crença em geral. Eagleton aponta que a caracterização mais comum sobre as relações entre ideologia e poder é a que identifica a ideologia como um elemento que atua para legitimar o poder de um grupo social ou classe dominante.

Segundo ele, essa pode ser a única definição de ideologia mais amplamente aceita, que comportaria algumas estratégias diferentes nesse processo de legitimação. O poder dominante pode legitimar-se promovendo crenças e valores compatíveis com ele; naturalizando e universalizando essas crenças para torná-las óbvias e inevitáveis; desqualificando ideias que possam desafiá-lo; excluindo formas rivais de pensamento; e obscurecendo a realidade social para favorecê-lo. Eagleton aponta ainda que o processo de ‘mistificação’ se faz frequentemente pela camuflagem ou repressão dos conflitos sociais, identificando que é daí que se origina a noção de ideologia como uma resolução imaginária para conflitos que são reais.

Uma análise mais profunda dessa definição sugere, no entanto, que há limites para a acepção de ideologia como legitimação de um poder dominante. O primeiro se refere às concepções que não pertencem a um poder político dominante e são, mesmo

assim, identificadas como ideológicas. Nesse caso, haveria que se discutir se, por exemplo, o feminismo ou mesmo o socialismo são ou não ideologias e, caso negativo, conseguir explicitar os motivos pelos quais não poderiam ser assim identificados. Eagleton lembra que as formulações conservadoras são as primeiras a identificar, na política, os opositoristas como ideológicos e a si mesmas como não ideológicos, num processo que exalta o *status quo* como a ‘sabedoria’ do poder dominante. Para os conservadores, os socialistas seriam ideológicos, enquanto capitalistas, não. É a partir dessa análise das formulações conservadoras que Eagleton destaca como um indicador confiável da natureza da ideologia política de alguém justamente a sua disponibilidade de aplicar o termo ideologia às suas próprias opiniões.

A reflexão suscita, então, a questão sobre a validade ou não de socialistas, feministas e outros setores não identificados com o poder dominante em assumir natureza ideológica de seus valores. Eagleton destaca que isso não faria sentido se o termo ‘ideologia’ estiver associado às formas dominantes, mas que a reflexão pode apontar a necessidade de uma definição mais ampla de ideologia. Incluindo uma relação entre valores e poder político, essa definição seria neutra no que se refere à posição de desafiar ou legitimar uma ordem social. A desvantagem da adoção dessa definição mais ampla seria descartar alguns dos elementos considerados centrais para o conceito de ideologia, como as noções de mistificação, naturalização da realidade social, resolução ilusória de contradições reais e outras. Apontando que as duas acepções, tanto a mais ampla quanto a mais restrita, têm sua utilidade, Eagleton destaca a necessidade de reconhecer a incompatibilidade entre elas para aplicá-las com coerência em diferentes contextos. Ele destaca também o risco de que, no movimento de ampliação do conceito de ideologia, ele perca sua força e sua capacidade de referir-se a algum processo objetivo.

O outro problema por ele apontado em relação à noção de ideologia como legitimação de um poder dominante refere-se à própria noção de poder e sua natureza. Reconhecendo o ganho político obtido com as formulações que identificam o poder como algo que se expressa nas relações cotidianas, Eagleton alerta que isso pode ser um problema para essa acepção do conceito de ideologia, já que, se não há valores e crenças que não sejam relacionados ao poder, o termo perderia sua capacidade de singularizar algo. Como discutiremos mais adiante, é exatamente esse o pressuposto de Michel Foucault para, em *Microfísica do Poder*²⁵, refutar a noção de ideologia, tomado como um conceito insuficiente justamente por pressupor relações objetivas não caracterizadas pelos mecanismos ditos ideológicos.

Em relação a esse debate, Eagleton sustenta que a força do termo ‘ideologia’ consiste na possibilidade de distinção entre relações de poder mais ou menos centrais em determinados contextos. Argumentando que não se trata de pressupor um tipo de discurso inerentemente ideológico, mas sim da capacidade de conseguir identificar aquilo que se considera, em cada situação específica, não ideológico, Eagleton defende o sentido e a validade do conceito. Ele lembra que, no que se refere aos discursos, a sua natureza ideológica ou não só pode ser identificada através da análise do contexto, o que mostra que a ideologia está mais relacionada a ‘quem está falando o que, com quem e com que finalidade’ do que às propriedades linguísticas de um pronunciamento. Um mesmo fragmento de linguagem pode ser ideológico ou não dependendo do contexto: o mais importante são os interesses de poder a que servem.

Mas a definição de ideologia como um discurso relacionado a interesses sociais específicos acaba por cair em uma questão semelhante à levantada pela identificação da presença do poder em todas as esferas da vida: a dificuldade para definir o que o

²⁵ FOUCAULT, 1979

discurso não é. Isso porque se toda linguagem é socialmente interessada, todo discurso seria ideológico. Eagleton aponta que seria possível distinguir entre interesses sociais ou particulares, mas lembra que mesmo essa distinção se faz em uma linha tênue e é ameaçada pela própria amplitude da categoria de ‘interesses sociais’. Ainda assim, ele destaca que talvez haja importância em distinguir entre dois níveis de interesse, um deles seria ideológico enquanto o outro, não: os interesses naturais e os relacionados às questões de poder. Ele lembra, criticamente, que o pensamento pós-modernista, influenciado por Nietzsche, confundiu esses níveis a ponto de tornar tudo (“mesmo amarrar os cordões dos sapatos”) em questão de interesse. E afirma que o termo só terá utilidade se puder distinguir entre os interesses e conflitos os que são centrais a uma ordem social.

O outro ‘campo’ entre as acepções de ideologia que estamos abordando neste mapeamento é o que trata das questões epistemológicas envolvidas na definição do conceito, que podem ser sintetizadas inicialmente na percepção da ideologia como uma falsa consciência. Eagleton lembra que essa é uma acepção muito criticada, especialmente porque poderia pressupor uma maneira correta de ver o mundo. A partir desse tipo de crítica, há teóricos da ideologia que abandonam por completo a acepção de ‘falsa consciência’, junto ao debate epistemológico, para dedicarem-se aos sentidos mais políticos ou sociológicos da ideologia, compreendida como meio através do qual a humanidade trava suas batalhas sociais e políticas no âmbito dos signos, significados e representações. Sob essa perspectiva, identifica-se que a ideologia se ocupa mais do conflito no campo do significado que do significado propriamente.

Em relação à compreensão de ideologia como uma falsa consciência, Eagleton destaca que seria difícil aceitar que massas inteiras sustentariam ideias e crenças, por um longo período histórico, que fossem simplesmente absurdas. Assim, há que se

identificar que as crenças profundamente persistentes têm de ser apoiadas, ainda que com limites, pelo mundo revelado pela atividade prática. É esse o ponto de partida para a percepção de que as doutrinas mitológicas ou religiosas, por exemplo, se sustentam por conseguirem codificar desejos genuínos e necessidades genuínas, ainda que de maneira mistificada. Segundo Eagleton:

“Pode ser errado acreditar que a raça humana se encontra em tal confusão que só pode ser salva por algum poder transcendental, mas os sentimentos de impotência, culpa e aspiração utópica sintetizados nesse dogma não são de modo algum ilusórios”. (EAGLETON, 1997, p. 25)

Mesmo identificando os pressupostos materiais das ideias mistificadas, ele destaca que essa compreensão não é suficiente para que a aceção de ideologia como falsa consciência seja descartada. Afinal, ele frisa, os que defendem essa aceção não negam que há tipos de ilusão que expressam necessidades e vontades reais, e apontam que as falsidades estão intimamente associadas com a reprodução do poder político dominante. A harmonização com a experiência vivenciada pelos sujeitos não exclui os momentos de falsidade nas ideologias.

Para Eagleton, portanto, a questão se concentra mais no papel que se atribui à falsidade na teoria da ideologia. Um argumento contra noção de falsa consciência seria que discursos identificados como ideológicos são verdadeiros: ideológicos porque carregam motivos prévios relacionados com a manutenção do poder, mesmo que o resultado seja uma enunciação, por si, verdadeira. Como exemplo, Eagleton cita um discurso sobre uma greve que aponta que ela prejudica as pessoas. Mesmo que a greve possa, efetivamente, atrapalhar o cotidiano de indivíduos, um discurso que exalte esse aspecto e desconsidere o contexto da mobilização como forma de deslegitimá-la é um discurso ideológico. Seguindo essa mesma premissa, seria possível enunciados

ideológicos verdadeiros no que afirmam, mas falsos no que excluem. Ou, ainda, que envolvem falsidade sem necessidade ou intenção de enganar ou esconder. A reflexão proposta por Eagleton a partir dessas questões aponta no sentido de que pode haver uma parte verdadeira e parte falsa no mecanismo ideológico: verdadeira em seu conteúdo empírico, falsa quanto ao valor; verdadeira quanto ao significado superficial, mas falsa em relação às suposições subjacentes.

Por fim, discutiremos a aceção de ideologia que a identifica não pela via das representações e do discurso, mas sim das relações vivenciadas pelos indivíduos. Formulada principalmente pelo filósofo francês Louis Althusser, essa concepção parte do princípio de que as representações podem ser identificadas como verdadeiras ou falsas, mas que isso não se refere ao problema central da ideologia. A ideologia não está necessariamente relacionada a essas representações e descrições do mundo vivido, mas sim a como vivenciamos nossas relações com o conjunto da sociedade, o que não se coloca nos termos de igualdade e falsidade.

A ideologia aparece, assim, como uma organização específica de práticas significantes que constituem os seres humanos como sujeitos sociais, e que produzem as relações vivenciadas através das quais os sujeitos vinculam-se às relações sociais de produção dominantes em uma sociedade. A ideologia, tratando das relações afetivas e inconscientes com o mundo, expressa vontade, esperança e nostalgia, mais do que descreve uma realidade. Segundo Eagleton, Althusser, com essa proposição, move-se de teoria cognitiva para uma teoria afetiva da ideologia.

Para Eagleton, o fruto desse mapeamento, que não espera sintetizar um conceito ‘correto’ ou ‘global’ de ideologia, aponta que, em vez de menosprezar totalmente as questões epistemológicas, pode ser interessante refletir sobre a sugestão de que o discurso ideológico exhibe uma certa proporção entre proposições empíricas e as ‘visões

de mundo'. Ao mesmo tempo, ele lembra que a oposição à noção de 'falsa consciência' observa corretamente que ideologia não é ilusão infundada, mas uma força material que tem que ter suficiente conteúdo para ajudar a organizar a vida prática dos indivíduos, entendendo que isso não precisa ser negado pelos que sustentam a ideologia como algo que envolve falsidade e mistificação.

Mesmo que ideologia seja identificada como as relações vivenciadas, essas relações, em certas condições sociais, incluem afirmações e crenças inverídicas, o que pode recolocar o debate epistemológico. Não resulta disso que toda linguagem represente necessariamente falsidade, já que se identificou, complementarmente, que uma ordem dominante pode pronunciar-se em termos que não sejam falsos, mas continuem sendo ideológicos no sentido de reforçarem seu próprio poder. Ainda assim, há um aspecto importante a ser destacando no que se refere às **razões** de a ideologia envolver em muitos casos a falsidade: para Eagleton, se a ideologia precisa se utilizar da falsidade, é porque a maioria das pessoas precisa acreditar que as injustiças estão a ponto de serem corrigidas, que são compensadas por benefícios maiores, que são inexoráveis, ou, ainda, que não sejam injustiças.

Segundo ele, isso revela um elemento positivo, que são as razões promissoras, do ponto de vista das perspectivas de transformação social, de a ideologia ser mistificadora e falsificadora. O movimento de falsificação é identificado, então, como algo que ocorre menos em razão de elementos inerentes à linguagem ideológica do que em razão de elementos inerentes à estrutura social à qual pertence essa linguagem, o que é precisamente o ponto a ser enfrentado pelos processos de transformação social. Trata-se, assim, de identificar o terreno que produz, alimenta e é reproduzido pela ideologia como parte inseparável da própria crítica da ideologia, um aspecto que nos parece

fundamental para pensar a comunicação contemporânea e seus usos pelos movimentos sociais.

Como apontamos anteriormente, há diferentes teorias que questionam a validade da noção de ideologia no capitalismo contemporâneo ou mesmo refutam sua utilização como conceito diante da identificação da natureza fragmentada e subjetiva das relações sociais. Procuraremos, aqui, compreender e problematizar essas críticas a partir da perspectiva da própria teoria da ideologia. De nosso ponto de vista, essa reflexão conduz ao entendimento das teorias que defendem o fim da ideologia como ideologias em si mesmas, profundamente marcadas por interesses políticos e influenciadas por seus contextos históricos.

Como dissemos, Eagleton identifica a elaboração desse pensamento que rechaça a crítica ideológica no pós-guerra, quando sociólogos norte-americanos apontaram que a ideologia é uma forma esquemática e inflexível de ver o mundo, em oposição a uma sabedoria mais simples, gradual e pragmática. Essa formulação aparece como uma elaborada teoria sociológica, formulada por aqueles que Eagleton considera ideólogos do ‘fim da ideologia’: o já citado Daniel Bell, usado como fundamento por Lyotard, Robert E. Lane e Raymond Aron. Eagleton destaca que o teórico político norte-americano Edward Shils segue essa mesma linha ao apontar que as ideologias são explícitas, fechadas, resistentes a inovações, promulgadas com uma grande dose de afetividade e requerem a total adesão de seus devotos. Expressa, assim, seu conservadorismo político no contexto da Guerra Fria: o sentido político de sua formulação é afirmar que “a URSS está nas garras da ideologia, enquanto os EUA veem as coisas como elas realmente são”.

Para Eagleton, a característica principal daquilo que identifica como ‘a ideologia do fim da ideologia’ é a tendência a considerar a ideologia de duas maneiras bastante

contraditórias – como se fosse, ao mesmo tempo, cegamente irracional e excessivamente racionalista. Por um lado, seriam apaixonadas, retóricas, impelidas por uma fé pseudorreliosa e superadas pelo mundo tecnocrático do capitalismo moderno. Por outro, seriam áridos sistemas conceituais que buscam reconstruir a sociedade de cima para baixo, de acordo com algum projeto inexorável. Ele conclui:

“É uma grande ironia que o fato de que, ao tentar substituir um arrebatado fanatismo por uma abordagem rigorosamente tecnocrática dos problemas sociais, os teóricos do ‘fim da ideologia’ repitam, involuntariamente, o gesto daqueles que inventaram o termo ‘ideologia’, os ideólogos do Iluminismo francês” (EAGLETON, 1997, p.18).

No que se refere às formulações que refutam a ideologia como um conceito capaz de compreender discursos e práticas sociais em sua relação com as estruturas de poder dominantes em uma determinada formação social, discutiremos aqui, como anunciamos anteriormente, as proposições de Michel Foucault e autores com ele identificados, muito utilizados no campo da comunicação. Acreditamos que esse é um debate teórico importante na medida em que explicita uma polêmica fundamental: a premissa de Foucault, de que o conceito de ideologia está superado e não é capaz de apontar caminhos para a reflexão crítica em sociedades marcadas pela onipresença do poder, entra em choque com o entendimento da ideologia como relevante problema teórico da comunicação.

Identificando que não há possibilidade de dissociação entre relações sociais e suas representações, Foucault descarta o conceito de ideologia. Em *Microfísica do Poder* (1979), defende que não existe distinção entre ciência e ideologia, e que é preciso superar a ideia de ciência como universalização e ideologia como falseamento. Ele defende que todo conhecimento, sem distinção, existe a partir de condições políticas,

que são condições para a formação do sujeito e dos domínios de saber. Todo saber tem em sua gênese relações de poder, e seria um equívoco pressupor um outro “não ideológico” capaz de validar a noção de ideologia.

Já que, para um termo ter significado, ele precisa ser capaz de especificar algo, ele tem também que conseguir identificar o que seria o seu ‘outro’. No caso, seria preciso pressupor algo que fosse ‘não ideológico’ e, se o poder é onipresente, isso se torna impossível, o que é pressuposto de Foucault para abandonar a noção de ideologia.

Em *O espectro da ideologia*, artigo introdutório da coletânea *Um Mapa da Ideologia*²⁶, Slavoj Žižek discute os caminhos e possibilidades da crítica da ideologia hoje, em diálogo inclusive com os antagonistas dessa perspectiva, como Foucault. Discute, assim, se há uma impossibilidade intrínseca de isolar uma realidade que não tenha sua coerência mantida por mecanismos ideológicos, que não se desintegre sem seu componente ideológico. Aponta que essa é a razão para o abandono progressivo da noção de ideologia: se ela está em todo o processo, abarca tudo e não há terreno neutro que possa servir de parâmetro para analisar a distorção ideológica. Seria, assim, a ordem do discurso inerentemente ‘ideológica’, o que acabaria com o próprio sentido da noção de ideologia. Foucault e diversos autores identificados com as teorias pós-modernas substituem, então, a noção de ideologia por outros ‘discursos’, capazes de entender mais profundamente as implicações da onipresença do poder.

Identificando o mecanismo que reivindica a ‘profundidade’ como efeito para salvar aparências diante da incapacidade/impossibilidade de analisar um fenômeno, Žižek exemplifica com situações políticas e acadêmicas nas quais os problemas são relativizados por uma ‘questão mais profunda’ que inverte apenas formalmente a natureza das questões em debate. A minimização do problema dos sem-teto diante da

²⁶ ŽIŽEK, 1996.

‘profundidade’ do desabrigo da essência, da inexistência de morada no mundo contemporâneo para a essência do homem é o primeiro dos exemplos para essa matriz que, segundo ele, pode aplicar-se a uma ‘multiplicidade infinita de termos’.

Zizek analisa que essa inversão formal calcada no ‘efeito de profundidade’ talvez seja a ideologia – supostamente descartada – em sua expressão mais pura. É, assim, uma armadilha que faz com que essas formulações caiam na ideologia sob a aparência de estar se afastando dela: ao denunciarmos como ideológica a tentativa de traçar uma linha demarcatória clara entre ideologia e realidade concreta, isso parece conduzir inevitavelmente à conclusão de que a única postura não ideológica seria renunciar à compreensão de que existiria uma realidade extra-ideológica, aceitando que tudo com o que lidamos são ficções simbólicas, diferentes universos discursivos, e jamais com a ‘realidade’, termo questionado em seu próprio sentido.

Para Zizek, essa solução pós-moderna, por ele qualificada como ‘rápida’ e astuta, é a ideologia por excelência. Argumentando em favor da validade da crítica da ideologia e da tensão que a justifica, aponta que é no reconhecimento da inexistência de uma clara linha demarcatória que separe ideologia da realidade, na identificação de que a ideologia influencia aquilo que vivenciamos como realidade, que se baseia a percepção de que a ideologia não é tudo. A possibilidade de identificação de um lugar que permita manter-se distância em relação à ideologia aparece, assim, unificada à identificação de que esse lugar de onde a ideologia pode ser denunciada precisa permanecer vazio.

A identificação desse lugar vazio se faz através do reconhecimento da constante oposição entre ‘dentro’ e ‘fora’ que travessa repetidamente o debate sobre a noção de ideologia. No que se refere à ideologia em si, a oposição aparece na identificação, por um lado, da ideologia como a distorção da argumentação racional em virtude dos

interesses de poder e exploração e, por outro, da ideologia como a própria noção de um pensamento livre de uma estratégia de poder não declarada.

A oposição permanece em relação à identificação dos mecanismos discursivos que produzem sentido (dentro) e dos instrumentos, rituais e práticas que concretizam a ideologia (fora). E a ideologia na realidade externa, o ‘fora’, divide-se também: entre os instrumentos que dominam a vida dos indivíduos, impositivamente (em Althusser, os aparelhos ideológicos do Estado), e a ideologia que não é imposta, aparece ‘de baixo pra cima’ como expressão das relações sociais de produção (em Lukács, o fetichismo da mercadoria) – sintetizada por Žizek como oposição entre Estado e Mercado.

Destacando que, em Marx, a ideologia como tal só aparece a partir da divisão social do trabalho e a cisão das classes – o momento em que ideias mistificadas, já existentes em sociedades pré-classes, passam a ser elaboradas pelos intelectuais para legitimar as relações de produção existentes e como expressão dessas relações que se confirma e encontra reprodutibilidade na vida prática dos indivíduos que vivem em sociedades divididas –, Žizek lembra que, em Marx, a ideologia é “do Estado”, o que difere dos apontamentos de Althusser quando diz que a ideologia são as relações que se vivenciam.

Ainda assim, para Žizek, Althusser retorna a Marx ao identificar os aparelhos ideológicos do Estado e, assim, apontar que a ideologia não brota da ‘vida em si’, em abstrato, mas sim da vida em sociedade regulada por um Estado. A própria análise de Marx em *A Ideologia Alemã*²⁷, que contrapõe às mistificações ideológicas a compreensão e modificação do mundo real, se complexifica quando elabora a crítica da economia política e aponta que a lógica da mercadoria oferece o suplemento de fetiche

²⁷ MARX e ENGELS, 1987.

necessário às mistificações em geral, com base nas relações de produção de mercadorias.

De nosso ponto de vista, são esses pressupostos que colocam a atualidade da crítica da ideologia como problema para o debate no campo da comunicação, especificamente, e para as perspectivas estratégicas de superação do capitalismo, no geral. A identificação da insuficiência das respostas que reduzem todos os fenômenos a efeitos de discurso e, assim, retiram do horizonte qualquer perspectiva de compreensão de uma realidade que se deseja transformar é, para nós, uma reflexão fundamental, que abre perspectivas para a elaboração de um conhecimento crítico e transformador a respeito dos fenômenos culturais e suas implicações ideológicas.

Finalizamos retornando a Eagleton que, ao identificar em sua sistematização do conceito de ideologia seis principais campos com enfoque ‘progressivamente mais nítido’, recoloca a necessidade de se pensar a transformação das relações materiais e refuta o ‘idealismo discursivo’ do pensamento pós-moderno.

Esses seis campos identificam a ideologia como: 1. Processo material geral de produção de ideias, um complexo de práticas significantes e processos simbólicos em uma sociedade particular; 2. Ideias e crenças (verdadeiras ou falsas) que simbolizam as condições e experiências de vida de grupo ou classe específico (ideologia como visão de mundo); 3. Promoção e legitimação dos interesses desses grupos em face de interesses opostos, de apoiar ou desafiar uma forma de vida/estrutura social. Discurso orientado para ação, subordinado a interesses a-rationais (adquirindo, assim, um tom de oportunismo); 4. Também pautado pela promoção e legitimação de interesses sociais, mas restrito às atividades de um poder dominante, que usa a ideologia para unificar uma formação social de maneira que sejam convenientes para os governantes (visão ainda epistemologicamente neutra); 5. Ideias e crenças que ajudam a legitimar os interesses de

grupo ou classe dominante, mediante distorção e dissimulação; e 6. Crenças falsas ou ilusórias oriundas não dos interesses dominantes, mas da estrutura material do conjunto da sociedade (exemplo mais célebre: teoria de Marx sobre fetichismo das mercadorias).

Se entendermos, assim, que essa sistematização de Eagleton aponta para um enfoque, como anunciado por ele, ‘progressivamente mais nítido’, o sexto campo de definição de ideologia nos coloca tarefas que vão claramente para além do debate discursivo: a crítica da ideologia se converte em força política ao identificar que a compreensão de crenças ilusórias ou mistificadas não demanda sua substituição por teorias verdadeiras ou puras. A transformação das relações vivenciadas com a realidade, que ora aparecem sob a forma de mistificação, depende, assim, da mudança material dessa realidade.

Acreditamos, assim, que essas bases sejam fundamentais para que avancemos numa compreensão dialética, não esquemática, não imediatista dos movimentos sociais contemporâneos. Essa compreensão, esperamos, nos ajuda a encará-los como um possível momento de reconstrução dos projetos totalizantes de transformação social, que reconheça a complementaridade dialética entre sua expressão imediata e o projeto histórico que carregam. Como apontamos acima, as contradições objetivas a que esses movimentos reagem e questionam são enfrentadas mais profundamente a partir do ponto de vista (e inserção objetiva) da classe trabalhadora, que segue carregando o potencial de atingir tais contradições em seu cerne. Um capitalismo cada vez mais mediado pela comunicação e produções simbólicas coloca, assim, àqueles que buscam sua destruição e superação, a inadiável tarefa de incorporação desses temas ao seu projeto estratégico e suas lutas imediatas. Acreditamos que a comunicação e sua presença na vida política cotidiana não são marcas necessárias da difusão e fragmentação, mas, pelo contrário, elementos indispensáveis à construção da

organicidade e do consenso das classes subalternas na elaboração de seu projeto histórico.

Capítulo 2. Análise dos movimentos sociais e a comunicação: produção hegemônica e contra-hegemônica

2.1. A experiência árabe

No capítulo anterior, lembramos o estopim das revoltas no mundo árabe na Tunísia, com o processo que por alguns, principalmente no Ocidente (e de maneira considerada romantizada por setores do próprio movimento social tunisiano), foi denominado de “Revolução de Jasmim”. Apresentamos a mensagem deixada pelo jovem vendedor de frutas Mohamed Bouazizi à sua mãe, Manubia Bouazizi, no Facebook, em que se despedia e indiretamente comunicava sua decisão de acabar com própria vida, em um ato de protesto e desespero diante de suas condições de vida. Ao anunciar sua “viagem”, para ir e não mais voltar, certamente Mohamed Bouazizi não previu a dimensão da repercussão de seu ato, ou mesmo o pensou como um ato estrita e planejadamente político. Certamente também não calculava que aquela mensagem que escrevera à sua mãe, ao ser divulgada na mesma rede social, alcançaria tantas pessoas e de maneiras tão significativas.

O processo tunisiano, como sabemos, emerge como uma primeira explosão e se torna ponto de partida do conjunto de mobilizações que se espalham, inicialmente, pelo norte da África, tendo sua maior expressão no Egito com a derrubada de Muhammad Hosni Said Mubarak. No processo de mobilização egípcio, a ocupação da Praça Tahrir, no Cairo, ganha dimensões globais e passa não apenas a inspirar diretamente do ponto de vista político os levantes e lutas populares que se estendem para países europeus e para os Estados Unidos ainda em 2011, mas também a servir de referência organizativa e mesmo metodológica para os protestos.

Para elaborarmos nossa análise específica sobre a produção de comunicação sobre e pelos movimentos sociais nos países árabes, notadamente, como descrito, Tunísia e Egito, algumas indicações sobre as especificidades de cada formação social são imprescindíveis. Como dissemos no capítulo anterior, perceber a determinação econômica, com o aprofundamento da crise capitalista, da emergência dos movimentos sociais não pode significar uma homogeneização simplista que ignore os contornos específicos de cada processo e suas relações com os fatores econômicos e políticos nacionais. Um primeiro e importante fator de delimitação é indicar que, segundo dados do Banco Mundial, em 2011 a população da Tunísia era de 10,67 milhões de habitantes e o PIB do país somava 45,95 bilhões de dólares, enquanto no Egito a população atingiu 79,39 milhões de habitantes e o PIB somou 236 bilhões de dólares no mesmo ano. As significativas diferenças populacionais e quanto à participação na economia mundial são indicadores importantes e ajudam a dimensionar as reverberações internacionais de cada um dos levantes populares.

Do ponto de vista econômico, convém sublinhar os impactos específicos do aprofundamento da crise econômica sobre os dois países, já indicados anteriormente, percebendo os traços comuns de sua expressão na Tunísia e Egito (que, como dissemos, permitem que agrupemos os dois países neste mesmo tópico de análise) e também os traços específicos de cada contexto nacional. A crise econômica se expressou através de dois fatores fundamentais na região norte-africana, a saber: a alta do preço dos alimentos, sobretudo grãos, que compõem a base da alimentação da população de menor renda nesses países, e o aumento da taxa de desemprego, concentrada especificamente na população jovem, com menos de 30 anos, e com formação superior.

Lembramos que, no lastro da fase ascendente do ciclo econômico mundial, conforme discutido no capítulo 1, as economias do norte da África também vinham

apresentando boas taxas de crescimento nos anos anteriores. Segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), publicados no Relatório de Desenvolvimento Humano de 2010, entre 2005 e 2009 a Tunísia cresceu 4,7% e o Egito, 6%. No entanto, no mesmo período observou-se um aumento significativo da população em idade para trabalhar e, também, do acesso à formação superior (em processo de expansão desde os anos 1990), resultando nessa composição específica da população desempregada, bastante diferente do usual: tanto no Egito quanto na Tunísia, as taxas de desemprego entre a população com formação de nível superior esteve acima da média nacional. A expansão da economia, assim, não acompanhou esse ritmo. As taxas de crescimento observadas, inclusive, ficaram abaixo da média dos chamados países de “emergentes” no período.

Em relação à alta no preço dos alimentos, a segunda metade de 2010 registrou uma escalada significativa (também observada no preço da energia), conforme dados da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) citados em pesquisa do professor George Joffé, do Departamento de Política e Estudos Internacionais da Universidade de Cambridge e editor do *Journal of North African Studies*. Os dados indicam que, desde julho de 2010, os preços do milho aumentaram 75%; do trigo, 84%; do açúcar, 77%; dos óleos e gorduras, 57%. Isso impactou especialmente as populações já vulneráveis, que viviam perto da linha da pobreza, notadamente os países norte-africanos, que têm o milho e o trigo como base da alimentação da população mais pobre. Segundo a FAO, o índice do preço dos alimentos atingiu em janeiro de 2011 o nível mais alto desde o início da medição, em 1990. Em relação ao mês anterior, dezembro de 2010, o aumento registrado foi de 3,4%. Os custos da energia, sobretudo do petróleo bruto, também cresceram vertiginosamente,

passando de US\$ 75 o barril em julho de 2010 para US\$ 91 em dezembro e US\$ 109 em janeiro de 2011.

Cabe destacar que, como forma de redução nas despesas públicas, tanto Tunísia quanto Egito realizaram cortes, implementando a agenda neoliberal, no subsídio estatal ao consumo de alimentos e combustíveis, agravando a situação em um contexto de alta nos preços internacionais. Particularmente sobre o caso tunisiano, há também que se sinalizar a alta vinculação da economia em relação à União Europeia, através de exportações, investimentos, turismo e remessas enviadas por imigrantes, o que significou um impacto imediato da recessão europeia no país. O Egito, como país produtor e exportador de petróleo, esteve menos vulnerável, mas como observado, os níveis de crescimento econômico não foram suficientes para acompanhar o crescimento populacional e da oferta de mão-de-obra qualificada. Além disso, e o mais determinante, o Egito, já bastante distante politicamente da linha “nasserista” do pan-arabismo, pouco direcionava da receita do petróleo para a expansão de políticas sociais e promoção de igualdade de renda.

Pelo contrário: politicamente, tanto Tunísia, com Ben Ali, quanto Egito, com Mubarak, constituíam governos que economicamente adotaram o receituário neoliberal e, politicamente, sempre estiveram alinhados às potências ocidentais. Essas, por sua vez, historicamente jamais reivindicaram o seu comumente alegado “compromisso democrático” em relação a esses governos e suas lideranças, que se perpetuaram por décadas no poder estando notoriamente envolvidas em escândalos de corrupção e promovendo perseguição a opositores e à imprensa. Ben Ali foi por vinte e três anos presidente da Tunísia, tendo tomado o poder em 1987 em um golpe identificado como “sem sangue”, que depôs o líder da independência tunisiana de 1956, Habib Bourguiba. Foi reeleito quatro vezes. Mubarak, presidente do Egito por vinte e nove anos, foi antes

disso vice-presidente. Em 1981, quando o então presidente Anwar el-Sadat foi assassinado, assumiu a presidência e também foi reeleito por quatro vezes (em 1987, 1993, 1995 e 1999).

O governo de Ben Ali era considerado como “amigo” pelas potências europeias, especialmente pela ex-colonizadora França, sua principal aliada. Mubarak era um importante aliado dos EUA e conduziu uma significativa aproximação do governo de Israel, tanto do ponto de vista político como econômico. De acordo com o escritor e especialista em política do Oriente Médio Esan al-Amin²⁸, autor de *The Arab Awakening Unveiled: Understanding Transformations and Revolutions in the Middle East* (2013), Ben Ali contou com o apoio das principais potências do ocidente desde que tomou o poder em 1987, tendo inclusive, em sua carreira militar, sido treinado pela Academia Militar Francesa e pela Escola de Exército dos EUA. No desenvolvimento de sua carreira, tornando-se oficial de informações e de segurança, Ben Ali se aproximou dos serviços de informação dos países do ocidente, como os franceses, a CIA e de outros países da Otan.

Ainda segundo Esan al-Amin, a rede de televisão Al-Jazeera publicou informações sobre o período em que Ben Ali esteve na Polônia, entre 1980 e 1984. De acordo com o pesquisador, o posto de embaixador encobria a sua real função, que seria de atuar para a Otan em conjunto com os serviços da CIA e a oposição ao regime polonês, alinhado à União Soviética. O artigo cita ainda uma declaração de Fulvio Martini, ex-diretor dos serviços secretos militares da Itália, que trata da atuação da Otan na organização do golpe de Estado que deu o poder a Ben Ali na Tunísia.

Buscando ilustrar a proximidade entre o governo tunisiano e as potências ocidentais no período mais recente, al-Amin destaca ainda que, em 2009, ao participar

²⁸ AMIN, 2011

da audição no parlamento estadunidense para a confirmação de seu posto como embaixador do país na Tunísia, Gordon Gray declarou o apoio ao regime e reafirmou a existência de uma “longa e estável relação” tanto com o governo de Ben Ali como com os militares tunisianos. Um elemento destacado na audição como parte dessas boas relações foi justamente o fato de o equipamento militar da Tunísia ser de origem estadunidense, o que é aprofundado por al-Almin: segundo ele, desde o primeiro mandato de Ben Ali, os EUA enviaram ao país equipamentos militares que somam US\$ 350 milhões. Outro exemplo citado é de 2010, quando o governo Obama solicitou ao Congresso dos EUA a liberação da venda de equipamentos militares para a Tunísia, como forma de ajudar na segurança nacional do “país amigo”, o que seria uma contribuição para a estabilidade da segurança nos próprios EUA. Ainda no governo Bush, a Tunísia foi classificada como aliada por aproximar-se dos objetivos estratégicos dos EUA tanto em relação à campanha “contra o terror” na região como no que se referia à defesa de Israel.

Em relação às violações de direitos humanos e perseguição à imprensa, al-Amin lembra que o próprio Congresso dos EUA, ao aprovar em 2010 ajuda militar de milhões de dólares à Tunísia, falou sobre as práticas de torturas, perseguição a jornalistas, prisões de opositores e outras formas de restrição à liberdade política – o que não significou, no entanto, qualquer mudança nas relações privilegiadas entre os países. O pesquisador reafirma que os países ocidentais preferiam “não reparar” na corrupção e repressão praticadas pelo governo de Ben Ali para garantirem seus interesses imediatos na região. Somente quando a queda do presidente já era um fato consumado França e Estados Unidos se posicionaram, já para abandonar o aliado (não reconhecido como tal) e saudar os movimentos por sua “defesa dos direitos humanos”. Nicolas Sarkozy, então

presidente da França, inclusive se recusou a receber Ben Ali quando este tentava fugir para seu país, assim como expulsou da França seus familiares que viviam em Paris.

Mubarak, por sua vez, emergiu como figura central nas aproximações com os Estados Unidos ainda antes de se tornar presidente. Sua atuação, à época como vice-presidente, na assinatura dos Acordos de Camp David (que selaram a aliança entre Egito e Israel sob coordenação estadunidense em 1978), e em sua reafirmação (em 1979), foi fator fundamental para sua consolidação como referência para o ocidente na região. Desde o final dos anos 1970, e sobretudo a partir do estreitamento de relações na década de 1980, Egito e Estados Unidos consolidam sua aliança. Em 2011, no período da explosão do levante popular, o Egito ocupava a segunda posição entre os países que mais recebiam ajuda econômica e especialmente militar dos EUA, ficando atrás somente de Israel. O linguista e filósofo Noam Chomsky, em entrevista concedida ainda no calor dos acontecimentos, em fevereiro de 2011, destacou que a postura dos EUA foi a de seguir sua “cartilha habitual”, em movimento bastante semelhante inclusive ao adotado em relação à Tunísia.

Falando à conhecida jornalista e repórter investigativa estadunidense Amy Goodman, em entrevista especial para o portal argentino Página 12²⁹, Chomsky observou justamente o movimento estadunidense de seguir apoiando o ditador aliado pelo tempo em que isso fosse possível e, diante da iminência de sua queda, operar um giro completo em seu posicionamento e passar a apoiar os protestos populares, como se sempre estivesse estado deste lado e apagando seu passado de alianças com o regime – ao mesmo tempo em que atua politicamente para conter a profundidade das transformações e garantir uma mudança aparente sem alterações substanciais. Chomsky lembrou, ainda, um fator objetivo relevante: diante de décadas de ajudas militares

²⁹ <https://www.pagina12.com.ar/diario/elmundo/4-161830-2011-02-06.html>

milionárias, convém destacar que os aviões que sobrevoaram a Tahrir ocupada e todo o arsenal repressivo utilizado contra os manifestantes certamente eram de origem estadunidense, o que é bastante revelador da distância entre o discurso “democrático” e “pró- transformações” e as práticas objetivas da potência ocidental, mesmo sob a administração supostamente mais comprometida com os direitos humanos de Barack Obama.

Nesse cenário, composto por aplicação dos ajustes neoliberais, agravamento da crise do capital e governos marcados pelo fechamento político – com aguda repressão aos movimentos sociais e controle da mídia – e pelo alinhamento à União Europeia e aos EUA, as mobilizações eclodem nos dois países norte-africanos. Buscamos demonstrar como os aspectos específicos do neoliberalismo em países periféricos determinam as expressões que o aguçamento da crise capitalista adquire na região e a maneira pela qual os grupos subalternos têm suas condições de vida atingidas durante o ciclo descendente da reprodutibilidade do capital.

Da mesma forma, também é fundamental sublinhar as especificidades dos regimes políticos, sobretudo de Tunísia e Egito, para notar que o alinhamento às potências ocidentais e a aplicação do receituário neoliberal se dá com contornos específicos, constituindo formações sociais bastante distintas dos modelos das democracias liberais dos países de centro. Esses fatores (tanto os econômicos como os políticos), evidentemente, têm impactos diretos na conformação do cenário da comunicação oficial/estatal, comercial e alternativa nesses países, assim como nas tradições de organização e luta política experimentadas e na sociabilidade de uma maneira mais geral – o que, por sua vez, nos indica que há relações específicas determinando os processos de formação da consciência, as mediações estabelecidas para a elaboração das visões de mundo e a constituição do pensamento antissistêmico, que

precisam ser levadas em consideração. Identificados esses aspectos, passaremos, então, à discussão específica sobre a comunicação e seu papel nos processos de mobilização desenrolados no norte da África.

“Revolução de internet”? “Revolução de Facebook”? Comunicação autônoma e em rede como “essência” dos movimentos contemporâneos”? “Simples ferramentas”, utilizadas sem introduzir mudanças significativas na luta política, que segue em seus “padrões clássicos”?

De maneira geral, o debate sobre o papel e o peso da comunicação na organização dos movimentos sociais e na luta política contemporânea tem variado entre: aquelas que fazem uma caracterização irrestrita das revoltas e processos de mobilização como frutos das redes sociais (compreensão difundida, inclusive, por setores específicos dos próprios movimentos, como indicaremos a seguir); aquelas que negam essa afirmação categórica mas indicam que a centralidade da luta social contemporânea se encontra na comunicação em rede (como em Castells, conforme discutido); ou, ainda, aquelas que insistem nas “formas tradicionais” de mobilização e negam por completo uma reconfiguração do capitalismo que coloque um peso qualitativamente diferenciado para a comunicação na luta política.

Afastando-se das três concepções genericamente descritas acima, nossa análise busca, como já explicitado nas páginas anteriores, contribuir para a elaboração de uma leitura dialética desse fenômeno, o que exige, inicialmente, uma identificação mais precisa do peso objetivo ocupado pela comunicação, incluindo a televisão, a mídia impressa, a comunicação por telefones celulares, a internet e especificamente as redes sociais para a constituição das revoltas sociais na Tunísia e no Egito. O estopim da revolta tunisiana, descrito anteriormente, já nos traz uma pista inicial que deve ser levada em consideração para tal esforço: o fato de o jovem tunisiano ter escolhido o

Facebook como meio para escrever suas últimas palavras à sua mãe não é menos importante para nossa análise. Como um primeiro elemento a ser percebido, ele indica, no mínimo, uma presença significativa da rede social no cotidiano do rapaz, como um meio utilizado constantemente e que ocupava uma posição de algum destaque em suas formas de comunicar-se com o mundo.

A compreensão do papel das novas tecnologias de comunicação na organização e difusão dos movimentos sociais contemporâneos, como buscamos apontar anteriormente, deve ser associada à compreensão do papel da comunicação na contemporaneidade e nas mediações estabelecidas nas relações sociais. O Facebook, nessa situação, não apareceu como um instrumento ‘externo’, uma ferramenta posterior à mobilização ou mesmo uma opção consciente pela utilização ‘das redes’ como uma forma superior, melhor ou mais adequada de organização política. Os traços espontâneos identificados em relação às mobilizações também podem ser notados aqui, de nosso ponto de vista. O fato de Mohamed Bouazizi ter utilizado a rede para deixar o recado, privado e extremamente íntimo, à sua mãe, nos dá uma pista importante no sentido da compreensão da rede social e dessa tecnologia de comunicação como algo que fazia parte da sua vida, do seu cotidiano, e que por isso mediava suas relações. O mesmo podemos dizer em relação à divulgação da carta pela mãe do jovem no mesmo Facebook e o rápido e significativo alcance obtido.

Se, como apontamos, essa situação específica se tornou estopim por carregar em si as contradições comuns a uma geração e a um tempo, possibilitando assim a identificação e os necessários nexos com as demais questões que apareciam de forma subjacente na pauta política e social do momento, nossa hipótese é que isso também se aplica no que se refere à relação com as novas tecnologias de comunicação, na Tunísia, no mundo árabe em revolta como um todo e nas lutas europeias e estadunidenses. A

consciência imediata e espontânea, que se depara com as contradições acirradas em seu dia a dia e responde a elas a partir do específico, se faz em consonância com as dinâmicas, práticas e mediações culturais de seu tempo: a comunicação, a cultura, as imagens, a rapidez de difusão de informações, as produções simbólicas de maneira geral, então, são parte fundante dessas lutas em sua relação com o mundo material e o capitalismo contemporâneo.

A constatação de que a internet, a comunicação e suas novas tecnologias já estavam relativamente ao alcance e faziam parte do dia a dia de uma parcela da população norte-africana não significa, no entanto, que não tenham passado a desempenhar papel mais importante à medida que os protestos cresciam e se desenvolviam. De todo modo, é fundamental destacarmos também os limites do acesso a essas ferramentas e, conseqüentemente, perceber quais setores da sociedade o faziam de maneira mais significativa, o que tem importantes conseqüências políticas.

Da mesma forma, uma análise que se pretenda totalizante não pode deixar de levar em conta outros fatores que concorreram para a constituição do clima político que permitiu as revoltas e sua amplitude. Especialmente no caso do Egito, há uma série de análises chamando atenção para os processos de luta organizados nos anos anteriores pelo movimento operário, sobretudo com a organização de greves que se espalharam por todo o país. Não casualmente, esse fator sequer é considerado nas análises que atribuem o peso exclusivo ou primordial das redes sociais para a eclosão das revoltas, não sendo nem ao menos citado ou correlacionado com os processos de mobilização, como discutiremos mais à frente.

Sobre a utilização das redes sociais, há, certamente, que se notar que, com a generalização das revoltas e no momento próximo ao seu ápice, com a derrubada dos governos, a difusão da política e das lutas para a vida cotidiana, com estas tornando-se o

centro da vida no país, foi sem dúvida acompanhada da intensificação do uso de meios que estavam sendo empregados para pensar, divulgar e, também “fazer” política em alguma medida. Na Tunísia, o número de usuários do Facebook aumentou em 200 mil entre novembro de 2010 e janeiro de 2011. É quase o dobro do número de novos usuários cadastros no mesmo período do ano anterior, segundo relatório divulgado pela Escola de Governo de Dubai em maio de 2011. O mesmo relatório, integrante de um projeto permanente de avaliação sobre o uso de mídias sociais no mundo árabe (*Arab Social Media Report - ASMR*) e intitulado *Civil Movements: the impact of Facebook and Twitter*, revela que foi no dia 14 de janeiro, data da renúncia e fuga de Ben Ali, que a utilização do Twitter teve seu pico no país.

O relatório (que analisa os dados sobre uso do Facebook e do Twitter em todos os vinte e dois países árabes – os que compõem a Liga Árabe – e também no Irã, em Israel e na Turquia) também ajuda a comprovar que o uso do Twitter foi uma constante nas mobilizações dos países árabes. No ranking dos assuntos mais comentados do ano de 2011 no mundo árabe (contabilizados através das *hashtags*, uma marca temática utilizada com o sinal de “#” e associada às postagens, que permite indexar os temas tratados na rede), o tema “Egito” aparece em primeiro lugar, e o “Jan25”, referência ao dia 25 de janeiro e o início das mobilizações no mesmo país, figura em segundo lugar. O termo, que não ficou restrito a data, se tornou um símbolo da ocupação da Praça Tahrir e teve seu ápice de menções na rede social no dia 11 de fevereiro, data da queda do presidente Hosni Mubarak. Os sinais de internet e telefone móvel foram completamente interrompidos no país no período auge das manifestações, como parte da resposta repressiva do Estado. Entre 28 de janeiro e 2 de fevereiro de 2011, não houve qualquer tráfego de internet no país. A pressão das mobilizações e sua repercussão no

mundo forçaram uma atitude defensiva de Mubarak e o retorno da liberação do sinal em 3 de fevereiro.

Outros dados do *Arab Social Media Report*, já referentes ao período posterior e incorporando dados do primeiro semestre de 2012, mostram que o Egito reunia, à época, um quarto do total de usuários do Facebook no mundo árabe, tendo 11,3 milhões de contas e configurando-se como o maior utilizador da rede social da região em termos absolutos. Os dados, que foram inclusive divulgados em reportagem do *Ahram Online*³⁰, versão digital de um dos principais jornais do Egito, em julho de 2012, mostram ainda que ao final do primeiro semestre daquele ano o mundo árabe tinha um total de 45,2 milhões de usuários do Facebook. Em junho de 2011, esse número era de 29,8 milhões e em janeiro de 2012, de 37,4 milhões, representando um aumento de 50% no ano.

O ASMR indicou também que, dos usuários egípcios em 2012, 1,6 milhões eram de novas contas, criadas entre janeiro e junho daquele ano. Ainda sobre novas contas, os dados mostraram que no mundo árabe o número total de usuários praticamente triplicou entre 2010 (quando eram 16 milhões) e 2012 (com os 45,2 milhões de usuários citados). Os jovens entre 15 e 29 anos constituíam cerca de 70% do total de usuários, um percentual que se mantinha estável em relação aos anos anteriores. Quando se trata de usuários per capita, nem Egito nem Tunísia estão no topo: o primeiro lugar fica com os Emirados Árabes Unidos, seguidos pelo Kwait e Qatar, com Líbano e Jordânia após. Outra indicação importante do ASMR é referente ao aumento da utilização de outras redes na região, sobretudo o Twitter, que registrava como a primeira entre as temáticas abordadas nos *posts* justamente as revoltas políticas e seus desdobramentos.

³⁰ <http://english.ahram.org.eg/NewsContent/3/12/48064/Business/Economy/Egypt-has-quarter-of-Arab-worlds-Facebook-users-Re.aspx>

Também em 2012, em entrevista ao programa EBC na Rede, da Empresa Brasil de Comunicação, o chargista brasileiro Carlos Latuff, conhecido por seus desenhos inseridos na militância social de esquerda, falou sobre o papel de suas charges nas revoltas árabes: seus trabalhos eram constantemente vistos em cartazes na Praça Tahrir, desenhados em muros das cidades, reproduzidos em panfletos e também veiculados nas redes sociais. Muitas das imagens que correram e correm até hoje o mundo como símbolos da revolta egípcia são de sua autoria. Ele conta que o próprio contato que possibilitou essa participação foi feito através das redes sociais. Latuff, conhecido mundialmente por suas charges em apoio à causa Palestina, mantém um perfil ativo no Twitter, em que, além de discutir política, apoiar e divulgar movimentos sociais de todo o mundo, divulga seus desenhos. Foi através do Twitter que os manifestantes egípcios contataram Latuff e lhe pediram que fizesse charges para utilização nos protestos.

O chargista destaca que, além de cumprir esse papel de possibilitar contatos e difundir as chamadas para as mobilizações, a rede social foi fundamental para que pudesse se inteirar e compreender a complexidade política do processo por que passava a região. Diante do cerceamento e controle da imprensa daqueles países pelos governos (por censura ou comprometimento editorial com os governos), o Twitter era um meio que, segundo ele, possibilitava a difusão de informações próprias dos movimentos, “sem o filtro” da mídia comercial. Como demonstraremos adiante, esse elemento, referente ao estabelecimento de contatos internacionais e divulgação direta dos processos de luta para o mundo pelos manifestantes foi um dos mais determinantes no papel desempenhado pelas redes sociais, especialmente o Twitter, na revolta egípcia.

As muitas pesquisas sobre o tema elaboradas no âmbito do International Journal of Communication (IJOC), associação de investigação e produção de conhecimento em comunicação dirigida por Castells e que conta com pesquisadores de todo o mundo,

trazem uma série de dados relevantes para a nossa análise. O papel da comunicação e das redes sociais nos movimentos ao redor do mundo foi analisado sob diferentes perspectivas e através da coleta de significativos dados específicos sobre o fluxo de informações nas redes sociais nos momentos das revoltas, os percentuais de acesso da população à internet e à televisão e mesmo sobre os canais utilizados pelos manifestantes para receber e transmitir informações sobre os protestos, entre outros. Ainda que discordemos da chave interpretativa majoritariamente adotada pelos pesquisadores vinculados ao IJOC, os dados empíricos coletados e os mapeamentos elaborados constituem um rico material que, de nosso ponto de vista, precisa ser levado em consideração por qualquer pesquisa que pretenda traçar um panorama e discutir as formas de utilização das redes sociais e da comunicação por tais movimentos. Além disso, sob uma perspectiva mais ampla, também os elementos analíticos constituem material extremamente relevante para nós, por nos permitir não apenas travar uma polêmica teórica com a chave interpretativa em questão, como fizemos no capítulo anterior, mas também confrontar e indicar pontos-problema em nossas próprias análises, nos obrigando a desdobrá-las para além da mera reiteração dos pressupostos adotados.

A pesquisa elaborada por Ilhem Allagui e Johanne Kuebler (2011), *The arab spring and the role of ICTs*³¹, por exemplo, chama atenção para o fato de, na Tunísia, ter sido definitiva a associação entre as redes sociais, utilizadas como produtoras e veiculadoras primárias de conteúdo pelos manifestantes, e a rede de televisão Al-Jazeera, que funcionou como redistribuidora e amplificadora das mensagens, fazendo com que chegassem à significativa parcela da população sem acesso à internet. Diferentemente do que ocorreu na revolta egípcia, na qual a cobertura da Al-Jazeera chegou com relativo “atraso” (mas, ainda assim, antes das televisões comprometidas

³¹ ALLAGUI e KUEBLER (2011)

com o governo e seus interesses), na Tunísia a emissora participou da cobertura dos protestos desde seu início.

A pesquisa mostra ainda como as páginas das redes sociais que atuavam para distribuir informação e conteúdo não o faziam sozinhas, mas sim através de uma rede de apoio que incluía blogs, instituições de mídia independentes (sobre as quais falaremos mais adiante, com destaque para a organização chamada Nawaat³², uma das mais reconhecidas do país) e sites de organizações de ativistas de internet. Por exemplo, quando o controle estatal bloqueou as páginas dos movimentos no Facebook, interceptou a distribuição de vídeos e fotos dos protestos e derrubou o fluxo dos sites estrangeiros que cobriam as manifestações, o grupo Anonymous atuou hackeando sites governamentais e fez com que passassem a veicular mensagens contra o governo e denunciando a repressão.

Além disso, essa mesma rede de apoio permitiu que os sites bloqueados fossem movidos e hospedados fora da Tunísia – em um processo que, citam os pesquisadores, para Castells constitui um mecanismo de deslocamento do poder do Estado (nesse caso, o poder da repressão e controle da informação) para a sociedade em rede (que consegue driblá-lo e fazer prevalecer seus interesses). As redes, dizem Allagui e Kuebler, devem ser entendidas por uma nova perspectiva, que leve em consideração os diversos atores que as compõem e as perceba como essa interação entre pessoas e a utilização das tecnologias de comunicação, o que permitiria superar a leitura reducionista de que “o Facebook fez a revolução”.

Parece-nos interessante notar, aqui, que a rejeição da ideia simplista de uma “revolução de Facebook” é complementada pela adoção integral de uma perspectiva que estende de tal maneira a percepção da potência das redes sociais (sejam as digitais ou as

³² <http://www.nawaat.org>

das relações cotidianas, dentro e fora da internet) a ponto de conferir a elas a capacidade de transpor o poder do Estado e seus mecanismos de coerção. Se a experiência tunisiana reafirma e demonstra que a apropriação das tecnologias pelos movimentos amplia as possibilidades de difusão das informações e de articulação política, a generalização disso como um “deslocamento de poder” nos parece bastante arbitrária. Afinal, não apenas os mecanismos de coerção e uso da força institucional permanecem inalterados (e sendo ativados sempre que necessário, inclusive com a prática de coerção física, dissolução violenta de protestos, prisões e torturas), como, principalmente, também as relações sociais que determinam quem controla o poder do Estado e os contornos que ele assume. Estratificação social e exploração do trabalho continuam existindo como base concreta da vida cotidiana e determinando posições de poder bastante distintas aos sujeitos sociais.

Os autores indicam ainda ser bastante significativo o uso da internet nos países árabes, “mesmo os governados pelo fundamentalismo islâmico” e com regimes de controle mais diretos. A possibilidade de acesso não apenas nas casas, mas em cybercafés e escolas, amplia o número de usuários e, além disso, a replicação do conteúdo produzido na internet pelos indivíduos em suas redes “off-line”, como as redes familiares e de amigos, opera uma amplificação indireta de seu alcance. A emergência da juventude árabe como força política é identificada pelos autores como indissociável do desenvolvimento das tecnologias de comunicação em seus países, o que faz com que esses jovens se convertam em criadores de conteúdo.

Eles lembram, ainda, como as formas de ativismo na internet foram desenvolvidas na Tunísia e no Egito em toda a década que antecedeu as explosões políticas de 2011, abrindo caminho para tais processos e enfrentando a censura. Ciberativistas como Zouhair Yahiaoui (também jornalista e preso por Ben Ali), Sami

Ben Gharbia (referência na Tunísia através da Nawaat e em todo o mundo árabe por sua atuação no portal/ONG Global Voices) e Slim Amamou (blogueiro tunisiano, integrante do Partido Pirata da Tunísia, que inclusive chegou a se tornar Secretário de Esportes e Juventude da Tunísia no governo de transição, após a queda de Ben Ali, tendo renunciado em maio de 2011 em protesto contra a permanência da censura e controle da mídia) são citados como exemplos desse processo e construtores das bases que permitiram as revoltas de 2011.

Outra pesquisa elaborada no âmbito da IJOC, essa de caráter mais empírico, foi *The Revolutions were tweeted: information flows during the 2011 Tunisian and Egyptian revolutions*³³ (2011). Organizada por Gilad Lotan, a pesquisa tem ainda como autores Erhardt Graeff, Mike Ananny, Devin Gaffney, Ian Pearce e Danah Boyd, e busca analisar o fluxo de informações durante os processos de mobilização egípcio e tunisiano, identificando os diferentes atores envolvidos e seu papel em cada contexto. Os dados obtidos, em linhas gerais, confirmam principalmente o uso das redes sociais (no caso analisado, o Twitter) como fonte de informação pelos jornalistas, indicando uma reconfiguração nos formatos de produção e apuração das notícias, assim como uma nova relação com as fontes.

Metodologicamente, a pesquisa analisou o fluxo de informações no Twitter buscando identificar a origem, distribuição e alcance da informação produzida através de uma categorização que se dividiu em doze tipos de atores sociais: (1) organizações de mídia *mainstream*, que contam com meios digitais e não digitais (MSM), como a Al-Jazeera em inglês (perfil no Twitter: @AJEnglish) e The New York Times (@nytimes); (2) novas organizações de mídia *mainstream*, os blogs e portais jornalísticos que apenas existem na internet, como o Huffington Post (@HuffingtonPost); (3) as organizações

³³ LOTAN et al, 2011.

não-midiáticas, aquelas referentes a grupos, companhias ou instituições que não são originalmente voltados para a produção de notícias, como o Wikileaks (@Wikileaks); (4) os empregados da mídia *mainstream*, jornalistas contratados ou que prestam serviços como free-lancers regularmente para os veículos agrupados na categoria 1; (5) blogueiros, aqueles que escrevem regularmente para um blog estabelecido e se identificam como blogueiros no Twitter; (6) ativistas, os indivíduos que se identificam como tal, aqueles que trabalham em algum movimento ou organização política ou aqueles que se concentram em postar sobre assuntos relativos ao ativismo; (7) “digerati” (especialistas em tecnologia)/influenciadores, indivíduos que têm muitos seguidores e influência internacional nas mídias sociais; (8) atores políticos, aqueles que já eram conhecidos anteriormente por sua relação com a política institucional e governamental; (9) celebridades, aqueles que já eram famosos por motivos não relacionados à tecnologia, política ou ativismo; (10) pesquisadores, aqueles vinculados a universidades ou grupos como think-tanks e cuja experiência parece focada nas questões do mundo árabe e Oriente Médio; (11) robôs, as contas que aparentam ser automatizadas e postam intensamente, geralmente em grandes volumes; e (12) outros, todos que não se encaixam claramente em nenhuma das categorias.

Os dados obtidos mostram que, no caso do fluxo na Tunísia, ao mesmo tempo em que mais jornalistas do que blogueiros, em números gerais, são usados como fontes de informação, os posts feitos por blogueiros são significativamente mais amplos em alcance, indicando que esses atores desempenharam papel destacado na difusão de informações sobre o país e que têm mais capacidade de envolver seus leitores para repassá-las, em comparação com qualquer outro dos tipos de atores analisados.

Cabe destacar que, em linhas gerais, o engajamento dos meios da grande mídia, jornalistas e ativistas nos assuntos da Tunísia foi significativamente menor do que nos

referentes ao Egito. A participação intensa dos grandes meios, ativistas e jornalistas nos fluxos vinculados ao Egito os configurou como principais fontes, e com mais repercussão em seus posts, claramente definidas em relação às demais, diferentemente do cenário tunisiano. Quanto às organizações não midiáticas, ao mesmo tempo em que foram fontes de poucos fluxos informacionais, aqueles que iniciaram tiveram grande repercussão (sobretudo quando se trata do Wikileaks, o que, nos parece, indica mais uma reputação e reconhecimento do público das redes ao veículo específico do que a um “tipo de ator social”).

Os dados sistematizados por Christopher Wilson e Alexandra Dunn em *Digital Media in Egyptian Revolution* (2011), específicos sobre a experiência no Cairo, são bastante instigantes e possibilitam a elaboração de mais questionamentos sobre a utilização da comunicação e seu papel objetivo na constituição dos movimentos. É fundamental, obviamente, lembrar que a amostra analisada pela pesquisa é limitada e por isso não pode ser tomada como uma sentença sobre o cenário geral dos movimentos, nem mesmo sobre o conjunto do processo egípcio – que abarcou distinções e contornos específicos em cada região, sobretudo quando se trata das diferenças entre a capital e as áreas mais afastadas no país. Os dois pesquisadores apresentam e analisam informações colhidas no âmbito da pesquisa *Tahrir Data Project*, mais ampla e em andamento no momento da publicação do artigo, cujo objeto é a utilização dos meios de comunicação por manifestantes, organizadores e também pelo público internacional que acompanhava os protestos no Cairo.

De maneira geral, os dados obtidos revelam que as redes sociais não foram o veículo de comunicação mais importante e mais utilizado para a convocação e organização dos grandes protestos. Aparecem antes delas a comunicação ao vivo, em primeiro lugar (como boca-a-boca e também através de banners, grafite e discursos nos

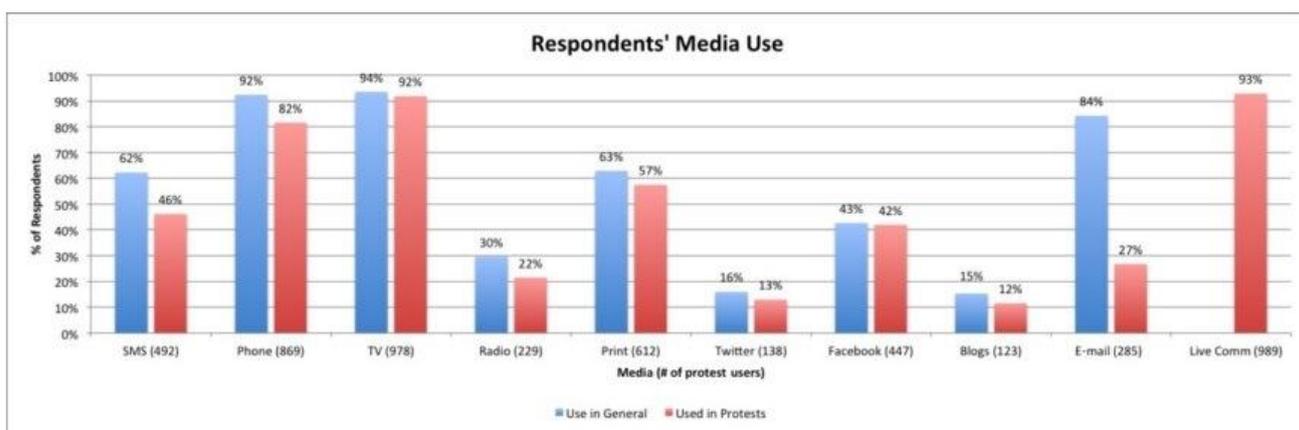
protestos), seguida pela televisão, o telefone, a mídia impressa e as mensagens via SMS. No entanto, indicam complementarmente, as redes sociais desempenharam papel destacado no que se refere à motivação e criação de laços entre os ativistas, o que, para os pesquisadores, indica que seu papel foi “importante, mas complexo”, não sendo possível apontá-lo como causa direta do crescimento das mobilizações. Dessa forma, e diante da ponderação feita acima sobre a limitação da amostra analisada na pesquisa, cabe destacar que, se mesmo no Cairo – capital do país, onde as possibilidades de acesso à internet são maiores e o perfil dos manifestantes incluiu com destaque jovens com acesso ao ensino superior (público prioritário das redes sociais no mundo árabe, como demonstrado anteriormente) – os dados indicam tal limitação do papel cumprido pela comunicação digital, tal diagnóstico tende a ser válido (e mesmo acentuado) para as outras áreas.

Os dados foram obtidos a partir de entrevistas realizadas com os três grupos de usuários de mídia indicados acima: (a) uma grande parcela de participantes dos protestos; (b) o público internacional que seguia os acontecimentos e repassava informações online; e (c) os especialistas em tecnologia, que as usavam como estratégias de mídia para mobilizar os participantes para os protestos e conferir-lhes visibilidade. Em relação ao primeiro grupo, as entrevistas foram feitas entre 24 de fevereiro e 1º de março de 2011, portanto, começando cerca de duas semanas após a queda de Mubarak, e compararam o uso dos meios de comunicação em geral àquele diretamente vinculado aos protestos.

Foram entrevistados 1.200 manifestantes, que produziram 1.056 questionários válidos. Os pesquisadores destacam a dificuldade de pesar a amostra em relação à população do Cairo e do Egito em geral, devido a inconsistências no censo nacional. 75,5% dos entrevistados eram homens, com idades que variaram entre 11 e 67 anos,

sendo a média de idade 38 anos. 77% tinham passado ou estavam em alguma faculdade ou instituição de ensino superior, 80,4% tinham amplo acesso à internet em casa e 50,1% em seus telefones. 65,3% dos entrevistados identificaram-se como não ativos politicamente, considerando participação em sindicatos, partidos políticos, movimentos sociais ou projetos de caridade, e 66% nunca haviam estado em uma manifestação anteriormente. Naquele momento, a taxa de usuários do Twitter no Egito era insignificante (0.001% da população, segundo a pesquisa), mas ao mesmo tempo os organizadores dos protestos o utilizaram de maneira planejada e coordenada, inclusive definindo as hashtags que seriam utilizadas (a já citada #Jan25, por exemplo, que se tornou símbolo de todo o processo de mobilização, foi parte desse planejamento).

Para analisar a utilização dos meios de comunicação e sua função para a convocação dos protestos, a pesquisa fez aos manifestantes entrevistados duas perguntas combinadas: uma primeira relacionada ao uso cotidiano das mídias, e a segunda voltada especificamente para sua utilização vinculada às manifestações. A tabela abaixo apresenta os resultados obtidos a partir delas:



(Wilson e Dunn, 2011, p.5)

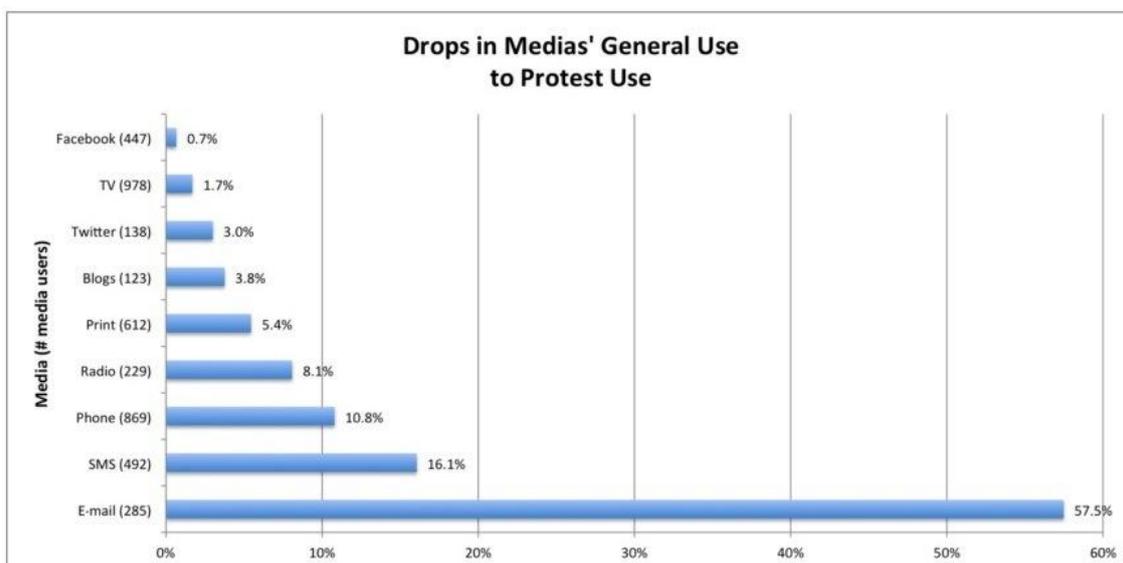
Os primeiros resultados, como citado, revelaram uma participação inexpressiva das mídias digitais para a obtenção e propagação de informações sobre os protestos no

Cairo. A comunicação ao vivo figurou no topo dos meios indicadas pelos entrevistados como fonte de informação sobre os protestos, seguida pela televisão e o telefone. Os autores ainda destacam que as mensagens de texto via SMS, comumente associadas a alguma rede digital, ficaram entre a mídia tradicional menos citada (a impressa, com 57%) e a rede social que mais se destacou (Facebook, com 42%).

No entanto, quando se analisam comparativamente as frequências do uso geral dos meios e aquele diretamente associado aos protestos, há um destaque para as mídias digitais. Como nenhum entrevistado respondeu ter utilizado nos protestos todos os meios que usa no seu dia a dia, observa-se, para todas as mídias, uma queda entre aqueles que indicam utilizá-las em geral e os que disseram as terem usado especificamente nos/para os protestos – mas no caso das redes sociais essa queda é menor. Segundo os pesquisadores, como há uma variação muito significativa entre os índices de queda para cada mídia, isso indica que alguns meios foram utilizados com mais regularidade nas manifestações e que, possivelmente, há uma funcionalidade maior nesse tipo de mídia para as necessidades colocadas por esses contextos.

O Facebook foi o meio que observou a menor queda entre o uso geral e o uso nos protestos, de apenas 0,7%. A maior queda foi de uma mídia também digital, mas de uso mais antigo e estabelecido: o e-mail, com 57,5%. Para os analistas, essa queda tão significativa pode ser resultado da combinação entre os cortes no acesso à internet e o tempo de atraso envolvido no envio e recebimento da mensagem, dois fatores observados conjuntamente apenas nessa mídia. Entre as pequenas quedas, logo após o Facebook, aparece a televisão por satélite, uma mídia “tradicional”, demonstrando que sua presença no cenário midiático do Cairo é bastante enraizada e que não é imediatamente descartada em favor das mídias digitais.

Os pesquisadores indicam que essa taxa, assim como a das mídias sociais, sugere a adequação dos meios, com a produção e veiculação de conteúdo de forma imediata e para um público amplo, para as “situações dinâmicas em tempo real”. Com uma queda maior, mas ainda dentro da curva (sem a grande variação que colocou o e-mail em posição isolada), estão os veículos de comunicação de “pessoa para pessoa”, como o telefone e as mensagens SMS. A hipótese de Wilson e Dunn é de que a amplitude do público e a possibilidade de veiculação em tempo real são fatores mais relevantes do que a acessibilidade de uma determinada mídia para o seu uso em protestos. Segundo eles, isso reforça a noção de que alguns meios digitais são, por suas características, mais adequados para o uso em contextos altamente dinâmicos, apesar de terem, em termos absolutos, um número baixo de usuários. A tabela abaixo traz os índices de queda na utilização dos meios, comparando o uso geral com o uso em protestos:



(Wilson e Dunn, 2011, p.6)

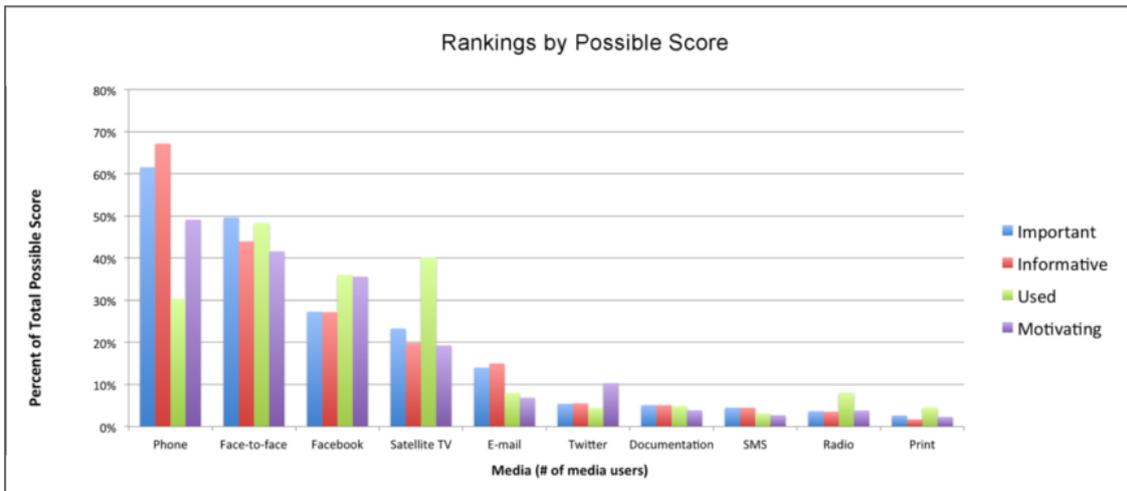
É relevante observar, de nosso ponto de vista, que pode haver uma relação entre as baixas taxas de queda observadas para o uso das redes sociais, notadamente o Facebook, e o perfil de seus usuários: em um cenário em que os números absolutos de

usuários dessas redes são significativamente baixos, é possível inferir que a utilização está associada a indivíduos mais interessados em tecnologias da comunicação, atentos às transformações e atualizações nessa área. Possivelmente, esse seria um perfil de usuários que, ao envolver-se nos protestos, o faria expressando tais interesses e tendo a comunicação e suas tecnologias como parte de suas preocupações.

Há mais dois conjuntos de dados analisados na pesquisa que queremos destacar aqui: os referentes às taxas e padrões de retransmissão de conteúdos entre diferentes tipos de mídia e os que compõem um ranking das mídias de acordo com algumas características propostas pelos entrevistadores. Sobre a retransmissão – ou seja, o compartilhamento, em um determinado meio, de um conteúdo produzido em outro tipo de mídia –, os dados indicam uma combinação entre os meios digitais e tradicionais que, segundo os pesquisadores, sugere padrões de uso para tipos de motivação e conteúdos específicos e ajuda a esclarecer o papel da mídia digital para os movimentos sociais. Facilidade de acesso às mídias e a preocupação em acessar públicos distintos/mais amplos do que os da mídia original (em 47% dos casos) apareceram como principal motivação dos entrevistados para a retransmissão. O principal elemento a ser notado aqui, acreditamos, é a combinação entre os diferentes meios e o entendimento da função específica desempenhada por cada um deles.

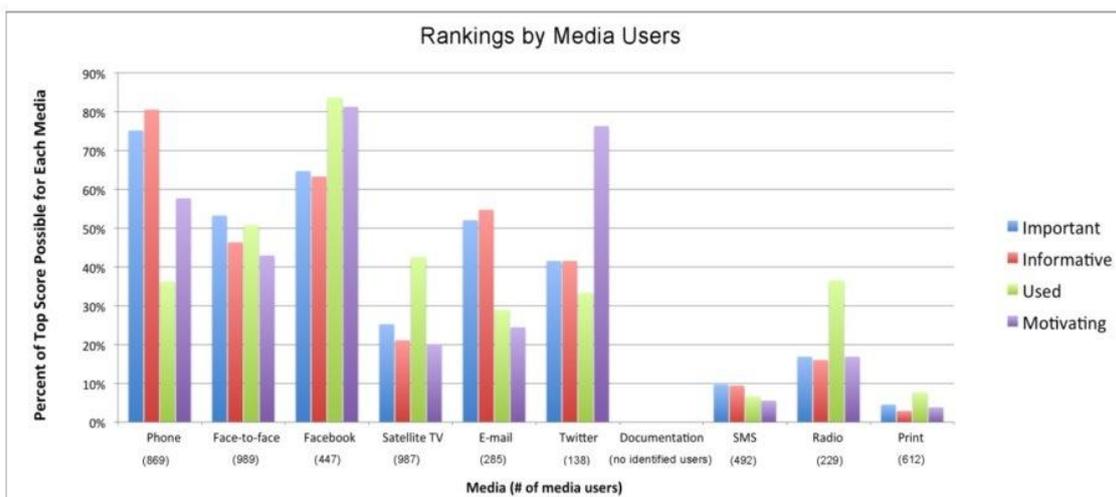
O ranking, por sua vez, foi elaborado da seguinte forma: os entrevistados classificaram os tipos de mídia em quatro categorias, indicando os meios que (1) foram mais importantes para os protestos; (2) foram mais informativos sobre os protestos; (3) foram mais usados para os protestos; e (4) mais motivaram a sua participação. Para cada uma dessas categorias, os entrevistados deveriam listar os três principais meios, de acordo com sua experiência individual. A figura abaixo sistematizou o ranking,

indicando as médias de cada tipo de mídia, por categoria, de acordo com o percentual obtido da pontuação total possível daquela amostra.



(Wilson e Dunn, 2011, p.12)

A segunda parte do ranking coloca, a partir dos mesmos critérios, os resultados como percentuais do total de usuários daquela mídia em específico. Os dados não se modificam muito, a não ser por um aumento bastante significativo no grau de motivação atribuído para o Twitter, como mostrado na figura abaixo.



(Wilson e Dunn, 2011, p.13)

Mesmo diante do baixo número de usuários, os dados indicam que as redes sociais se destacaram em alguns dos campos analisados, como confiabilidade do conteúdo produzido, taxas de retransmissão de conteúdo e papel motivador para os manifestantes. Junto a isso, os pesquisadores destacam também o fato de as redes sociais ganharem peso em comparação com a mídia tradicional dentro da amostra específica das mídias de protesto, diferentemente do que ocorreu na amostra do uso geral das mídias – o que sugere serem esses meios mais adequados ou viáveis à dinâmica das manifestações e atraírem usuários que se relacionam com a mídia de forma diferente das postas pela mídia tradicional.

Os dados também mostram que, especialmente quando se inclui nas análises o público internacional e a obtenção e divulgação de informações fora do Egito, o papel da mídia digital e especificamente das redes sociais se destaca. Quando se trata da propagação de informação internacional através do Twitter, os dados indicam uma relação direta do conteúdo que circulou na rede com os protestos de rua no Cairo, já que, como dito, muitos dos manifestantes apontaram a rede social como uma das principais fontes de motivação e encorajamento para a participação nas manifestações. Os pesquisadores ainda destacam que essas indicações vão ao encontro das afirmações feitas pelos organizadores/coordenadores das convocações pela internet, que ressaltaram majoritariamente o papel central do Twitter para conferir ânimo aos manifestantes através da ideia de que “o mundo estava assistindo” a tudo. Lembrando que “qualquer discussão sobre o ativismo digital no Egito precisa levar em conta que a internet tem uma taxa de penetração de 16,8% no país” (p. 22), Wilson e Dunn chamam atenção para o fato de a experiência egípcia oferecer mais elementos para a identificação do potencial da comunicação digital para os movimentos sociais do que a respeito do papel objetivamente desempenhado.

Os dados e elementos apresentados até aqui sobre o papel da comunicação para as mobilizações na Tunísia e no Egito se concentraram prioritariamente na comunicação digital e, especificamente, nas redes sociais. Eles nos ajudam a entender, por um lado, a inegável associação entre a constituição dos movimentos e a utilização das tecnologias da comunicação, como processos em alguma medida combinados à tomada de consciência e ao impulso dos grupos sociais à ação política. Os dados sobre o aumento do número de usuários das redes sociais nos períodos correspondentes às mobilizações, assim como a identificação dos fluxos de informação no Twitter associados às manifestações, indicam exatamente isso. Nos termos que apontamos acima, perceber como a consciência imediata se transforma diante do agravamento das condições de vida e, nesse processo, se constitui em mediação com a comunicação, a profusão de informações e imagens e as produções simbólicas, ou seja, com elementos centrais da sociabilidade contemporânea, nos indica que a utilização das tecnologias de comunicação pode ser também ela um elemento da espontaneidade predominante na eclosão de tais movimentos.

Nesse sentido, entendendo a forma pela qual a comunicação se constitui como elemento das sociabilidades específicas desses países, podemos inferir que a relação desses processos de mobilização com a comunicação (especialmente a comunicação das redes sociais) não é necessariamente uma escolha política, “programática” (ou, mais precisamente, “anti-programática”, no sentido de ser colocada deliberadamente no lugar de um projeto estratégico ou uma forma de organização política específica).

Por isso mesmo, ter atenção às contradições e problemas que podem ser revelados pelos mesmos dados e elementos destacados é fundamental: afinal, se é verdade que estes indicam o vínculo entre a constituição dos movimentos e a utilização das tecnologias de comunicação, eles também apontam, por outro lado, o limite da

comunicação digital nesses países, nos quais o acesso à internet ainda é significativamente restrito a uma parcela específica da população, a participação pouco determinante das redes sociais na convocação e organização dos protestos no Egito, sua importância para outras esferas da mobilização, como a motivação e o contato internacional, e sua persistente vinculação com as mídias “tradicionais”, como a televisão, tanto na Tunísia como no Egito.

A comunicação, como elemento destacado da sociabilidade no capitalismo contemporâneo, integra uma realidade objetiva complexa e dinâmica, que precisa ser entendida em sua totalidade para que a percepção sobre seus vínculos com os movimentos sociais não se estabeleça de maneira simplista e arbitrária, induzindo a generalizações que terminem por se tornar tecnicistas – ou seja, que atribuam às inovações tecnológicas o papel e/ou a responsabilidade de alterar as correlações de forças entre os sujeitos sociais e de apontar os rumos da luta política.

Os dados expostos acima reafirmam a constatação de que as explosões sociais não apenas não se explicam majoritariamente pelas convocações e estímulos operados através das redes sociais, como também podem, em significativos casos, terem passado ao largo dessas plataformas para muitos dos indivíduos que as compuseram. Ao mesmo tempo, os dados expressam o quanto a comunicação, de maneira geral, esteve intimamente associada aos processos de mobilização, sob diferentes aspectos e em diferentes intensidades. A busca por produção e veiculação de conteúdo próprio pelos movimentos e indivíduos identificados com suas pautas, o ímpeto por encontrar novos meios para realizar isso, a discussão sobre o conteúdo apresentado pela mídia hegemônica, a necessidade de contato com o mundo pela perspectiva de ser visto/mostrar a partir do local, entre vários outros elementos relacionados à

comunicação, são eixos centrais para o entendimento de nossa temática em sua complexidade.

A percepção da existência de uma “batalha midiática” (mesmo que a compreensão sobre seu significado possa ser bastante fluida e variada), como dito anteriormente, é um elemento que merece nossa atenção. A identificação de que o tratamento da mídia hegemônica – estatal e comercial – apresentava uma série de problemas, distorções e impulsionava a deslegitimação dos protestos e a criminalização dos manifestantes foi, notadamente, um fator determinante para a multiplicação das iniciativas de comunicação alternativas ou próprias dos movimentos. São essas iniciativas que discutiremos a partir de agora, de maneira combinada com uma análise sobre o papel da mídia hegemônica, levando em consideração o seu lugar na constituição dos movimentos e das lutas políticas travadas nos países no contexto colocado pela irrupção das revoltas, as formas de utilização dos diferentes meios, seu conteúdo e sua forma, buscando entender de que maneira se associam à formação de consciência dos indivíduos e movimentos.

Um dos principais veículos reconhecidos na Tunísia como fruto do cenário constituído a partir das mobilizações e do esforço para a criação de instrumentos de comunicação autônomos é o Tunisia Live³⁴. Fundado em 2011, como uma “iniciativa pós-revolução”, conta com portal, página no Facebook, canal no Youtube e perfil no Twitter e produz conteúdo impresso, em áudio e em vídeo. O texto de apresentação do site o define como uma fonte de notícias em língua inglesa destinada a aproximar a Tunísia do mundo pela perspectiva da mídia livre e destaca que o Tunisia Live está na vanguarda de um jornalismo “independente e imparcial”, sendo parte de uma “vibrante comunidade jovem de jornalistas tunisianos emergentes”. O texto também aponta que,

³⁴ <http://www.tunisia-live.net/>

além de ser fonte de notícias para governos estrangeiros, mídia internacional, cidadãos ao redor do mundo e tunisianos que vivem fora do país, realiza “parcerias” com “algumas das marcas mais importantes do mundo”.

O texto de apresentação do Tunisia Live no Facebook conta que o grupo oferece, ainda, uma série de serviços através de sua empresa-matriz, a Global Productions, como produção de entrevistas, monitoramento de mídia e conexão de mídias estrangeiras com influentes figuras públicas do país, tendo realizado parcerias com veículos como a CBS 60 minutes, Al-Jazeera English, CNN, Sky News, BBC e The New York Times. O mesmo texto dá algumas indicações sobre as formas de estruturação do trabalho e captação de financiamento do veículo/empresa de comunicação: há uma divulgação de contato para “parcerias e propaganda” e um anúncio sobre recrutamento de voluntários e estagiários.

Já a partir dessa primeira aproximação, podemos observar como, na constituição do veículo, aparece uma imbricação de referências: a identificação com o processo de mobilizações e o anseio por uma “mídia livre”, que seriam aspectos mais diretamente políticos; a defesa e a valorização da “imparcialidade”, característica editorial tratada como princípio pelos meios de comunicação comerciais; e também os contornos mais tipicamente empresariais/corporativos, que buscam valorizar o veículo como um produto e vendê-lo. A própria noção de “independência” aparece aí de maneira difusa, certamente marcando uma desvinculação do Estado e afirmando as diferenças do Tunisia Live com a imprensa oficial, mas muito distante de um debate sobre o sentido do financiamento privado para a comunicação e sua vinculação com grandes corporações transnacionais.

É justamente a partir desse hibridismo que o veículo se instituiu e adquiriu relevância, amplitude de alcance e reconhecimento como expressão de um novo cenário

da comunicação tunisiana, associado às mobilizações e à queda de Ben Ali (que trata como uma revolução): uma agência de notícias privada, não vinculada ao Estado, com inserção no mercado, sintonizada às transformações políticas e aos anseios da juventude do país, representando uma forma e um conteúdo de comunicação próprios de um “novo tempo” e de uma “nova geração”. Não por acaso, parte significativa do conteúdo produzido pelo Tunisia Live sobre as mobilizações se destina exatamente a discutir o papel da comunicação alternativa naquele contexto.

A série de vídeos “Revolution Memories”, lançada no canal do Youtube em janeiro de 2012, quando a derrubada de Ben Ali completava um ano, é composta por sete vídeos com curtos depoimentos de diferentes ativistas – todos eles homens – que desempenharam papéis importantes durante a revolta. Desses, três partem especificamente da perspectiva da comunicação: um jornalista e dois blogueiros relembram os acontecimentos, narram suas experiências específicas e discutem o papel dos meios de comunicação alternativos para os processos de luta. Entre eles, está o já citado Slim Amamou, blogueiro e integrante do Partido Pirata que chegou a ocupar um cargo de secretário no governo de transição após a queda de Ben Ali. Os demais vídeos trazem depoimentos de um sindicalista (dirigente da principal central sindical da Tunísia), um advogado, um médico e, em um mesmo vídeo, dois feridos nos protestos.

Os vídeos têm formatos simples e bastante semelhantes, mesclando os depoimentos de alguns minutos dos ativistas com imagens das cenas narradas e dos momentos chaves dos protestos. O primeiro deles traz o depoimento de Sofiene Chourabi, jornalista já perseguido durante o governo de Ben Ali. Ele foi o primeiro profissional de comunicação a estar em Sidi Bouzid, cidade do interior em que vivia Mohamed Bouazizi e, portanto, o local de início da onda de protestos. Sofiene conta que foi para a cidade no dia 19 de dezembro de 2010 e fez os primeiros vídeos a circularem

nacionalmente para “informar os tunisianos sobre os acontecimentos” no interior. São exibidos alguns trechos dos vídeos feitos em Sidi Bouzid, todos eles em baixa resolução e talvez gravados através de câmeras de telefones celulares. Sofiene descreve o estado caótico da cidade, que estava cercada por policiais, e conta que gravou de dentro dos protestos, participando das marchas e agitações, entrevistando os participantes – “jovens, sindicalistas, pessoas revoltadas” – e filmando os confrontos, queimas de pneus e momentos de tensão.

O jornalista conta que retornou à capital e fez o primeiro vídeo sobre os acontecimentos em Sidi Bouzid, quando decidiu “se juntar a amigos” e organizar um protesto em solidariedade às manifestações do interior que fosse “diferente dos que já tinham ocorrido”. Ele relata como até então os protestos praticamente não se concretizavam porque eram facilmente cercados pela polícia e reprimidos. Lembra que, junto a seus amigos, tentou primeiro organizar uma manifestação ao final de dezembro na Bab Al Jazira, uma das portas de entrada da medina em Tunes, cercada por fortificações. O protesto foi divulgado no Facebook, o que gerou uma grande repercussão, e foi proibido. Sofiene foi impedido de sair de casa e muitas pessoas foram agredidas. O jornalista conta que viu mobilizadas muitas pessoas que nunca haviam se interessado por política até então, o que o motivou ainda mais. Assim, juntou-se a Azyz Amami (um dos blogueiros entrevistados para a série) e fez uma nova convocação, dessa vez para um espaço aberto, que dificultasse o cerco policial. Segundo Sofiene, o protesto foi um sucesso, reunindo entre duzentas e trezentas pessoas e tornando-se “o primeiro protesto bem sucedido sob o governo Ben Ali que não foi organizado por partidos, sindicatos ou associações, sendo 100% espontâneo”.

Fica bastante evidente, no depoimento de Sofiene, a rejeição às formas “clássicas” de organização política, como sindicatos e partidos políticos, e a valorização

da “espontaneidade” dos protestos. A sua fala opera um mecanismo bastante comum nos movimentos autonomistas, que termina por distinguir o que seriam movimentos “das pessoas” (aqueles que não passam por espaços coletivos e instituídos), entendidos como “espontâneos” (“puros”, em alguma medida), e os movimentos que, por serem vinculados a alguma estrutura, são entendidos como não pertencentes “às pessoas”, sendo “planejados”, “controlados”: os de partidos, sindicatos ou movimentos organizados. A própria construção discursiva contida na ênfase dada por Sofiene à convocação feita por ele “junto com os amigos” indica esse destaque à espontaneidade, à ideia de “pessoas comuns” agindo, sem que houvesse vínculos políticos entre elas, ou um planejamento anterior de acordo com interesses ou objetivos desenhados. Certamente, contribui para isso o grande desgaste adquirido por partidos institucionais e sindicatos burocratizados e bastante descolados das lutas e enfrentamentos diretos ao governo. No entanto, como comumente ocorre nesse tipo de crítica autonomista, a rejeição à política burocratizada e conciliadora se generaliza para uma rejeição essencializada às formas organizativas coletivas.

Opera-se, na consciência, um mecanismo através do qual “as pessoas” são valorizadas ou mesmo aceitas como tal apenas enquanto expressarem-se como indivíduos, atomizados e fragmentados politicamente; “as pessoas” organizadas coletivamente deixam de ser “pessoas” e passam a ser percebidas como as estruturas em que estão inseridas. “O partido”, “o sindicato”, “o movimento”, assim, não são entendidos como uma síntese superadora de individualidades em um coletivo, feito por pessoas, mas como estruturas impessoais, engessadas e coisificadas. Na comunicação, esse mecanismo de consciência aparece, também, como uma apologia da espontaneidade fragmentada, entendendo ser sua função prioritária “mostrar os fatos”, constituindo uma comunicação “sem filtros” e bastante marcada pelo imediatismo,

capaz de “levar a informação”, “o que está acontecendo”, “às pessoas”. Quando Sofiene fala de sua ida a Sidi Bouzid observamos essa ênfase no viés informativo e imediato.

O próximo vídeo da série especial produzida pelo Tunisia Live que iremos discutir é o que traz o depoimento de Slim Amamou, o blogueiro que se tornou Secretário de Esportes e Juventude da Tunísia por um breve período após a queda de Ben Ali. Amamou renunciou em maio de 2011 apontando a permanência das formas de controle da mídia e censura no governo de transição, retornando ao ativismo e à militância no Partido Pirata (cabe destacar que há duas organizações políticas no espectro do Partido Pirata na Tunísia, o Partido Pirata Tunisiano e o Partido Pirata da Tunísia; a entrada de Amamou no governo já fora objeto de polêmica, sendo o motivo de sua saída do primeiro, contrário à composição, para o segundo, favorável).

O blogueiro relata que há meses tentava, através de vídeos e do ativismo, mobilizar as pessoas na Tunísia. Ele foi um dos presos após as primeiras semanas de protesto, sendo liberado, junto com os demais, apenas no dia 13 de janeiro de 2011, véspera da queda de Ben Ali. Em um tom semelhante ao de Sofiene, Amamou conta que “havia um grupo de amigos” que se juntou para denunciar a censura e a repressão aos protestos, inicialmente os de Sidi Bouzid, e que ele começou acompanhando os acontecimentos pela internet, monitorando, procurando e compartilhando informações. Ele destaca que a sua função e de seu grupo de amigos era justamente essa, espalhar a informação pela internet, “já que a mídia não contava nada” sobre o que estava acontecendo, e que esse era um mecanismo bastante eficaz. Mesmo sendo ativista e participando de uma estrutura como o Partido Pirata (que tem muitas peculiaridades e, em alguns locais, funciona de maneira dispersa e opera mais como uma rede do que uma estrutura partidária nos moldes clássicos), Amamou afirma que, se não houvesse os

vídeos na internet, ele e outras pessoas de diferentes regiões da Tunísia não teriam ouvido falar sobre os protestos que começavam a se espalhar pelo interior.

Ele conta como os protestos em Tunes começaram, após a divulgação dos vídeos feitos por Sofiene em Sidi Bouzid, e se multiplicaram até a intensificação da repressão na primeira semana de janeiro. Lembra que no dia 6, às seis da manhã, recebeu uma mensagem via SMS de Haythem Mekki, também ativista e blogueiro, avisando para que tomasse cuidado, porque a polícia acabara de ir à sua casa e não o encontrara, e que certamente iria procurá-lo depois. De fato foi o que ocorreu, mas Amamou também conseguiu sair a tempo. Ele diz que, a partir daí, passou o dia tentando buscar informações sobre as prisões e ações da polícia, apenas sabendo que muitas pessoas haviam sido presas, mas sem conseguir confirmar ou saber mais detalhes e, sabendo que sua prisão era iminente, resolveu tuitar sobre isso.

Ele explica que já havia procedimentos de segurança instituídos entre os manifestantes desde o último protesto, e que por isso os alertas sobre as ações da polícia eram dados rapidamente. O ativista foi orientado, assim, a deixar o sistema de localização por GPS ativado em seu celular, para que pudesse ser encontrado em caso de prisão. Amamou foi preso, ao voltar de uma inspeção técnica em seu carro, e conduzido em um carro branco sem identificação institucional e sem placa, por pessoas que não estavam identificadas ou sequer uniformizadas. Ele foi levado ao Ministério do Interior e lembra que seu celular permaneceu alertando o tempo todo sobre sua localização, o que possibilitou que seus amigos espalhassem notícias sobre sua detenção. Nesse momento do depoimento, são exibidas imagens em vídeo de um protesto pela liberação de Amamou em frente ao Ministério do Interior, composto por alguns ativistas com megafones, faixas e inclusive algumas bandeiras do Partido Pirata.

O ativista conta que quando foram soltos, no dia 13, não sabiam a dimensão tomada pelos protestos e seu desenrolar político: no momento da prisão, no dia 6, já havia protestos por todo o país, mas ainda não se falava sobre a exigência de renúncia de Ben Ali e as reivindicações eram por demandas sociais, sobretudo o emprego. Mesmo em Tunes, havia denúncias à família de Ben Ali e seu enriquecimento, mas a pauta da derrubada do ditador não estava colocada. Por isso, Amamou afirma que, quando saiu da prisão e viu as declarações de Ben Ali sobre garantir total liberdade à internet, o direito aos protestos e afirmando que não se candidataria nas eleições de 2014, ficou bastante feliz, por achar tais sinalizações mais do que o esperado. Ele diz que imaginava que ficariam presos mais tempo, por dois ou três anos, como Zouhair Yahyaoui (considerado o primeiro “ciberdissidente” da Tunísia), e que a luta ainda continuaria em curso de maneira prolongada.

Do ponto de vista geral, a percepção sobre a constituição dos protestos e a função da comunicação e da internet é bastante semelhante à apresentada por Sofiene. A necessidade de se produzir conteúdo de maneira independente, diante do comprometimento da mídia hegemônica, a noção de que essa produção de conteúdo se orienta fundamentalmente por “mostrar a realidade” e “espalhar a informação” e a ênfase na internet e redes pessoais e grupos de amigos como principais articuladores do ativismo marcam também a fala de Amamou. É importante notar como aparecem a questão da segurança e a articulação dos movimentos para a resistência à repressão, que surgem como preocupação já na fase mais aguda dos protestos, pelo menos para esses setores do ativismo independente e vinculado à comunicação digital.

Ao mesmo tempo em que indicam limites na constituição dos movimentos, que partiram para o enfrentamento a um cenário fortemente repressivo sem uma preocupação elaborada com a segurança e autodefesa, esses elementos trazem

novamente ao centro as possibilidades da comunicação digital e por celular e demonstram seu papel definitivo para as medidas adotadas. A rede de alertas sobre prisões e outros riscos através de mensagens SMS, a divulgação das prisões e perseguições no Twitter e o monitoramento da localização dos ativistas via GPS nos telefones celulares foram os mecanismos que permitiram a proteção aos manifestantes, possibilitando fugas e organização de novos protestos contra as prisões e ao mesmo tempo responsabilizando o governo publicamente pelo que viesse a acontecer com eles.

Em relação à ênfase dada no relato de Amamou aos vínculos com grupos de amigos e à espontaneidade dos protestos, cabe ainda destacar que isso se faz sem mencionar a atuação do Partido Pirata e outras redes/estruturas de organização política nesse contexto. Como mostram as imagens exibidas no próprio vídeo de seu depoimento, havia uma representação do partido no protesto pela sua libertação em frente ao Ministério do Exterior, o que indica algum grau de articulação, ainda que muito incipiente, da militância do partido com os processos em curso. Certamente, há que se levar em conta as diferentes formas de articulação e funcionamento do Partido Pirata no mundo, assim como lembrar a forte presença de uma orientação autonomista em sua constituição. Como dissemos acima, seria uma simplificação grosseira buscar tratá-lo como um partido político nos moldes “clássicos” e, por isso, seria um equívoco pensar que a presença das bandeiras necessariamente significaria uma atuação conjunta, unificada e orientada por uma linha comum de sua militância nos protestos.

A questão, portanto, não é indicar que houve necessariamente uma mentira ou omissão deliberada de Amamou em seu depoimento, mas sim pensar sobre o sentido dessa forma de organização partidária para os indivíduos nela envolvidos e, complementarmente, sobre o que isso pode revelar acerca do próprio partido, que se institui mundialmente como uma expressão política da luta pela comunicação livre –

sendo portanto, um elemento significativo para pensar as conexões entre a comunicação, os movimentos sociais e as formas de consciência na luta política contemporânea. Observamos, aí, uma sobreposição da consciência autonomista com uma estrutura de organização coletiva e uma atuação difusa – sem um perfil partidário clássico – de seus militantes individualmente nos movimentos sociais.

Azyz Amami, também blogueiro e também preso de 6 a 13 de janeiro, citado no relato de Sofiene, participou e esteve envolvido na organização desde o primeiro protesto em Tunes. Ele conta em seu depoimento que buscava fotografar as manifestações para divulgá-las em todas as redes sociais e que estava frustrado com as suas tentativas de estimular e motivar as pessoas para a ação política. Acreditava que as pessoas precisavam entender o que estava acontecendo e tomar o controle de seus destinos, compreendendo que aquela história não era de apenas uma região do país. Após esse trecho do depoimento, o vídeo traz a inserção de uma gravação em um local escuro, com um homem falando à sombra, provavelmente o próprio Azyz. Ele está segurando um jornal e um isqueiro, e diz “querido jornalista, você não pode falar e escrever livremente. Queime isso e abra um blog”, enquanto começa a queimar o jornal *La Presse*.

Azyz lembra sua angústia diante dos acontecimentos no interior e da constatação de que as pessoas ao redor do país não sabiam o que se passava, porque nada se falava. Ele conta que foi informado da situação por telefone, através de seus amigos que estavam nas cidades em que começaram os protestos, e desde então começou a espalhar essas informações na internet. Azyz relata ainda que ficou bastante confuso durante os dias em que esteve preso, sem saber o que se passava, e que quando saiu, em 13 de janeiro, a primeira coisa que viu foi um depoimento de Ben Ali dizendo ter entendido o clamor dos manifestantes – nesse momento, ele diz ter percebido que algo grande tinha

acontecido. O vídeo mescla o depoimento de Azyz com trechos dessa declaração de Ben Ali em rede nacional e dos protestos do dia 13, enquanto o ativista narra que, após sua saída da prisão, foi a uma manifestação esperando encontrar 600 ou 700 pessoas, tendo se surpreendido com “exércitos de pessoas” que “gritavam como um só”.

As semelhanças com as experiências e percepções descritas nos depoimentos anteriores são bastante visíveis: a batalha midiática como centralidade, a necessidade – aqui mais manifesta – de ruptura com os veículos hegemônicos e de produção de comunicação livre, a noção de que essa comunicação, mais uma vez, se faz fundamentalmente pelo ato de “espalhar a informação” e a ausência de referências políticas e organizativas mais substanciais, estando as ações coletivas baseadas em grupos e redes pessoais, novamente se destacam. Do ponto de vista mais geral, a fala de Azyz parece colocar em relevo um aspecto que também está presente, mais sutilmente, nas outras: a noção de que a comunicação, ou o acesso à informação “real”, ou “bruta”, “limpa”, “sem filtros”, seria o elemento determinante – ou exclusivo? – da tomada de consciência pela população. Azyz relata sua angústia com o fato de “as pessoas não estarem sabendo” sobre o que se passava no interior e a necessidade de isso ser divulgado para que a ação política ocorresse, descrevendo inclusive sua frustração com as tentativas de mobilização e sensibilização.

Esse nos parece um elemento interessante: ao mesmo tempo em que os depoimentos nos confirmam a existência de um grupo dedicado, disposto ao enfrentamento, dinâmico, criativo e eficiente na produção de comunicação autônoma, no manuseio das tecnologias e identificado com os movimentos sociais e suas lutas, expressam uma relação de caráter tecnicista e quase “redentor” com a comunicação, o que nubla o debate político sobre a totalidade dos processos sociais e, ao mesmo tempo, ignora outros elementos da militância. A comunicação se reduziria às técnicas de

transmissão de informação *in loco* (que sem dúvidas são importantes e cumprem um papel relevante diante do bloqueio operado pelos meios hegemônicos, mas não suficientes por si mesmas) e, por essa perspectiva, seria o acesso a essa informação o elemento a determinar a detonação de uma ação política.

Quando o blogueiro relata sua frustração com as tentativas de mobilização, fica perceptível a compreensão implícita de que a paralisia ou o conformismo político seriam algo derivado do fato de que a população “não sabe”, “não está informada” ou “não vê” o que se passa realmente em seu país. Como buscamos discutir no capítulo anterior, a ideologia possui mecanismos muito mais profundos, enraizados na sociabilidade e mais sutis para sua reprodução. As pessoas podem “saber”, formalmente, tendo acesso a uma informação, mas direcionarem suas crenças, desejos e expectativas para o modo de vida dominante; podem, assim, “saber”, mas não “querer”, sendo esse querer parte de uma subjetividade profundamente colonizada pela ideologia dominante; podem “preferir ignorar”, no sentido de reproduzir um estado de contemplação sobre a realidade que não produza um desconforto ou abale o sistema de crenças que justifica e dá sentido às suas vidas; podem saber ou conhecer as injustiças, percebendo como afetam suas vidas, mas acreditar na possibilidade de ascensão ou resolução individual de seus problemas pelo meio da dedicação ao trabalho ou à sua vida cotidiana; podem inclusive concordar com as reivindicações, mas rejeitarem a ação política coletiva como algo que não faz parte de sua vida, é perigoso ou vinculado a interesses outros, estranhos a si; dentre muitas outras formas de reprodução ideológica da percepção sobre si e a realidade, todas elas fortemente associadas ao consenso cultural estabelecido e, portanto, ao conteúdo presente de maneira dominante nos meios de comunicação e produtos culturais em geral.

É justamente por isso que, como temos insistido, o papel da comunicação para a luta política contemporânea (pensada de maneira mais imediata, como os processos de mobilização e enfrentamento à ordem) ou sua contribuição para a formação da consciência e do sujeito político (aqui já pensados numa perspectiva mais ampla, estratégica, que recoloca o debate sobre a superação do capitalismo e a formulação de um projeto histórico antissistêmico) está necessariamente muito para além da produção e circulação da informação “crua”, “sem filtros”, e precisa enfrentar as questões da cultura, da formação da subjetividade, do que é positivado e entendido como valor. A apologia do imediato (inescapavelmente fragmentado) como objeto primordial da comunicação e, por extensão, de seu conhecimento como fator principal para a ação política não apenas desconsidera o peso da ideologia, como tira do horizonte da produção em comunicação a associação a uma prática política orgânica e a um projeto militante.

Ainda sobre o cenário tunisiano, é relevante tratarmos do Nawaat, citado no início deste capítulo. Criado em 2004 como um “blog coletivo”, apresenta-se como um veículo destinado aos cidadãos tunisianos comprometidos e engajados, que busca incentivar o uso da internet, das redes sociais e das novas tecnologias para “ampliar a participação cidadã”. Colaboram para o veículo os blogueiros citados anteriormente e muitas das destacadas figuras da comunicação alternativa do país. A apresentação em seu site destaca que, no ano seguinte à “revolução tunisiana”, se converteu em uma Organização Não-Governamental (ONG) que atua na capacitação de ativistas para a utilização das tecnologias da internet e a prática do jornalismo cidadão, apoia outras ONGs e ativistas independentes que atuem na mesma área, monitora eleições e publica conteúdo nas áreas de direitos humanos, economia, questões sociais e ambientais. Além disso, o texto destaca que o Nawaat produz notícias, analisa e sistematiza relatórios

sobre o noticiário e oferece plataformas para denúncias de más condutas políticas, condensando um conteúdo diversificado que é apresentado em artigos aprofundados, cobertura multimídia ou entrevistas em vídeo.

Em seu canal no Youtube, o Nawaat apresenta a playlist “Tunisian Revolution”, que conta com 92 vídeos, postados desde o dia 26 de dezembro de 2010, portanto, no início da onda de protestos. Trata-se de um grande compilado de vídeos produzidos nos protestos e sobre eles, sem uma elaboração editorial, agrupando desde vídeos bastante simples, com segundos de duração e feitos de dentro das manifestações, a vídeos mais longos e algumas entrevistas. Os primeiros vídeos, postados em 25/12, são de Sidi Bouzid, e buscam transmitir com rapidez a informação direta dos protestos na cidade. Têm poucos segundos, são feitos em baixa resolução, não editados, e não têm narração. É possível ver os manifestantes cantando palavras de ordem, alguns gritos e tumultos. Ainda desse mesmo dia há vídeos de até dez minutos, também de dentro dos protestos, trazendo discursos inteiros de manifestantes. Esses vídeos não trazem descrição e o título está somente em árabe, sem tradução para o inglês. Há, também postado no dia 25, um vídeo do ato de solidariedade às manifestações ocorrido em Paris, que tem um formato mais próximo a uma vídeo-reportagem e conta com algumas entrevistas.

Muitos outros vídeos são dos dias 10 e 11 de janeiro, também trazendo imagens dos protestos, principalmente em Tunis. Foi nesses dias que as manifestações na capital atingiram seu auge. Esses vídeos se assemelham bastante ao formato de transmissões ao vivo feitas por telefones celulares, sem narração e trazendo a informação imediata da manifestação. Um deles mostra o momento em que manifestantes se agrupam em frente a um imenso pôster de Ben Ali, afixado na porta de um estabelecimento, e se juntam para tirá-lo dali. Outro se passa em um hospital, onde estão crianças e jovens feridos, e traz algumas entrevistas e depoimentos. Há ainda um vídeo do dia 11 sobre Sidi Bouzid,

que transmite um protesto feito na cidade contra o RCD, partido de Ben Ali, também somente com imagens diretamente colhidas na manifestação.

No dia 16 de janeiro, já depois da queda de Ben Ali, são postados dois vídeos com o mesmo título em inglês, “*Wonderfull vídeo: shout of freedom*”. O primeiro mostra um homem nas ruas discursando enfaticamente em frente a algum prédio oficial e recebendo apoio das pessoas à sua volta; e o segundo mostra uma mulher também discursando em alto tom, sem que se possa inicialmente identificar se está diante de alguma instituição ou local simbólico. É um dos poucos vídeos que traz uma mulher como protagonistas de protestos em toda a playlist. Há sons de tiros ao fundo e, após alguns minutos de vídeo, o plano da câmera se amplia e é possível ver que logo adiante há um protesto acontecendo, com um aglomerado de pessoas, motos passando pelas ruas e pneus queimados. O vídeo mostra ainda como se forma um grupo de pessoas para assistir à fala da mulher, até que ela encerre seu discurso e saia andando, sendo saudada pelo autor do vídeo. Ainda constam da playlist, além de outros vídeos semelhantes com imagens dos protestos, retransmissões de vídeos de outros canais do Youtube ou de emissoras de televisão, incluindo a Al-Jazeera.

De maneira geral, fica expressa a presença do veículo nos principais momentos das manifestações, seu papel na transmissão de informação direta, de dentro dos protestos, a legitimação das mobilizações e o estímulo ao processo de rebelião popular. Também fica evidente que não há preocupação ou prioridade em ampliar os canais do debate público sobre o seu sentido político, com espaços para análises ou avaliações de manifestantes, lideranças políticas ou movimentos sociais de qualquer ordem, ou para produção de conteúdo mais aprofundado sobre as condições do país e o contexto das manifestações. O cerne da produção é o citado acima: informação imediata, ágil e sem

filtros de dentro dos protestos, expressando sua dinâmica e denunciando a repressão estatal.

A própria apresentação do Nawaat divulgada em seu portal já nos permite perceber que o veículo, comumente citado como uma das principais e mais relevantes expressões da mídia alternativa e independente na Tunísia, constitui-se a partir de uma perspectiva que pode ser perfeitamente compatível com um enquadramento liberal: as noções de cidadania, defesa da liberdade de imprensa e ampliação do acesso à comunicação sem uma dimensão de alteração na ordem política e econômica e muito menos a vinculação a um projeto transformador para a sociedade. Não se trata, assim, de um veículo de um movimento social, ou dos movimentos sociais, no sentido mais estrito. Ao mesmo tempo, é também perceptível o quanto o veículo e sua prática foram decisivamente atravessados pela irrupção das revoltas em 2010/2011 e pelo cenário que se instituiu após a queda de Ben Ali, tendo-se estruturado e ampliado sua atuação nesse contexto, e cumprido papel importante na difusão de informações alternativas.

Diferentemente do tom autonomista e espontâneo identificado nos depoimentos dos blogueiros que falaram ao Tunisia Live, na apresentação do portal notamos uma conformação mais institucional e planejada. O Nawaat, aparece, assim, não como uma “expressão espontânea” de uma “nova comunicação”, surgida no contexto dos movimentos de 2010/2011 e associada à pujança daquelas lutas políticas. A “independência” da comunicação elaborada, novamente aqui, pode ser compreendida como um não alinhamento à comunicação oficial ou estatal, o que resulta em uma maior liberdade editorial. De todo modo, é perceptível que os fundamentos do Nawaat se associam ao que já tradicionalmente se produz no chamado “terceiro setor” para a comunicação: dentro do enquadramento liberal, pensar a redução das desigualdades e a regulação, pela sociedade civil, dos entes públicos e ajudar a promover a ampliação do

acesso à comunicação e a diversificação dos atores do cenário midiático. Como sinalizamos acima, isso não significa que seu papel para a difusão de informações sobre e dos movimentos sociais seja descartável, nem que não possa haver, pela sua estrutura próxima a uma “rede de blogs” (o “blog coletivo”, com vários autores e fontes), a produção de conteúdo crítico e analítico no veículo.

O “enquadramento liberal” citado fica mais evidente quando investigamos as conexões internacionais do veículo e suas fontes de financiamento. No próprio portal do Nawaat há uma área destinada a listar os “parceiros da organização” e, entre eles, encontramos: a *X Index – the voice of free expression*, uma organização criada em 1972 para, segundo sua apresentação em seu site, “apoiar os dissidentes da União Soviética e dos países do pacto de Varsóvia”; a *The Open Society Foundations*, fundada pelo megainvestidor George Soros e, segundo seu site, destinada a “ajudar países a fazerem sua transição do comunismo” (como elemento de comparação, cabe ressaltar que a mesma fundação financia, no Brasil, a Agência Pública, de jornalismo independente e investigativo); e a *Global Voices*, uma rede de blogueiros (para a qual contribuía Slim Amamou) cujo conteúdo é bastante associado aos movimentos sociais, fundada em 2005 pela editora da CNN em Tóquio e Pequim, Rebecca MacKinnon, em parceria com Ethan Zuckerman, pesquisador especialista sobre a África. Os dois fundaram a rede enquanto eram colegas no Centro Berkman, de pesquisa sobre internet e sociedade na Universidade de Harvard, e a desenvolveram com apoio e financiamento do próprio centro, além da Agência Reuters e da Fundação MacArthur, outra organização de caráter filantrópico criada nos EUA nos anos 1970 e, segundo seu site, destinada a “apoiar pessoas criativas, instituições eficazes e redes influentes, criando um mundo mais justo, verde e pacífico”, atuando em cerca de 50 países e com escritórios em Chicago, Índia, México e Nigéria.

Perceber tais conexões nos parece fundamental para a compreensão da natureza do veículo e sua inserção na conjuntura política, demonstrando mais diretamente que não é possível caracterizar o Nawaat como uma expressão espontânea de uma comunicação estritamente autônoma e própria dos movimentos sociais. Evidentemente, seria uma simplificação supor que tal financiamento significaria um controle imediato e unilateral do veículo pelos grupos representados por tais fundações e seus interesses. As fundações citadas, como outras criadas ou instrumentalizadas no contexto da Guerra Fria para atuar na frente cultural do enfrentamento aos países do bloco socialista pelas potências capitalistas, cumprem atualmente um papel mais fluido e financiam, inclusive, projetos que contam com algum grau de autonomia em sua atuação. Há hoje no Brasil uma série de ONGs, cooperativas, instituições de pesquisa e também veículos de comunicação (como a citada Agência Pública) que produzem conteúdos críticos e são financiadas pela *Open Society*, Fundação Ford e similares.

No entanto, a identificação de que há um grau de fluidez nesses financiamentos, com relativa autonomia dos (ou de alguns dos) grupos financiados, não pode significar ignorar a persistência de interesses econômicos e políticos na atuação das fundações (como expressões dos grupos econômicos e governos por elas representados), que, do contrário, não teriam sequer razão de existir. As iniciativas voltadas para a “defesa da liberdade de imprensa”, organizadas em institutos e associações muitas vezes por elas financiados, por exemplo, têm sido peça importante na contraposição às tentativas de regulação pública da mídia em diversos países da América Latina. São movimentações associadas ao grande empresariado da comunicação nesses países e que utilizam a liberdade de imprensa como mote para defender seus interesses comerciais contra o desenvolvimento de políticas públicas regulatórias para a mídia.

De maneira mais geral, é notável que os grandes grupos econômicos e governos dos países de centro jamais deixaram de apoiar, estimular ou financiar grupos políticos em todo o mundo de acordo com seus interesses, o que se faz também de diversas formas, das mais diretas às mais sutis, e envolve desde grupos armados a coletivos políticos institucionais, passando por movimentos civis, culturais e iniciativas de produção de informação, comunicação e conhecimento – movimento que não teria por que passar ao largo do espectro de atuação de instituições como as fundações que aqui discutimos. Assim, se é verdade que as constatações resultantes da investigação sobre as “instituições parceiras” do Nawaat não podem ser tomadas como uma confirmação direta da instrumentalização da organização pelos interesses políticos e econômicos das potências capitalistas mundiais, é também verdade que tais elementos nos ajudam a compreender que não se pode imputar ao veículo características de espontaneidade, independência ou de radicalização de um movimento social, dada sua vinculação institucional e fundacional a um espectro político liberal, estrategicamente enquadrado por pressupostos sistêmicos.

De volta à experiência egípcia, destacaremos alguns episódios que nos parecem significativos para a percepção dos contornos assumidos pela comunicação hegemônica e alternativa nesse contexto, assim como das questões mais gerais que suscitam. É importante apontar que, seguindo um padrão comumente observado diante da emergência de mobilizações sociais que se generalizam e ganham grande adesão popular, há uma inflexão na linha editorial adotada pelos veículos da mídia estatal e comercial do Egito durante o seu desenvolvimento: de um tratamento inicial marcado pela criminalização, deslegitimação, descrédito ou que simplesmente ignorava as manifestações, se transita para uma cobertura mais apologética e que busca construir um

sentido controlado, dentro de uma pauta sistêmica, para o processo em desenvolvimento.

Em uma interessante sistematização³⁵ dos acontecimentos da mídia egípcia no ano de 2011, organizada na forma de linha do tempo, Adel Iskandar, professor de Comunicação Global da Simon Fraser University, de Vancouver, Canadá, destaca como no primeiro dia da revolta, 25 de janeiro, a cobertura da televisão estatal egípcia se concentrou em ignorar os protestos e, ao falar sobre eles, apenas fazer referências à violência e ao vandalismo, criminalizando os manifestantes. Com o rápido crescimento dos protestos, o aumento da adesão popular e de sua visibilidade nacional e internacional, já alguns dias depois, naquela que ficou conhecida como a “sexta-feira da ira” (o dia 28 de janeiro), houve uma cobertura das mobilizações pelos meios de comunicação no Ocidente. Os canais privados do Egito começaram a mudar o tom da cobertura, enquanto a televisão estatal buscou minimizar sua importância e se concentrou em transmitir os comunicados oficiais do governo.

Como já sinalizado, o crescimento dos protestos foi acompanhado pela ampliação do repúdio popular ao tratamento dado pela mídia hegemônica às mobilizações, com a proliferação de denúncias sobre as distorções de seu discurso e a instalação de um forte sentimento de descrédito nesses veículos. Uma importante expressão desse processo aconteceu no dia 3 de fevereiro, quando Shahira Amin, âncora e repórter-sênior da rede de televisão estatal Nile TV, se demitiu. Shahira ocupava uma posição de chefia no canal e declarou publicamente que sua demissão ocorreu em protesto contra a cobertura que vinha sendo feita pelo veículo, elaborada, segundo sua denúncia, a partir do controle e da censura aos jornalistas.

³⁵ ISKANDAR, 2012.

Shahira concedeu uma entrevista à Al-Jazeera, em inglês, direto da Praça Tahrir, anunciando ao vivo que acabara de se demitir. As escolhas de Shahira, tanto do local quanto a do canal para fazer esse comunicado, são bastante simbólicas e sinalizam sua aproximação e apoio ao processo de mobilização. “Estou na Praça Tahrir e decidi ficar ao lado das pessoas, e não do regime”, declarou ao repórter da Al-Jazeera. Ela diz que se recusou a ser parte da propaganda do regime e a compactuar com uma cobertura que não mostrava o que realmente estava acontecendo no Cairo. Fazendo referência aos dias de repressão mais violentos, ela diz que as pessoas estavam morrendo naquela praça e que não se podia falar sobre isso na televisão, que distorcia todos os acontecimentos em sua cobertura.

Em outro trecho, Shahira denuncia como sofreu censura através de intimidações e ameaças: “Estou desde 1989 na televisão e sempre pude falar o que quis. Recuso-me a ser uma hipócrita. Agora, todas as vezes que tentei contar a história [do que se passava nos protestos] tentaram me intimidar. Houve pessoas me dizendo que seria a última vez que eu falaria aquelas coisas e que eu poderia desaparecer. Eu me sinto livre, agora”. A jornalista fala ainda sobre as dificuldades dos dias anteriores, com o corte do sinal de internet e das transmissões da Al-Jazeera, e diz que nesse contexto todos ficaram dependentes da televisão estatal. Ela comenta sobre como muitos egípcios buscam informação na TV estatal e opina que estariam naquele momento começando a entender os acontecimentos e buscando outras fontes de informação.

Fica evidente o quanto o discurso da jornalista procura sinalizar um ponto de ruptura na cobertura do canal, motivado pelo desenvolvimento e a magnitude dos protestos, assim como pela posição assumida pelo governo diante deles, que seria o elemento determinante para o comprometimento da produção jornalística da televisão estatal. Sua denúncia e sua saída daquele veículo não passam, notadamente, por uma

crítica ao papel cumprido pela mídia estatal no cenário político do país, ao sentido do conteúdo produzido ou por uma reflexão sobre o jornalismo elaborado no período recente pelo canal estatal.

A afirmação de que, até então, sempre pôde “falar o que quis”, em seus 22 anos de atividade jornalística no canal, é bastante reveladora nesse sentido. Ao pontuar que se “recusa a ser uma hipócrita”, Shahira reafirma que a demissão é uma forma de manter o tom de sua trajetória profissional, diante da mudança do canal. Quanto à sua postura como jornalista, a demissão não marca uma ruptura, mas sim uma continuidade. Para continuar sua conduta jornalística ética, até então praticada no canal, seria necessário sair. Ao apontar que “escolheu ficar do lado das pessoas, e não do regime”, nesse contexto, fica marcado que essa polarização não é algo estrutural, que se manifestasse anteriormente, mas sim fruto daquele momento dos protestos.

O ato de Shahira teve grande repercussão no Egito e no mundo, e a jornalista foi, por muitos, celebrada como exemplo e mesmo um símbolo do processo de resistência. Apenas como ilustração, já que se trata de um recorte aleatório e muito reduzido, é interessante observar os comentários ao vídeo que disponibiliza a íntegra da entrevista concedida à Al-Jazeera no Youtube, postado no mesmo dia 3 de fevereiro de 2011. Entre os comentários feitos naquele mesmo período, em fevereiro de 2011, há uma série de mensagens elogiosas saudando a coragem, a ética e o comprometimento da jornalista com seu povo, mas também comentários críticos que negam essa leitura. O usuário “SunnasChariot”, por exemplo, comenta em inglês: “Shahira, você tem meu respeito. Quem dera mais jornalistas tivessem sua coragem e convicção”. Já o usuário “Grim Reaper” diz em inglês: “Isso é besteira. Shahira Amin se demitiu mais de uma semana depois de os manifestantes sustentarem sua resistência contra os seus marionetes do governo tirano e o ditador Mubarak. Ela sabia que mais cedo ou mais tarde ele seria

derrubado, então mudou de lado. Vocês podem comprar a ideia de que ela foi corajosa, mas eu não. Pra mim, os corajosos são aqueles que começaram essa revolução em 25 de janeiro. E especificamente aqueles que, na Tunísia, começaram a revolução no Oriente Médio”.

Como discutimos, os mecanismos da ideologia não passam prioritariamente pela construção de uma mentira deliberada, uma manipulação direta. Não nos parece que o mais relevante aqui, portanto, seja determinar de maneira definitiva se a jornalista buscou apenas um reposicionamento pessoal diante da iminente queda do governo, ou se de fato avaliou que as últimas semanas tivessem marcado uma inflexão profunda na linha editorial do veículo, que somente aí tivesse passado a comprometer sua autonomia profissional e o trabalho que considerou elaborar livremente ao longo das duas últimas décadas. Afinal, fora de um contexto social de polarização e rebelião popular, o estado de “normalidade” instituído torna a reprodução do senso comum e da ideologia dominante mais automatizada, havendo uma unidade e uma coesão maior, menos desafiada pelas contradições concretas, no discurso dominante. Os períodos de agitação social e crise, notadamente, são também marcados pela desorganização do conjunto de ideias dominante.

A limitação na crítica e na percepção do sentido da comunicação hegemônica está centralmente em ignorar que aquilo que “sempre se pôde” dizer nos últimos vinte anos pode, por um lado, nunca ter sido forçado a trazer à tona o que desestabilizasse os interesses dominantes, estando as contradições acomodadas e, assim, fora do olhar majoritariamente corrente e sobre a realidade; e, complementarmente, que as eventuais construções que aparecessem descoladas do discurso oficial pudessem ser toleradas justamente por, em outros contextos, não serem “perigosas”, estando os “de baixo” sob controle e mais ou menos contidos pelos mecanismos de reprodução da ordem,

configurando, de toda maneira, uma comunicação fundamental e estruturalmente funcional aos interesses dominantes e incapaz de se associar a um projeto radicalmente transformador de sociedade.

Carregando em si a lógica da comunicação hegemônica, a demissão de Shahira traz fundamentalmente um sentido manifesto de “sair para continuar fazendo o que sempre fez”, marcando uma crítica que se reduz aos elementos mais evidentes como a censura, o controle da informação e a distorção dos acontecimentos concretos pela cobertura. Isso não significa, cabe observar novamente, que não possa haver elementos genuínos em sua escolha e seu posicionamento individual de negar-se a ser parte daquilo que percebeu como uma cobertura distorcida e limitada à reprodução do discurso oficial, inclusive como parte do processo de cristalização das contradições possibilitado pela conjuntura de crise e polarização que, como dito, desorganiza também o discurso dominante e a percepção corrente sobre a realidade. No mesmo sentido, o momento agudo, de crise, faz com que a defesa dos interesses dominantes passe a exigir um grau mais concreto e palpável de distorção e oficialismo na cobertura. As estruturas violentas e repressivas, até então mais ou menos veladas, se tornam abertas e são acionadas mais forte e generalizadamente, comprometendo inclusive os princípios básicos de uma comunicação liberal típica de momentos de estabilidade.

Se a ruptura da repórter não aponta, pelo menos naquele momento, para uma autocrítica ou mudança em sua postura ou visão de mundo de maneira mais substancial, podemos percebê-la também como um sintoma da alteração na percepção dominante (ou parte dela, já que o momento é justamente, como dissemos, de produção de fissuras) sobre a emergência da revolta no Egito. Quando Shahira afirma “sentir-se livre” e, ao final de sua entrevista ao repórter da Al-Jazeera, pontua estar na Praça Tahrir para “poder ver o que está acontecendo, do meio da multidão”, indica justamente uma

movimentação para a produção de um outro discurso sobre o processo de mobilização, elaborado “livremente”, a partir da sua observação direta.

Se, como dissemos acima, isso não é parte de uma crítica mais profunda sobre o sentido da comunicação até então elaborada, e carrega em si a lógica da comunicação hegemônica, teremos elementos para a percepção da constituição de um outro discurso sobre os movimentos, esse feito (pretensa ou verdadeiramente) “de dentro”. Não havendo vazio ideológico, esse discurso carrega as marcas ideológicas dominantes, que lhe seguem inescapáveis, estando “emoldurado”, limitado pela lógica sistêmica, ao mesmo tempo em que está fora do controle direto e da vinculação política ao regime. Há uma entrevista de Shahira, concedida a um canal de televisão indiano e também disponível no Youtube, que nos ajuda a pensar sobre essas questões, levando em consideração a produção do discurso e das leituras e da produção de sentido sobre os movimentos desenvolvida diante da fissura do discurso oficial e da leitura dominante sobre o processo em curso.

“Conheça Shahira Amin, repórter, mãe, avó, mas, hoje, heroína dos egípcios, por sair do estúdio de transmissão em protesto contra a censura midiática. Hoje, ela é uma estrela internacional, mas por conta das restrições à mídia e perseguições, tivemos que entrevistá-la em segredo”, diz a locução feita pela repórter, abrindo o vídeo da entrevista, feita no Cairo. O tom de exaltação à figura de Shahira como exemplo, símbolo da resistência e heroína perpassa toda a conversa, na qual a jornalista egípcia expressa alguns elementos de sua leitura e compreensão dos movimentos que se desenrolavam em seu país, buscando conferir um sentido às suas pautas, delimitar suas reivindicações e legitimá-lo a partir daí.

Logo no início da entrevista, ela diz estar “muito orgulhosa dos jovens ativistas que começaram esse momento de coragem” e relata ter-se importado com aquele

momento em que a história estava sendo feita em seu país, tendo desejado, como jornalista, estar na cobertura dos eventos. Ela explica, em tom semelhante ao usado na entrevista concedida à Al-Jazeera, que percebeu que não poderia efetivamente fazer a cobertura, “ir à praça e contar o que estava acontecendo”, e que seu trabalho se limitaria a ler os comunicados oficiais à imprensa produzidos pelo Ministério do Interior, o que a forçou a uma escolha sobre que lado iria tomar diante da situação.

Shahira ainda destaca que, diante das ações de repressão violenta perpetradas pelo governo nos dias anteriores à sua decisão e da clareza de que a mídia estatal era parte desse governo, foi levada a pensar sobre o lado em que estava, o que a fez perceber que estava “do lado das pessoas”. “Eu concordava com suas demandas bastante legítimas por mudanças, justiça social. Esse é um movimento anticorrupção, um chamado por liberdade, é um acordar da população egípcia e eu sou uma egípcia”, diz. Ela ainda comenta o tom da cobertura midiática estatal e de sua possível influência na mudança da linha editorial que se verificou no período posterior à sua saída, quando a repórter lhe questiona se considera uma vitória para si o fato de seu antigo canal estar, naquele momento, “finalmente cobrindo os protestos”: “Nos últimos dois dias eu estou muito contente com o que vi. Se eu contribuí para essa mudança, ótimo”.

É possível identificar alguns elementos bastante significativos da leitura e do discurso de Shahira, iniciando pela noção de que o processo em curso se tratava, essencialmente, de um movimento “começado por jovens”. Como sinalizamos no início deste capítulo, há um conjunto de avaliações que destacam o papel desempenhado pelos processos de luta mais “tradicionais”, ligados ao movimento operário, nos anos anteriores à explosão da revolta, considerado fundamental para a criação do clima de politização, o desgaste do governo e, especialmente, a criação de condições para que as mobilizações se desenrolassem também no interior do Egito. A leitura do processo

como um “movimento de jovens” e, especialmente, o tom de positividade que se confere a essa leitura não são certamente casuais ou vazios de conteúdo ideológico, marcando um sentido de “espontaneidade” que remete a uma “pureza” política. A própria descrição sobre os “lados” existentes na situação, quando aponta o lado dos movimentos em luta como “o lado das pessoas”, o que escolheu, reafirma esse sentido.

Junto a isso, a delimitação das pautas com destaque para a caracterização de que se trata de um movimento anticorrupção, por liberdade e de um acordar da população egípcia também caminha na mesma lógica. Notadamente, a adoção de pautas gerais, sem vinculação a interesses concretos (e, conseqüentemente, de grupos sociais concretos) e que poderiam ser “unitárias” a toda a população têm servido, na política, para reafirmar interesses dominantes, tendo como expressão mais recorrente a linha genérica dos movimentos anticorrupção. Quem poderia ser contra um movimento “das pessoas”? Quem defende manifestamente a corrupção como prática? Quem se coloca contra “a liberdade”? Sem uma tradução objetiva dessas aspirações em demandas concretas, que possam se conectar aos interesses e grupos realmente existentes para alterar as estruturas estabelecidas, tais pautas se tornam mais facilmente diluíveis e, assim, funcionais à manutenção do estado de coisas.

Assim, a delimitação das pautas nos eixos descritos nos parece uma reafirmação da ideologia dominante na leitura do processo de mobilização, indicando inclusive um agendamento de quais seriam as pautas “legítimas” àquele movimento. A afirmação de que o movimento seria um “acordar da população egípcia”, seguida pela afirmação “e eu sou egípcia”, como exemplificação do porquê concordar com as mobilizações, é bastante ilustrativa dessa lógica. A adesão ou apoio ao processo aparece como algo natural, evidente, derivado do simples fato de ser egípcia, estando descartadas leituras políticas ou defesas de interesses que possam se contrapor a qualquer elemento

estrutural. Mesmo as noções de “mudanças” e, principalmente, “justiça social”, que poderiam carregar em si um sentido maior de enfrentamento ao estabelecido, aparecem de forma genérica, sem substância política e com menos destaque que as demais.

No entanto, o mais revelador, nos parece, é notar como essa percepção positiva e entusiasta dos movimentos e, ao mesmo tempo, limitadora aos enquadramentos sistêmicos não é exclusiva do discurso elaborado a partir da mudança de posição dos meios de comunicação hegemônicos ou de suas figuras públicas, não podendo ser compreendida, portanto, como uma mera tentativa de agendamento e contenção do sentido político das mobilizações. Outro episódio significativo para a leitura desse cenário que queremos destacar aqui é a entrevista concedida por Wael Ghonim ao canal de televisão privado egípcio DreamTV imediatamente a sua liberação da prisão, no dia 7 de fevereiro de 2011, e que nos ajuda a compreender como uma lógica semelhante aparece no cerne mesmo da comunicação alternativa e própria dos movimentos (ou de parte deles). A entrevista está disponível em diferentes links no Youtube, mas não por uma postagem oficial do canal.

Wael é considerado um dos principais organizadores dos protestos, ou ainda, mais do que isso, um dos “criadores” do processo de mobilização egípcio, a partir justamente de uma ferramenta de comunicação autônoma: uma página do Facebook que denunciava a violência policial e convocava protestos. As leituras que buscam caracterizar a experiência egípcia como uma “revolução do Facebook” creditam a ele, à sua rede de amigos e a grupos similares, organizados em torno às redes sociais, o protagonismo do processo de mobilização que levou à derrubada de Mubarak. Em 2010, ele criou a página “*We Are All Khaled Said*” no Facebook para denunciar a violência policial que vitimara o homem de 28 anos, assassinado em Alexandria, Egito, no dia 6 de junho daquele ano, após ser preso dentro de um café. Khaled Said foi agredido pelos

policiais na frente de todos que ali estavam e arrastado para dentro de um prédio, de onde não saiu. O caso teve grande repercussão, principalmente diante da circulação de fotos do corpo do jovem desfigurado que reforçaram as denúncias e a convicção de que ele teria sido espancado até a morte pela polícia, e da notícia de que havia denunciado, através de um vídeo postado no Facebook, o envolvimento de policiais com corrupção. Um manifesto escrito por um vizinho do rapaz, Amro Ali, lembrou a sua memória como um jovem simples, como tantos egípcios. Foi a partir desse cenário que Wael Ghonim criou a sua página.

O clima de indignação com a tortura, a violência e a opressão se intensificou, especialmente diante da explosão da rebelião na Tunísia. Em 14 de janeiro de 2011, a página lançou um chamado à mobilização com uma referência direta ao processo tunisiano, convocando as pessoas a irem para as ruas no dia 25 “fazerem o que a Tunísia fez”. Algumas horas depois, a página criou o evento “25 de janeiro: Revolução contra a tortura, a corrupção, o desemprego e a injustiça”, considerado a primeira convocação para os protestos no Egito e que se espalhou através de um trabalho de divulgação feito em colaboração com ativistas do país, sempre anonimamente. Foi somente após a explosão da rebelião e a prisão de Wael que sua identidade foi revelada e se soube que, além de criador da página, ele era um alto executivo da Google, egípcio, que vivia nos Emirados Árabes Unidos.

Lá, exercia sua função de chefe de marketing da Google no Oriente Médio e Norte da África e, segundo ele próprio, tinha uma vida confortável, em uma casa com jardim, um bom carro, um bom salário e aumentos regulares. Alegando “problemas pessoais”, ele pede liberação do escritório e viaja para o Egito para poder participar dos protestos, que até então convocava anonimamente através de sua página. Sua prisão ocorreu no dia 27 de janeiro, durante as manifestações, mas não foi feita dentro da

legalidade e comunicada formalmente. Wael foi, então, considerado desaparecido por sua família, seus amigos e pela Google, iniciando-se então uma campanha, inclusive envolvendo canais privados, blogueiros e ciberativistas, pela descoberta de seu paradeiro. No dia 7 de fevereiro ele foi libertado e, algumas horas depois, concedeu a entrevista a que nos referimos, ao canal DreamTV (o primeiro canal privado do Egito), no programa da conhecida apresentadora Mona El-Shazly. Muito impactado, emotivo e convicto, Wael falou sobre o processo de mobilização e defendeu a “revolução”.

A entrevista, que teve grande repercussão e se tornou mais um marco das lutas, servindo como um incentivo e mesmo uma orientação política para parte significativa da população, é em sua integralidade relevante. Destacaremos aqui alguns elementos mais sensíveis ao nosso objeto, mas, justamente por avaliarmos que ela suscita uma série de outras importantes discussões, julgamos válido incluir ao final desta tese, como anexo, a sua transcrição integral. De todo modo, como os aspectos não verbais da entrevista também são muito relevantes, consideramos que ela é mais bem compreendida se assistida em seu formato original.

Wael fala sobre a convocação dos protestos, suas pautas, seus objetivos, a forma de organização e o que entende como prioridades do movimento. Textualmente, afirma ser aquela “a revolução da geração da internet, que fez a revolução da juventude egípcia e que se tornou a revolução de todo o Egito”, apontando que sua natureza se traduz no fato de ser uma “revolução que não tem um herói único”, em que “todos são heróis”. Em diversos momentos da entrevista, chora, se emociona e demonstra estar muito abalado emocionalmente por todo o processo, mas ao mesmo tempo muito firme na defesa do que estavam fazendo e determinado a afirmar a sua visão sobre os acontecimentos. Parece evidente que Wael não pretende apenas desmentir diversas das acusações que sofrera, mas também estabelecer um discurso, uma compreensão e

mesmo um direcionamento do que acredita serem os rumos prioritários da mobilização, por mais que insista não ser um líder e chegue a ponderar que, ali, fala por si e não pelo movimento.

Ele começa dizendo que precisa registrar suas condolências a todos que perderam pessoas queridas nas manifestações e, deixando clara sua vinculação religiosa, deseja que Deus aceite os mártires e também os cidadãos, policiais e militares. Diz que não pedirá desculpas porque todos na manifestação eram pacíficos, não desejavam “vandalizar nada, nem matar ninguém”. “Somos um grupo de jovens que ama o seu país e fizemos isso porque amamos nosso país; a primeira coisa que escrevemos online foi: nós temos direitos. E você não consegue direitos destruindo propriedades, sejam públicas ou privadas, você os consegue reivindicando-os. Nós somente esperávamos que as pessoas aparecessem para dizer que reivindicavam direitos e que iriam conquistá-los”, continua, em uma fala já bastante ilustrativa dos aspectos que viemos discutindo até aqui.

Logo na sequência, ainda em sua fala inicial, Wael faz outra ponderação: afirma que aceitou falar ao programa, mas que não quer que façam dele um herói. Diz que os verdadeiros heróis são aqueles que estavam nas ruas, nos protestos, todos que sacrificaram suas vidas, foram agredidos, se colocaram na linha de perigo e que na verdade sente remorso por não ter estado com as pessoas, já que saiu dos Emirados Árabes para o Egito justamente porque queria participar dos protestos. A partir daí, muito emocionado, Wael afirma e repete várias vezes que ele e seus amigos não são traidores, que não estão agindo “de acordo com a pauta de ninguém”. Cabe destacar, aqui, que a linha prioritária para a criminalização das manifestações adotada no início do processo pela mídia estatal e pelo governo foi denunciar os manifestantes como estrangeiros, infiltrados, financiados e interessados em desestabilizar o país.

“Alguns de nós têm inclusive vidas confortáveis, vivendo em casas luxuosas, dirigindo carros caros. Eu não preciso de nada de ninguém... tudo o que fizemos colocou nossas vidas em sério risco, e nós não nos importamos, decidimos lutar para ter nossos direitos, esse é nosso país”, diz, para depois completar que uma das questões que mais o afligiu, que era “uma das maiores torturas”, foi saber que sua identidade, a do criador da página do Facebook, seria revelada, justamente porque não queria ser visto como herói. “Eu era só um cara atrás de um teclado, eu estava online, e não na linha de perigo”. Nesse trecho, Wael cita alguns dos ativistas com os quais colaborou desde quando estava nos Emirados Árabes, e destaca que não sabe se, naquele momento, estão bem, vivos e em segurança, pontuando que são aquelas pessoas que realmente estavam colocando suas vidas em jogo enquanto ele “simplesmente teclava”.

Por diversas vezes durante a entrevista, a apresentadora Mona tenta acalmá-lo, dizendo para que leve o tempo que precisar para responder e não se sinta pressionado. Ela chega a interrompê-lo, em um dos muitos momentos em que ele afirma repetidamente que os manifestantes e organizadores dos protestos não são traidores, para dizer que aquilo é uma entrevista, que ele não está mais em um interrogatório e não precisa se defender. Em um dos momentos em que fala sobre a acusação de traição, Wael faz referência a uma conversa que teve com a apresentadora antes da entrevista: “Você se lembra quando eu te disse, antes da entrevista, ‘Mona, por favor diga a verdade’, e você me disse ‘os manifestantes nos pressionam, as forças de segurança do governo nos pressionam, e nós não sabemos o que fazer’ ?”, momento em que, pela primeira vez, se trata no próprio canal privado da censura e das pressões feitas pelo governo.

Wael descreve o que ocorreu a partir de sua prisão, contando que foi sequestrado e tratado pelas forças de segurança de uma forma “muito estranha”, já que não houve

violência física, tortura ou intimidação. “Eu fui tratado com muito respeito, falei com pessoas brilhantes, muito inteligentes, dentro da segurança estatal”. Segue contando que, na primeira vez que esteve frente a frente com os investigadores, percebeu que eles estavam totalmente convencidos de que os manifestantes eram instigados por interesses estrangeiros, sendo enganados ou financiados por alguém que lhes dirigia e dizia o que fazer nas ruas e o que postar. “O que me incomodou foi que um policial sênior estivesse convencido de que eu era um traidor”, reafirma, completando que, depois, viu uma mudança de opinião por parte dos agentes de segurança. “Uma das coisas que me deixam muito satisfeito e orgulhoso... eu sei que quando saí de lá aqueles policiais e oficiais sabiam de verdade e estavam completamente convencidos de que nós não estávamos aplicando nenhuma agenda estrangeira e que a única coisa que nos motivava era o amor por nosso país”, diz, sempre muito emocionado e contundente.

Em outro momento, ele questiona de maneira mais direta a repressão por parte do governo e a forma pela qual se deu sua prisão, fora da legalidade. Novamente em tom muito emotivo, chorando muito enquanto fala, ele trata a questão a partir da situação de saúde de seu pai, doente, que se agravou diante de seu desaparecimento. “Meu pai, que só tinha a visão em um dos olhos, agora pode perder o outro olho por causa da tensão de ter ficado doze dias sem saber sobre seu filho. Por quê? Por quê? Se você quer me prender, faça isso através da lei. Acuse-me de algo e então me prenda! Então me investigue, me interrogue, o que pode ser seu direito pela lei”. Na sequência, Wael reafirma ter percebido que os policiais que o interrogaram realmente acreditavam que ele seria um traidor e que, assim, estariam agindo para fazer o melhor para o seu país. “Eu não vou julgar suas intenções”, diz sobre os policiais, mas pondera ao mesmo tempo sobre o quanto sua prisão foi uma fonte de angústia e sofrimento. “Eu fiquei doze dias sem saber de nada do que se passava lá fora, nas ruas! As pessoas realmente foram

aos protestos? Eu comecei a pensar: eles voltaram atrás? Eles desistiram? Será que eu fui esquecido? Será que tem alguém perguntando por mim? Tem alguém lá fora dizendo ‘soltem Wael Ghonim’? É claro que ninguém lá te conta nada, eles não me davam nenhuma informação ou notícia. O que me torturou emocionalmente era saber como minha esposa nos Emirados e minha mãe no Egito não tinham ideia de onde eu estava, meu pai, em parte cego, na Arábia Saudita não tinha ideia de onde eu estava. Seria a coisa mais simples eles informarem à minha família!”, descreve.

A reafirmação insistente de que ele e seu grupo de amigos/aliados não eram traidores aparece em seu discurso sempre associada à defesa de uma pauta positiva, para legitimação do movimento, que está fundamentalmente assentada nas noções de patriotismo, amor e defesa do Egito, sendo o país o unificador maior e estando acima de interesses “políticos”, como veremos mais adiante. “Nós não somos traidores! Nós amamos o nosso país. Se eu fosse mesmo um traidor, eu teria ficado sentado no jardim da minha casa nos Emirados Árabes Unidos, simplesmente aproveitando a minha vida. Eu tenho um bom salário, aumentos regulares, porque isso seria problema meu?”, questiona em um dado momento. O executivo também afirma que, em seu depoimento, disse toda a verdade aos policiais, pois estava orgulhoso do que havia feito e não tinha do que se esconder ou envergonhar. Novamente em uma reveladora fala sobre a pauta dos protestos e sua legitimidade, ressalta seu caráter pacífico e denuncia a violência policial como causadora dos tumultos. “Eu estava orgulhoso de ser egípcio no 25 de Janeiro! Quando você vê milhares de meninas e nenhum caso de assédio, quando vê pessoas muito simples tirando o lixo das ruas sem que ninguém precisasse lhes pedir, quando as pessoas passam por uma placa de trânsito e ninguém vandaliza ou quebra, quando as pessoas veem alguém com um pedaço de pau ou porrete e gritam para que jogue fora. Essas pessoas que chamamos de vândalos são pessoas ignorantes também, é

verdade, mas isso foi depois que foram atingidas por balas de borracha, depois que toda violência começou”, argumenta.

Wael faz referência à denominação “jovens de Facebook”, que se tornou corrente no país no início dos protestos em referência aos convocadores dos protestos. “Eles estavam desconfiados no começo, não podiam acreditar e nem ver como um grupo de ‘jovens de Facebook’ – assim era como eles nos chamavam no começo, quando nós usamos [a rede] para protestar por Khaled Said, – foi até o centro da cidade com dezenas de milhares no dia 25 de janeiro... eles não acreditavam!”, diz, reivindicando para si e seu grupo de fato a convocação dos protestos no Cairo e o início do movimento, mas sempre marcando seu caráter espontâneo e destacando o papel dos ativistas que, no Egito, organizaram as manifestações. “Mais uma vez eu preciso dizer, eu era apenas um alto-falante, apenas fiz algum barulho e estimulei as pessoas a irem até lá. [Os organizadores] eram pessoas que trabalhavam muito, elas que deveriam se apresentar e contar para você como trabalharam, como planejaram. Eles decidiram como segurar as manifestações, como proteger as pessoas, como garantir que fosse um protesto pacífico, que as ruas ficariam limpas, eles pensaram em todas essas coisas”. O ativista se emociona muito ao falar dos organizadores dos protestos e seu trabalho, e começa, nesse ponto, a chorar muito diante da apresentadora.

A defesa da pauta política aparece novamente quando Wael diz que aquele não era o momento de “acertar as contas” e nem de “dividir o bolo”, fazendo referência aos políticos e seus interesses específicos e afirmando textualmente que aquele não seria “o momento para ideologias”. “Esse ainda não é o momento de dividir o bolo e há muitos políticos que entendem exatamente o que estou dizendo. Há pessoas que estão esperando a sua fatia, e esse não é o momento para isso. Esse não é o momento para ideologias. Eu estou dizendo isso individualmente, não consultei meus colegas. Tenho

para mim que não sou o líder ou tomador de decisões. Um dos segredos do sucesso da página foi que as decisões eram sempre tomadas por voto. Eu estou agora falando como Wael, que acabou de ser libertado e estava vendado todo o tempo, sem ver nada”, diz, novamente reafirmando o caráter espontâneo e horizontal do movimento.

Na sequência, ele ressalta a importância daquele movimento e seu orgulho por tudo que foi feito, especialmente pela juventude, citando como exemplo da magnitude do que haviam construído o fato de ter, antes de sua libertação, conversado frente a frente com Hosam Badraway, secretário geral de Mubarak. Badraway renunciou dias depois da entrevista, em 11 de fevereiro. Ele havia recomendado a Mubarak que renunciasse, entregasse o poder ao vice Suleiman para que este chamasse novas eleições e, diante da recusa do presidente, entregou seu cargo declarando “apoiar a revolução”. “Eles sentaram comigo no Ministério do Interior. E eu queria dizer como estou orgulhoso de vocês, de todos que foram para as manifestações, porque o Ministro do Interior estava sentado frente a frente comigo, falando comigo como um igual, como um forte rival fala com outro forte rival, não como se fala com uma ‘criança’, com aquela atitude paternal, e eu respeito isso”, descreveu, em direta referência ao tratamento que recebiam como “jovens de Facebook”. Wael diz que gostaria de contar como foi a conversa com o Badraway, quando Mona o interrompe e diz que farão um intervalo para que ele pudesse se acalmar e respirar. A forma e o momento do corte na entrevista nos permitem indagar se havia alguma restrição para que se falasse, ali, diretamente sobre teor de uma conversa do ativista com um integrante do primeiro escalão do governo que, depois se saberia, estava em rota de colisão com o presidente.

Por mais que não haja confirmação sobre isso, a indagação se fortalece diante de uma rápida fala de Mona após a volta do intervalo. É um momento de muita dramaticidade (e tratado narrativamente para acentuar os contornos dramáticos), quando

se exibem imagens das pessoas que morreram nos protestos na tela do estúdio e a apresentadora fala sobre elas, com uma trilha sonora dramática ao fundo. Mona diz que aquelas pessoas são seus irmãos, irmãos dos egípcios, que não tinham ambições pessoais e pergunta a Wael se ele havia visto aquelas fotos. Bastante abalado, ele diz que não e a apresentadora informa que elas estão aparecendo na tela, seguindo a sua narração enquanto Wael começa a chorar intensamente. A transmissão divide a tela em duas, exibindo as fotos das pessoas que morreram de um lado e, do outro, a imagem do ativista chorando no estúdio naquele momento ao vê-los: “São jovens florescendo, como flores em jardins, eles não queriam nada... Não chore, Wael... Essas pessoas não queriam as cabeças dos partidos políticos, ou eram pessoas tão esmagadas pela pobreza que vissem o mundo de forma sombria. Elas se levantaram pela causa do Egito, do país, e disseram que aquilo que a geração anterior não pôde fazer, eles fariam: ‘Nós não somos ativistas, ou financiados por ninguém, nós só queremos dizer que amamos o nosso país’. E eu não posso dizer mais nada porque eu não estou em liberdade também”, finaliza, indicando de maneira inédita que estaria sofrendo vigilância ou censura em seu trabalho naquele momento e, ao mesmo tempo, apresentando uma leitura positiva das manifestações em tom bastante semelhante ao usado por Wael. A legitimação do movimento passa pelo reforço da ideia de que “não seria um movimento político”, e sim “espontâneo, de jovens, sem ideologias”, ou mesmo “sem ativismo”, de acordo com as palavras que usa para falar “o que o movimento estava dizendo”.

A entrevista se encerra de maneira abrupta logo depois. Wael começa a falar, chorando bastante, às mães e pais que perderam seus filhos, dizendo que sente muito e que quer reafirmar que aquilo não foi culpa daqueles que organizaram ou estavam nos protestos. Muito perturbado, ele diz que aquilo é responsabilidade “de todos que quiseram se manter no poder e se agarraram a ele”, quando diz que quer ir embora, se

levanta e sai andando rapidamente para fora do estúdio. Mona não fala às câmeras, simplesmente se levanta e vai atrás dele. Como dissemos acima, todo o tom de dramaticidade, emoção e comoção foram parte significativa para o impacto da entrevista no Egito e no mundo naquele momento.

Dois dias depois, em 9 de fevereiro, Wael falou a uma Praça Tahrir lotada, sendo ovacionado pela multidão e reafirmando os traços fundamentais da linha política que defendia naquele momento. “Esse não é o momento para indivíduos, partidos ou movimentos. É o momento para todos nós dizermos apenas uma coisa: Egito acima de tudo! Egito acima de tudo!”, conclamou, repetindo a máxima junto à multidão por várias vezes. No dia 13 de fevereiro, ele falou ao conhecido programa *60 minutes*, da rede estadunidense CBS News, em entrevista concedida ao correspondente no Cairo, Harry Smith. Em um trecho que se tornou famoso, explicou o processo egípcio através de uma analogia com a Wikipédia: “Nossa revolução é como a Wikipédia, ok? Todos contribuem com conteúdo, e você não sabe os nomes das pessoas que contribuem. Isso foi exatamente o que aconteceu, a Revolução 2.0 no Egito foi exatamente o mesmo. Todos contribuíram com pequenas peças. Nós desenhamos todo o quadro da revolução, e ninguém foi herói nesse quadro”, reafirmando os traços já destacados anteriormente e, aqui, já utilizando a denominação de “Revolução 2.0”, que se tornou corrente como uma referência ao tipo de transformação social constituído em interação fundamental com os meios de comunicação digitais. O executivo e ativista lançou, em 2012, o livro *Revolution 2.0: The power of people is greater than the people in power*³⁶, e afirma, sobre o processo egípcio, que “decididamente, é uma revolução da internet”.

Um movimento “sem ideologias” (aqui aparecendo como visões de mundo, propostas políticas), começado por jovens e grupos de amigos, espontâneo, estruturado

³⁶ GHONIM, 2012.

de acordo com a ordem e a institucionalidade, pacífico, com interesses fundamentalmente nacionais e orientados “para o bem do Egito”, organizado através da internet de maneira horizontal, sem líderes e de maneira compartilhada por todos os indivíduos: como sinalizado, os elementos que aparecem na leitura e compreensão de Wael sobre o processo egípcio se assemelham em seu sentido principal aos pontuados por Shahira Amin e mesmo por Mona El-Shazly. As visões “de dentro” e “de fora”, aqui, convergem quanto ao enquadramento sistêmico utilizado como legitimação e forma de positivar as manifestações.

Acreditamos que tais observações são relevantes por possibilitarem a identificação dos pontos de contradição, dos problemas e da complexidade colocada pelo nosso objeto. Não se trata, aqui, de simplificar a análise e buscar imputar aos movimentos um caráter necessariamente antissistêmico, classista ou anticapitalista, que seria ocultado, distorcido ou ignorado pela cobertura midiática ou pelo grupo responsável por sua convocação na capital. Como um levante que é fruto de uma explosão social, nos parece evidente que o processo de mobilização egípcio tenha sido, também, o que apontam Wael e Shahira, em parte referenciados em uma perspectiva liberal, politicamente genéricos e espontaneístas. No entanto, como sinalizado e como voltaremos a discutir no encerramento deste tópico, a compreensão imediatista impede uma percepção de como as contradições sociais no Egito e no mundo confluíram, naquele momento, para uma ruptura do ‘estado de normalidade’ que passa por uma série de elementos não explicáveis apenas pela situação imediata em si – estando entre eles, sim, o papel desempenhado pelos movimentos operários e greves no interior do país.

O que nos parece relevante aqui é perceber como a leitura “de dentro” dos movimentos, própria dos movimentos em algum sentido, se mediada apenas pela participação imediata nos eventos de mobilização, pela experiência empírica dos

indivíduos, a sua “vivência”, não é garantia de uma produção de sentido mais complexa ou qualitativamente diferente daquela advinda dos meios hegemônicos, justamente por ignorar a categoria da totalidade. Quando Wael afirma contundentemente que aquela foi “uma revolução de Facebook”, falando genuinamente de sua experiência privilegiada nos acontecimentos e, ao mesmo tempo, tratando todo o processo a partir de sua explosão mais significativa em 25 de janeiro, ignorando o contexto político anterior e, assim, as outras determinações do processo, se limita ao fragmento reificado de realidade a que tem acesso.

Ainda buscando entender os termos da “batalha midiática” estabelecida durante o processo egípcio, a forma pela qual se associou à tomada de consciência e o papel que a produção de comunicação (hegemônica e associada aos movimentos) desempenhou efetivamente em todo o cenário, destacamos uma reportagem exibida pela rede Al-Jazeera alguns dias após a queda de Mubarak, em 13 de fevereiro. Disponibilizada na íntegra no canal oficial da Al-Jazeera English no Youtube, a reportagem é dedicada especificamente a discutir o “papel crucial da mídia na revolução egípcia”, e, evidentemente destacando o papel da própria rede, aborda as produções de diferentes meios e suas inflexões editoriais durante o desenvolvimento da revolta.

A descrição do vídeo traz uma breve apresentação do canal, em que destaca que a Al-Jazeera English se interessa por pessoas e eventos que afetam suas vidas, “trazendo à luz assuntos que muitas vezes são subnoticiados, ouvindo todos os lados da história, dando uma ‘voz aos sem voz’ e alcançando mais de 270 milhões de lares em mais de 140 países em todo o mundo”. O texto afirma ainda o compromisso com uma cobertura “imparcial, baseada em fatos e respeitada em todo o mundo”, que está reformando a mídia global. A reportagem sobre o papel da mídia no Egito é a principal do programa apresentado pelo repórter canadense Richard Gizbert, que a abre afirmando que

qualquer pessoa que assistisse à televisão estatal do Egito entre os dias 10 e 11 de fevereiro veria “eventos confusos de um regime que estava morrendo”.

Ele descreve as mensagens transmitidas pelo governo através do canal estatal NileTV em um intervalo de menos de vinte horas, começando com a declaração em que Mubarak afirmou que não iria renunciar; seguindo com Suleiman orientando os egípcios a desligarem os canais de televisão por satélite estrangeiros, que estariam “cobrindo uma agitação que eles mesmos criaram”; citando o cerco de manifestantes ao prédio da televisão estatal e finalizando com a nova declaração do vice, menos de 12 horas depois, em que afirma que Mubarak não seria o presidente por muito tempo.

São exibidas as imagens do vice anunciando a renúncia de Mubarak, enquanto a narração em *off* destaca que a fala de Suleiman foi acompanhada por meios de comunicação de todo o mundo, incluindo aqueles que, no dia anterior, ele havia acusado de provocar a crise política – a Al-Jazeera, que, como dissemos, chegou a ter seu sinal por satélite cortado, estava evidentemente entre eles. O apelo contra os canais por satélite se fez tendo como base a “unidade nacional”, colocando tais canais como “o outro”, “estrangeiro”, evidenciando mais uma vez a presença estruturante do patriotismo e do nacionalismo na consciência cotidiana do povo egípcio.

A reportagem aponta que, depois da declaração do vice, os ataques aos jornalistas estrangeiros no Cairo se tornaram mais frequentes, o que é ilustrado por uma inserção do jornalista correspondente da Al-Jazeera no Cairo, na qual destaca que a campanha agressiva perpetrada pela TV estatal egípcia tinha, naquele momento, como alvos centrais os estrangeiros. “Isso não é sobre de onde você é: Canadá, Espanha, Al Jazeera..., e sim sobre a histeria xenófoba contra estrangeiros, muito deles simplesmente jornalistas que estão aqui para fazer seu trabalho e contar ao mundo o que está acontecendo”, diz o correspondente. Aqui, cabe destacar, o discurso de autodefesa

da Al-Jazeera se sustenta na lógica da “neutralidade” e “imparcialidade” do trabalho jornalístico, que aparece como um escudo legitimador e ignora a complexidade e profundidade envolvidas na produção de comunicação de grandes grupos em contextos de conflitos políticos em diversos países, sobretudo a partir do período da Guerra Fria. Muito mais do que “apenas jornalistas fazendo o seu trabalho”, coberturas midiáticas foram e podem ser, sim, peças fundamentais para a legitimação nacional e internacional de golpes, intervenções, violações de direitos e estarem diretamente associadas a interesses políticos os mais diversos.

A reportagem segue enfatizando que a situação no Egito foi se tornando muito perigosa para jornalistas, o que forçou a Al-Jazeera a esconder as identidades dos repórteres que estavam no campo cobrindo os acontecimentos, o que nunca havia precisado fazer até então. Aborda, também, a prisão de Wael Ghomim, tratada como uma expressão da “intimidação às novas mídias”, e cita a entrevista concedida a Mona El-Shazly, identificada como responsável por “reenergizar os protestos”. O correspondente destaca a forma pela qual Wael foi capaz de se conectar com os sentimentos e necessidades da população, por representar “muitas camadas do dilema egípcio”, sendo jovem, com educação formal, humilde, emotivo e muito patriota.

Destaca-se, ainda, a intimidação contra representantes da grande mídia internacional, em um trecho revelador sobre a postura da mídia estadunidense naquele contexto, em que se aborda a agressão de um grupo pró-Mubarak contra Anderson Cooper, jornalista da CNN. “Especialmente quando Copper voltou para Nova Iorque, foi para o ar na CNN atacando as autoridades egípcias. Até aquele ponto, muito da cobertura dos meios dos Estados Unidos ecoava a linha da administração Obama: o Egito era um aliado, e Mubarak visto como um estabilizador para uma região vulnerável e, apesar de suas falhas, pelo menos continha o avanço dos islamitas da Irmandade

Muçulmana”, diz a narração da reportagem. Algumas inserções de trechos das coberturas dos grandes meios dos EUA ilustram esse primeiro momento da linha editorial: um jornalista da MSNBC/USA afirma que o “Egito agora coloca os EUA em posição muito delicada”, e trechos da Fox News e ABC News destacam o perigo representado pela instabilidade de Mubarak, que abriria caminho para a ascensão da Irmandade Muçulmana.

Àquela altura, as leituras que buscavam criticar a linha editorial de defesa do governo de Mubarak apontavam a utilização da islamofobia para a construção de um discurso que focava a Irmandade Muçulmana como “imagem do mal” a ser combatido, de forma descontextualizada e simplista. A reportagem da Al-Jazeera traz, por exemplo, uma fala de Lawrence Pintak, escritor e autor do livro *The new arab journalist*, em que ele afirma: “Na televisão dos EUA nós gostamos de preto no branco, sem tons de cinza, e nós temos visto isso de novo com o Egito. Então, de repente, a Irmandade Muçulmana é o bicho papão e nós estamos comprando esse discurso que o regime [do Egito] sempre fez”. Um trecho da rede ABC ilustra: “O grande medo dos EUA é que o Egito volte ao fundamentalismo islâmico”. Em outro trecho, Jamal Dajani, da ONG Internews Network, reforça a crítica ao tratamento dos protestos como “um perigo muçulmano”, e descreve: “Estive no Egito em dezembro, na Tunísia em janeiro, e essas são revoltas seculares. Nós vemos, no Egito, muçulmanos, cristãos, homens, mulheres, velhos e jovens, caminhando juntos e expressando suas opiniões. Dizer que é algo da Irmandade Muçulmana é repetir o mesmo argumento da islamofobia”.

Como sabemos, as eleições realizadas em 2012, convocadas pelo governo de transição instituído após a queda de Mubarak, conduziram justamente a Irmandade Muçulmana à presidência do Egito, em uma votação equilibrada com o candidato vinculado à continuidade de Mubarak. A situação é mais uma expressão da

complexidade que temos procurado demonstrar, que só pode ser enfrentada a partir de uma compreensão totalizante do processo e que perceba as múltiplas influências que estavam representadas nos protestos e no processo de reorganização política iniciado pela revolta popular. Afinal, o discurso oficial pró-Mubarak inicialmente adotado pelo governo e pelos grandes meios dos EUA “estava correto” ao apontar a Irmandade Muçulmana como setor a ascender diante da queda do regime? Os relatos que tratam a revolta como “um movimento secular” estariam distorcendo ou minimizando a influência da Irmandade Muçulmana naquele cenário?

Aqui novamente nos defrontamos com os movimentos da ideologia, em sua variedade e formas de expressão que vão para além de uma distorção direta ou uma calúnia sobre a realidade. Parece-nos evidente que o discurso do governo e dos principais meios estadunidenses em defesa de Mubarak, num primeiro momento, utilizou como recurso “o medo do Islã”, tão presente no senso comum ocidental, procurando através dele sustentar sua posição e seus interesses imediatos na região. Através do recurso do medo em relação ao “inimigo externo”, não é preciso aprofundar, ponderar e sequer justificar porque um governo da Irmandade Muçulmana seria pior e mais danoso do que um governo Mubarak. Se “o islã” ocupa o lugar “do mal” na consciência média, apenas acionar essa referência é uma forma de conquistar uma legitimidade para sua posição. As críticas ao conteúdo islamofóbico e à construção de uma “ameaça” para justificar a defesa do governo Mubarak nos parecem, assim, adequadas.

Da mesma maneira nos parece adequada a identificação de que aquele movimento nos países norte-africanos não poderia ser percebido como “um movimento muçulmano”, já que continha grupos e indivíduos de diferentes religiões e não surge – nem se consolida – como uma expressão política fundamentalmente associada ou

constituída a partir de uma identidade religiosa específica. Ao mesmo tempo, o fato concreto representado pela consolidação da Irmandade Muçulmana como principal alternativa política no cenário eleitoral imediatamente posterior à derrubada de Mubarak pelo movimento não pode ser desconsiderado ou ignorado: ele indica, necessariamente, que aqueles elementos de consciência que se expressaram nas eleições estavam ali, presentes, de alguma forma, no momento auge das revoltas, mesmo que não sob a forma “acabada” de uma opção pela Irmandade Muçulmana como alternativa. Nesse sentido, e buscando pensar mais diretamente sobre a relação desse fenômeno com o nosso objeto, talvez seja mais reveladora e significativa a fala de Wael sobre “o momento não ser para ideologias ou partidos”. De uma maneira ou de outra, o sentimento de mudança acabou confluindo para aquele setor que se apresentou como alternativa (e tomou parte nos protestos, em sua fase final), sendo ele responsável ou não pela organização do processo político em curso. A inexistência de vazios ideológicos e políticos, especialmente em momentos de desorganização e reorganização estruturais, parece se impor e lembrar que as tarefas colocadas àqueles que desejam enfrentar e derrubar regimes são necessariamente mais complexas do que o apelo imediato a uma pauta unitária genérica.

Ainda sobre as inflexões na produção de comunicação ao longo do processo e o uso da comunicação digital pelos movimentos, elementos importantes também são trazidos por Ursula Lindsey, repórter e escritora que viveu no Cairo entre 2002 e 2013 e contribui regularmente com o site *The Arabist*³⁷. Em 15 de fevereiro de 2011, alguns dias após a queda de Mubarak, ela publicou o artigo *Revolution and Counter-Revolution in the Egyptian Media*, no site da revista MERIP (sigla em inglês de *The Middle East Research and Information Project*), uma organização baseada nos Estados Unidos que desde os anos 1970 produz conteúdo sobre cultura, política e sociedade no

³⁷ arabist.net

Oriente Médio. Lindsey sustenta que as redes sociais e a internet de maneira geral desempenharam um papel organizativo importante e tiveram uma função central para a formação de um “novo consenso político entre centenas de milhares de egípcios de classe média”. Mas, mesmo fazendo referência à noção dos “jovens de Facebook” como um elemento que realmente passou a fazer parte do léxico corrente no Egito para designar essa nova geração politizada, reafirma que é necessário lembrar que “a revolução incluiu muitas pessoas, talvez uma maioria, que não têm acesso à internet em casa, muito menos contas do Facebook”, em uma análise bastante próxima à elaborada por Wilson e Dunn, cujos dados e conclusões discutimos anteriormente.

A escritora destaca que o uso da comunicação pelos manifestantes se fez de maneira ao mesmo tempo “disciplinada, criativa e subversiva”, em contraposição à propaganda antiprotestos feita pelo regime através do aparato de comunicação estatal e marcando a consolidação de outro tipo de mídia naquele contexto:

“O triunfo da revolução – pelo menos em sua demanda primária, a renúncia de Mubarak – foi acompanhado por um descrédito da notícia controlada pelo governo, um florescimento de mídia “caseira” de todos os tipos e uma validação da Al-Jazeera e outros canais por satélite, alguns de propriedade privada” (LINDSEY, 2011, tradução nossa do original em inglês).

O corte dos sinais de telefonia e internet no país nos principais dias das manifestações também é por ela percebido como um elemento revelador, tanto da importância, identificada pelo regime, daqueles meios para a organização dos protestos, como, por outro lado, de seu papel objetivamente limitado no momento auge do processo. A escritora destaca que já em 25 de janeiro, o primeiro dia de manifestações, o sinal de telefonia celular estava suspenso na Praça Tahrir e, no dia seguinte, as operadoras de telecomunicação foram orientadas, pelo governo, a diminuir o fluxo de dados, reduzindo assim a velocidade do acesso à internet. No dia 27, houve a desativação completa da internet e das mensagens via SMS e, na manhã do dia 28, a

“sexta-feira da ira” (convocada como o segundo dia de protestos massivos), não havia mais qualquer cobertura de telefone celular em todo o país. Como dissemos acima, apenas no dia 3 de fevereiro o sinal seria totalmente reestabelecido.

Segundo Lindsey, os indivíduos e movimentos que convocavam os protestos estavam preparados para o corte e buscaram, para a preparação do dia 28, trocar entre si números de telefone fixo e indicar casas seguras como ponto de encontro para aquele dia de manhã. Além disso, aparecia também a preocupação com a vulnerabilidade da comunicação digital e a possibilidade de infiltração, por agentes de segurança e inteligência do governo, nas redes sociais, o que estimulou a produção de panfletos com instruções de segurança a serem distribuídos por via impressa ou por e-mail, com o aviso de que “Facebook e Twitter estavam sob vigilância”.

O panfleto, que circulou no Cairo, trazia, além das instruções de segurança, vestimenta, organização de autodefesa em casos de confronto com a polícia e de um apanhado com as palavras de ordem para a manifestação, uma orientação bastante significativa: o prédio da televisão estatal, Maspero, seria o principal alvo e a manifestação promoveria uma ocupação para assumir a transmissão da rede e “anunciar o controle pelo povo da televisão e rádio estatal, liberando-os do controle do ditador tirânico”, segundo citação de Lindsey ao texto do panfleto. Apesar de muitas tentativas e cercos, a ocupação de Maspero nunca foi bem sucedida. Citando uma entrevista feita com um grupo de jovens manifestantes que disse ter sido informado inicialmente dos protestos pela internet, mas, depois, ter simplesmente continuado a ir à Tahrir todos os dias para participar das manifestações, a repórter defende que o corte da internet esteve longe de impedir a proliferação do movimento.

As inflexões na cobertura televisiva estatal, privada e por satélite, às quais nos referimos acima, também são destacadas por Lindsey. Ela explica que os oito canais de

televisão estatais são a única fonte de informação audiovisual para uma parcela significativa da população do Egito, que não tem acesso à internet ou à televisão estrangeira por satélite. Os canais privados egípcios, por sua vez, devem ser licenciados pelo governo e, assim, se tornam mais diretamente suscetíveis à vigilância da segurança estatal. A primeira década dos anos 2000 marcou uma ampliação dos canais via satélite e privados e, assim, forçou também uma reconfiguração da televisão estatal, que buscou se renovar e se tornar mais atrativa.

É interessante perceber como o “modelo padrão” do tratamento midiático hegemônico às manifestações também se expressou ali, e de formas bastante semelhantes às adotadas no ocidente e, especificamente, no Brasil, mesmo diante das grandes diferenças entre as formações sociais e o cenário midiático. Aquilo que poderíamos identificar como “recursos imediatos”, como ignorar a extensão dos protestos e, ao falar sobre eles, destacar a violência e o “vandalismo”, marcaram a cobertura tanto dos canais estatais como dos privados num primeiro momento, em uma aproximação editorial bastante reveladora sobre os interesses envolvidos e grupos representados por ambos.

O tom inicialmente adotado pela mídia estatal, como apontado, foi majoritariamente ignorar a ocorrência dos protestos. O jornal Al-Ahram, mantido pelo governo e cujo veículo impresso é o de maior circulação no país, sequer mencionou o início das manifestações, afirma a escritora. A partir do dia 28 de janeiro, com o crescimento dos protestos, o tom da cobertura estatal passa mais diretamente para a criminalização e ataque aos manifestantes, na linha que discutimos acima a partir da reportagem da Al-Jazeera: apontar nos protestos uma “ameaça estrangeira” e apelar à “defesa do país”. “Sob o slogan ‘Proteja o Egito’, o foco dos canais governamentais voltou-se para o caos e saque que supostamente varria o país e os esforços heroicos dos

cidadãos egípcios para defender suas casas e propriedades”, descreve Lindsey, lembrando que, obviamente, não se abordaram as suposições de que o vácuo de segurança poderia ser dirigido pelo próprio governo.

Além da cobertura orientada para gerar medo e repulsa da população em relação aos protestos, as redes estatais buscaram transmitir os comunicados do governo sobre as reformas e medidas a serem adotadas. A repórter ressalta um ponto de inflexão no dia 1º de fevereiro, quando um discurso de Mubarak obteve sucesso em gerar empatia e confiança da população: na ocasião, ele se concentrou em falar sobre seus anos de dedicação e serviço ao Egito e sobre seu desejo de encerrar sua vida no país, usando um tom emocional e associado ao patriotismo. “Depois do discurso, os canais estatais transmitiram imagens dos anos de Mubarak como presidente com uma trilha sonora de música patriótica”, aponta Lindsey. Nesse momento, os canais adotam também uma ampla cobertura das manifestações em apoio ao governo, enquanto os protestos na Tahrir eram mostrados à distância.

Foi após a repressão violenta na Tahrir e os atos de violência praticados por apoiadores de Mubarak contra os manifestantes que Shahira Amin resolveu se demitir, no simbólico episódio analisado acima. Além dela, destaca Lindsey, outra conhecida âncora da televisão estatal, Suha al-Naqqash, também pediu demissão. A mídia estatal seguiu sua cobertura na mesma linha, chegando a transmitir entrevistas com pessoas identificadas como manifestantes que tinham rostos cobertos, vozes distorcidas e afirmavam terem sido treinadas em Israel. Os apresentadores recebiam, em estúdio, ligações transmitidas ao vivo em que pessoas relatavam ter visto “pessoas nas fileiras dos manifestantes que pareciam estrangeiras, falavam línguas estrangeiras ou falavam árabe em dialetos não egípcios”, descreve. Em um episódio curioso, a televisão estatal afirmou que as refeições oferecidas aos manifestantes na Tahrir eram financiadas pelos

EUA e produzidas pela mega-rede de frango frito KFC (Kentucky Fried Chicken), ao que os manifestantes responderam ironicamente, passando a chamar todos os alimentos disponibilizados ali de “Kentucky”.

Com a volta da internet, no dia 3 de fevereiro, Lindsey identifica um novo momento, quando os manifestantes começaram quase que imediatamente a carregar vídeos mostrando os protestos e denunciando a repressão e compartilhar informações sobre as mobilizações. Com o retorno da cobertura televisiva por satélite, a escritora identifica um discurso articulado entre os manifestantes, cujo tom, pelo menos em relação às declarações feitas da Praça Tahrir destacadas pela repórter, é bastante similar ao discurso que Wael Ghonim iria fazer no dia de sua saída da prisão.

“Os manifestantes – quase todos, ansiosos para serem entrevistados por jornalistas – tinham uma visão compartilhada e articulada de seu movimento. Eles enfatizaram suas intenções pacíficas e seu compromisso com um amplo conjunto de demandas democráticas, ao invés de qualquer ideologia única. Persistentemente, se não sempre pacientemente, eles disseram aos repórteres: ‘Nós somos egípcios. Nós não somos criminosos. Nós não somos ladrões. Nós não somos estrangeiros’. Acenando bandeiras egípcias e evitando qualquer divisão religiosa ou simbolismo político, os manifestantes repetiam slogans simples e positivos: ‘Não-violência!’, ‘Viva o Egito!’, ‘Abaixo Mubarak!’. E então houve o canto onipresente, rítmico: ‘O povo ... quer ... a queda ... do regime!’” (LINDSEY, 2011, tradução nossa do original em inglês).

Sobre os canais privados, ela considera a mudança em sua linha editorial um dos acontecimentos mais interessantes das batalhas midiáticas que se desenvolveram naquele momento. A DreamTV, canal para o qual Wael fala ao ser libertado da prisão, de propriedade de Ahmad Bahgat, um industrial, e o O TV, de propriedade do empresário Naguib Sawiris, são citados como exemplo dessa inflexão, percebida pela repórter como um movimento “empurrado pela propaganda da TV estatal e a pressão dos serviços de segurança para diminuir sua própria cobertura”. Ela cita uma fala de

Mona El-Shazly, a apresentadora que entrevistou Wael, em que relata ter sido instruída a dizer, sobre os presentes nos protestos, serem “dezenas de manifestantes”.

A própria mídia estatal, com o desenvolvimento do processo, também passou por mudanças de tom na cobertura e linha editorial, como discutimos anteriormente a partir do episódio da demissão de Shahira Amin. Lindsey conta que a linha oficial sofreu ajustes que incluíam o início da transmissão de imagens da Praça Tahrir e até diziam que “os primeiros protestos tinham sido genuinamente nacionalistas e legítimos. Só mais tarde, disseram as âncoras, que os islamitas e os intrusos estrangeiros sequestraram as manifestações”, conta. Ela exemplifica com um episódio ocorrido no dia da renúncia de Mubarak, 11 de fevereiro, quando os manifestantes ocuparam as ruas e se concentraram diante de edifícios estatais no Cairo, como Maspero. Lá, um repórter da televisão estatal resolveu sair de dentro do prédio e ir entrevistar as pessoas:

“Reconhecendo que a mídia estatal havia cometido ‘erros’, ele perguntou como eles gostariam de vê-lo mudar. ‘Eu não quero ter que confiar na mídia estrangeira para obter a verdade’, disse um manifestante. ‘Quero que a mídia egípcia seja livre e neutra. Quero que seja a voz das pessoas, não do regime’. Outro manifestante foi menos educado: ‘Como você pode nos pedir para perdoá-lo?, perguntou ao apresentador. ‘Como podemos perdoá-lo por espalhar mentiras e más notícias? Você deve ser julgado pelo povo!’. No dia seguinte, o estatal Al-Ahram publicou a manchete ‘O povo derrubou o regime de Mubarak’, ecoando o canto que reverberou na Praça Tahrir nas últimas duas semanas.” (LINDSEY, 2011, tradução nossa do original em inglês).

A readequação das coberturas, como buscamos demonstrar, aparece essencialmente como expressão do aprofundamento das contradições e se desenvolve sempre dentro de um mesmo espectro. No caso dos canais privados, o aumento da coerção e do controle estatal sobre o trabalho desenvolvido pode, sem dúvidas, ter cumprido um papel para essa mudança. Mas, de uma maneira geral, nos parece que a necessidade de uma realocação política imediata diante da grandeza e profundidade dos protestos – e conseqüentemente nas alterações na consciência média egípcia que o

processo produziu – tenha sido o elemento determinante, não apenas para os canais estatais, mas também para os privados, sem que isso altere substancialmente o enquadramento da comunicação produzida.

Para encerrar, é fundamental desenvolvermos os aspectos de crítica à visão que reduz a compreensão dos protestos ao momento de sua eclosão no Cairo, já indicados em algumas das passagens desse capítulo e, como vimos, compartilhados tanto pelo discurso originado nos meios hegemônicos como pela leitura elaborada pelos (ou parte dos) próprios movimentos. Destacaremos, aqui, alguns elementos sistematizados por Iside Gjergji, socióloga e pesquisadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, no artigo “O Egito em tempo de revolução: a luta dos trabalhadores antes e depois de 2011”³⁸. O artigo contesta essa leitura corrente apontando o papel desempenhado pelos movimentos organizados e, especificamente, as greves de diferentes categorias de trabalhadores (entendidos como todos os trabalhadores assalariados, a partir da noção empregada por Ricardo Antunes, de ‘classe-que-vive-do-trabalho’) para a criação do clima político e formação da consciência que possibilitaram que os eventos de 2011 se desenrolassem daquela maneira por todo o país.

Um dos primeiros aspectos analisados por Gjergji é a presença de uma “orientalização” na leitura feita pelo ocidente sobre as revoltas árabes, marcada pela presença de clichês que se expressam tanto na cobertura midiática como nas produções acadêmicas. A generalização do Egito como um país “moldado pelo Islã” é um exemplo dessa leitura que, além de ignorar por completo a história daquela formação social, se apoia em um senso comum de “demonização” do islamismo, já discutido aqui. A própria metáfora da “primavera” usada para denominar os processos norte-africanos como “Primavera Árabe”, é problematizada sob esta perspectiva.

³⁸ GJERGJI, 2014.

Um dos exemplos usados pela pesquisadora é o texto do jornalista Thomas Friedman, renomado e ganhador do Prêmio Pulitzer, publicado no *The New York Times* em maio de 2011, em que afirma, sobre os processos de luta vividos nos países árabes, que “nas suas raízes, esta não é revolta política, mas sim existencial. É muito mais Albert Camus do que Che Guevara.” (FRIEDMAN, APUD GJERGJI, 2011). Ela cita ainda outro artigo do mesmo colunista, de março de 2011, em que aponta que os principais fatores a inspirarem os povos do mundo árabe em suas lutas teriam sido Obama, o Google Earth, a democracia israelita, os Jogos Olímpicos de Pequim e o ‘Fator Fayyad’ (em referência ao primeiro-ministro palestino Salam Fayyad, visto como um novo governo e uma nova abordagem na região). Como destaca a socióloga, fica evidente que esta leitura atribui toda a responsabilidade ao ocidente e ao liberalismo, estando o “mundo árabe” reduzido a estereótipos vinculados a uma ideia de irracionalidade e perigo. Há um apagamento da história política da região, das lutas anticoloniais, do projeto pan-arabista e das lutas políticas de movimentos sociais travadas ao longo do século XX e na atualidade.

Citando Lindsey e também Joel Beinin e Frédéric Vairel (2011), autores de *Afterword: Popular Uprisings in Tunisia and Egypt*³⁹, artigo integrante da coletânea *Social Movements, Mobilization and Contestation in the Middle East and North Africa*, organizada pelos próprios, ela sustenta que a ênfase exclusiva no papel das redes sociais como instrumentos de viabilização dos movimentos é fruto de uma análise imediatista de tais processos. Ressalvando que não se trata de desconsiderar a função dos meios de comunicação – sejam os tradicionais ou digitais – naquele contexto, entendida como fundamental, a pesquisadora aponta que uma compreensão de seu papel concreto precisa ir além dessa leitura imediatista tão difundida. “Não se deve procurar as

³⁹ BEININ E VAREL, 2011.

subjetividades revolucionárias nos likes do Facebook nem nos tweets, mas sim na grande quantidade de lutas populares e protestos de rua travados desde há décadas, e mais especificamente no crescente movimento operário” (GJERGJI, 2014, p. 89), sintetiza.

Para tanto, Gjergji descreve a adoção e aprofundamento do receituário neoliberal no Egito, que marcou o desmonte do Estado “nasserista”, como abordamos na abertura desse capítulo, e localiza nesse contexto o desenvolvimento de greves e mobilizações de trabalhadores contra os processos de privatização de empresas públicas e precarização das condições de vida. Novamente citando Beinín, demonstra como, entre 1998 e 2009, “mais de dois milhões de operários participaram em mais de 3300 ocupações de fábricas, greves, manifestações ou ações coletivas afins.” (BEININ, 2011, apud GJERGJI, 2014). A tabela abaixo ilustra esse cenário:

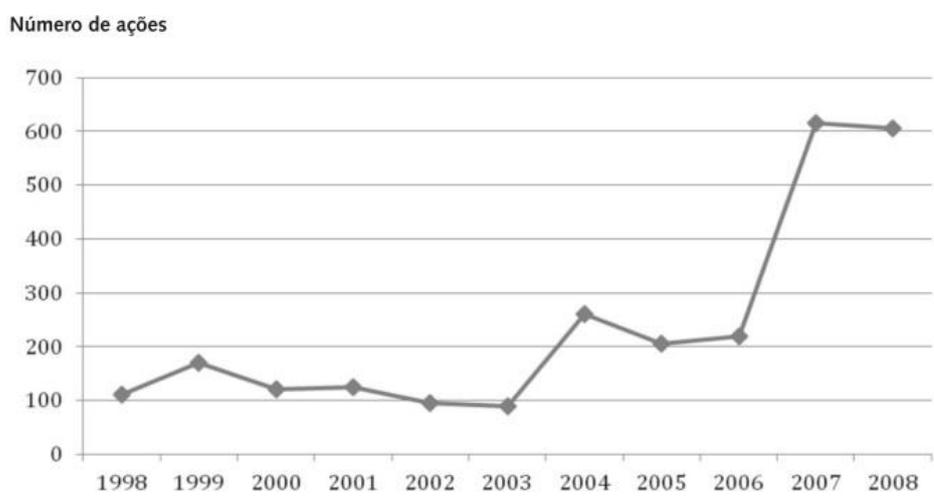


FIGURA 1 – Ação reivindicativa dos trabalhadores egípcios entre 1998 e 2008

Fonte: Gráfico elaborado com base no Centro da Terra para os Direitos Humanos (Land Centre for Human Rights – LCHR), disponível em <http://www.lchr-eg.org>

(Gjergji, 2014, p. 96)

O grande salto entre os anos de 2006 e 2007 é a marca de uma grande greve feita pelos operários de Mahalla, cidade do norte do Egito, iniciada em 7 de dezembro de 2006. Foram 24 mil trabalhadores que paralisaram suas atividades, com protagonismo

das mulheres operárias. Mais de dez mil trabalhadores ocuparam a fábrica em greve, organizados em um comitê que cuidava da logística interna, da comunicação e divulgação do protesto e, também, negociava com o patronato. “A ação foi vitoriosa, mas mais significativo foi o fato de ela ter assinalado, no Egito, um salto qualitativo em relação a anteriores iniciativas no âmbito laboral”, analisa a pesquisadora, que aponta o caráter de exemplo e inspiração assumido por esse processo em relação a outras categorias de trabalhadores em todo o Egito nos anos seguintes, marcando uma mudança na forma de se fazer e organizar greves.

Desenvolveu-se, a partir dali, um processo de criação de comissões de greve que atuavam por fora dos sindicatos tradicionais, aparelhados pelo Estado. Outro episódio marcante se desenvolveu em 2008, quando, em 6 de abril, se tentou organizar uma greve geral no Egito, cujo mote seria a luta contra a alta no preço dos alimentos e a solidariedade aos operários de Mahalla. O “Movimento da Juventude 6 de Abril”, que cumpriu papel destacado na convocação e organização dos protestos de 2011, surgiu nesse processo de mobilização, ocorrido três anos antes. Foi a primeira tentativa de uma paralisação nacional da história do movimento de trabalhadores do Egito, segundo a socióloga, e que, mesmo não tendo se realizado como tal, impulsionou uma série de manifestações e ações de rua. Os protestos em Mahalla foram tão intensos que os enfrentamentos com as forças de segurança do governo duraram três dias, em um processo que ficou conhecido como a ‘Intifada de Mahalla’. Sobre isso, Gjergji destaca:

“Neste crescente movimento oposicionista de cerca de uma década, o papel dos trabalhadores foi significativo, tanto quantitativa como qualitativamente. Estima-se que, entre os anos de 2006 e 2009, mais de 1,7 milhões de trabalhadores tenham participado em ações diversas (El-Mahdi, 2011b: 388), ao mesmo tempo que eram introduzidas novas variantes organizativas como resultado do desenvolvimento de processos de democratização interna e da adoção de novas táticas de confronto. Em muitos casos, operários e trabalhadores em geral criaram os seus próprios comitês de greve, nomearam e elegeram novos dirigentes à margem dos sindicatos oficiais do Estado, organizaram e encetaram

negociações independentes com as autoridades, criaram um novo arsenal de instrumentos de luta, desde motins de rua a várias outras formas de protesto, e por último, mas não menos importante, aprenderam a gerir a forma de comunicar com a mídia.” (GJERGJI, 2014, p. 99).

Todos esses elementos nos ajudam a entender a importância e a abrangência das lutas travadas pelos trabalhadores na década que antecedeu a explosão da revolta que derrubou Mubarak no Egito, assim como o papel que cumpriram para o desenvolvimento de uma experiência política de combate à ordem para, pelo menos, uma parcela da população do país. Gjergji cita uma entrevista que fez com Fatma Ramadan, dirigente da Federação Egípcia de Sindicatos Independentes, para destacar a presença dos operários organizados nos 18 dias de mobilização de 2011. Segundo a militante:

“Havia operários de quase todas as siderúrgicas na Praça Tahrir ou nos protestos de Gizé, tal como estavam presentes trabalhadores das empresas de açúcar em al-Fayyum ou nas ruas de Ismailia e de Kafr Sheikh. Como é possível pensar que não havia operários a participar nos protestos numa cidade de operariado como é Mahalla al-Kubra, por exemplo, onde mais de 500 000 pessoas desceram à rua todos os dias durante a revolução? Se aqueles dois milhões de pessoas a protestar e a lutar todos os dias em Alexandria não eram operários, então eram quem?” (RAMADAN, APUD GJERGJI, 2014, p. 100).

Essa percepção é fundamental para uma visão totalizante do processo, que, como temos insistido, não se reduza aos elementos imediatos e nem tome a explosão da revolta de 2011 como sinônimo de um processo multideterminado e complexo como o que se desenvolveu. Neste mesmo sentido, a socióloga destaca ainda que a própria compreensão do processo egípcio centrada na ocupação da Tahrir, no Cairo, obscurece a importância definitiva das lutas travadas no interior por todo o país. Em cidades como Suez, Porto Said e Alexandria, destaca, as lutas foram ainda mais radicalizadas e desenvolveram formas de mobilizações variadas, com confrontos de rua como os que chegaram a expulsar a polícia de Alexandria depois de dias de enfrentamentos

massivos. Outro destaque feito é ao fundamental papel desempenhado pelas greves organizadas nos primeiros dias de fevereiro, no auge das manifestações que, segundo, Gjergji, foram responsáveis por “dar a última machadada no governo de Mubarak”. Foi justamente nesse contexto da revolta que os trabalhadores criaram a Federação Egípcia de Sindicatos Independentes (EFITU), cuja fundação foi anunciada simbolicamente na Praça Tahrir ocupada, no dia 30 de janeiro de 2011.

Encerramos, assim, nossa aproximação com a experiência egípcia chamando atenção para esse conjunto de fatores que complexamente interagiram para sua conformação. Esperamos ter demonstrado que as compreensões e produções de sentido sobre a revolta baseadas na experiência imediata, mesmo que livres dos “filtros midiáticos”, decorrentes da vivência empírica dos manifestantes e vinculadas à comunicação livre, dos próprios movimentos, podem terminar por se aproximar da produção de sentido dominante justamente por carregarem em si uma limitação: pensando o fenômeno a partir apenas de sua face mais visível, operam um movimento de consciência que iguala o empírico ao supostamente geral e, assim, obstaculiza uma produção de sentido totalizante, que possa revelar as contradições que mais profundamente estruturam as formações sociais capitalistas e, inequivocamente, escapam às leituras liberalizantes.

2.2. A experiência dos países centrais

“O 15-M mostrou que as pessoas podem superar o bloqueio da mídia. A capacidade de autocomunicação de massa e de auto-organização online permitiu que as pessoas superassem o bloqueio”. A afirmação é de Javier Toret, pesquisador, ativista digital espanhol e um dos primeiros integrantes da rede Democracia Real Ya (DRY), o

grupo surgido online que é apontado como organizador e convocador inicial dos protestos que se espalharam pela Espanha em 2011. O trecho é parte de uma entrevista concedida em 2012 a Amalia Cardenas, intelectual que integra, junto a Manuel Castells, a equipe de pesquisa sobre culturas alternativas da Universitat Oberta de Catalunya, Barcelona. O material é parte da ampla pesquisa de campo feita pela equipe para a elaboração do livro lançado por Castells em 2013, ao qual nos referimos no primeiro capítulo.

A onda de protestos de massa e ocupações ocorrida na Espanha em 2011 se desenvolve no contexto analisado anteriormente, marcado pelo aprofundamento da crise econômica do capital e pelas consequências das medidas adotadas pelos governos para responder à mesma. Como dissemos, após alguns sinais de recuperação econômica em 2009 e início de 2010, um segundo momento da crise, ainda mais profundo, se desenvolve já em 2010, na esteira do socorro concedido aos bancos e ao sistema financeiro pelos Estados. A ampliação da dívida pública configura, assim, o novo momento da crise, que atinge notadamente a Europa, materializando o processo pelo qual a atuação dos Estados para tentar reverter a crise – operada no interior da lógica de sustentação do capital fictício – determina seu aprofundamento e expansão.

Na Espanha, a taxa de desemprego em fevereiro de 2011 atinge os 22% da população geral, e 47% entre os jovens (CASTELLS, 2013). O desmonte das garantias do Estado de Bem-Estar Social avança, como principal agenda da União Europeia, Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional para os países em crise e implementada pelo governo do Partido Socialista. Além das grandes parcelas da juventude desempregadas ou empurradas para postos de trabalho precários e informais, há retirada de direitos trabalhistas e previdenciários e um contingente imenso de indivíduos endividados, sobretudo com o setor imobiliário. Cenas de despejos de idosos

e famílias inteiras passam a ser cotidianas em todo o país, tornando-se um dos principais símbolos das faces desumanas de um sistema em crise e passando a ser constantemente denunciadas pela população. Havia manifestações em frente às casas em que se realizariam os despejos para tentar impedi-los e produziam-se vídeos que viralizaram em todo o mundo diversas vezes.

Em entrevista concedida no Brasil a Luís Eduardo Gomes, do portal Sul21⁴⁰, Toret aponta que as consequências da crise já geravam um clima de agitação política na Espanha desde 2008, que era fortemente acompanhado por uma efervescência das redes como espaço do debate e ação política. Um dos elementos que determinam esse processo é a mobilização contra a Lei Sinde, aprovada pelo governo, que restringiu e controlou os downloads de conteúdo na internet e foi denunciada por ativistas como uma forma de censura aos usuários e um ataque à liberdade da rede. É nesse contexto que nasce a plataforma que originou o Democracia Real Ya, sendo formada, segundo Castells (2013), por muitos dos que estiveram na organização da campanha contra a Lei Sinde, e também ativistas antigos dos movimentos por justiça global e movimentos mais recentes, surgidos das mobilizações europeias contra as medidas adotadas em resposta à crise (como o Estado del Malestar, Juventud Sin Futuro, Juventud en Acción e Plataforma de Afectados por la Hipoteca).

Inicialmente, criou-se no Facebook um grupo para juntar os ativistas e movimentos, chamado “Plataforma de Coordenação de Grupos Pró-Mobilização Cidadã”. Depois de pouco tempo, a partir desse primeiro grupo surge o Democracia Real Ya, criado como um “grupo de debate e ação no Facebook” (CASTELLS, 2013, P. 91). O exemplo da mobilização nos países árabes era muito presente, assim como o do, menos comentado no Brasil, processo islandês. Na Islândia, entre 2008 e 2009 uma

⁴⁰ www.sul21.com.br

grande mobilização popular enfrentou o poderio dos principais bancos do país e do governo a eles associado, impedindo as tradicionais medidas de salvação do sistema financeiro em crise através do corte de direitos e forçando a realização de eleições antecipadas, nas quais os partidos conservadores – que se alternavam no governo do país desde 1927 – foram derrotados. O novo governo rejeitou a agenda de corte de direitos e conduziu um processo constituinte do qual participaram representantes eleitos em votações abertas, o que fez de todo o processo islandês uma referência, principalmente na Europa e notadamente na Espanha, para a mobilização popular diante da crise.

Algumas das palavras de ordem adotadas nas mobilizações em todo o mundo em 2011 são ilustrativas desse processo de referenciação: segundo Castells (idem, p. 27), na primeira manifestação na Tahrir, no Cairo, os manifestantes gritavam “A Tunísia é a solução!”, uma modificação do ditado religioso “O islã é a solução!”, muito presente nas mobilizações dos anos anteriores nos países árabes. Na Espanha, quando as ocupações de praças se alastraram pelo país, a palavra de ordem virou “A Islândia é a solução!” Nos Estados Unidos, como discutiremos adiante, um dos primeiros acampamentos em Wall Street foi nomeado de Praça Tahir, assim como a ocupação da Praça Catalunya, em Barcelona.

Assim, diante do clima de mobilização popular e diretamente inspirado pelos processos desenvolvidos no norte da África e na Islândia, explodem as manifestações na Espanha. O grupo de Facebook Democracia Real Ya cria outros canais de comunicação, como blog, lista de e-mails e um fórum de debates online, mas segundo Javier Toret, na mesma entrevista a Amalia Cardenas, o DRY funcionava muito mais como um “conglomerado de blogs”: “A campanha era anônima, o Democracia Real Ya não era nada. Era um conglomerado de blogs, diferentes grupos, algumas pessoas vindas da Lei

Sinde ou do Nolesvotes. Democracia Real era um rótulo sem nada por trás, não havia pessoas para apoiá-lo” (TORET, apud CASTELLS, 2013, p. 91). A fala de Toret reforça o caráter espontâneo, descentralizado e horizontal da iniciativa, em uma leitura muito semelhante à identificada nos depoimentos analisados anteriormente, sobre os eventos na Tunísia e no Egito.

Com o avançar das discussões, os participantes do grupo decidiram chamar uma manifestação de rua, diretamente inspirados pelas mobilizações nos países árabes. No dia 2 de março, é lançado o *Manifiesto Democracia Real Ya*, chamando a população para os atos no dia 15 de maio. O seu conteúdo expressa centralmente a crítica à ordem política e econômica como algo que se opõe ao desenvolvimento e à garantia das condições de vida da humanidade em benefício de uma minoria representada pelos bancos, empresários e governos. Enfatiza que aqueles que o escrevem são “pessoas comuns, como vocês”, dirigindo-se aos leitores de maneira simples e com um tom que busca a empatia e identificação. Não apresenta uma proposta estratégica de organização e produção da vida que possa substituir a ordem estabelecida, ao mesmo tempo em que aponta a necessidade de sua superação definitiva para a conquista da chamada “democracia real”. Defende eixos gerais que devem ser prioritários em qualquer sociedade, como a igualdade, o progresso, a solidariedade, o livre acesso à cultura, a sustentabilidade ecológica e o desenvolvimento, bem-estar e felicidade das pessoas, apontando como direitos básicos que devem ser garantidos nessas sociedades o direito à moradia, trabalho, cultura, saúde, educação, participação política, livre desenvolvimento pessoal e o direito ao consumo dos bens necessários para uma vida saudável e feliz. O manifesto afirma, depois, que o atual funcionamento do sistema econômico e governamental não atende a essas prioridades e é um obstáculo para o progresso da humanidade.

A crítica ao regime instituído baseia-se no entendimento de que ele rompe o princípio fundamental da democracia, que, por definição, deve ser um governo do povo. A identificação é de que a maior parte da classe política não escuta o povo – enquanto suas funções deveriam ser de levar a voz do povo às instituições e promover a participação política cidadã – e atua em benefício dos grandes poderes econômicos, agarrando-se ao poder através de uma ditadura encabeçada “pelas imóveis siglas do PPSOE”. Essa sigla representa a junção dos partidos PP e PSOE, que se alternam nos governos e representam um sistema ‘bipartidário’ identificado com a ordem política e econômica estabelecida.

A identificação central da origem das desigualdades em um sistema que privilegia as necessidades dos grandes grupos econômicos e, para isso, produz pobreza e miséria à maioria da população fica clara: “A vontade e o propósito do sistema é a acumulação de dinheiro, priorizando-a em relação ao bem-estar da sociedade. Dissolvendo recursos, destruindo o planeta, gerando desemprego e consumidores infelizes”. O manifesto, seguindo o princípio de identificar as minorias beneficiadas e as massas precarizadas, destaca que os cidadãos (não se usa o termo ‘trabalhadores’ em momento algum e o léxico baseado nas noções de cidadania e democracia é bastante presente) são “parte da engrenagem de uma máquina destinada a enriquecer uma minoria que não sabe nem de nossas necessidades”, são “anônimos, mas sem nós nada disso existiria, pois somos nós que movemos o mundo”.

O final do manifesto é também emblemático em relação à discussão que apresentamos no tópico anterior, ao expressar os limites estratégicos e a contradição de um movimento que questiona as consequências e a aparência da estrutura do sistema capitalista, mas não identifica a própria estrutura como objeto de questionamento e transformação política. A defesa mais ampla que se faz é por uma “Revolução Ética”,

que supere a lógica que colocou o dinheiro acima do ser humano e ponha o dinheiro a serviço da humanidade: “Somos pessoas, e não produtos do mercado. Não sou somente o que compro, por que compro e de quem compro”, diz o texto, intitulado “Democracia Real Ya! Ocupe as ruas. Não somos mercadorias nas mãos de políticos e banqueiros!”.

A manifestação do 15-M em Madri reuniu 50 mil pessoas (CASTELLS, 2013, p. 92), e, após o seu encerramento, um grupo de pessoas decidiu passar a noite ocupando a Praça Puerta del Sol, manifestando-se e debatendo política entre si. A polícia interveio e reprimiu com violência a ocupação, enquanto os manifestantes filmavam e transmitiam ao vivo a ação policial. Os vídeos com as cenas de violência e repressão ao movimento viralizaram na internet já naquela noite, o que, segundo Toret, em muito se explica justamente pela existência de uma rede prévia de mobilização através da internet. Na citada entrevista ao portal Sul 21, Toret conta que grande parte dos que haviam participado dos protestos em Madri e também em Barcelona e outras cidades estavam buscando informações e acompanhando a repercussão das manifestações pelos canais criados pelos próprios manifestantes. Assim, quando a ação policial começou, já havia pessoas em todo o país online acompanhando e prontas para repercutir as denúncias, feitas da Puerta del Sol especialmente através de streamings de vídeo e do Twitter. Segundo Castells, as manifestações do dia 15-M também foram expressivas em Barcelona, com 20 mil pessoas, e Valência, com 10 mil.

A partir da repercussão das manifestações e da denúncia à repressão policial em Madri, foram convocados novos protestos para o dia seguinte. Em Barcelona, a Praça Catalunya foi ocupada na noite do dia 16 de maio e, a partir daí, o processo expandiu-se com as acampadas pelo país, em mais de cem cidades espanholas, e também para outros países (segundo Castells, foram 800 cidades em todo o mundo). No entanto, naquele mês de maio, a reverberação nos Estados Unidos ainda foi bastante limitada, e somente

em setembro o movimento Occupy Wall Street , constituído em bases bastante similares às do processo espanhol, explodiria em todo o país.

Os acampamentos e manifestações na Espanha se estenderam até julho, quando, no dia 23, um grande ato ocorreu em Madri com manifestantes que marcharam de todo o país e convergiram na Puerta del Sol. Depois disso, os acampamentos se desfizeram em diferentes ritmos. O processo de mobilização continuou, tendo como ponto alto a convocação, por ativistas de Barcelona, de um dia mundial de manifestações para outubro, o 15-O, que juntou 500 mil pessoas em Madri e 400 mil em Barcelona, ocorrendo em 951 cidades de 82 diferentes países (CASTELLS, 2013, p. 94).

A postura dos meios de comunicação hegemônicos foi ignorar todo o processo de convocação da primeira manifestação e pouco repercutir o próprio dia do 15-M, assim como os primeiros dias de ocupação nas principais cidades do país, em um tratamento bastante semelhante ao destinado pelos meios tradicionais às mobilizações na Tunísia e no Egito. As formas de comunicação e mobilização on-line, com conteúdo produzido pelos próprios indivíduos e movimentos, já bastante ativas antes do 15-M, se intensificam e ampliam.

A página do DRY passou a produzir muitas informações e, além da utilização das redes sociais, sobretudo Facebook e Twitter, ocuparam papel central nesse contexto também os diversos canais de transmissão ao vivo dos protestos na internet, método que se difundiu notadamente na Espanha. Através de plataformas como *livestreams* e *twitcastings*, a captura de imagens por câmeras ou aparelhos de telefone celular conectados à internet é veiculada ao vivo por sites na internet. Os dados são enviados por ‘pacotes’ multimídia e podem ser acessados através dos sites tanto via web como por aparelhos móveis. Difundiram-se, assim, canais de transmissão ao vivo dos protestos, em sua maioria veiculados através das redes sociais. Os sites transmissores

muitas vezes se transformaram em portais mais amplos de informações, que remetiam para outras produções, especialmente audiovisuais, veiculadas em plataformas para divulgação de vídeos gravados, como Youtube e Vimeo.

Foi o caso do portal Sol TV⁴¹, que, além de divulgar canais de transmissão ao vivo dos protestos na Praça Puerta Del Sol, em Madrid, aglutinou em contas próprias no Youtube e Vimeo uma série de vídeos mais elaborados, com entrevistas, narrações e outros, produzidos durante a ocupação. Na descrição do portal, destaca-se que, durante a ocupação da Puerta del Sol, o portal transmitiu ao vivo por 136 horas ininterruptas e contou com 10 milhões de visitas no total. A convergência das diversas mídias multiplicou a divulgação dessas plataformas de transmissão ao vivo, até então muito restritas aos militantes da área da comunicação e produtores de audiovisual e pouco usadas no cotidiano da população. As redes sociais, especialmente Facebook e Twitter, divulgavam os links dos canais e suas transmissões, o que permitia que as transmissões pudessem ser acompanhadas, além de diretamente pelos sites, também através das redes sociais.

Uma das principais páginas no Facebook, *Spanish Revolution*, que aglutina mais de um milhão de pessoas, divulgava diretamente diversos canais de transmissão ao vivo em maio de 2011. No Facebook e em diversos sites e blogs, as *hashtags* do Twitter *#spanishrevolution* *#acampadasol* passaram a ser identificadas como ‘convocadoras oficiais’ dos acampamentos de praça do dia 15 de maio em todo o país. Assim, o “Movimento 15-M”, ou “Movimento dos Indignados”, passou a ser identificado como um processo de ocupação coletiva de praças convocado pelo Twitter com o uso daquelas marcas de identificação. O site *Toma la Plaza*⁴², vinculado como o site oficial da página de Facebook *Spanish Revolution*, reúne notícias sobre acampamentos de

⁴¹ <http://www.soltv.tv/soltv2/index.html>

⁴² <http://tomalaplaza.net/>

praças em toda a Espanha e em alguns outros países, cataloga as mobilizações por locais e direciona, por links, para suas páginas específicas. Com grande visibilidade, conta com a divulgação da que é umas das principais páginas no Facebook relacionadas à mobilização espanhola e aparece, assim, como uma referência do processo de lutas.

É interessante destacar, no entanto, que essa página e o site que a corresponde como uma espécie de ‘central das ocupações de praças’ não fazem qualquer referência ao DRY. Enquanto a página *Spanish Revolution* descreve-se como o instrumento de divulgação de um conjunto difuso de indivíduos, plural, apartidário, que não representa nenhuma associação e resulta apenas da disposição de continuar em luta daqueles que participaram dos primeiros protestos em maio de 2011, o DRY se desenvolve e passa a se apresentar como um grupo, com identidade política e propostas coletivas. A recusa à organização partidária e o reconhecimento de sua composição plural também aparecem, mas a noção de que se trata de uma forma de um movimento político, uma associação, é determinante.

A página do DRY no Facebook agrupa, hoje, mais de 500 mil pessoas. No Twitter, o seu perfil tem mais de 240 mil seguidores. O seu principal instrumento aglutinador segue sendo o *Manifiesto* convocador do 15-M, que hoje tem mais de 70 mil assinaturas. O seu site⁴³, inclusive, reforça seu caráter plural e se propõe a aglutinar e divulgar as plataformas de outros grupos e associações, ao mesmo tempo em que solicita que esses grupos se somem, assinem e divulguem o seu manifesto. O manifesto, que continua ocupando posição de destaque no site, está traduzido em diversas línguas e segue coletando assinaturas online. Destacamos a importância destinada à divulgação e mobilização pela internet que pode ser identificada aí: o manifesto e a coleta de assinaturas online acabaram se tornando um ‘espaço’ aglutinador, mobilizador e mesmo

⁴³ <http://www.democraciarealya.es>

formulador da identidade política, com os potenciais e limites que isso traz para a política concreta.

Alguns dados coletados por Castells podem ser úteis para a elaboração de uma caracterização do impacto do movimento na consciência da população espanhola. Catalogando diferentes pesquisas sobre a recepção e percepção dos movimentos, o pesquisador aponta que o nível de apoio da população ao 15-M foi de no mínimo 70%, tendo chegado, de acordo com os dados obtidos pela pesquisa da Cocktail Analysis, a 88%. Os dados obtidos pela Simple Lógica em duas diferentes perguntas são reveladores: à pergunta “Você concorda com as ideias defendidas pelo movimento?”, 72% responderam concordar, 10% não concordar nem discordar e outros 10% discordar; e à pergunta “Em que medida você acha que o movimento vai ajudar a melhorar as coisas na Espanha?”, 12% responderam “muito”, 27% disseram “um pouco” e a maioria, 53%, disse “nada”, indicando ao mesmo tempo um apoio político significativo às mobilizações e um descrédito quanto à sua efetividade.

Na entrevista concedida ao Sul 21, Javier Toret avalia que, através desse processo de “retroalimentação entre rede e rua”, tenham participado de alguma forma dos protestos na Espanha cerca de 8,5 milhões de pessoas. Na avaliação do ciberativista, o processo determinou uma “mudança da cultura política” do país, influenciando inclusive a criação de novas organizações e alguns partidos políticos que tentaram expressar o novo momento também na política institucional. O principal deles, como sabido, é o Podemos, fundado em 2014 e que, quatro meses após a sua fundação, disputou as eleições europeias, obtendo cinco entre as 54 cadeiras do parlamento. Antes dele, também buscando expressar um legado político do 15-M, surgiu o Partido X, mais identificado com o ciberativismo e com as experiências dos Partidos Piratas europeus; e

depois, a partir de alguns dos movimentos que participaram das manifestações em Barcelona, o Guanyem (que significa Ganhamos, em catalão).

Sobre o papel da comunicação e das redes no processo de mobilização, a entrevista concedida pelo ativista a Amalia Cardenas traz outros trechos bastante reveladores. Toret reafirma o fato de a mídia convencional ter inicialmente ignorado ou bloqueado as propostas apresentadas pelo movimento, o que o leva a crer que o 15-M constitui-se como um tipo de movimento “pós-mídia”, no sentido de ser marcado por uma “reapropriação tecnopolítica de ferramentas, tecnologias e veículos de participação hoje existentes” (TORET, apud CASTELLS, 2013, p. 98). Ele destaca que a produção de comunicação própria pelos movimentos e indivíduos se fez a partir de palavras de ordem que tinham capacidade de viralizar por produzirem identificação entre as pessoas, gerando-se assim conteúdos que se espalhavam rapidamente por serem “anônimos e razoáveis”, e não eram produzidos por grupos com orientações políticas de esquerda e “ideologias”. Esse processo, para ele, teria marcado uma capacidade de superação da mídia tradicional, configurando uma dinâmica em que cada um poderia ser “a sua própria mídia”.

Nota-se, como eixo definidor, a valorização do elemento espontâneo, sem hierarquização por um projeto político definido, e da “pluralidade” daí decorrente, formando um conteúdo que é celebrado por ser produzido de maneira descentralizada e a partir dos indivíduos e suas vivências imediatas. Novamente, aqui, reaparecem muitos dos elementos destacados e discutidos em relação às experiências dos países árabes. Citaremos alguns trechos da entrevista, que, apesar de extensos para uma citação, nos parecem significativos e bastantes ilustrativos dessa compreensão a que nos referimos, assim como dos usos da comunicação pelos movimentos e sua relação com a mídia hegemônica :

“Em Barcelona havia apenas um órgão da mídia na coletiva de imprensa que organizamos sobre as manifestações do 15-M, a BTV. Todos os outros sabiam que as manifestações do 15-M iriam acontecer. Tínhamos escrito para eles, tudo fora anunciado via Twitter, Facebook, listas de e-mails... Mas nenhum apareceu. As estações de TV nos ignoraram totalmente, da mesma forma que os jornais. Houve jornalistas que acompanharam o movimento, por exemplo, Lali Sandiumenge, que tem um blog no La Vanguardia. Mas, em geral, a mídia convencional ignorou ou bloqueou a proposta que apresentamos... O que isso mostra é um tipo de movimento pós-mídia. [...] Há um monte de pessoas nesses veículos [os novos, independentes]. É uma campanha online viral suficientemente aberta para que qualquer um se envolva e participe... Para que uma coisa seja viral online, para que seja mimética, os slogans devem reverberar. Por exemplo, ‘Não somos mercadorias nas mãos dos banqueiros’. Isso reverberou e circulou. Era algo que tinha a ver com todo mundo. Pessoas criaram vídeos e todos os tipos de signos com esses slogans. Os primeiros deles tiveram ampla circulação por serem anônimos e razoáveis. Não vinham de um grupo de orientação esquerdista com determinadas ideologias. Tinham apenas uma capacidade viral que era mimética, além da capacidade de usar ferramentas 2.0. Isso fez com que cada um fosse sua própria mídia. Também fez com que milhares de pessoas fossem seus próprios distribuidores de mídia. Por isso, esse é um movimento pós-mídia. Tem a capacidade de superar a mídia e criar um evento, e comunicar esse evento... Alguns órgãos de mídia têm usado o tuíte ou o que se diz na página do Facebook do Acampadasol ou do DRY para informar o público. O motivo pode ser que, com um movimento em rede, sem líderes, fica difícil para a mídia relatar o que está ocorrendo. A mídia inicialmente ignorou o movimento, mas, quando todas as praças da Espanha estavam cheias de gente, eles não tiveram escolha senão explicar o que estava ocorrendo... Criaram-se muitos espaços que funcionaram como órgãos de mídia; havia, por exemplo, uma série de blogs pessoais que fazia uma boa cobertura do movimento. Tornamo-nos coletivo com a capacidade de falar cada um por si, sem os filtros da mídia. [...] Havia muita autonomia para cada pessoa dizer o que pensava e sentia. O movimento 15-M posicionou-se contra a existência de intermediários, fossem esses políticos, midiáticos ou culturais. Ele atacava diretamente a ideia de que alguém tem que fazer as coisas por mim. Essa é uma mudança de paradigma na relação entre cidadão e governos, sindicatos, órgãos de mídia... [...] Em 2001, quando criamos o Indymedia, tínhamos um ditado: ‘Não odeie a mídia, torne-se ela’. Isso é o que o 15-M mostrou. Quando as pessoas se reúnem, tornam-se mais poderosas que qualquer outro órgão de mídia. Por exemplo, no dia 27 de maio, quando nos atacaram na praça Catalunya, o movimento tinha uma incrível capacidade de comunicar o que estava ocorrendo... Todos tornaram-se repórteres, ainda que por alguns instantes. Todos foram, em algum momento, a fonte primária das notícias. Quando você tem um monte de gente enviando notícias, há um relato coletivo do que está acontecendo. As pessoas podem acompanhar os acontecimentos via streaming, online, pela TV, ao vivo. As pessoas que estavam lá tuitavam “Venha nos ajudar”, e as pessoas iam. Isso permitiu captar

coisas de um veículo digital, fosse em suas casas ou por meio de telefones celulares, e ser capaz de se movimentar pela cidade”. (TORET, apud CASTELLS, 2013, p. 100).

O sentido geral, como já sinalizado, reforça a identificação de que a produção de comunicação dos movimentos é tão mais valiosa quanto mais imediata e mesmo quanto mais individual for, remetendo indiretamente a uma certa noção de “pureza” na produção de comunicação. O questionamento à representação não é direcionado apenas às formas tradicionais, autoritárias e supressivas da representação, mas a toda forma de discurso que seja diferente do método pelo qual “cada um fala por si, ninguém fala por ninguém”. O melhor conteúdo, dessa forma, é aquele produzido diretamente, imediatamente e sem filtros, o que, em última instância, se torna um obstáculo para qualquer produção de sentido que seja coletiva, como uma síntese superadora de subjetividades diversas e não apenas uma soma linear de individualidades e que, justamente por isso, jamais pode ser idêntica a qualquer fala individual de alguma pessoa. Essa lógica nos permite, ainda, indagar se, afinal, a forma da mobilização e comunicação em rede seria, em si, incompatível com qualquer projeto político coletivo que se parametre por uma dimensão estratégica, já que se orienta exclusivamente por discursos e elaborações de sentido individuais.

A mesma supervalorização do elemento imediato e espontâneo parece se expressar no entendimento de que as mobilizações e seu crescimento ocorreriam como uma resposta aos “chamados” dos manifestantes e como um resultado do acesso à informação em si mesmo, num código bastante semelhante ao que identificamos nas leituras elaboradas pelos ciberativistas tunisianos. A ideia de que “saber o que está acontecendo” não é apenas importante, mas quase que exclusivo para a detonação ou estímulo à ação política ignora, como discutimos, as mediações que mais complexamente concorrem nos processos de formação da consciência.

Outro elemento que queremos destacar é a compreensão que se expressa sobre a mídia hegemônica e sua forma de tratamento, aproximação ou distanciamento dos movimentos. A denúncia ao bloqueio imposto pela mídia no início do movimento nos parece insuficiente por não colocar em questão os interesses envolvidos e o comprometimento estrutural da grande mídia com as necessidades do sistema, já que no trecho destacado o ativista sinaliza que, após o movimento tornar-se realidade, os grandes meios precisaram passar a cobri-los e “contar o que estava acontecendo”. O questionamento sobre como essa cobertura pode ser parte de uma disputa política, o sentido do conteúdo produzido pelos grandes meios e sobre como se insere nas disputas pela formação da consciência não parece ser relevante.

Ajudam-nos a pensar sobre esses elementos referentes ao papel e ao sentido da cobertura da mídia hegemônica ao 15-M as reflexões elaboradas por Juan Ibarrodo⁴⁴, escritor e jornalista espanhol, publicadas em 14 de julho de 2011. Ibarrodo escreve, portanto, ainda durante o período em que as ocupações se realizavam por toda a Espanha, no contexto de preparação do grande ato nacional do dia 23 de julho em Madri e, ao mesmo tempo, já com alguma observação temporal possibilitada pelos dois meses que o separavam do início dos protestos. O escritor destaca exatamente os mecanismos de alteração do tratamento midiático hegemônico ao movimento, que se encaixam bastante nos padrões identificados em relação à experiência árabe e caminham no sentido de uma cobertura das manifestações que se faz com uma agenda política de disputa e significação do processo.

Ele descreve um tratamento que transita de uma tentativa de instrumentalização dos movimentos em favor de interesses específicos dos grupos dominantes em suas disputas internas a, em um segundo momento, uma postura de disputa do significado

⁴⁴ Ibarrodo, 2011.

político do processo através de uma combinação entre positivação e criminalização dos manifestantes. Os mecanismos por ele identificados são bastante próximos aos já discutidos anteriormente, sendo a principal diferença observada o fato de Ibarrodo não destacar uma primeira postura de bloqueio, em que os meios hegemônicos tenham ignorado as manifestações.

O escritor já elabora sua análise partindo da presença massiva das mobilizações na pauta dos grandes meios, identificando aí as mudanças de tom e seus sentidos políticos. Ele compara o comportamento dos grupos dominantes – bancos, corporações transnacionais, grupos empresariais de comunicação, grandes partidos políticos e sindicatos, burocracias governamentais, tecnocracias europeias – a um “vespeiro” e chama atenção para o fato de que, mesmo respondendo a uma mesma lógica de acumulação de capital e poder, em períodos de estabilidade o seu discurso não é unitário e expressa, pelo contrário, as suas disputas internas. Ele compreende, assim, as informações produzidas e transmitidas pelos grandes meios de comunicação como uma “expressão narrativa” dessa disputa desordenada no “vespeiro”.

É a partir daí que o escritor situa um primeiro momento da cobertura midiática ao movimento, identificando que, de saída, a grande mídia buscou utilizar os protestos para seus interesses e disputas internas, tentando desgastar grupos concorrentes: “Naquele momento, não os preocupava muito, pois consideravam Os Indignados como um grupo de jovens ingênuos e idealistas, que de modo algum colocavam em perigo seus interesses” (IBARRONDO, 2011, tradução nossa do original em espanhol), analisa, destacando elementos aos quais nos referimos no primeiro capítulo, a partir das reflexões de Vladimir Safatle, e que dão conta de uma cobertura midiática que trata os manifestantes como caricaturas, “sonhadores vazios”. Nesse caso, por não representarem uma real força política, os manifestantes não seriam motivo de

preocupação aos grupos dominantes e poderiam ser facilmente instrumentalizados, por não ameaçarem a ordem estabelecida.

Ibarrondo identifica que esse movimento marcado por uma primeira cobertura massiva dificultou aos grandes meios que simplesmente retirassem da pauta os movimentos quando esses se fortaleceram e já não pareciam tão inofensivos assim. A análise do escritor credita a uma disputa pela audiência o fato de os grandes meios serem obrigados a continuar com a cobertura, o que nos parece uma percepção limitada por não levar em conta a necessidade de uma autolegitimação e da construção de uma coerência interna ao modo de produção de sentido dos grandes meios. A noção de uma “credibilidade” jornalística, por mais que a cobertura seja caricatural e limitada pelos interesses dominantes, não nos parece menos importante no processo de valorização do jornalismo como mercadoria na lógica dos meios comerciais.

De todo modo, o destaque de Ibarrondo à extensa cobertura das manifestações feita, por exemplo, por um canal de televisão comercial como o Intereconomía Televisión nos parece um dado bastante significativo, por mais que acreditemos que não seja plenamente explicado por uma disputa por audiência. Ele aponta, inclusive, que a cobertura do canal se fez muitas vezes pretendendo desqualificar o movimento, indicando, já aí, uma disputa política sobre o sentido daquele processo, e destaca que todos os grandes meios dedicavam muita atenção aos movimentos e suas pautas naquele momento.

A principal contribuição da análise de Ibarrondo, acreditamos, está na percepção de que, naquele momento das mobilizações, em que essas se radicalizavam, a batalha midiática atingia um ponto crucial de inflexão: Os Indignados já não eram meros “jovens sonhadores” e podiam por em risco as estruturas dominantes, o que exigia uma disputa incisiva por seu sentido que se operava através de uma divisão entre “os bons e

maus manifestantes”. Uma cobertura ao mesmo tempo elogiosa, daquilo que se queria estabelecer como o sentido político dos protestos, e criminalizatória, daquilo que se queria combater e obstaculizar: mais um dos procedimentos-padrão da cobertura midiática hegemônica às mobilizações sociais identificados anteriormente e que, como discutiremos a seguir, se consolidou como um dos principais mecanismos da cobertura ao processo desenvolvido no Brasil em 2013. Diz Ibarrondo:

“Neste momento, vivemos em uma situação crucial, posto que o movimento se radicaliza – no melhor sentido da palavra – e avança posições em suas reivindicações e na contundência de seus protestos. [...] Os Indignados já não são esses bons jovens, um pouco exaltados, mas perfeitamente incorporáveis e dirigíveis. Já serão superados, pensaram, mas longe de se desmobilizar, o movimento soma novas incorporações de pessoas com experiência em movimentos sociais e dissidências várias, algo que, se por um lado, provoca atritos dentro dele, o faz também mais forte e, sobretudo, infinitamente mais perigoso. Os meios reagem então com a velha tática do “dividir para conquistar”, tratando de nos vender a ideia dos indignados bons e indignados maus. A linha editorial do jornal El País é um bom exemplo disso. Se criminaliza a parte má do movimento e a acusa de desvirtuar os legítimos fins dos indignados ‘autênticos’”. (IBARRONDO, 2011, tradução nossa do espanhol)

O jornalista faz ainda uma análise sobre a gravidade de uma parte do movimento incorporar essa leitura, comentando sobre o quanto se tornou corrente um discurso, entre os manifestantes, de condenar as violências “venham de onde vierem”, equiparando, assim, violências incomparáveis e ajudando os grandes meios a desgastarem o movimento. Esse comentário nos parece relevante por indicar uma penetração, mesmo que não generalizada, do sentido agendado pelos grandes meios na consciência daqueles que estavam envolvidos com os protestos, evidenciando o quanto o processo de formação de consciência, em geral, e de elaboração de significações políticas, em específico, são atravessados pela ideologia produzida e reproduzida pelos meios de comunicação dominantes, mesmo em um contexto de um movimento político que produz comunicação autônoma permanentemente e em grande quantidade.

Ibarrondo aponta ainda como, ao deslocar-se do centro do movimento para suas extremidades, o tratamento midiático divide, debilita e esvazia de conteúdo e continuidade o movimento, que fica limitado ao acontecimento imediato (que por sua vez é a matéria-prima do sistema de dominação pelo espetáculo). A identificação da limitação ao imediato como método próprio do espetáculo nos parece importante e permite uma aproximação da noção de fragmentação como método, próprio da lógica cultural pós-moderna, que desenvolvemos no Capítulo 1, aqui se expressando especificamente na produção de comunicação em sua lógica sistêmica e nos permitindo identificar sua expressão também na produção de comunicação pelos movimentos, quando essa se estrutura pela “apologia ao imediato” discutida em diversas passagens deste capítulo.

Passaremos agora à discussão da experiência estadunidense que, como dissemos, se desenvolve em bases bastante semelhantes às da espanhola e é fortemente influenciada por ela, apesar de não se instituir no lastro imediato das ocupações que ocorreram pelo mundo em maio a partir do 15-M. A primeira convocação ao protesto que constituiu o Movimento Occupy Wall Street nos Estados Unidos ocorreu em 13 de julho de 2011, para um ato de ocupação a ser realizado em 17 de setembro na região de Wall Street, e foi feita pela *Adbusters*⁴⁵, uma revista online de crítica cultural, sediada no Canadá, que se descreve como “uma rede formada por ativistas, escritores, artistas, designers, *hackers*, *tricksters*, poetas, filósofos e punks”.

Mas, em um contexto de descontentamento e politização crescentes, além desse chamado de 13 de julho de 2011, outros movimentos e convocações precederam as manifestações de 17 de setembro. Ainda em 2010, a rede de ativismo AapedStatus publicou um artigo usando a noção de “99%” para se referir à maioria da população

⁴⁵ <http://www.adbusters.org/>

prejudicada pelo sistema econômico e político regido pelos grandes bancos. A partir daí, originou-se um “movimento dos 99%” (noção que se tornou uma das principais identidades do movimento Occupy), que também pautava a ocupação de Wall Street. A plataforma online 99A, criada pelo AmpedStatus em conjunto com o conhecido grupo de ativismo digital Anonymous, chegou a convocar uma ocupação na região de Wall Street em 14 de junho de 2011, que não se concretizou. Antes disso, em março, o Anonymous havia chamado para um “Dia da Ira”, com o mote dos protestos ocorridos no início do ano nos países árabes, e um acampamento chamado Bloombergville organizou uma mobilização em Nova Iorque contra cortes orçamentários. Todas essas iniciativas chegaram a confluir para a constituição de uma Assembleia Geral da Cidade de Nova Iorque e formam um cenário prévio marcado pela mobilização política, a realização de assembleias de base, as ocupações de espaços públicos e o ativismo digital. (CASTELLS, 2013, p. 126).

Esses grupos e redes se somaram à convocação⁴⁶ feita por Kalle Lasn e Micah White, editores da Adbusters, que foi divulgada através da lista de e-mails da revista, destacava a *hashtag* #occupywallstreet e fazia uma referência direta ao processo egípcio, ao lançar a provocação “*Are you ready for a Tahrir moment?*” (“Você está pronto para um momento Tahrir?”). O e-mail original trazia em destaque a seguinte imagem:



(Adbusters, e-mail de convocação #occupywallstreet)

⁴⁶ <https://economicsociology.org/2014/12/27/the-original-email-that-started-occupy-wall-street/>

O texto abaixo da pergunta citada convoca: “Em 17 de setembro, invada Lower Manhattan, monte barracas, cozinhas, barricadas pacíficas e ocupe Wall Street”. O e-mail rapidamente se espalhou, especialmente a partir da divulgação feita pelo Anonymous. O texto da mensagem da *Adbusters*, disponível integralmente em sua versão original em inglês na referência indicada acima, é curto e direto, e nos parece relevante para nossa análise. Citamos aqui a mensagem a partir da versão traduzida por Castells. Como a tradução traz alguns trechos suprimidos, complementamos com tradução nossa a partir da versão original, incluindo aqueles que nos parecem relevantes:

“Está em curso neste momento uma revolucionária mudança mundial do ponto de vista tático que é um bom presságio para o futuro. [Há um] espírito nessa nova tática, uma fusão da praça Tahrir com as acampadas da Espanha. A beleza dessa nova fórmula é sua pragmática simplicidade: falamos uns com os outros em vários encontros físicos e em assembleias populares virtuais. Nós nos concentramos naquilo que será nossa única demanda, uma demanda capaz de estimular a imaginação e, se concretizada, impulsionar-nos rumo à **democracia radical do futuro**... E então nós saímos e tomamos uma praça de singular importância simbólica e nos arriscamos para fazer com que isso aconteça. Chegou a hora de empregar esse novo estratagema contra **a maior corruptora de nossa democracia: Wall Street, a Gomorra financeira da América**. No dia 17 de setembro, queremos ver 20 mil pessoas fluindo para Lower Manhattan, montando barracas, cozinhas, barricadas pacíficas e ocupando Wall Street por alguns meses. Uma vez lá, vamos repetir incessantemente uma só demanda numa pluralidade de vozes... Tahrir foi bem sucedida em grande parte porque o povo do Egito fez um ultimato direto – Mubarak deve cair – repetidamente até que ganhassem. Segundo esse modelo, qual é nossa demanda elementar? [É a que] atinge o cerne do motivo pelo qual o establishment político americano é atualmente indigno de ser chamado de democracia: exigimos que Barack Obama nomeie uma comissão presidencial com a tarefa de pôr fim à influência do dinheiro sobre nossos representantes em Washington. É hora de DEMOCRACIA, NÃO EMPRESARIOCRACIA. Sem isso, estamos condenados. Essa demanda parece captar o ânimo nacional neste momento, pois acabar com a corrupção em Washington é algo que todo americano, de direita ou de esquerda, anseia e apoia. Se nos mantivermos lá, 20 mil pessoas, semana após semana, contra todos os esforços da polícia e da Guarda Nacional para expulsar-nos de Wall Street, será impossível

que Obama nos ignore. Nosso governo seria forçado a escolher publicamente entre a vontade do povo e o lucro das corporações. Esse poderia ser o início de toda uma nova dinâmica social nos Estados Unidos, um passo além do Tea Party, na qual, em vez de sermos apanhados indefesos pela atual estrutura de poder, nós, o povo, começaremos a obter o que queremos, do desmonte de metade das mil bases militares americanas espalhadas pelo mundo à restauração da Lei Glass-Steagall ou à aplicação da lei dos três delitos para os criminosos do mundo empresarial. Iniciando com uma demanda simples – uma comissão presidencial para separar políticos do dinheiro –, começamos a estabelecer a agenda para um novo país. Poste um comentário para que ajudemos uns aos outros a nos concentrar no que será nossa demanda. E então, em 17 de setembro, vamos mostrar nossa bravura, empacotar nossas barracas e nos dirigir a Wall Street levando conosco nossa vingança.” (ADBUSTERS, apud CASTELLS, 2013, grifos originais e nossos).

A dimensão de uma “democracia radical” como modelo político e objetivo a ser seguido é bastante próxima da noção de “democracia real” que está na origem das convocações às mobilizações da Espanha, carregando também o mesmo grau de fluidez e indefinição quanto ao sentido e estruturação do modelo proposto. No entanto o alvo da mobilização, que na Espanha se expressava mais nos pacotes de retirada de direitos e na corrupção estatal, aparece aqui mais concentrado nos bancos e na influência predatória do sistema financeiro sobre as instituições da democracia dos EUA, o que obviamente está relacionado às especificidades da formação social estadunidense e aos contornos assumidos pelas consequências da crise no país.

A expressão da crise nos EUA esteve diretamente vinculada, como discutido no primeiro capítulo, à derrocada do sistema financeiro diante da emergência da disfuncionalidade da lógica do capital fictício. Como apontado, os segmentos que se movem pelo chamado à ocupação comportam, além de um setor de juventude precarizada e subempregada semelhante ao identificado na Espanha, também aqueles que foram descartados pela lógica do sistema, como veteranos de guerra; aqueles que, através de movimentos culturais e comportamentais, historicamente se opuseram à lógica dominante, como *hippies*; os mais “clássicos” críticos do sistema, como

sindicalistas e militantes de movimentos sociais organizados, profissionais liberais com menos espaço em um mercado em retração; pessoas e grupos envolvidos na campanha de Barack Obama à presidência, com seu discurso de mudança, e desiludidos com os ares de continuidade assumidos pela sua administração em todos os níveis; e muitos outros, que encontram seu ponto de unidade na crítica ao método de operação de um superpoderoso mercado financeiro.

Ainda é importante destacar, na convocatória, a direta referência aos processos dos países árabes e da Espanha, que, além da inspiração política, expressou também a disposição para o estabelecimento de um método de mobilização e reivindicação que se estruturasse a partir dos caminhos percorridos por aqueles manifestantes: o entendimento de que, para o movimento ser vitorioso, seria necessária a capacidade de síntese e unificação em torno a uma demanda concreta e simples. A reivindicação inicialmente formulada, apesar de específica, nos parece nada concreta ou objetiva; pelo contrário, se constituiu de maneira genérica e até mesmo “despolitizada”, no sentido de não se apoiar em demandas capazes de atingir o cerne das engrenagens do próprio sistema financeiro que se pretendia golpear. Mesmo sem levar em conta a limitação de uma crítica que se faça somente aos “exageros e ganância” dos bancos, descolando o sistema financeiro do conjunto do modo de produção, o próprio enfrentamento localizado aos bancos se torna pouco palpável sem a elaboração de reivindicações concretas acerca de seu funcionamento e sua relação com as instituições políticas.

É interessante notar que, junto a um discurso de inspiração autonomista, que valoriza a “pluralidade de vozes” e a fluidez ideológica (ao destacar que o movimento seria capaz de unir esquerda e direita, por exemplo), a reivindicação-síntese pretendida transfere o que se refere à formulação política e ao novo projeto a ser instituído nesse primeiro momento à representação oficial: seria a comissão presidencial, afinal, que

traduziria em política o sentido de “pôr fim à influência do dinheiro sobre nossos representantes em Washington”, ou “separar os políticos do dinheiro”. Ao mesmo tempo, cabe ressaltar, o texto aponta que a construção da reivindicação unificadora estaria em aberto, a ser debatida pelo movimento, e reforça, em algumas de suas passagens, um tom mais capaz de identificar os interesses em disputa ao situar a polarização entre “o povo” e “as corporações”.

No dia 17 de setembro, a manifestação para a ocupação em Wall Street reuniu cerca de cinco mil pessoas, segundo a Adbusters⁴⁷, que montaram suas barracas no Zuccotti Park. Os dias seguintes foram marcados por forte repressão policial aos protestos e manifestações que começaram a se espalhar em Nova Iorque, com as ações repressivas sempre filmadas e denunciadas online pelos manifestantes. Da mesma forma que na Tunísia, no Egito e na Espanha, a denúncia da violência policial e sua rápida difusão pela internet conseguiram atingir um número maior de pessoas, que a partir daí passaram a ser mais simpáticas e solidárias ao movimento. Já no dia 27 de setembro, ocorre uma assembleia na praça ocupada que conta com a presença de duas mil pessoas (CASTELLS, 2013). Algumas organizações sindicais de trabalhadores decidem aderir ao movimento. Dois dias depois, em 29 de setembro, uma nova assembleia aprova o Manifesto⁴⁸ do Movimento Occupy.

O texto também expressa de maneira definitiva algumas das questões anteriormente discutidas, tanto do ponto de vista da forma, com a valorização do método de assembleia e organização direta para a definição de seu conteúdo, a centralidade da divulgação e difusão pela internet, com coleta de assinaturas online etc., como do ponto de vista do conteúdo, orientado pelo eixo organizador das maiorias precarizadas e indignadas com o sistema político e econômico que beneficia uma

⁴⁷ <http://www.adbusters.org/action/occupywallstreet/a-tahrir-moment-on-wall-street/>

⁴⁸ <http://www.declarationproject.org/?p=166>

minoria cada vez mais estreita e não representa o princípio democrático de um governo que atenda ao povo. Como procuramos demonstrar, nossa análise não dissocia as questões de ‘forma’ e ‘conteúdo’ das mobilizações. Buscamos sinalizar que a própria relação que os movimentos estabeleceram com a comunicação durante seus processos de mobilização e formulação diz respeito ao conteúdo de suas proposições, sua identificação política e as formas de consciência que expressam.

A declaração do Occupy de Nova Iorque, em que pese a diferença em relação ao Manifesto DRY de não ter sido um instrumento de convocação aos grandes protestos e sim fruto direto da ocupação, tem identidades explícitas com o processo de lutas espanhol. A crítica a uma democracia controlada pelo grande poder econômico, à qual se contrapõe a defesa de uma ‘democracia real’, é a mesma: “Como um povo, unido, nós reconhecemos a realidade: (...) que um governo democrático deriva seu poder apenas do povo, mas as empresas não pedem permissão para extrair riqueza do povo e da Terra, e que nenhuma democracia real é atingível quando o processo é determinado pelo poder econômico”. O manifesto segue destacando a contradição entre as condições de vida da maioria da população e os interesses da minoria representada pelas corporações e bancos, orientados pelo lucro. Essa oposição aparece sintetizada sob a forma de “lucro acima das pessoas, interesses privados acima da justiça, e opressão acima da igualdade”, e o manifesto reafirma o caráter pacífico da manifestação destacando que seu interesse é expor a verdade sobre essas contradições.

Vários itens são listados para dar visibilidade à situação, e sintomaticamente a questão da moradia, hipotecas não pagas e desapropriações indevidas é o primeiro deles. Em todas as denúncias, os responsáveis identificados são “eles”, a minoria, o 1% que controla o sistema. A lista de denúncias segue, assim, e os responsabiliza pela retirada dos créditos bancários dos contribuintes e a manutenção dos bônus financeiros às

corporações; pela discriminação no trabalho por idade, cor da pele, sexo, identidade de gênero e orientação sexual; pela monopolização do sistema agrícola e a oferta de alimentos envenenados por transgênicos; pelos lucros exorbitantes advindos da tortura de animais; pela tentativa permanente de tirar dos trabalhadores o direito de negociação e luta por melhores salários e condições de trabalho; pelo endividamento dos estudantes em troca do acesso à educação, que deveria ser um direito; **pelo uso da força militar e policial para impedir a liberdade de imprensa**; por continuar a determinar os rumos da política econômica, mesmo diante dos fracassos catastróficos de suas políticas; pela corrupção do sistema político com a doação de grandes quantias àqueles que têm o dever de fiscalizá-los; pelo bloqueio aos medicamentos genéricos e acessíveis, que poderiam salvar vidas, para proteger os investimentos da indústria farmacêutica e o lucro que geram; **pelo controle da mídia, que os permite manter as pessoas mal informadas e com medo**; pela perpetuação do colonialismo e participação na tortura e assassinatos de inocentes em todo o mundo; pela criação de armas de destruição em massa e muitos outros itens, que tratam ainda da terceirização no trabalho, da preservação do meio ambiente, dos derramamentos de petróleo, do controle das matrizes energéticas etc. No campo de todos os direitos, como moradia, trabalho, saúde, alimentação, educação e comunicação, aparecem as limitações e violações impostas “por eles”.

A página “oficial” do Occupy Wall Street no Facebook (por mais que o movimento resista a essa oficialização de seus veículos de comunicação), criada em 5 de julho de 2011, portanto ainda no contexto de preparação da convocação e antes mesmo da divulgação do e-mail da Adbusters, tem atualmente 48 mil curtidas, não tendo se estabelecido como a principal do movimento na rede. A própria página remete para outra, indicada como a maior, que foi criada em 17 setembro de 2011, o dia da

ocupação, e é acompanhada, hoje, por mais de 840 mil pessoas. A sua descrição é o próprio manifesto aprovado em assembleia, e funciona de maneira muito semelhante às páginas das mobilizações dos indignados espanhóis. Remete para canais de transmissão ao vivo, posts no Twitter, blogs e, como site oficial, ao endereço da página do Movimento Occupy⁴⁹.

Os posts de setembro de 2011, no começo das ocupações, fazem referências diretas às mobilizações árabes e europeias. O trecho inicial da convocação da Adbusters foi transformado no viral “*Is America Ripe for a Tahrir Moment?*”, postada diversas vezes no Twitter, Facebook e muitos blogs, que trazia os dizeres gravados sobre uma imagem de uma concentração de pessoas, sem rostos visíveis, com sapatos nas mãos (em referência ao ato típico de protestos e rechaço na cultura dos países árabes) em frente ao prédio da Bolsa de Valores de Nova Iorque, no qual está pendurada uma bandeira modificada dos EUA, com as marcas das grandes corporações no lugar das estrelas que originalmente a compõem.

Outro importante instrumento, muito divulgado através do Facebook e do Twitter, foi o *Tumblr* (uma espécie de blog com posts curtos que podem ser de textos, imagens, *gifs* animados ou vídeos) “*We are the 99%*”⁵⁰ (“Nós somos os 99%”). O tumblr foi criado em agosto de 2011 a partir de um cartaz levado à Assembleia Geral da Cidade de Nova Iorque, no contexto de mobilização descrito anteriormente e utilizando a noção lançada pelo artigo da AmpedStatus a que nos referimos. O cartaz foi postado no site oficial do Movimento Occupy no início de agosto, no período em que a convocação da ocupação de 17 de setembro já era bastante intensa e ampla, e partir daí o Tumblr foi formado com a intenção de contar as histórias e mostrar as diferentes faces “dos 99%”.

⁴⁹ <http://occupywallst.org/>

⁵⁰ <http://wearthe99percent.tumblr.com>

Sobretudo nos meses de setembro e outubro de 2011 (com mais intensidade, pois as páginas permanecem ativas até hoje), posts diários na página *Occupy Wall Street* no Facebook linkavam para o *tumblr*, que trazia fotos individuais amadoras, feitas em casa, de pessoas com pequenos textos escritos à mão sobre suas vidas e o porquê de fazerem parte dos 99%. Assim, cada foto trazia um componente da maioria e sua situação de vida. Fotos de jovens desempregados, de pessoas despejadas de suas casas, imigrantes vítimas de racismo e discriminação, idosos excluídos do sistema de saúde, chefes de família endividados com bancos, estudantes endividados com o sistema de ensino privado, veteranos de guerra inválidos e desassistidos, negros excluídos dos postos de trabalho, mulheres vítimas de violência sexual, crianças filhas de desempregados, despejados e sem acesso à educação e muitas outras aglutinavam-se conferindo rostos e histórias aos “anônimos”.

Todos os textos eram encerrados com a frase “Eu sou os 99%”, o que nos parece central como ferramenta de criação de identificação política e aglutinação sensível aos indivíduos. Se a identificação de uma estratégia política, como procuramos demonstrar na análise do manifesto do movimento, é vaga e difusa – ao mesmo tempo em que se reage de maneira unificada às mazelas da sociabilidade capitalista sentidas em vários aspectos da vida cotidiana – a identificação espontânea dos componentes dessa maioria como aqueles que expressam e cristalizam os resultados das opções feitas pelos controladores dessa forma de sociabilidade é gritante. E essa identificação, como procuramos demonstrar, ultrapassa fronteiras nacionais e se estende a “todas as pessoas que se sentem injustiçados pelas forças corporativas do mundo”, que são chamadas de aliados pelo manifesto do Occupy.

Em outubro de 2011, o movimento se expandiu, especialmente a partir de um novo momento de intensa repressão policial ocorrido no dia 1º. Uma manifestação que

ocorria na Ponte do Brooklyn com cerca de cinco mil pessoas foi cercada pela polícia e mais de setecentos foram detidos. Uma semana depois, mais de 15 mil pessoas participam de uma passeata convocada pelo Occupy e sindicatos que fluiu para a ocupação no Zuccotti Park. A manifestação teve grande repercussão, nacional e internacional, e a partir daí o movimento começou a explodir em várias cidades dos EUA. Descreve Castells:

“Chicago, Boston, Washington, São Francisco, Oakland, Los Angeles, Atlanta, Fort Lauderdale, Tampa, Houston, Austin, Filadélfia, Nova Orleans, Cleveland, Las Vegas, Jersey City, Hartford, Salt Lake City, Cincinnati, Seattle e até em frente à Casa Branca, assim como em inúmeros bairros e pequenas cidades por todo o país. (...) é segura a estimativa de que o número de manifestações nos Estados Unidos era superior a seiscentos” (CASTELLS, 2013, p. 127).

Segundo o site do Occupy, em post de 16 de outubro, os protestos chegavam a irromper em mil e quinhentas cidades em todo o mundo. “From Tahrir Square to Times Square” (“Da praça Tahrir à Times Square”), dizia a chamada do post, destacando o caráter global e articulado dos processos de mobilização. A repercussão das mobilizações abordou, com destaque, a produção de comunicação pelo movimento e seu uso das redes sociais na internet, atualizando constantemente os fluxos de informação no Twitter, Facebook, Tumblr, Youtube, Livestream e nos blogs associados ao movimento, nos EUA e no mundo. É bastante ilustrativa uma reportagem de rádio⁵¹ produzida em 19 de outubro pela Nacional Public Radio (NPR), dedicada exclusivamente à cobertura da equipe de mídia da ocupação no Zuccotti Park. A NPR é um veículo financiado com verbas públicas, privadas e através de doações, com titularidade do governo dos EUA, que produz conteúdo em rádio e os vende para mais de novecentas emissoras afiliadas no país, portanto, uma organização de mídia com relevância e abrangência.

⁵¹ <http://www.npr.org/2011/10/19/141510541/the-informal-media-team-behind-occupy-wall-street>

A reportagem *“The informal media team behind Occupy Wall Street”* (“A equipe de mídia informal por trás de Occupy Wall Street”) destaca a importância da utilização das redes sociais, como o Twitter, e também da plataforma de streaming de vídeo Livestream, para a organização do movimento. Ilustrando a formação de uma “ilha de comunicação” no Zuccotti Park tomado pela ocupação, na qual vários manifestantes se agrupam embaixo de lonas com seus computadores e equipamentos, a reportagem entrevista um jovem de 19 anos, Colin Laws, que vendeu seus jogos de videogame e sua televisão para ir do estado de Connecticut até Nova Iorque participar do movimento. Laws conta ter se interessado pelo movimento a partir do acompanhamento dos streamings, tendo por semanas assistido ao canal Global Revolution e se inspirado pela figura de Hero Vincent, um dos transmissores do canal que se tornou conhecido nas redes.

O tom da reportagem não chega a ser diretamente incriminador ou depreciativo, mas trata o movimento e os manifestantes com certa dose de ironia e descrédito. Um perfil de Hero Vincent o identifica como um “âncora” das transmissões ao vivo, destacando que esse não é um papel oficializado na equipe, já que não há qualquer formalidade na distribuição de funções e horários, e “o grupo de mídia do Occupy é tão solto como o próprio protesto”. “Vincent nunca quis ser um jornalista, se é isso que ele é”, diz outro trecho da locução, destacando que, para o ativista, a participação no movimento se tratava de protestar contra as condições de vida a que estava submetida a sua família, com membros desempregados e endividados, vitimados pelo sistema econômico.

A reportagem destaca que, no entanto, para outros integrantes da equipe de mídia do movimento, aquele é visto como um processo que pode lhes conferir alguma experiência para o começo de uma carreira na mídia. É o caso do próprio Laws, jovem

entrevistado no início da matéria, que relata que já estava se planejando para começar uma formação em jornalismo e ter considerado que a experiência no movimento poderia ser um início imediato. Há ainda o depoimento de Luke Richardson, um homem que trabalhava como garçom e, depois de quatro dias participando da ocupação e sua equipe de mídia, resolveu abandonar o emprego. “Eu estive pensando muito sobre isso: como posso usar isso de alguma forma para me sustentar, porque eu tenho contas a pagar, mas adoro isso e quero continuar fazendo isso [atuar na mídia]”, diz um trecho da entrevista do rapaz, antecedido pela locução que debocha ao apontar “não entraremos no mérito de quão irônico é parar de trabalhar para protestar contra o desemprego”. Esses elementos nos parecem relevantes por demonstrar os laços de envolvimento e disposição dos manifestantes com aquele processo, ao mesmo tempo em que indicam um processo ainda bastante individual em sua formação de consciência, em que a mediação com o movimento se faz a partir de planejamentos e anseios individuais que começam a dialogar com aquele espaço na constituição de suas expectativas de futuro e anseios mais gerais. Ao mesmo tempo, os elementos revelam um tratamento midiático que lhes nega esse direito à elaboração de expectativas para além do imediato, dado, e da combinação de seus anseios com os projetos coletivos, os reduzindo a um certo estereótipo de jovens ingênuos ou inconsequentes.

A *Columbia Journalism Review*, revista editada desde 1961 pela Columbia University Graduate School of Journalism que se dedica à análise, monitoramento e investigações sobre os bastidores da mídia publicou um artigo mais detalhado e com mais personagens sobre as estruturas de comunicação do Occupy Wall Street no Zuccotti Park, intitulado “Occupy Wall Street Media Team” e elaborado pela jornalista Alysia Santo. Em tom de relato pessoal, Santo conta o que observou em um dia acompanhando a equipe de mídia do movimento, em 5 de outubro de 2011, em que

houve uma passeata, descrevendo por ordem sequencial as pessoas que encontrou, as conversas que travou com elas e aquilo que observou nos diferentes “pontos de mídia” que visitou na ocupação e sua distribuição ao longo da marcha.

A jornalista destaca o conhecido caráter horizontal e descentralizado do movimento, que se expressa também na comunicação e, especialmente, na preocupação de não conferir caráter “oficial” às publicações. Ao mesmo tempo, observa cuidados tomados com a segurança – com a realização de reuniões fechadas pela equipe, em que sua presença não foi permitida – e uma atuação coordenada das equipes para a divisão de tarefas e distribuição de seus membros pelos principais pontos da praça. Ela se informa, também, sobre o jornal impresso que circulou em tiragens de milhares de exemplares e ganhou grande destaque na ocupação, o *The Occupy Wall Street Journal*, e é avisada de que a equipe de mídia não é responsável por ele, embora não consiga informações mais objetivas sobre a origem do material com os manifestantes. Posteriormente, apura que foi patrocinado por doações ao Kickstarter, uma plataforma de financiamento coletivo, e elaborado em colaboração com o Independent Media Center. Junto aos “últimos 70 mil exemplares” disponíveis, relata, há uma ficha de inscrição através da qual interessados podem se voluntariar para escrever na edição seguinte do jornal.

Outro ponto interessante é a conversa que Santo tem com Mark Bray, um doutorando em história europeia que se voluntariou para compor um setor de “relações públicas” do movimento, sendo um “porta-voz” e organizando a interlocução com a mídia. Esse setor atua de forma semiautônoma, não sendo parte do grupo de mídia responsável pela produção de conteúdo de comunicação do movimento. Bray destaca que sua contribuição é articular uma mensagem de Occupy, e não impedir que qualquer pessoa dê entrevistas ou fale sobre ele, justificando-se, a sua função, pelo tratamento

dos grandes meios de comunicação, que busca apresentar o movimento como algo “extremo, ou fragmentado, ou incompreensível”. “Há pessoas muito incomuns aqui, e eu vejo repórteres tentando encontrar a pessoa de aparência mais louca para obter uma frase de efeito. Não estamos tentando impedir essas entrevistas, mas estamos aqui apenas para fornecer uma resposta pensada da perspectiva do comitê de imprensa”, diz, na conversa com Santo, que afirma ter escutado relatos semelhantes de vários dos participantes do movimento a respeito da atuação dos grandes meios.

Outro comitê, o de internet, se dedica a ampliar o acesso à rede para todo o parque, como uma forma de ampliar ao acesso à informação. O responsável pelo comitê, ou “mesa de internet”, é Drew Hornbein, que, apesar de ter instituído fisicamente a mesa somente naquele dia, contou atuar nesta função desde julho, quando a convocação da Adbusters foi lançada. Santo ainda relata sua rápida conversa, no local estabelecido para a equipe de mídia, com Todd Graham, um artista que atua coletando áudios e fotos para alimentar as redes sociais, e Monica Lopez, fotojornalista indicada como uma das principais especialistas e organizadoras dos streamings do movimento. Ela foi da Espanha para Nova Iorque, depois de estar por quatro meses nas ocupações do país europeu, para ajudar o movimento. Ela descreve ainda os muitos blogueiros com quem conversou, pessoas que iniciaram seus próprios veículos para cobrir o movimento de maneira independente, seja individualmente ou com pequenos grupos.

Dentro dessa diversidade, identificamos indivíduos e pautas políticas variadas, embora – de maneira mais ou menos direta – orientados nos termos do manifesto e suas demandas, discutidas anteriormente. Unindo indivíduos que jamais haviam participado de manifestações ou movimentos sociais a uma significativa parcela de pessoas que, como demonstramos, vinham participando dos processos de mobilização anteriores e também movimentos organizados, sejam sindicais, de ativismo digital ou outros, o

Occupy rapidamente se consolidou como uma referência mundial e, também com relativa rapidez, se dissolveu ou fragmentou em pequenas redes. O caráter de uma comunicação marcada pelo imediatismo nos parece, também aqui, determinante; ao mesmo tempo, observa-se um grau de articulação e organização para um trabalho de mídia coordenado superior aos observados nas experiências anteriores e, também, especificamente a partir da experiência do Tumblr We Are the 99%, um esforço – mesmo que isolado – de constituição de uma identidade política com maior substância social/econômica. Acreditamos que isso se deve, em parte, inclusive pelos balanços e aprendizados permitidos por esses processos e suas relações com a comunicação.

2.3. A experiência brasileira

De “eles são a caricatura violenta da caricatura de um socialismo dos anos 1950 que a velha esquerda ainda defende aqui. Realmente, esses revoltosos de classe média não valem nem vinte centavos” a “errei na avaliação do primeiro dia das manifestações contra o aumento das passagens em São Paulo. Falei na TV sobre o que me pareceu um bando de irresponsáveis fazendo provocações por causa de vinte centavos. Era muito mais que isso.” Cinco dias separam os dois trechos, ambos retirados de colunas do jornalista Arnaldo Jabor veiculadas nas empresas do Grupo Globo em junho de 2013. A súbita mudança de tom não foi individual: ela é parte de um reposicionamento operado pelos principais veículos da comunicação comercial do Brasil em suas coberturas daquela que se configuraria como a maior mobilização de massas da história do país, passando do usual tratamento incriminador a uma (bem sucedida, em grande medida) tentativa de agendamento e disputa de seu sentido político.

As ‘Jornadas de Junho’, como ficaram majoritariamente identificados os protestos, iniciaram-se a partir de mobilizações contra o aumento das tarifas de ônibus. Como dissemos na Introdução, os protestos se ampliaram, massificaram e chegaram a mais de quinhentas cidades em todo o Brasil, envolvendo milhões de pessoas e reivindicações diversas e difusas. Em sua fase final, foram fortemente atravessados por uma identidade política conservadora que se expressou em um sentimento nacionalista, uma pauta moralista anticorrupção, um rechaço aos partidos e organizações de esquerda e uma crítica ao governo federal elaborada em termos próximos aos usados pelas organizações e figuras da direita e extrema direita do país.

O contexto é o de um período em que, após os anos do chamado “PIBão” durante o governo Lula – quando o crescimento da economia brasileira se fez a partir da manutenção dos pressupostos da “estabilidade macroeconômica” neoliberal, apoiado em um ciclo virtuoso da economia capitalista mundial e, por isso, mantendo-a bastante vulnerável e submetida às dinâmicas dos países centrais, fortemente baseado na reprimarização da economia e na concessão de créditos para expansão do consumo para a classe trabalhadora –, o ciclo descendente da economia começa também a se expressar no Brasil. As consequências diretas, como demissões e os cortes nos orçamentos das áreas sociais, que já vinham sendo aplicados como resposta imediata à crise, se aprofundaram. O agravamento da inserção dependente do Brasil na economia mundial determinou um aprofundamento da exploração da força de trabalho, para repasse de uma parcela ainda maior da mais-valia extraída para os países centrais. No mesmo sentido, a retração dos mercados consumidores dos produtos exportáveis por uma economia que fora, como dissemos, fortemente reprimarizada implicou em grande instabilidade e prejuízos à economia nacional.

A degradação da qualidade de vida, sobretudo nos grandes centros urbanos, se intensificou como consequência das dinâmicas de associação da cidade e seus espaços à lógica do capital fictício, discutidas em capítulo anterior. No período que imediatamente antecedia a realização da Copa das Confederações da FIFA, no contexto de preparação para a realização da Copa do Mundo de Futebol (em 2014) e dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro (2016), o contraste entre a lógica de realização dos megaeventos esportivos – constituídos como grandes negócios, viabilizados através de um grande montante de investimentos públicos e marcados pela violação de direitos, a realização de remoções de moradias populares nas áreas destinadas à construção dos estádios, a intensificação da política de segurança pública baseada na violência e intimidação, sobretudo nas periferias etc. – e as condições de vida da maioria da população torna-se cada vez mais perceptível e um tema sensível no cotidiano da população.

Como discutido anteriormente, a lógica de ‘produção destrutiva’ do capital vem à tona nesse contexto de realização dos megaeventos esportivos, fazendo das cidades polos privilegiados para a captura de investimentos e para a reciclagem de capitais que tem como base os investimentos de longo prazo, a expansão imobiliária, a alta generalizada nos preços dos serviços, entre outros. O ‘mal-estar urbano’, assim, se aprofunda diante da violenta e agressiva dinâmica de consolidação das cidades como mercadoria funcional ao capitalismo contemporâneo, tornando sensíveis e prontas para explodir as questões relativas às condições de vida nas cidades em um cenário em que também os direitos elementares são mercantilizados e postos à venda.

O cenário é ainda composto pela expansão da ‘condição de proletaridade’ no Brasil, à qual também nos referimos no Capítulo 1, com a nova configuração do mundo do trabalho a partir dos anos de crescimento econômico. O ‘precariado’ conceituado por

Ruy Braga se forma, como sinalizamos, baseado na criação de postos de trabalho que pagam até um salário mínimo e meio ao mês, incorporam uma juventude urbana e não branca e são marcados pelas relações terceirizadas, com superexploração e altas taxas de rotatividade. Junto a isso, como também analisado pelo sociólogo, aumenta a oferta de educação privada, diante do incentivo estatal que permitiu a expansão dos grandes conglomerados do setor, que incorpora esses segmentos a uma formação superior precarizada e voltada à qualificação para esta nova configuração do mundo do trabalho.

O mesmo contexto determina, diante das demandas impostas pela realização dos megaeventos esportivos, das grandes obras de infraestrutura e pela especulação imobiliária, a expansão dos postos de trabalho no setor secundário, também precários e rotativos, principalmente vinculados à construção civil. A desaceleração do crescimento econômico, como apontando anteriormente, ocorre, portanto, diante de um mercado de trabalho ainda movimentado e em um cenário em que a inclusão através do consumo se fez de maneira combinada com a restrição do acesso aos direitos básicos e a comodificação das cidades.

Nesse contexto, o clima político já vinha sendo marcado nos anos anteriores a 2013 por uma intensificação das mobilizações populares, ainda que de maneira menos expressiva. O número de greves cresceu significativamente (75% de 2011 para 2012, de acordo com os dados do Dieese utilizados por Ruy Braga e discutidos no capítulo anterior), em mobilizações que ocorreram entre setores operários (sobretudo do ramo da construção civil) e do funcionalismo público (que chegou a protagonizar uma greve nacional unificada de servidores federais de diversos ramos em 2012) com mais destaque. Houve, ainda, um crescimento das mobilizações de movimentos populares, com destaque para os segmentos vinculados à luta por moradia em suas iniciativas como as ocupações de prédios e terrenos abandonados, o enfrentamento às

desapropriações forçadas de terrenos ocupados, como o citado Pinheirinho, em São Paulo, ou às remoções de moradias populares em todo o país que marcaram a preparação das cidades para os megaeventos esportivos.

O clima de aumento na agitação política também se expressou na Marcha da Maconha realizada em São Paulo em 2011, quando o movimento pela legalização das drogas conquistou uma visibilidade maior do que a vinha obtendo anteriormente e, depois de sofrer uma forte repressão policial, impulsionou outra grande passeata, a Marcha da Liberdade. Em 2012, no Rio de Janeiro, a marcha de encerramento da Cúpula dos Povos, evento internacional de movimentos sociais realizado paralelamente à Rio+20, Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, reuniu quase 100 mil pessoas nas ruas do centro da cidade, o que não se via há décadas. Como indicado na Introdução, as mobilizações ocorridas pelo mundo em 2011 tiveram alguma repercussão no país, mas de maneira ainda bastante limitada. O Movimento Occupy desencadeou ocupações de praças bastante localizadas, no Rio de Janeiro e em São Paulo, que não chegaram a produzir mobilizações expressivas e não se sustentaram por muito tempo. Também o 15-O, dia de mobilização global convocado pelos manifestantes de Barcelona em outubro de 2011, teve no Brasil contornos semelhantes, com uma adesão localizada e pouco expressiva em algumas capitais.

No entanto, em 2013, quando a realidade brasileira foi definitivamente atravessada pela nova conjuntura de crescimento de mobilizações de massa, os manifestantes comumente utilizavam referências aos processos desenvolvidos nos anos anteriores ao redor do mundo. Um novo processo de mobilização foi fonte de mais direta inspiração: o desenvolvido na Turquia a partir do final de maio de 2013, menos de um mês antes da explosão das manifestações no Brasil. Nas ruas do Rio de Janeiro, as palavras de ordem “Acabou o amor, isso aqui vai virar a Turquia” e “Não é a

Turquia, não é a Grécia, é o Brasil saindo da inércia” eram bastante entoadas no início dos movimentos de junho. Como discutido por Harvey e citado anteriormente, também na Turquia, a partir de uma pauta urbana bastante específica (a luta contra a derrubada de uma área verde do Parque Taksim Gezi, em Istambul), a mobilização rapidamente se generalizou e, após a repressão policial, se espalhou por todo o território nacional.

É importante ainda destacar que, meses antes das convocações feitas pelo Movimento Passe Livre (MPL) em São Paulo, identificadas como ponto de partida das manifestações de massa no Brasil em 2013, as mobilizações pelo transporte público e contra o aumento das tarifas de ônibus já haviam adquirido significativas proporções em outra capital. Em abril de 2013, um intenso processo de lutas se desenvolveu em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, como ápice de uma mobilização que começara em janeiro daquele ano, com a criação do Bloco de Luta pelo Transporte Público, uma frente política formada por organizações de esquerda e ativistas independentes. A partir de fevereiro, os protestos começaram a crescer e atingiram seu auge em abril, quando conquistaram a revogação do aumento das tarifas em um processo que alcançou repercussão nacional e foi tomado como inspiração por muitos ativistas envolvidos nas mobilizações pelo transporte público em todo o Brasil.

Em São Paulo, o MPL já estava organizado havia anos e realizando também uma série de manifestações, mais localizadas e reduzidas. Naquele junho, a série de protestos do MPL na capital paulista começou no dia 6, uma quinta-feira, em um ato com alguns milhares de pessoas que sofreu forte repressão policial. Uma nova manifestação, como resposta imediata à repressão, foi convocada para o dia seguinte, e foi novamente reprimida pela polícia. Um terceiro ato foi chamado para o dia 11, terça-feira da semana seguinte, e este, com mais tempo de convocação e na esteira das mobilizações realizadas e das denúncias à violência policial, foi significativamente maior que os

anteriores – e novamente fortemente reprimido, sob orientação de “endurecimento” feita pelo governo do estado. Neste momento, as mobilizações já atingiam repercussão nacional.

Foi justamente no contexto da grande repercussão e forte impacto nacional da manifestação do dia 11 que o jornalista Arnaldo Jabor elaborou a coluna que abre esta seção. Na edição de 12 de junho do Jornal da Globo, em uma coluna telejornalística portanto, ele apresentou uma visão articulada que buscou produzir um sentido sobre o fenômeno, bastante próxima ao usual tratamento de desmoralização e criminalização dos movimentos sociais que identificamos anteriormente, buscando responsabilizar os manifestantes pela violência e taxá-los como “vândalos” e “baderneiros”. A grande relevância e notabilidade da emissora, do jornalista e do telejornal em questão – percebido como um produto mais abertamente editorializado e voltado para um público mais elitizado e restrito do que o jornal “de massa” do canal, o Jornal Nacional –, além, evidentemente, do simbolismo adquirido pelo episódio diante da “autocrítica” realizada pelo jornalista dias depois, tornam este editorial de 12 de junho uma expressão muito significativa dos fenômenos aqui investigados. Por isso, reproduziremos integralmente a sua transcrição. O gancho para o início do discurso de Jabor é justamente a ênfase nas cenas tratadas como “vandalismo” e a incriminação dos manifestantes como responsáveis pela quebra de vidraças e depredações:

“Mas, afinal, o que provoca um ódio tão violento contra a cidade? Só vimos isso quando a organização criminosa de São Paulo queimou dezenas de ônibus. Não pode ser por causa de vinte centavos. A grande maioria dos manifestantes são filhos da classe média, isso é visível. Ali não havia pobres que precisassem daqueles vinténs, não. Os mais pobres, ali, eram os policiais apedrejados, ameaçados com coquetéis molotov, que ganham muito mal. No fundo, tudo é uma imensa ignorância política, é burrice misturada a um rancor, sem rumo. Há, talvez, a influência da luta na Turquia, justa e importante, contra o islamismo fanático. Mas, aqui, se vingam de quê? Justamente a causa deve ser a ausência de causas. Isso: ninguém sabe mais por que lutar, em um país paralisado por uma disputa eleitoral para daqui a um ano e meio. O governo diz que está tudo bem, apesar dos graves

perigos no horizonte, como inflação, fuga de capitais, juros e dólar em alta. Por que não lutam contra o Projeto de Emenda Constitucional 37, a PEC 37, por exemplo, que será votada no dia 26 no Congresso, para impedir o Ministério Público de investigar? Talvez eles nem saibam o que é a PEC 37, a lei da impunidade eterna. Esses caras vivem no passado de uma ilusão. Eles são a caricatura violenta da caricatura de um socialismo dos anos 1950 que a velha esquerda ainda defende aqui. Realmente, esses revoltosos de classe média não valem nem vinte centavos”. (JABOR, 2013)

O conteúdo é revelador em diversos sentidos, e não por apresentar algum elemento essencialmente novo no tratamento e compreensão dos movimentos sociais. Pelo contrário, ele se torna revelador justamente pela reprodução dos traços fundamentais adotados pela comunicação hegemônica para tratamento das mobilizações populares, o que nos ajuda a perceber sua expressão em diferentes contextos e formações sociais. Na coluna de Jabor, identificamos: o tratamento quase automatizado de criminalização dos manifestantes, aqui diretamente comparados ao crime organizado da cidade de São Paulo; a desqualificação dos manifestantes como sujeitos políticos, o que se faz combinando um ataque à sua suposta incapacidade de compreensão política (“rebeldes sem causa”, que “não sabem o que querem” e são, ao final, somente jovens privilegiados “brincando de fazer política”) com uma denúncia de suas supostas inspirações políticas (o “rancor”, afinal, seriam as pautas de esquerda, antissistêmicas); a desqualificação do movimento de maneira mais geral através da contraposição daquela experiência ao que seria um “bom” e “justo” movimento, com o qual a mobilização em curso não teria qualquer identidade/aproximação (a mobilização turca sendo elogiada naquilo que tem de mais distante e excludente da realidade brasileira, o enfrentamento ao fundamentalismo islâmico – e aqui cabe lembrar o trecho citado no Capítulo 1, de uma coluna do *Washington Post* que considera ridícula a comparação feita pelos ocupantes de Wall Street entre seu movimento com o desenvolvido na Praça Tahrir); e também uma desqualificação do movimento que se faz através da

contraposição àquilo que seria uma pauta “correta” e “justa” (aquelas vinculadas à agenda econômica do mercado, não mediadas pelas condições de vida e demandas concretas da população).

Os eixos descritos apontam, inclusive, para sentidos que, se levados às últimas instâncias, seriam contraditórios entre si, mas isso não é um problema para a construção ideológica elaborada. Pelo contrário, ela se torna coesa por estar apoiada em um conjunto de pressupostos bastante difundidos no senso comum que, quando acionados, remetem a uma sensação de verdade: parece em alguma medida evidente que manifestantes são desocupados, não entendem de política, agem como criminosos, têm associações com organizações de esquerda, atrapalham as pessoas corretas. Esse conjunto de valores está enraizado na consciência cotidiana, de maneira mais ou menos direta, não sendo criado pelo tratamento imediato aos protestos. Em momentos de ruptura ou tensão, os discursos dominantes se elaboram a partir desse repertório, de diferentes maneiras, mais ou menos mediadas, a depender de quem fala, quando fala e para quem fala.

Registramos, embora nos pareça desnecessário nos atermos mais detidamente a esse aspecto diante do que já expusemos até aqui, que obviamente não se trata de compreender a produção desses sentidos pela comunicação hegemônica como algo feito necessariamente de maneira unitária, planejada e rigidamente submetida a um conjunto de regras. É justamente por isso que a identificação de um “tratamento padrão” da grande mídia, com traços majoritários que são comuns, se torna mais reveladora dos movimentos da ideologia dominante em sua relação com as mobilizações sociais. E é justamente por isso, também, que esse repertório ideológico a ser acionado não é fixo, imutável: ele não é infalível, só se realizando como hegemonia (aqui no sentido gramsciano, como direção intelectual e moral sobre a sociedade, uma visão de mundo

que, apoiada em relações de poder, é ‘bem-sucedida’ em tornar-se dominante) enquanto conseguir produzir um sentido a respeito das contradições vivenciadas no cotidiano.

A ideologia, como discutimos anteriormente a partir de Eagleton, precisa de aderência em relação à realidade social, sendo sempre atravessada pelo movimento ininterrupto das contradições – e justamente por isso se renova, reelabora, não completando seu ciclo ou sua função de dominação como uma ‘mentira que se conta uma vez’. Afinal, como destacamos no trecho citado no Capítulo 1, “é porque as pessoas não param de desejar, lutar e imaginar, mesmo nas condições mais desfavoráveis, que a prática da emancipação política é uma possibilidade genuína” (EAGLETON, 1997). A permanência das contradições – e, assim, das experiências que as pessoas desenvolvem em sua relação cotidiana com elas – é o que não permite que a ideologia, ao se enunciar, feche um ciclo perfeito de dominação, sendo necessários os mecanismos ativos de produção de sentidos sobre a realidade social.

Os momentos de desestabilização da ordem são, afinal, aqueles em que as velhas ideias não servem mais. E o que se passou em junho de 2013 foi exatamente um desses momentos. O “discurso padrão” adotado pela comunicação hegemônica para o tratamento dos movimentos sociais em períodos de estabilidade não encontrou aderência na realidade que explodia em contradições. Seguindo o calendário e a estratégia de atos constantes, o MPL convocou nova mobilização para a quinta-feira daquela mesma semana, no dia 13 de junho. A manifestação foi um marco: as denúncias à repressão policial dos dias anteriores se multiplicavam, sobretudo através das redes sociais, tornando o ato ainda maior, inclusive com a adesão de pessoas que não estavam necessariamente identificadas inicialmente com a pauta dos transportes, mas desejavam prestar sua solidariedade aos manifestantes e repudiar a repressão.

Diante do crescimento dos protestos, da grande repercussão nacional e da postura da mídia hegemônica – que, repercutindo a versão sobre o “vandalismo”, preparava o terreno para a criminalização dos manifestantes, legitimava a violência policial e inclusive cobrava “ações mais enérgicas” do Estado –, a orientação do governo do estado foi para uma repressão ainda mais intensa naquele dia 13 de junho. O que se viu foi um massacre, com agressões generalizadas aos manifestantes e, inclusive, aos profissionais da imprensa – comercial e, sobretudo, alternativa. Algumas prisões foram feitas antes mesmo de a manifestação começar, quando pessoas que portavam vinagre – utilizado para amenizar o efeito do gás lacrimogêneo sobre a respiração – foram abordadas e detidas por “porte de material suspeito”. Entre elas, estava um jornalista da revista Carta Capital, Piero Locatelli, que filmou e divulgou na internet a abordagem e sua própria detenção. Após a dispersão inicial do protesto com bombas, spray de pimenta e tiros de bala de borracha, uma perseguição aos manifestantes pelas ruas adjacentes se estendeu por horas.

O tratamento imediato dos grandes meios seguiu o padrão até então adotado, legitimando a repressão e criminalizando os manifestantes. Mas as denúncias e registros da violência repressiva começaram a se multiplicar exponencialmente, sobretudo através do Facebook e de vídeos postados no YouTube. A noite do dia 13, a madrugada e a manhã do dia 14 de junho foram de intensa multiplicação de informações na internet e compartilhamentos de relatos nas redes sociais que davam conta da extrema violência policial. Os casos de jornalistas de veículos comerciais seriamente feridos e hospitalizados em decorrência das agressões praticadas pela polícia ganharam imensa repercussão: Sérgio Silva, repórter fotográfico da agência Futura Press, e Giuliana Vallone, repórter da TV Folha/Folha de São Paulo foram atingidos diretamente nos olhos por tiros de bala de borracha. Na manhã de sexta, 14 de junho, Giuliana escreveu

um relato em seu perfil pessoal do Facebook, no qual contou que estava fora da área de confronto, andando após ajudar uma senhora desnorreada pelo gás, quando viu o policial mirar diretamente em sua direção e atirar. Em poucas horas, o texto, no qual a jornalista denunciava a repressão e afirmava que acontecera com ela, outros repórteres e manifestantes mostrava que “existem, sim, um lado certo e um errado nessa história”, alcançou milhares de compartilhamentos.

Assim, o dia 13, com a ampla repercussão das denúncias da brutalidade policial feitas através das redes sociais, seja por indivíduos ou veículos da mídia alternativa, marca uma virada no rumo dos acontecimentos. O discurso sobre a “violência dos vândalos e baderneiros” e a versão de que a polícia apenas reagia às depredações e ataques não encontravam mais aderência na realidade, e aqui é fundamental chamarmos atenção para o papel central da utilização da internet e, especificamente, da produção de conteúdo para as redes sociais, na construção desse sentido oposto ao dominante. O apoio aos protestos e a sensação de indignação se ampliaram nos dias seguintes, no contexto de convocação de uma nova manifestação para o dia 17, a segunda-feira seguinte. A grande mídia, assim, é forçada a se realocar e reelaborar seu discurso. Como expressão significativa desse movimento, no próprio dia 17, na expectativa pela realização da manifestação, logo pela manhã o jornalista Arnaldo Jabor elabora a sua ‘autocrítica’, dessa vez veiculada em sua coluna na rádio CBN, também do Grupo Globo. Fazemos a sua transcrição integral:

“Amigos ouvintes, outro dia eu errei. Sim. Errei na avaliação do primeiro dia das manifestações contra o aumento das passagens em São Paulo. Falei na TV sobre o que me pareceu um bando de irresponsáveis fazendo provocações por causa de vinte centavos. Era muito mais que isso. Pois eu fiz um erro de avaliação, e essa é minha autocrítica. Esse movimento, Passe-Livre, que começou outro dia, tinha toda cara de anarquismo inútil, e critiquei-o porque temia que tanta energia fosse gasta em bobagens, quando há graves problemas a enfrentar no Brasil. Mas a partir de quinta-feira [o dia 13 de junho], com a violência maior da polícia, ficou claro que o Movimento Passe-Livre expressava uma

inquietação que tardara muito no país, pois desde 1992 faltava o retorno de algo como os caras-pintadas, os jovens que derrubaram um presidente. Hoje, eu acho que o Movimento Passe-Livre expandiu-se como uma força política original, até mais rica do que os caras-pintadas justamente porque não tem um rumo, um objetivo certo, a priori. Como escreveu Carlos Diegues, no jornal outro dia, o Movimento Passe-Livre é importante porque talvez o mundo tenha perdido a esperança em mudanças radicais, talvez porque a revolução tenha perdido prestígio para a mobilidade social, talvez porque não nos sentimos mais representados por nenhuma força política, é isso. Não vivemos diante de acontecimentos, amigos ouvintes, mas só de incertezas, de não-acontecimentos. Na mídia só aparecem narrativas de fracasso, de impunidade, de derrotas diante do mal. Essa energia do Passe-Livre tem que ser canalizada para melhorar as condições de vida do Brasil, desde o desprezo com que se trata os passageiros pobres de ônibus, passando pelo escândalo ecológico, passando pela velhice do código penal do país que legitima a corrupção institucionalizada, tudo está parado e esta oportunidade não pode ser perdida. De um fato pequeno, pode sair muita coisa. Muito crime pode estar escondido atrás de uma bobagem. Os fatos concretos são valiosos. Exemplo: não basta lutar genericamente contra a corrupção, há que se deter em fatos singulares e exemplares, como por exemplo a terrível ameaça da PEC 37, que será votada daqui a uma semana na Câmara dos Deputados e que acaba na prática com o Ministério Público, que pode reverter as punições do mensalão, pode acabar até com o processo da morte de Celso Daniel. Outros alvos concretos existem, por exemplo: descobrir por que a Petrobrás comprou uma refinaria por 1 bilhão de dólares em Pasadena, no Texas, se ela só vale 100 milhões. Por quê? Por que a ferrovia nortel-sul, que está sendo feita há vinte e sete anos, desde a era Sarney, ainda quer mais 100 milhões para mais um trechinho novo? Por que o PAC não andou? Por que aeroportos, e ferrovias e rodovias estão podres e sem concessões resolvidas? Por que as obras do rio São Francisco estão secas? Por que as obras públicas custam o dobro dos orçamentos, por que a inflação está voltando, por que a infraestrutura do país está destruída, por quê? E por aí vai, amigos ouvintes. Por que, por que, por que... o Passe-Livre pode nos ajudar a resolver essas perguntas”. (JABOR, 2013)

No mesmo dia, ao final da tarde, Jabor republicou a coluna, com acréscimos, agora no site do Jornal O Globo, sob o título “‘Passe-Livre’ vale mais” (JABOR, 2013). A reelaboração de sentido operada pelo jornalista, evidentemente, se fez dentro do enquadramento dos interesses dominantes. A “autocrítica”, já largamente percebida como um marco e a ponta-de-lança da reordenação editorial da grande mídia diante de Junho de 2013, é a expressão da necessidade de renovação da ideologia dominante –

que, obviamente, não deixa, por isso, de ser ideologia, e nem dominante. Pelo contrário, a nova produção de sentido expressa justamente os mecanismos da ideologia que discutimos acima e, para se realizar, não deixa de mobilizar um repertório – agora ampliado – de valores instituídos no senso comum e assentados sobre o posicionamento dominante diante das contradições objetivas.

Atribuída pela grande mídia, a suposta falta de clareza política do movimento, antes objeto de ataque, passou a ser celebrada. Os movimentos de descontextualização e desistoricização são a base evidente para um tratamento – ideológico, no sentido utilizado por Marx de falsa consciência e inversão – que buscava, então, disputar politicamente o sentido das mobilizações. Jabor, sem constrangimentos, ignora a história, a trajetória e as pautas sustentadas pelo MPL, e o caracteriza como um movimento que “nasceu outro dia”. O que, do ponto de vista jornalístico, seria imperdoável – a falta de apuração e levantamento de informações elementares sobre aquele movimento, sua história, sua constituição e seus princípios – foi, paradoxalmente, parte da reconstituição da legitimidade jornalística do profissional e da empresa, abaladas diante da quebra de coesão ideológica que as sustentava até então.

Afinal, se a “autocrítica”, como movimento da ideologia dominante, carregava uma imediata funcionalidade política – disputar o rumo objetivo dos protestos, um fenômeno que se mostrava àquela altura irreversível e fora de seu controle –, foi também e ao mesmo tempo, mais do que isso. Junto à elaboração, através de mecanismos ideológicos, de um novo tratamento que buscava indicar concretamente os caminhos políticos a serem trilhados, operou-se, igualmente através de mecanismos ideológicos, a necessária reconstrução da imagem jornalística posta em xeque naquele momento. A própria viabilidade mercadológica do jornalismo comercial exige que seus produtos sejam majoritariamente credibilizados, o que impôs, naquele momento, a

produção de um sentido que pudesse se apresentar como ‘fidedigno aos acontecimentos’, um tratamento ‘isento’, tão isento que não hesitaria em criticar a si mesmo para fazer justiça a estes acontecimentos.

Em uma terceira dimensão, ainda, os mecanismos da ideologia operaram de maneira mais geral na soldagem e produção de uma consciência: a elaboração de uma “visão de mundo” (aqui, a ideologia em sentido ampliado, como em Gramsci e Lênin), na produção de um sentido sobre a explosão social que afastasse as referências antissistêmicas, os impulsos de ruptura e enfrentamentos à estrutura do capital e suas manifestações na vida cotidiana. Assim, a “localização” daquele fenômeno no cenário das contradições de classe, objetivas e constitutivas da realidade, se faz de maneira controlada e dentro do enquadramento dominante, não apenas no que se refere às pautas imediatas e o seu sentido político estrito, mas também na significação mais ampla que se elabora a seu respeito.

Pauta moralista anticorrupção, oposição conservadora aos governos petistas, agendamento da pauta econômica do mercado, repulsa aos partidos e organizações de esquerda e a definição de um alvo imediato – o Projeto de Emenda Constitucional número 37 –, como se sabe, compuseram o eixo fundamental da disputa política operada pela grande mídia naquele momento. O dia 17 de junho significou, então, um ‘dia de virada’: aos protestos, que a essa altura já estavam marcados para diversas cidades do país – e também para as portas de diversas embaixadas brasileiras no exterior, como parte de uma mobilização de brasileiros imigrantes – compareceram manifestantes de perfis variados, muitos dos quais não apenas não haviam participado das mobilizações anteriores, como também não necessariamente se identificavam com suas pautas e seu sentido político mais geral. Um número considerável de manifestantes participava de protestos pela primeira vez, sem referências em qualquer segmento do

ativismo consolidado no Brasil até então. Nesse momento, a difusão e multiplicação das pautas se estabeleceu, já com relativo peso da agenda defendida pela grande mídia.

No Rio de Janeiro, onde desde o final de 2012 ocorriam manifestações contra o aumento das passagens de ônibus, o ritmo e o rumo dos acontecimentos foram bastante semelhantes aos dos eventos de São Paulo, ocorrendo também uma inflexão significativa entre os protestos realizados nos mesmos dias, 13 e 17 de junho. Na capital fluminense, as manifestações eram organizadas pelo Fórum de Lutas Contra o Aumento das Passagens, uma estrutura semelhante ao Bloco de Lutas gaúcho e composta por partidos políticos de esquerda, movimentos sociais e militantes independentes atuantes no cenário do ativismo na cidade. Em junho, diante da explosão das manifestações em São Paulo, os protestos no Rio de Janeiro foram retomados com mais força, também com a realização de manifestações em sequência que cresceram exponencialmente naqueles dias.

No dia 13, a manifestação no Rio de Janeiro reuniu cerca de dez mil pessoas, algo bastante significativo se comparado ao quantitativo dos protestos realizados até então, e foi fortemente atravessada pelo sentimento de identidade com as manifestações de São Paulo e também com as lutas sociais travadas ao redor do mundo, especialmente na Turquia. O perfil dos manifestantes, diante disso, naquele momento já se ampliava para além dos segmentos previamente envolvidos na militância e lutas sociais da cidade, mas o sentido geral da manifestação ainda era fortemente identificado com a questão dos transportes e a luta por direitos, com destaque para o repúdio à repressão sofrida pelos manifestantes e ao encarecimento da vida na cidade no contexto de realização dos megaeventos esportivos. Neste dia, os partidos, movimentos e organizações de esquerda – aqueles que compunham o Fórum de Lutas e ainda outros, que se incorporaram às manifestações – estiveram presentes sem que houvesse tensões ou enfrentamentos. A

denúncia à grande mídia, sobretudo à Rede Globo, era também bastante presente no ato, que terminou com uma violenta dispersão e repressão policial.

O dia 17, quando aconteceu a ‘virada’ indicada anteriormente, não marcou apenas uma grande ampliação numérica dos protestos acompanhada de uma mudança mais significativa no perfil dos manifestantes e no conteúdo das reivindicações, mas também o início das reações direcionadas de hostilidade aos partidos políticos e organizações de esquerda, mesmo que de maneira localizada. No Rio de Janeiro, a manifestação reuniu aproximadamente 100 mil pessoas, multiplicando por dez o número de presentes do ato anterior. Em alguns momentos específicos, militantes de partidos foram instados a abaixar as bandeiras de suas organizações, e alguns grupos entoavam palavras de ordem como “1, 2, 3, 4, 5, mil! A única bandeira é a bandeira do Brasil!” e “Sem partido! Sem partido!”. A hostilidade em relação aos partidos, centrais sindicais, movimentos e organizações de esquerda não se reduziu, como se sabe, ao Rio de Janeiro. Além de Brasília, onde houve também intimidação, em São Paulo e em Salvador militantes de organizações políticas chegaram a ser agredidos fisicamente. Expressando ainda a inflexão em parte do tom político, havia, no protesto do Rio de Janeiro, um número significativo de manifestantes carregando cartazes contrários à PEC 37, indicada naquele mesmo dia, por Jabor, como a pauta mais importante da política nacional.

Naquele 17 de junho, muitos manifestantes compareceram às ruas vestidos de branco – cor usada para sinalizar a defesa do pacifismo e o repúdio aos atos de violência nos protestos –, atendendo a convocações e chamados, não mais provenientes dos movimentos sociais que iniciaram as manifestações, que começaram a se multiplicar pelas redes sociais e através do aplicativo Whatsapp, de mensagens para telefones celulares. As mensagens indicavam como os ‘bons manifestantes’ poderiam se

diferenciar dos ‘vândalos’: além do uso da cor branca, eram sugeridas ações como, diante de depredações ou tumultos, todos se sentarem e esperarem a polícia chegar, ajudando a polícia a identificar os responsáveis.

Ao mesmo tempo, e expressando justamente o cenário de explosão social, acirramento das contradições e ausência de coesão política que caracterizava aquele novo momento, o dia 17 foi, no Rio de Janeiro, um marco de radicalização das ações diretas, no episódio que ficou conhecido como a ‘Batalha da Alerj’. Ao final da manifestação, um número significativo de manifestantes – alguns milhares – enfrentou de maneira espontânea a barreira policial que se formou em frente à Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro e ocupou a entrada do Palácio Tiradentes. A polícia chegou a usar armas letais, mas aquele dia ficou conhecido – e reverenciado, por uma parte dos manifestantes – como o dia de ‘vitória da mobilização’, em que a “a Alerj foi tomada a pedra e pau”, como diz uma das palavras de ordem surgidas dali. Em São Paulo, a manifestação terminou em frente à sede do governo do estado, o Palácio dos Bandeirantes, com tentativa de ocupação. Em Brasília, o espelho d’água do Palácio do Planalto foi ocupado e as imagens mostravam cartazes com pautas diversas e difusas, além de bandeiras do Brasil e poucas referências das organizações de esquerda.

Um fenômeno novo, complexo, contraditório e destoante do cenário e dos atores sociais até então estabelecidos nas lutas sociais se desenvolvia de maneira acelerada em meio a uma disputa por seu sentido político e significação ideológica. Máximas e palavras de ordem como “Sem violência” e “Não é por vinte centavos” foram, também elas, parte dessa disputa: a primeira, que começou a ser entoada nos protestos de São Paulo para denunciar as ações repressivas da polícia contra os manifestantes, foi reapropriada e tornada parte da vigilância dos manifestantes ‘pacíficos’ contra os identificados como ‘vândalos’ ou ‘baderneiros’; a segunda, que surgiu como resposta às

diversas tentativas de desqualificação do movimento e buscava em alguma medida valorizar a justiça daquela pauta, acabou assumindo um sentido dúbio e mesmo de desqualificação da mobilização pelo transporte público em favor das ‘novas pautas’.

Mas a reapropriação também atingiu expressões simbólicas das classes dominantes, como a campanha “Vem pra rua”, da Fiat, lançada em maio de 2013 como o maior investimento de marketing da empresa para aquele ano e apoiada na ideia de mobilização da torcida brasileira para os megaeventos esportivos. O filme da campanha, que contou com música inédita gravada pelo cantor Falcão, do grupo O Rappa, se baseava em imagens de torcedores vestidos com camisas da seleção brasileira, assistindo aos jogos e comemorando vitórias nas ruas, sob o refrão “Vem pra rua, porque a rua é a maior arquibancada do Brasil”. Em junho, a música da Fiat foi transformada em trilha sonora de uma série dos vídeos produzidos pelos manifestantes, postados no YouTube e compartilhados nas redes sociais, que redefiniam o sentido do chamado “Vem pra rua”, como convocação para os protestos, e denunciavam a violência policial utilizando ironicamente trechos da música como “pode vir que a festa é sua” e “o Brasil vai estar gigante” enquanto cenas da repressão eram exibidas.

Um dos primeiros vídeos a operar essa ressignificação do slogan da Fiat foi o produzido e editado por Bruno Hayne, que usou imagens colhidas na manifestação de 13 de junho em São Paulo. Postado no Youtube no dia 15, o vídeo foi intensamente compartilhado nas redes sociais, sobretudo o Facebook, e trazia também ironias à campanha lançada pela marca de cerveja Brahma para a Copa do Mundo. Com o slogan “Imagina a festa”, a Brahma buscava responder às críticas à realização do megaevento e ao bordão “Imagina na Copa”, que se popularizava como uma referência aos problemas cotidianos enfrentados pela população que piorariam com a realização do evento de grande porte. O vídeo de Bruno Hayne, no qual a hashtag #imaginaafesta aparece como

legenda para imagens da violência policial e de manifestantes feridos, carrega um tom de defesa das pautas populares e subversão em relação ao discurso original da campanha de marketing. Ele é encerrado com uma crítica mais direta à realização dos megaeventos esportivos, através da exibição de legendas que comparam os investimentos públicos na Copa do Mundo e nos Jogos Olímpicos com o valor do salário mínimo no Brasil e, inclusive, se utiliza da máxima “não é apenas por vinte centavos” nesse sentido.

Ao mesmo tempo, muitos dos vídeos que se multiplicaram a partir dali utilizando a campanha da Fiat e sua música para retratar os protestos e convocar as mobilizações não traziam necessariamente o tom de ironia e contraposição ao marketing empresarial, utilizando o sentido de “Vem pra rua” das manifestações como algo compatível (e até associado ao mesmo) com o chamado para os festejos durante os megaeventos esportivos, com forte identificação nacionalista. Apenas a título de ilustração, cabe registrar que, diante da polarização estabelecida nas eleições presidenciais de 2014, já no contexto dos desdobramentos de Junho, a cristalização de uma “nova” oposição de direita ao governo Dilma teve como uma de suas expressões um movimento justamente denominado “Vem pra rua”, que também dialogava com a significação dos protestos do ano anterior. Como revelado por reportagem da BBC⁵² em 2015, o domínio do site do movimento⁵³ foi comprado pela Fundação Estudar, de Jorge Paulo Lemann, empresário sócio da cervejaria Ambev e da rede Burger King.

Após o dia 17 de junho, com a consolidação da inflexão no tratamento dos grandes meios ao processo de mobilização, as coberturas feitas menos de dez dias antes e marcadas pela desqualificação generalizada aos protestos e manifestantes já pareciam algo distante. Coberturas entusiasmadas das mobilizações se multiplicavam junto a uma

⁵² http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/03/150313_financiamento_protestos_rs

⁵³ www.vempraru.org

ênfase na celebração dos ‘bons manifestantes’: as famílias, os vestidos de branco ou verde e amarelo, os que portavam bandeiras do Brasil, os não filiados a partidos políticos e não integrantes de sindicatos ou movimentos sociais. Tal celebração, evidentemente, era a senha para a criminalização dos ‘maus manifestantes’, contrapostos aos primeiros através dos mecanismos que descrevemos anteriormente. A hostilização e mesmo a violência física cometida contra militantes de esquerda organizados nas manifestações não foram retratadas negativamente nem mesmo enfatizados como condutas agressivas. Muitas reportagens trataram como fato ‘a rejeição popular à presença de partidos políticos’, reforçando e legitimando o sentimento antipartido junto à rejeição aos ‘vândalos’ e tudo que não coubesse no perfil de manifestante celebrado.

No dia 18, uma nova manifestação aconteceu em São Paulo. Dessa vez, a polícia militar se retirou completamente das ruas e, ao final do ato, ocorreram episódios de quebra-quebra e saques a lojas. Foi a senha para mais criminalização dos ‘vândalos, baderneiros e mascarados’, essa última uma expressão que começava a aparecer com cada vez mais frequência na caracterização dos ‘maus manifestantes’. No dia 19 de junho, o reajuste das tarifas foi derrubado em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Aracaju. No dia seguinte, os valores das passagens foram reduzidos em Campo Grande, Curitiba e Natal, consolidando uma vitória concreta do movimento. No próprio dia 19 de junho aconteceu uma manifestação em São Paulo, que seria de comemoração pela derrubada do aumento nas tarifas, mas se transformou em um protesto marcado pela difusão absoluta das pautas, a ausência de proposições políticas minimamente unitárias, a hostilidade aos militantes organizados e a presença, mais consistente, de segmentos abertamente conservadores. No dia 20 de junho, manifestações ocorreram em centenas de cidades por todo o país e o que se consolidou como o momento auge do processo de

mobilização, do ponto de vista numérico, foi ao mesmo tempo um momento de maior acirramento das contradições que perpassavam todo o cenário.

No Rio de Janeiro, ocorreu o maior dos atos não apenas entre os realizados naquele dia, mas de todo o ascenso de junho de 2013: estima-se que um milhão de pessoas tenham comparecido à manifestação naquele dia. A prévia conquista da derrubada das tarifas reforçou a pulverização das reivindicações e a multiplicação dos sentidos políticos presentes. Muitas pessoas vestiam verde-amarelo e portavam bandeiras do Brasil, assim como máscaras de Guy Fawkes, no modelo utilizado no filme *V de Vingança*. Na capital fluminense, a coluna composta por manifestantes de partidos de esquerda e sindicatos foi atacada. Os militantes foram violentamente agredidos e expulsos da manifestação. Em um ponto diferente da longa marcha, em frente à sede da prefeitura da cidade, um grupo com contornos nacionalistas e militaristas enfrentou a polícia militar. A repressão foi intensa e se estendeu para o conjunto dos manifestantes. Um grupo de adolescentes e jovens construiu barricadas na avenida, conseguindo frear o avanço da força policial – que operava em carros blindados e cavalaria – sobre o protesto, no que talvez possa indicar um dos marcos do início de utilização da tática *black bloc* naquele processo. Por todo o país, situações semelhantes se desenrolaram e, assim, no dia seguinte pela manhã o MPL-SP anunciou sua retirada dos protestos, sinalizando que sua pauta era vitoriosa e que as últimas manifestações haviam se tornado palco para expressões de extrema-direita com as quais o Movimento não concordava.

Como sinalizamos no capítulo anterior, a pluralidade presente nos protestos expressou ao mesmo tempo uma explosão das contradições objetivas, com a ruptura da estabilidade até então vigente e a ‘expansão da condição de proletaridade’ em diferentes frações de classe. A heterogeneidade política nos parece, assim, ser parte constitutiva da

heterogeneidade objetiva da classe trabalhadora brasileira em um momento em que a consciência se apresenta de maneira espontânea e imediata, carregando as marcas de anos de descenso e desmobilização, do descrédito na política institucional e, obviamente, sendo fortemente determinada pela ideologia dominante. Como dissemos, evidentemente a condição de proletariedade que se expandia não se expressou em uma identificação política generalizante e antissistêmica. Diante do ‘vazio’ político e ideológico e da falta de referências enraizadas à esquerda – fenômeno indissociável do processo de adaptação sofrido pelo Partido dos Trabalhadores –, a ideologia dominante encontrava terreno fértil para sua reprodução, assim como as expressões políticas conservadoras que se fortalecem em momentos de crise econômica e intensa polarização social.

Para finalizar, nos parece indispensável indicarmos mais alguns elementos sobre a produção de comunicação própria dos movimentos e ativistas no contexto das mobilizações de junho de 2013. Destacamos, até aqui, algumas produções específicas feitas pelos manifestantes e episódios nos quais a comunicação alternativa foi peça chave para a alteração da correlação de forças, tendo interferido significativamente no desenvolvimento dos acontecimentos. No entanto, é necessário registrar que, além das iniciativas espontâneas e individuais para a produção dessa comunicação pelos manifestantes, feita diretamente dos atos, Junho foi um processo político reconhecidamente marcado pelo surgimento, fortalecimento, consolidação e multiplicação de coletivos de comunicação alternativa e ativismo no Brasil.

Em seu depoimento ao documentário *O que Resta de Junho*⁵⁴ – que, com alguma distância temporal dos acontecimentos de 2013, se propôs a elaborar uma reflexão sobre seus efeitos e desdobramentos para a conjuntura e diferentes segmentos envolvidos

⁵⁴ LEAL, FELIPE E SANTAFÉ, 2016.

através de entrevistas com pesquisadores e ativistas que participaram do processo e da retomada de imagens de alguns dos locais onde os protestos se desenvolveram –, Giuseppe Cocco, intelectual, pesquisador da cultura e integrante da Rede Universidade Nômade, avalia que Junho é um evento que constituiu uma bifurcação do ponto de vista das dinâmicas e fenomenologia do movimento social, suas reivindicações, formas de luta, organização e desdobramentos. Parte significativa dessa bifurcação está, na opinião do pesquisador, justamente na capacidade demonstrada pelo movimento para a autoformação e autoprodução das dinâmicas de comunicação, que se expressou na formação e multiplicação do que chama de ‘redes de comunicação’ e é percebido como algo sem precedentes na história dos movimentos sociais brasileiros.

O mais destacado desses coletivos, como se sabe, é a Mídia Ninja – Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação, criada em 2012 como parte da Rede Fora do Eixo (FdE), a que nos referimos no Capítulo 1. Justamente por conta do papel objetivamente desempenhado pela Mídia Ninja em 2013, da repercussão nacional alcançada pelo grupo, do conjunto de debates e polêmicas que suscitou, além de sua consolidação, a partir dali, no cenário da comunicação alternativa e ativismo no Brasil, nos deteremos mais especificamente nessa iniciativa, que nos parece bastante reveladora e capaz de fornecer uma série de elementos significativos para a análise que procuramos desenvolver. Obviamente, essa análise específica da Mídia Ninja não se pretende uma representação do conjunto dos coletivos de mídia alternativa surgidos ou fortalecidos naquele contexto, que compõem uma gama de iniciativas diversas e com especificidades consideráveis. Há, entre muitos desses grupos e coletivos, inclusive aqueles que são abertamente críticos à Mídia Ninja e à Rede Fora do Eixo, e buscam deles se diferenciar. No entanto, nos interessa perceber, além das especificidades do grupo, em que medida sua produção de comunicação, como expressão mais destacada de um

mesmo fenômeno, pode nos revelar aspectos mais gerais, que sejam parte do sentido e da percepção atribuída ao papel da produção de comunicação para os processos de mobilização e lutas sociais.

Como dissemos, durante as manifestações o repúdio à presença dos veículos da grande mídia era frequente, sobretudo no período anterior à inflexão do tratamento por eles dispensado aos protestos. Diversas vezes, equipes de reportagem da mídia comercial foram constrangidas pelos manifestantes, que cantavam palavras de ordem contra os veículos a que pertenciam, e precisaram sair das manifestações. Em algumas ocasiões, houve intimidação física aos repórteres. Nesse mesmo contexto, os comunicadores dos veículos alternativos eram frequentemente saudados e percebidos como parte do movimento pelos manifestantes. A Mídia Ninja se notabilizou, sobretudo, pela realização de transmissões em *streaming*, que até 2013 não eram frequentes nos protestos brasileiros e rapidamente foram difundidas, passando a ser feitas por outros coletivos e militantes independentes. De todo modo, era comum que os manifestantes se referissem às pessoas que faziam transmissões usando essa tecnologia nos atos como “os ninjas”, dada a identificação criada entre o uso de streaming e o grupo.

Parte do grande destaque assumido pela Mídia Ninja no cenário da comunicação alternativa pode ser compreendida pelo fato de ocuparem um espaço relativamente pouco explorado. Pensando nos convocadores originais da mobilização em São Paulo, o MPL, fica evidente que não havia uma política específica de comunicação articulada e dinâmica, tomada como parte dos protestos e voltada para a produção de comunicação autônoma pelo movimento. O MPL tinha, de maneira consolidada, uma política de comunicação voltada para a sua relação com a grande mídia, com um mecanismo estabelecido pelo movimento para orientar a concessão de entrevistas, a indicação de

porta-vozes, a emissão de comunicados públicos etc. Usava, naturalmente, a internet para divulgação das manifestações e documentos do movimento, mas, como destaca o ativista espanhol do DRY Javier Toret na entrevista que citamos anteriormente, de maneira tão restrita que sequer um perfil no Twitter mantinha.

A avaliação de Toret sobre o processo brasileiro aponta, inclusive, que uma das causas para o fortalecimento dos setores conservadores nos protestos foi justamente a falta de organização na internet do movimento, o que determinou que “a narrativa das redes sobre as manifestações”, como descreve, não fosse controlada por quem estava organizando o movimento nas ruas – diferentemente do que ocorreu no 15-M espanhol, usando por ele como medida de comparação com a situação brasileira. A análise nos parece excessivamente simplificadora e com contornos tecnicistas, mas oferece alguns elementos que nos parecem relevantes para a reflexão: concretamente, essa inexistência de uma estrutura e uma política de comunicação prévias, que fossem orgânicas ao movimento, determinou a conformação de um espaço vazio que potencializou a multiplicação de discursos diversos sobre as manifestações e seu sentido, inclusive aqueles vinculados às posições de direita e extrema-direita. Esse mesmo espaço vazio, em alguma medida, foi ocupado pela Mídia Ninja, nesse caso em outro sentido: como uma resposta à rejeição do tratamento feito pela grande mídia, à demanda por informações “não filtradas” e vindas de dentro dos protestos.

No entanto, é importante destacar que, se é verdade que o MPL não possuía uma agenda para a disputa no campo da comunicação, e assim a disputa do sentido político e da significação ideológica da explosão social esteve prejudicada, é também primordial lembrar que o Movimento não se propunha a formular uma agenda política mais ampla para aquela conjuntura e não pretendia dirigir ou impulsionar politicamente uma mobilização de massas que se estendesse para além da pauta concreta dos transportes –

o que nos diz muito sobre as especificidades da conjuntura brasileira, a forma de constituição daquelas mobilizações e indica que os limites estavam localizados muito além da relação específica com a comunicação apenas.

De uma maneira ou de outra, é necessário reconhecer que a Mídia Ninja emerge como principal instrumento da mídia alternativa diante desse vácuo e, ao mesmo tempo em que pode ser identificada como um veículo ‘dos movimentos’ em um sentido ampliado, não é um instrumento organicamente criado e gerido pelo núcleo político que organizava as primeiras manifestações, o que tem importantes implicações. Ao mesmo tempo, do ponto de vista geral, seria impossível pensar o processo de junho de 2013 sem o papel cumprido pela Mídia Ninja na denúncia da repressão policial, na expressão das pautas e vozes presentes nos protestos, na contraposição ao discurso oficial da grande mídia sobre os movimentos e também na convocação e motivação dos manifestantes.

As transmissões por *streaming*, que, como dissemos, foram a ponta-de-lança da “cobertura Ninja” e até 2013 eram muito pouco difundidas no Brasil, são consideradas pelo jornalista Bruno Torturra, fundador da Mídia Ninja, uma tecnologia capaz de transformar a internet em uma “arena política global”, ao conferir voz própria a todos os indivíduos. Em uma palestra⁵⁵ proferida em inglês no evento TED Global 2014, Torturra defendeu que esse tipo de transmissão “retira o monopólio e as vozes políticas das bocas dos políticos tradicionais, empodera as pessoas para o poder direto e não mediado, para a troca de experiências e o questionamento dos poderes de autoridades” (TORTURRA, 2014, tradução nossa), destacando que a tecnologia tem seu grande trunfo em unir objetividade e subjetividade “de uma maneira bastante política”, ao

⁵⁵ https://youtu.be/2r_qTWYOIog

ajudar concretamente as pessoas a se colocarem no lugar uma das outras – ideia que, sustentou, deveria ser o objetivo de todo bom jornalismo, bom ativismo e boa política.

Na mesma palestra, Torturra conta como, em 2011, ao cobrir a Marcha da Maconha em São Paulo, acabou fazendo o que considera a primeira transmissão em *streaming* do Brasil, sem ter dimensão do ineditismo de sua iniciativa: depois de sofrer os efeitos do gás lacrimogênio usado pela polícia para a repressão, em uma manifestação anterior à qual compareceu para cobrir por um veículo da mídia tradicional, decidiu acompanhar aquele protesto de maneira independente e retratar diretamente, de dentro da manifestação, o que se passava ali. A transmissão, feita pelo seu telefone celular, teve uma repercussão significativa e gerou interesse de uma série de pessoas. Em 2013, quando as manifestações em São Paulo começaram, Torturra e a Mídia Ninja apostaram naquela tecnologia como o caminho prioritário para a realização de uma cobertura diferenciada e dinâmica do processo. As transmissões ao vivo eram hospedadas no servidor japonês *twitcasting* e seus links divulgados especialmente em páginas do Facebook e do Twitter. Ele destaca que aquele tipo de transmissão possibilitava não apenas que os repórteres passassem despercebidos no meio da multidão, mas também era capaz de “oferecer uma visão subjetiva, um olhar de dentro do protesto, que permitia a quem estava assistindo a experiência de estar ali”. Ele destaca ainda que a Mídia Ninja não competia por notícias e furos com outros veículos, buscando encorajar, convidar e ensinar as pessoas a fazer transmissões, baseados na ideia de que todos podem ser produtores de conteúdo:

“Crescemos exponencialmente por todo o país. Tínhamos centenas de jovens conectados nessa rede, cobrimos mais de 50 cidades ao mesmo tempo, coisa que nenhum canal de televisão pôde fazer. Tornamo-nos, de repente, um tipo de grande mídia da mídia social, tínhamos alguns milhares de seguidores na nossa página do Facebook e de repente passamos a 250 mil seguidores. Nossos posts e vídeos eram vistos mais de 11 milhões de vezes por semana. Era muito mais do que qualquer jornal ou revista podia fazer. E isso transformou a Mídia Ninja em algo mais: mais do que um

meio de comunicação, viramos um serviço público, aos cidadãos, aos manifestantes, aos ativistas, porque tinham um meio muito simples e eficiente de confrontar ao mesmo tempo a polícia e a autoridade midiática; muitas das nossas imagens e transmissões foram usadas pelos canais de televisão comerciais. Algumas de nossas imagens foram responsáveis por tirar pessoas da prisão, que tinham sido presas injustamente, sob falsas acusações, e pudemos provar sua inocência [referência ao caso do ativista Bruno Teles, no Rio de Janeiro] e isso também fez a Mídia Ninja se tornar algo como inimiga dos policiais infelizmente. E começamos a ser fortemente agredidos e até presos. Mas isso também foi importante, porque ajudou a disparar um importante debate no país sobre o papel da mídia e o status da liberdade de imprensa no país”. (TORTURRA, 2014, transcrição e tradução nossa)

A apresentação de Torturra no evento internacional enfatiza a noção da ‘disputa de narrativas’ como um dos principais fenômenos desenrolados em junho de 2013, entendido como determinante para a configuração do processo e visto como o próprio sentido da atuação da Mídia Ninja, não apenas naquele cenário específico. A significação social daquele processo de explosão de mobilizações e os movimentos de formação da consciência a ele associados são, assim, entendidos como uma batalha discursiva estabelecida entre diferentes leituras e versões do fenômeno em curso – o que nos parece o eixo central da concepção de comunicação e política ali presente e um elemento que merece nossa atenção. A incorporação de pressupostos teóricos discutidos anteriormente, como a perda da noção de totalidade e a autonomização do simbólico, nos parece um elemento constitutivo da concepção baseada na ‘disputa de narrativas’ – que inclusive orienta o nome do coletivo –, o que tem implicações políticas e para a própria prática objetiva da comunicação.

Nos ajuda a enriquecer essa discussão a já célebre entrevista⁵⁶ concedida por Bruno Torturra e Pablo Capilé, esse último fundador, formulador e principal figura pública da Rede Fora do Eixo, ao Programa Roda Vida, da TV Cultura, em 5 de agosto de 2013. Ancorado pelo jornalista Mario Sergio Conti, o programa pode ser considerado

⁵⁶ <https://www.youtube.com/watch?v=kmvgDn-lpNQ>

a primeira grande aparição nacional – o programa foi, como usual, transmitido pela TV Cultura, a TV Brasil, emissoras afiliadas e também online – da Mídia Ninja, que se fez no contexto imediatamente posterior à explosão dos protestos e quando os seus desdobramentos em muitas cidades ainda era eram bastante presentes.

No Rio de Janeiro, por exemplo, Junho não foi um evento interrompido e seguiu com uma série de manifestações em julho, que passaram pelo movimento ‘Ocupa Cabral’, um acampamento em frente à residência do ex-governador Sérgio Cabral, e a realização de protestos durante a Jornada Mundial da Juventude da Igreja Católica, com a visita do Papa Francisco à cidade, chegou a agosto, com a ocupação da Câmara dos Vereadores, atravessou setembro e seguiu intenso até, no mínimo, outubro, quando uma greve dos profissionais de educação das redes municipal e estadual se tornou forte e mobilizada. Em todos esses processos de mobilização, a Mídia Ninja seguiu cumprindo, com cada vez mais destaque, seu papel de ‘grande mídia da mídia alternativa’, realizando cobertura intensa e permanente dos protestos.

No momento de realização daquela entrevista, portanto, Junho ainda era um evento presente e pulsante no cenário nacional. Torturra, falando pela Mídia Ninja, e Capilé, pelo Fora do Eixo, foram entrevistados ao vivo e por cerca de uma hora e meia responderam a questões de Suzana Singer, *ombudsman* da Folha de São Paulo, Alberto Dines, editor do Observatório da Imprensa, Eugênio Bucci, professor da USP e colunista do Jornal Estado de São Paulo e da Revista Época, Wilson Moherdau, diretor da Revista Informática Hoje, Caio Túlio Costa, jornalista e professor da ESPM, e do âncora Mario Sergio Conti. Não faremos, aqui, uma descrição integral e nem discutiremos a entrevista ponto a ponto: destacaremos alguns dos eixos que nos parecem ilustrativos e especialmente relevantes para nosso debate sobre a concepção, o sentido e as práticas de comunicação ali expressas.

Logo de início, os entrevistados deixam clara a até então nebulosa relação entre a Mídia Ninja e a Rede Fora do Eixo, explicitando que a primeira foi criada como parte da segunda, sendo, portanto, integrante da Rede e criada para ser seu ‘ramo’ ou ‘braço’ jornalístico. Segundo relato⁵⁷ do Coletivo Passa-Palavra, grupo a que nos referimos em capítulo anterior, a aproximação da Mídia Ninja de alguns dos coletivos e frentes que organizavam as manifestações contra o aumento das tarifas de transporte em 2013 não se fez explicitando essa relação, que foi tratada em algumas ocasiões como uma vaga “parceria”. Naquela entrevista ao Roda Viva, fica explícita ainda a divisão de tarefas entre os dois representantes presentes, sendo Torturra o elaborador da concepção editorial e jornalística da Mídia Ninja e Capilé o formulador da concepção e estrutura política e financeira da Rede, criada por ele em 2005.

Sobre o sentido da atividade produzida pela Mídia Ninja, Torturra é contundente ao defender, diante do questionamento dos entrevistadores, que se trata de jornalismo, feito por um grupo organizado, constituído como veículo e que demanda dedicação diária para a transmissão de informação “da maneira mais crua, mais honesta e abrangente possível dentro das nossas limitações”. Ele define a produção do grupo como um “jornalismo pós-industrial”, uma expressão da era pós-industrial ou “a idade da informação” que, segundo sua avaliação, caracteriza o tempo histórico atual. Criticando a percepção dominante da mídia como um modelo de negócios e uma atividade que deve ser lucrativa e operar sob os mesmos paradigmas de funcionamento de uma indústria, o jornalista atribui, inclusive, a crise financeira dos jornais e veículos tradicionais à permanência dessa concepção, que seria incompatível com as novas configurações do mundo contemporâneo. Essa percepção da informação como *commodity*, em sua avaliação, determinou a própria forma equivocada de migração dos

⁵⁷ <http://passapalavra.info/2013/08/82548>

jornais para a internet, anacrônica, em modelo industrial e, assim, inadequada ao tipo de relação econômica que a rede estabelece. Torturra defende que a etapa pós-industrial do jornalismo seria muito positiva, um momento em que a atividade não seria mais encarada como uma produção industrial e o jornalista não seria mais visto como um operário.

A perspectiva apresentada por Torturra, então, ao criticar a produção de informação como mercadoria, orientada para a geração de lucros, associa essa dinâmica a um período já historicamente superado, de “capitalismo industrial”. Ao ignorar que as transformações operadas pelo e no capitalismo e a configuração do capitalismo contemporâneo não suplantam – pelo contrário, complexificam e expandem – os mecanismos de produção da mercadoria, tal concepção supõe que a emergência técnica de novas plataformas, sobretudo da internet, seria por si capaz de determinar a emergência de novas relações de produção, novas relações sociais e, especificamente, novas dinâmicas para a produção no campo simbólico. A superação do padrão tradicional – identificado como o “padrão industrial” – de produção das notícias é tomada como sinônimo da superação da produção de informação (ou comunicação, se posto de maneira mais ampla) como mercadoria.

Temos, aí, de nosso ponto de vista, justamente a chave para que essa nova comunicação, produzida em novas circunstâncias e sob novos paradigmas, continue carregando em si a lógica da mercadoria, justamente por não a identificar em suas dinâmicas de produção. Como dissemos, no capitalismo contemporâneo, organizado sob a hegemonia do capital fictício, a expansão da lógica da mercadoria para o campo simbólico não apenas não é superada como se aprofunda e dinamiza. A emergência das novas tecnologias e dos formatos que se desenvolvem nas novas plataformas podem abrir uma série de possibilidades técnicas mas jamais, por si só, serão responsáveis pela

ruptura com a lógica mercantil – que segue sendo um problema da ordem objetiva e de sua relação indissociável de sobredeterminação com o campo simbólico.

Os pressupostos teóricos de Antonio Negri, que discutimos no Capítulo 1 a partir do manifesto da Universidade Nômade, podem ser também aqui identificados. A leitura, afinal, é a de que as transformações do capitalismo no atual período histórico significariam o deslocamento da centralidade das relações sociais, que passariam da esfera material para a subjetiva (Bruno Torturra fala em “era da informação”, “pós-industrial”). Nesse processo, as possibilidades técnicas surgidas do desenvolvimento do capitalismo significariam, sem ruptura ou transformações totalizantes, mais do que a possibilidade, mas em alguma medida a inexorabilidade de instauração de relações não mais marcadas pelos clássicos mecanismos de exploração material do “antigo capitalismo”. Como dissemos, por esta perspectiva o desenvolvimento das contradições no capitalismo teria como complemento a produção do chamado “polo comum”, gestado no interior do próprio sistema, que abre possibilidades de outras formas de vida, marcadas pela coletividade, sem que uma transformação objetiva das relações sociais de produção capitalista sejam necessárias.

Esses elementos, que ficam evidentes na formulação de Torturra sobre o “novo jornalismo”, “pós-industrial” e supostamente “pós-mercantil”, típico e próprio da comunicação digital, na internet, se manifestam – de maneira talvez ainda mais explícita – na explanação de Capilé sobre a formação e funcionamento da Rede Fora do Eixo. Aos entrevistadores, o produtor cultural fala que a atuação da Rede ao longo dos anos permitiu a instauração de relações de “desmonetização”, com o estabelecimento de novas relações de trabalho, remuneração e produção em seu interior. “Hoje, conseguimos desmonetizar as relações, porque as pessoas moram dentro das casas [as

residências coletivas para integrantes-trabalhadores da Rede Fora do Eixo] e conseguem transformar 1 em 10. Na lógica de rede, o que um faz, todos recebem em conjunto”, diz.

Capilé fala na consolidação, pelo FdE, de “meios de produção” próprios, e explica que prestam serviços em design, jornalismo, realizam oficinas, debates, organizam festivais musicais e audiovisuais, que permitem captação de recursos para o investimento em outras iniciativas, em um funcionamento similar ao de uma incubadora. Além disso, aponta, há o financiamento advindo dos editais públicos de cultura, que, afirma, são minoria, compondo entre 3 e 7% do total de captação de recursos do FdE naquele momento. “A maior parte [do financiamento] vem dos nossos próprios meios de produção, que a gente construiu”. A lógica de um empreendedorismo cultural fica bastante evidente, mas, ao mesmo tempo, há uma imbricação entre as noções de empresa e movimento social que turva as relações enquanto permite que elas se perpetuem. Afinal, mesmo dentro da lógica de captação de recursos públicos e privados e realização de prestação de serviços, os integrantes das Rede não recebem salários ou qualquer tipo de remuneração por seus serviços. Eles vivem dentro das casas coletivas, mantidas com o fundo comum – o “caixa coletivo” – do FdE, onde obtêm ainda alimentação, vestimenta (também coletiva) e demais itens de primeira necessidade. No interior da Rede, assim, não há remuneração ou circulação de reais, mas sim da “moeda própria” do FdE, o CuboCard – o que configuraria a relação de “desmonetização” descrita por Capilé.

Nessa imbricação, como tem frisado o Passa-Palavra, entre empresa e movimento social, a participação dos integrantes na Rede se faz como uma forma de militância, que atrai especialmente ativistas jovens e dispostos a integrar-se a projetos coletivos. No entanto, essa mesma participação está na base da captação e multiplicação de investimentos por um viés empreendedor. Após a entrevista ao Roda Viva, inclusive,

multiplicaram-se pelas redes sociais denúncias de ex-integrantes do FdE, que haviam sido moradores das casas coletivas e identificavam naquelas relações formas de intensa exploração do trabalho baseadas em relações profundamente hierarquizadas que se escondiam sob a apresentação de produção coletiva e “comum”.

Outro aspecto importante da entrevista é aquele relativo ao conteúdo das produções do Mídia Ninja e a forma pela qual se compreende o papel da comunicação na “disputa de narrativas” estabelecida, segundo a concepção do veículo. Questionados sobre a parcialidade constitutiva de suas relações com os movimentos e manifestantes, Torturra e Capilé sinalizam que jamais se pretenderam imparciais, e que o questionamento à cobertura tradicional não se baseia na cobrança de uma suposta postura imparcial aos grandes meios. O questionamento, dizem, se deve ao fato de que os veículos tradicionais apresentam-se como isentos quando, objetivamente, estão posicionados naqueles conflitos. O que está em jogo, afirmam, é dizer de forma transparente quais os lados e posições assumidas, o que seria o critério da “nova objetividade” jornalística para Torturra: a transparência sobre o que se pensa e sobre a forma de produção das informações.

A “tomada de posição” pelo veículo é vista como parte da composição do que Capilé define como um “mosaico de multiparcialidades”: a aposta da Mídia Ninja, assim, é ser mais uma voz em um terreno diverso, plural, “multiparcial”, no qual os indivíduos podem acessar os diversos sentidos e produzir suas próprias leituras, ao mesmo tempo em que também podem produzir informações. “A gente assume a nossa parcialidade. Dentro dessas multiparcialidades se cria um mosaico de parcialidades e se entrega para o público, que não está mais disposto a ficar esperando o momento em que o filtro vai trazer informação decupada. O público opina e recebe a informação ao mesmo tempo”, diz. Torturra reforça que, por essa lógica, a Mídia Ninja passou a se

constituir como uma espécie de “serviço de utilidade pública”, ao qual as pessoas se remetem, nos protestos, pedindo para que algo seja registrado como forma de proteção – sobretudo diante de casos de violência policial. “A gente está protegendo a democracia quando toma lado em uma manifestação, não estamos defendendo o argumento do manifestante necessariamente, mas o direito de dizer”, define.

Nesse mesmo sentido, Capilé afirma não ser uma preocupação da Mídia Ninja uma posterior edição das imagens produzidas pelo veículo, diante do grande quantitativo de material bruto que disponibilizam em coberturas ao vivo que chegaram a durar 12 horas ininterruptas. Isso seria, segundo ele, parte dos mecanismos da “mídia de multidão”, em uma nova configuração em que a mídia de massa seria substituída pela “massa de mídias”. Recombinações e reapropriações não seriam apenas inevitáveis, como desejáveis diante de uma profusão de conteúdos em grandes quantidades. “Um dos objetivos é justamente perder o controle”, diz.

Tais concepções, agora no que se refere ao papel da comunicação e de seu conteúdo para os processos de formação da consciência, se revelam mais diretamente enquadradas por perspectivas liberais: a formação de consciência seria, assim, parte de um movimento individual que, se é feito em mediação com as produções coletivas e diversas, se completa na produção de um sentido sobre a realidade que não é parte de qualquer projeto coletivo. O papel da comunicação na disputa simbólica se reduziria, sob essa perspectiva, a oferecer múltiplas subjetividades, o mais diversas possíveis, para que os indivíduos pudessem se posicionar diante do mundo. Aqui podemos encontrar exatamente a lógica mercantil não superada (e introjetada) a que nos referimos anteriormente: a comunicação aparece como mercadoria a ser ofertada e, de acordo com a perspectiva liberal, tão mais democrática quanto mais inserida em um “mercado competitivo”.

Seria, assim, o “mosaico de parcialidades” uma espécie de livre mercado das subjetividades, cujo parâmetro último é o indivíduo como consumidor, capaz de escolher diante das ofertas – e não como sujeito coletivo. A ruptura com a lógica mercantil exigiria, justamente, a vinculação dos processos de formação da consciência – como buscamos demonstrar, sempre e cada vez mais atravessados pela comunicação – com a produção de significações sociais que pudessem superar o isolamento da percepção individual através da constituição de um sujeito político coletivo para um projeto político coletivo e histórico. Uma tarefa que exige, inescapavelmente, uma reflexão que se proponha a romper as barreiras da produção simbólica e subjetiva e se arrisque a pisar no chão concreto das relações e contradições materiais da sociedade, levando em consideração a existência, para além dos discursos, de relações objetivas e de verdades históricas construídas e passíveis de transformação.

Capítulo 3. Notas conclusivas sobre o sujeito político contemporâneo e a comunicação

3.1. O que resta? Permanências das explosões sociais e a influência do consenso cultural existente nos movimentos sociais

Como sinalizado, pretendemos, nestas notas, retomar a discussão teórica elaborada no primeiro capítulo para, a partir da ‘visita ao campo’ operada no capítulo anterior, apontar algumas possíveis sínteses sobre a questão da comunicação e da cultura no capitalismo contemporâneo, que levem em consideração o seu papel para constituição do sujeito político da “era em que vivemos”. A partir dos padrões e fluxos de comunicação – seja a hegemônica ou alternativa – identificados e discutidos no Capítulo 2, retomamos, agora em caráter mais ensaístico, às nossas questões-chave, sempre buscando refletir sobre os pontos de fissura, contradições e potenciais apontados por nossas análises. Dessa forma, esperamos que os elementos de síntese aqui apresentados possam ao menos representar um esforço de escape da armadilha reiterativa – que busca a realidade somente para comprovar pressupostos prévios e arbitrariamente definidos – e estabelecer com a realidade contemporânea e suas contradições um diálogo criativo e criador.

Como procuramos ter demonstrado, reproduzindo-se sob a hegemonia da lógica do capital fictício, em que este aparentemente se descola das suas determinações materiais, o capitalismo contemporâneo institui uma sociabilidade propícia ao tipo de expressão ideológica que toma o simbólico como uma esfera autônoma e descolada de seus referentes materiais. Esse processo se instituiu em um contexto no qual as produções simbólicas se tornam muito mais abundantes, já que as formas de valorização

e reprodução material do capital passam pela transferência de investimentos ao setor de serviços e, assim, transformam profundamente o campo da comunicação e da cultura. A constituição dos grandes conglomerados de comunicação, a grande expansão da publicidade, as inovações das tecnologias de informação e comunicação e a imbricação sem precedentes entre a produção cultural, a mídia e o mercado, determinam, assim, um crescimento da oferta de mercadorias culturais que torna a interação com este campo simbólico mercantil e aparentemente autônomo um fator cada vez mais predominante da sociabilidade.

O fenômeno da reificação, também complexificado, atravessa os processos de formação da consciência reafirmando a aparência contingente e fragmentada da imediatividade social e impõe sua marca às dinâmicas de produção simbólica, o que tem rebatimentos determinantes também para a produção de comunicação contra-hegemônica. O consenso cultural fortemente associado ao consumismo – em que o consumo como atividade se divorcia do estabelecimento de relações de sentido como o conteúdo do que é consumido e passa a ter valor próprio – se manifesta também na esfera simbólica, contribuindo para o desenvolvimento de um tipo de relação com a produção subjetiva em que o “estar informado” ou “estar entretido” se desvincula do sentido social e coletivo daquela práxis.

Acreditamos, portanto, que essa reconfiguração objetiva no capitalismo contemporâneo coloca as questões da comunicação e da ideologia de maneira não apenas quantitativamente elevada, mas qualitativamente diferenciada e nova para os processos de formação da consciência e, assim, para a luta política a ser travada nesse momento histórico. A oferta incessante de produtos culturais constituídos sob a lógica de mercadoria aprofunda a “soldagem da subjetividade” operada pela ideologia e obstaculariza os movimentos totalizantes na consciência, mesmo no contexto das

práticas que se coloquem no campo da contestação e da crítica à sociabilidade vigente. Além de ser praticada de maneira reificada, a comunicação é também, muitas vezes, percebida em sua aparência fragmentada e imediata. Como dissemos, os movimentos da reificação implicam também em uma leitura da comunicação e de seu papel para a luta política que termina por ser essencialmente técnica e, assim, tende a identificar as tarefas relativas a essa dimensão apenas reduzidas ao campo da prática imediata e ao manejo das novas tecnologias.

A partir das experiências analisadas no capítulo anterior nos parece que esse é um importante elemento a ser destacado: identificamos aspectos, em parte dos episódios desenvolvidos nos diferentes processos de mobilização, que confluem para uma abordagem que, complementarmente, como duas faces de uma mesma moeda, superestima e limita o papel da comunicação alternativa. Superestima à medida que deposita nas práticas da comunicação alternativa, e somente nelas, por si só, a expectativa de resolução de problemas políticos mais complexos, como a ruptura com os momentos de apatia e desmobilização, a formação da consciência, a construção de correlações de forças vitoriosas nos embates com os segmentos conservadores e a própria produção de agendas e projetos comuns.

Complementarmente, e justamente por ignorar os vínculos entre as questões da comunicação e o conjunto da fenomenologia social, tal abordagem tende a mover-se pela busca de uma ‘comunicação eficiente’ que se torna limitadora, porque limitada ao enquadramento estabelecido. A ‘eficiência’ almejada, assim, pode redundar em uma reiteração do consenso cultural que se critica, com uma comunicação que se torne excessivamente simplificadora, apologética do imediato e da aparência fragmentada da realidade, excessivamente didática ou ‘populista’, no sentido de buscar reproduzir o

repertório simbólico instituído para vincular-se às subjetividades que se pretende disputar.

Ao mesmo tempo, como também buscamos identificar nas experiências concretas que visitamos, seria um equívoco tratar tal perspectiva como uma expressão única das relações estabelecidas entre os movimentos e a comunicação e, mais ainda, como opção política e estratégica definida como tal. Em grande medida, a centralidade assumida pela comunicação na formação e estruturação dos movimentos discutidos é parte do reconhecimento, pelos próprios movimentos, da necessidade objetiva de elaboração autônoma de seus discursos para enfrentar o tratamento fragmentado e criminalizatório elaborado pelos meios hegemônicos. A transformação da consciência imediata diante do acirramento das contradições objetivas, como observamos, se constituiu nas diferentes formações sociais analisadas em mediação com a comunicação, um elemento central da sociabilidade instituída, indicando que, em alguma medida, a utilização das tecnologias de comunicação pode ser também em si um elemento da espontaneidade que marca a explosão daqueles processos.

Assim, não necessariamente a “autocomunicação de massa” (nos termos propostos por Castells) emerge para o conjunto dos movimentos e ativistas neles envolvidos como um traço definidor e constitutivo daqueles processos de mobilização, no sentido de ocupar um lugar estratégico do qual conscientemente se tenha optado por retirar um projeto de sociedade alternativo e uma prática de ruptura com a ordem. Como dissemos, tal uso e tal relação com a comunicação, especificamente a comunicação digital e as redes sociais, não são necessariamente uma escolha “programática” (de um programa que se defina pelo descarte das mediações generalizantes), mas antes uma expressão e um sintoma do consenso cultural existente e da forma com que interage com os movimentos. Nesse sentido, a identificação da necessidade de constituição de

uma comunicação autônoma, capaz de se contrapor à lógica da comunicação dominante, se percebida como elemento da consciência espontânea, pode expressar uma forma de “consciência possível”, nos termos propostos por Gramsci, expressando contradições, um “núcleo sadio” e demandando, assim, uma compreensão específica de sua forma de expressão para o estabelecimento de mediações que possam caminhar para uma universalização não formal, mas totalizante.

O rompimento e o desequilíbrio do consenso estabelecido e as alterações nas visões de mundo instituídas, sob essa forma de “consciência possível”, marcam, então, a conjuntura aberta pelo aprofundamento da crise capitalista e a explosão dos movimentos sociais a partir de 2011. A partir das discussões feitas nos capítulos anteriores, nos parece fundamental o questionamento sobre a maneira pela qual se institui esse cenário que, grosso modo, pode ser identificado como de ‘maior politização’ e sobre como esse momento se expressa na cultura. A política e a referência aos movimentos sociais e grandes projetos de organização coletiva passam, inegavelmente, a ocupar um lugar distinto – de maior destaque – na sociabilidade e nas relações cotidianas a partir de 2011, determinando formas de incorporação e diluição desse referencial pela ideologia dominante e, ao mesmo tempo, a presença mais aguda de pontos de atrito e potencialmente críticos no consenso dominante.

Há muitos exemplos e expressões desse fenômeno, e aqui não nos deteremos a uma análise pontual dessas manifestações. Apenas como forma de ilustração, citamos que, em 2011, “o manifestante” foi eleito pela tradicional e mundialmente reconhecida nomeação da revista estadunidense *Time* como a “personalidade do ano”⁵⁸, o que nos parece bastante revelador do aspecto que estamos procurando ressaltar. A capa, com um manifestante de rosto e cabeça cobertos, destaca a figura presente em todo o mundo,

⁵⁸ <http://content.time.com/time/person-of-the-year/2011/>

com a legenda que diz “da Primavera Árabe a Atenas, do Occupy Wall Street a Moscou”, como mostram as imagens abaixo:



(Capa da *Time*, 2011)



(Portal da *Time*, lançamento da edição de eleição da personalidade do ano)

Pensar, portanto, naquilo que resta, permanece e se transforma após as explosões sociais é tratar ao mesmo tempo dos resultados objetivos dos processos de mobilização, de seus desdobramentos políticos e de um novo momento, com a instauração de um clima cultural diferente, distinto dos anos de maior estabilidade, nos quais o ‘pensamento único’ neoliberal se constituía principalmente varrendo da sociabilidade

cotidiana e das expressões culturais as referências às lutas coletivas e seu sentido para a vida dos indivíduos. Sobre os resultados objetivos e os desdobramentos políticos concretos dos diferentes processos de mobilização, nos parece relevante sinalizar alguns aspectos, por mais que, obviamente, não seja esse nosso objeto de análise e nem caiba no escopo desta pesquisa uma investigação detalhada sobre esse aspecto. De todo modo, estes são elementos bastante reveladores das próprias formas de constituição dos movimentos, o que inclui a relação estabelecida e o lugar ocupado pela comunicação nos diferentes contextos. Da mesma maneira, a própria produção de sentido posterior aos momentos de auge das mobilizações é uma expressão significativa dos caminhos da formação da consciência e sua interação com o consenso cultural dominante.

No caso egípcio, por exemplo, destacamos na sessão anterior como uma das principais referências da assim denominada geração dos “jovens de Facebook”, o executivo Wael Ghonim, apontou em seu mais marcante discurso, feito em uma lotada Praça Tahrir logo após a sua libertação da prisão, que aquele “não era o momento para ideologias”. A apologia ao imediato e a confiança na espontaneidade das manifestações como forma de garantia da “união de todos os egípcios”, entendidas como suficientes para traduzir politicamente o que estava em jogo e apontar os caminhos a serem seguidos, foram elementos de um sufocamento da discussão de projetos naquele momento. Como se sabe, diante do cenário de generalizada insatisfação com o status quo e o vazio político na produção de alternativas orgânicas aos movimentos, a força política que emergiu como resposta concreta após os protestos e a derrubada de Mubarak foi a Irmandade Muçulmana, uma força que se juntou às manifestações já ao final do processo. O vazio na formulação de alternativas e programas significou, objetivamente, uma ocupação daquele espaço pelos setores organizados e munidos de

projetos gerais capazes de disputar o sentido dos protestos e o generalizado sentimento pró-mudanças.

Sobre o processo espanhol, registramos que os movimentos não conquistaram suas reivindicações mais gerais e sofreram um significativo processo de diluição. Como sinalizamos, a avaliação de Toret reside justamente no entendimento de que seu maior saldo tenha sido uma “mudança de cultura política” no país, que se traduziu inclusive na criação de novas organizações e partidos políticos referenciados nas mobilizações, suas reivindicações e métodos de luta. Como também têm apontado uma série de avaliações, o principal desses partidos, o Podemos, se revelou bastante insuficiente para enfrentar os ataques do capital em crise à população e consolidar-se como uma alternativa sistêmica, atravessando atualmente inclusive um momento de indefinição política e divergências acerca de sua aproximação eleitoral com o tradicional PSOE.

Micah White, um dos convocadores do Occupy Wall Street, em instigante avaliação daquele processo elaborada em 2016, portanto já com algum distanciamento temporal da explosão do movimento estadunidense, critica o método corrente nos movimentos sociais de resistir à identificação de falhas e sempre produzir avaliações excessivamente positivas sobre as lutas travadas e seus desdobramentos. Buscando refletir sobre o Movimento Occupy a partir da perspectiva permitida pelo tempo e, sobretudo, pelo desenvolvimento de novas experiências, como o Movimento *Black Lives Matter*, White fala em uma “falha constitutiva” do Movimento Occupy que, segundo ele, precisa ser reconhecida e enfrentada.

“Há uma narrativa prejudicial que os ativistas gostam de repetir, de que tudo é um sucesso. Nós gostamos de dizer uns aos outros que Occupy não foi derrotado, apenas se defez em mil fragmentos de luz. E, você sabe, essa é uma história positiva, mas não é verdade. E a falsa positividade não nos aproximará de uma estratégia revolucionária efetiva. A verdade é que Occupy buscou atingir um objetivo muito específico: acabar com o poder do dinheiro sobre nossas democracias. E nós falhamos. Então, eu chamo o Occupy Wall Street de um fracasso construtivo, porque, ao falhar,

revelou as limitações do ativismo contemporâneo. O movimento não foi um fracasso total, conseguiu algumas coisas e teve resultados positivos. Mas foi um fracasso construtivo porque nos mostrou que nossos métodos de protesto e nossas teorias de ativismo são falsas” (WHITE, M. 2016, tradução nossa).

Esse nos parece um elemento importante e bastante significativo, por referir-se a um senso corrente nos movimentos sociais e não se limitar à experiência estadunidense. Justamente por isso, o ímpeto por uma caracterização sempre positiva dos movimentos e seus resultados nos parece um importante componente dos atravessamentos da ideologia dominante no campo contra-hegemônico, que se constitui apoiado na negação de um projeto histórico e estratégico e, exatamente, na perda de sentido totalizante que limita a luta política ao seu caráter eventivo, às sensações produzidas e, por isso, depende da manutenção de um estado de empolgação e excitação dos ativistas para se reproduzir, estimulado pelas avaliações de ‘ações vitorias’ que independem de seus resultados e contradições.

Acreditamos, inclusive, que esse é um elemento fundamental a ser levado em conta para a avaliação da experiência brasileira e o sentido de Junho para as lutas de classe do país. Não se trata, e é fundamental que isso seja destacado, de negar a sua validade, imensa riqueza e o fato de ter colocado as mobilizações sociais no país em outro patamar. No entanto, a identificação de que a esquerda, como campo amplamente compreendido, foi derrotada nesse processo e que, sob essa perspectiva, a esquerda ‘perdeu Junho’, nos parece indispensável. Dizemos ‘perdeu’ porque, como acreditamos ter indicado, o fenômeno surge diretamente associado à esquerda e as pautas populares, mas é objetivamente sequestrado pelos segmentos conservadores, que saem vitoriosos de sua empreitada para redirecionar seus alvos políticos. Parece-nos bastante evidente que a criação do clima que permitiu a elaboração do golpe de governo que derrubou a presidenta Dilma Rousseff em 2016, com a realização de manifestações abertamente

reacionárias e dirigidas por setores de direita e extrema-direita, se instituiu em direta vinculação com a significação majoritariamente elaborada sobre Junho na consciência corrente brasileira.

Como temos sinalizado, tais avaliações sobre os desdobramentos e resultados específicos de cada um dos movimentos e processos de mobilização – que carregam, cabe lembrar, significativas diferenças entre si – não significam uma leitura simplista que se torne incapaz de compreender seus potenciais e, inclusive, o que puderam produzir de positivo a partir de suas experiências. Se é verdade que o simples fato de haver movimentos em desenvolvimento não é suficiente para garantir transformações objetivas e, por isso, não pode ser somente celebrado ou superestimado, é fundamental lembrar que, sem agitação social intensa e quebras da coesão dominante, qualquer possibilidade de transformação social e ruptura com a ordem pode ser descartada. Assim, se identificamos que, em consideráveis cenários, nacional e internacionalmente, a partir do acirramento da crise capitalista se institui uma polarização política que tem colocado os setores conservadores em posições majoritariamente favoráveis, isso não significa que as lutas políticas em curso não produzam vitórias parciais e saldos políticos para o campo da esquerda.

Mais uma vez tomado como exemplo o cenário brasileiro, devemos lembrar que, na virada do ano de 2015 para 2016, no mesmo contexto de realização das citadas manifestações reacionárias contra o governo Dilma Rousseff, ocorreu no Brasil um potente processo de ocupação de escolas públicas protagonizado por estudantes dos ensino médio e mesmo fundamental, com caráter abertamente popular – seja por sua composição social, seja pelas pautas de reivindicação e métodos de luta adotados. Junto a esse, há vários outros exemplos, no Brasil e no mundo, de lutas sociais que não apenas seguem se realizando, como se intensificam no cenário de polarização e, como

dissemos, se vinculam a um clima cultural de politização do cotidiano imensamente superior ao do momento histórico imediatamente anterior. E, como discutido, em todos esses eventos, a comunicação autônoma e, sobretudo, digital, segue ocupando papel de centralidade.

Compõe esse mesmo quadro o destaque cada vez mais significativo assumido pelos movimentos feminista, negro e LGBT, cujas pautas se impõem de maneira crescente, contundente e desafiadora aos mecanismos de violência, exploração e opressão instituídos e aos consensos conservadores enraizados nos costumes e na sociabilidade contemporânea. Cada um desses movimentos traz contornos específicos e abrange uma gama tão ampla de temáticas e contradições que impedem que elaborem uma análise desse fenômeno nestas páginas. No entanto, registramos este como um relevante aspecto da fenomenologia social instituída que, entre vários outros fatores, tem rebatimentos específicos para as questões da comunicação e da cultura que temos investigado aqui.

Apenas como registro, do ponto de vista mais estritamente político, nos parece que também nesse caso a esquerda tem ‘perdido’ os embates com a ideologia dominante e o ascenso dessas pautas tem se convertido – majoritariamente, não exclusivamente – em movimentos conservadores da ordem do capital. Sobre os temas referentes à comunicação e à cultura, acreditamos que o uso das redes sociais, a forma desse uso pelos movimentos, suas implicações na formação de uma nova geração de militantes, a relação dessas pautas com a comunicação hegemônica e com o mercado simbólico – seja nas manifestações da publicidade, do entretenimento televisivo, da produção audiovisual, do jornalismo, do mercado editorial, musical e várias outras – são temas efervescentes neste fenômeno e que, acreditamos, compõem esse mesmo quadro de politização, apropriação, diluição e resistência.

A presença cada vez maior de pautas relativas ao movimento negro, ao movimento de mulheres e ao movimento LGBT nas agendas da grande mídia brasileira – e também mundial – tem suscitado uma série de debates a esse respeito, reveladores sobre a constituição do ‘consenso cultural’ contemporâneo que temos buscado discutir. Expressando a polarização social, os êxitos desses movimentos em pautar suas questões na sociedade e, ao mesmo tempo, os movimentos da ideologia dominante para ressignificá-los e diluí-los, o fenômeno se desenha com contornos bastante similares aos descritos por Jameson (1995) em sua análise da cultura de massa, combinando elementos de reificação e utopia.

Partindo do fundamento de que a cultura de massa, assim como o alto modernismo, mantém relações de repressão com as angústias e preocupações sociais, Jameson sustenta que a primeira opera administrando-as ou recalando-as sob a forma da “ilusão de harmonia” (a partir do conceito da Escola de Frankfurt), enquanto o modernismo o faz através da elaboração de estruturas compensatórias. Tal movimento de administração e recalque depende, então, da apresentação do conteúdo social (para ser posteriormente manipulado, contido ou resolvido harmonicamente), mesmo que de maneira fragmentada. Jameson propõe, a partir daí, que a manipulação depende objetivamente da existência de algum traço de conteúdo genuíno, o que se desenvolve pela coexistência da função ideológica (de legitimação/mistificação) com um potencial utópico (que destaque uma leitura crítica da ordem social em alguma escala), que é o que nos parece estar em jogo na onda de incorporação das ‘pautas identitárias’ pela indústria cultural.

O autor, inclusive, aplicando esses conceitos à análise do clássico filme *The Godfather* (Coppola, 1972), chega a destacar que, diante da desintegração dos laços comunitários sob o capitalismo tardio, com sua sociabilidade atomizada e fragmentária,

os grupos étnicos e raciais preenchem, de certa forma, essa lacuna e fornecem dimensões de grupo, sociais e comunitárias – e, por isso, são objeto ao mesmo tempo de preconceito estrutural e de admiração e inveja. No caso específico de sua análise, Jameson está sinalizando como, em *The Godfather*, a família étnica italiana aparece como contraponto à sociabilidade fragmentária da qual os Estados Unidos são protótipo, projetando uma forma de reintegração social que tem contornos utópicos, mas não deixa de carregar em si elementos ideológicos – à medida que a desintegração comunitária é “explicada” (ideologicamente, com traços conservadores) pela deterioração da estrutura familiar patriarcal, da perda de autoridade paterna e como uma consequência da “permissividade” e da liberação dos costumes. Jameson fala, assim, sobre um impulso subjacente, mesmo que inconsciente, distorcido e degradado, do imaginário crítico sobre a vida social, que nos parece de extrema relevância para a temática que aqui procuramos abordar:

"A angústia e esperança são duas faces da mesma consciência coletiva, de tal modo que as obras da cultura de massa, mesmo que sua função se encontre na legitimação da ordem existente – ou de outra ainda pior – não podem cumprir sua tarefa sem desviar a favor dessa última as mais profundas e fundamentais esperanças e fantasias da coletividade, às quais devemos reconhecer que deram voz, não importa se de forma distorcida". (JAMESON, 1995)

Em um contexto atravessado pela explosão de movimentos sociais de grande porte, a proliferação de lutas políticas, o crescimento dos movimentos específicos como os citados e, como temos insistido, uma politização das relações cotidianas, nos parece evidente que o consenso cultural necessita de uma incorporação mais intensa e declarada do “conteúdo social”, como “conteúdo genuíno” que se impõe na sociabilidade. Esse processo, como elemento constitutivo da ideologia dominante, se expressa também na incorporação ou, como dissemos na análise da experiência

brasileira, nas formas de imbricação entre ativismo e empreendedorismo, justamente como uma forma de expansão do “conteúdo social” nas relações cotidianas.

Assim, as fusões entre empreendedorismo e movimento social, de maneira indistinta, passam a produzir um tipo de discurso cada vez mais presente na sociabilidade: o mercado se consolida como um espaço de ativismo e, complementarmente, esse ativismo se faz com instrumentos, lógica e estrutura de mercado. Ao mesmo tempo em que parte do ativismo se direciona para a inclusão na lógica do mercado e do espetáculo, empresas buscam nos movimentos sociais e/ou suas pautas os seus filões de mercado. A comunicação aparece, aí, como o principal elemento de mediação entre o mercado e os movimentos sociais.

Como expressão desse fenômeno, a própria comunicação digital se torna um relevante filão de mercado para iniciativas empresariais apoiadas no ‘caldo cultural’ de politização. É o caso, por exemplo, de duas das maiores páginas de Facebook no Brasil, a Quebrando o Tabu e a Catraca Livre, a primeira contando com mais de 7 milhões de seguidores e a segunda, mais de 8 milhões. Ambas, assumindo uma aparência e um caráter de iniciativa cultural e política, com contornos de ativismo e movimento social, são veículos de comunicação comercial que encontram seu mercado justamente em uma politização fluida e indeterminada. O tipo de ativismo ‘aceitável’ ou mesmo ‘desejável’ se institui, assim, nas diferentes relações estabelecidas com o mercado e a forma mercadoria. Como discutido no Capítulo 1 a partir das reflexões do Coletivo Passa Palavra, parte da estratégia de dominação capitalista consiste justamente em manter os de baixo atuantes, engajados e participativos, desde que em uma esfera controlada e mercantil.

Ainda compondo o consenso cultural contemporâneo, está o desenvolvimento da ‘atenção passiva’ (a partir de Adorno e retomado por Jameson) exigida para o consumo

das mercadorias culturais, que se acentua diante do crescimento do volume e velocidade das ofertas da indústria cultural, um elemento definitivo para a relação estabelecida entre os movimentos sociais, ativistas e a comunicação. Como dissemos acima, as relações de consumismo na esfera simbólica determinam um tipo de interação com os produtos culturais em que o ‘estar consumindo’, ‘estar entretido’ e ‘estar informado’ se sobrepõem ao estabelecimento de relações valorativas com o conteúdo que se consome. A partir das análises específicas elaboradas no Capítulo 2, acreditamos ter se tornado perceptível o quanto a velocidade e a fugacidade que caracterizam a produção da comunicação mercantil tem determinado fortemente a produção de comunicação dos movimentos sociais.

Como dissemos, a comunicação que não questiona o seu próprio referente material está fadada à reprodução da lógica do mercado simbólico, através de um movimento duplo que combina superestimação e limitação. Sem a vinculação a um projeto político totalizante, a comunicação não pode mais do que se ater ao imediato, ao fragmento e, conseqüentemente, ao que é técnico. O desenvolvimento tecnológico, que abre tantos e fundamentais potenciais para a comunicação e seu uso nos movimentos sociais, passa a ser tomado como fato em si e traço definidor da comunicação que não coloca no centro de sua práxis o questionamento ao referente material daquilo que ela mesma está produzindo.

Verificamos, assim, nas diversas experiências uma perspectiva majoritária na comunicação dos movimentos sociais, pautada pelo entendimento de que não há consciência a ser formada em projeto coletivo. Como esperamos ter demonstrado, a dimensão coletiva se reduz ao elemento estimulador da consciência, pela perspectiva da oferta de diversidade, mas este movimento se completa, sempre, individualmente. A desvinculação de noção de classe e projeto histórico se expressa, então, exatamente na

apologia ao imediato, e o papel da comunicação se reduz a ‘mostrar a realidade’, crua, imediata, a ‘fazer circular a informação’. O comunicador, nesse contexto, é apenas o meio de transmissão da informação crua, que, porque imediata, é inevitavelmente reificada e fragmentada. A ruptura com o filtro das distorções e barreiras da grande mídia é inegável e fundamental, mas, como temos procurado sinalizar, insuficiente e fadado à diluição mercadológica nos momentos que não são de ascenso das mobilizações.

Na mesma linha estão as reflexões de Ibarondo, apresentadas no capítulo anterior, que nos permitem pensar a fragmentação na comunicação não apenas como a negativa para o estabelecimento de conexões entre cultura e estrutura, mas também na esfera da própria produção de comunicação e seu sentido. A produção elogiada por ser ‘espontânea’, ‘imediata’, ‘sem filtros’, opera, em última instância, em um mesmo campo daquela comunicação hegemônica que nega a percepção dos movimentos em sua continuidade e totalidade. O tempo e a forma da produção de sínteses coletivas, que possam, assim, superar a reificação, não se dão no ritmo da produção imediata e fragmentada. É necessário, portanto, operar um questionamento a esse ritmo e a essa forma, que, obviamente, podem ser utilizados como recursos técnicos para momentos específicos, mas não como princípio absoluto ou mesmo sinônimo da ‘boa comunicação’.

3.2. Conclusão. Sujeito político e comunicação: apontamentos sobre o papel da disputa simbólica no projeto histórico da classe trabalhadora

Nesta última seção, como conclusão de nossa pesquisa, apresentaremos alguns apontamentos sobre a constituição do sujeito político contemporâneo em suas

mediações com a comunicação e a cultura, buscando problematizar o lugar e os caminhos da disputa simbólica no projeto histórico de emancipação da classe trabalhadora. Como aponta Jameson, destacando que a cultura é um elemento chave da sociedade de consumo, “se queremos continuar a crer em categorias como a de classe social, então temos que escavá-las no insubstancial reino sem fundo da imaginação cultural e coletiva” (JAMESON, 1995, p. 23). É justamente porque, como afirmamos, a categoria de classe social nos parece indispensável para a compreensão do capitalismo contemporâneo e para a formulação de alternativas políticas capazes de superá-lo historicamente, que temos insistido na necessidade histórica de incorporação das pautas da comunicação e da cultura à formulação do projeto totalizante de transformação social que possa, de fato, se associar ao nosso tempo histórico sem apenas reiterar fórmulas e esquemas consagrados na teoria.

O entendimento de que as esferas da política e da ideologia, como sinaliza Jameson, precisam ser “previamente desemaranhadas de seu modo primário de representação, que é cultural” (idem, ibidem, p. 22), a partir da identificação de que estamos diante de um tempo histórico saturado por signos e mensagens como nenhuma outra sociedade o foi, nos instiga, assim, a pensar a formulação estratégica de maneira necessariamente vinculada aos temas da comunicação e da cultura. Se a política, a práxis contestatória, a violência, o preconceito, os fenômenos da vida cotidiana são expostos diante de nossos olhos sob a forma imediata de representações culturais prioritariamente, não há como cogitar qualquer prática política que prescindia do enfrentamento ao mercado simbólico e suas formas.

Por isso, quando nos propomos a refletir sobre o “projeto histórico da classe trabalhadora”, partimos da compreensão de que a constituição desse próprio projeto precisa levar em conta as transformações e especificidades de nosso tempo histórico,

sem remeter a uma rigidez de um modelo ideal. O mesmo vale, portanto, para a noção de sujeito político e classe social que buscamos utilizar, entendendo suas nuances no contexto do capitalismo contemporâneo e sem incorrer em uma simplificação economicista. Ainda em Jameson, temos a indicação de que “até que a onipresença da cultura nessa sociedade seja ao menos vagamente sentida, as concepções realistas sobre a natureza e a função da práxis política atual dificilmente poderão ser formuladas” (idem, *ibidem*). Foi justamente esse o nosso esforço: contribuir para a compreensão dos caminhos pelos quais a cultura se associa aos processos de mobilização social, buscando identificar tanto os possíveis vetores para uma generalização totalizante aí contidos como os mecanismos de bloqueio e reiteração do existente que residem nessa relação.

Em seu *Manifesto pela Emergência*⁵⁹, Vladimir Safatle reafirma este entendimento, pontuando que a abertura de um novo tempo traz sempre, consigo, a decomposição das formas até então instituídas de unidade. Diferenciando as noções de insurreição e emergência, ele aponta a primeira pode se constituir como uma “explosão bruta da revolta”, mas não significa necessariamente a emergência, que se caracteriza pela conformação de um novo sujeito político – e ele, o sujeito, afinal, o que emerge como síntese coletiva possível para a superação de um determinado tempo e suas contradições.

A explosão de revolta em estado bruto, assim, é parte constitutiva, mas não suficiente para a emergência. É necessária, como destaca Safatle, a constituição de um novo corpo para que a perda do antigo, decomposto, não se traduza somente em fragmentação paralisante. É nesse sentido que buscamos reafirmar a noção de classe social e, ao mesmo tempo, identificar, no “desemaranhar” das formas culturais predominantes, os caminhos de sua constituição no capitalismo contemporâneo.

⁵⁹ SAFATLE, 2016;

Esse processo se faz, portanto, em direção oposta da apologia da fragmentação e das aparências imediatas, buscando encontrar os caminhos da generalização próprios de nossa era, de forma que a constituição da consciência coletiva não seja apenas uma soma formal de individualidades fragmentadas e nem, ao mesmo tempo, uma supressão – e sim uma realização em outros patamares – das individualidades e suas potências. Acreditamos que, em mediação com as relações materiais e simbólicas atualmente instituídas, essa tarefa passa pela constituição de um sujeito proletário que possa estabelecer suas lutas objetivas e significações sem a colonização do simbólico pela forma mercadoria. Para isso, é preciso, na esfera da produção subjetiva, romper com o consenso cultural e os códigos instituídos pela dominação capitalista contemporânea.

Ao apontarmos a constituição desse “sujeito proletário”, portanto, não estamos o reduzindo ao operariado fabril, mas, a partir de Marx (e como em Marx, sobre seu período histórico), buscando suas múltiplas manifestações na sociabilidade contemporânea. Como dissemos, quando apontamos a classe trabalhadora – o proletariado – como principal sujeito anticapitalista nos referimos exatamente à sua inserção objetiva nas formas de produção e reprodução do sistema, o que a capacita para, ao levar suas lutas adiante, enfrentar o cerne das contradições do modo de sociabilidade vigente. A pluralidade do conjunto de movimentos estudados aqui nos demonstrou, justamente, que a expansão da condição de proletaridade em diferentes segmentos e frações de classe não logrou ser convertida em uma resposta política totalizante, o que tornou esses movimentos reféns de uma pulverização política e ideológica. Como sinalizamos, a pluralidade de reivindicações e projetos presentes nos movimentos, como expressão da complexidade de sua composição social, evidenciou justamente um momento ainda espontâneo da consciência: nos termos propostos por Safatle, um momento de insurreição que não se converteu em emergência.

Um projeto totalizante, assim, precisa levar em consideração essa multiplicidade de segmentos e frações de classes, que estabelecem relações tão profundamente diversas com a realidade concreta. No esforço de enfrentamento à lógica mercantil no campo simbólico e para a constituição de um projeto de comunicação comprometido com a emergência, precisamos nos questionar, inclusive, sobre a conformação dos atuais modelos da comunicação digital. Afinal, se a comunicação digital se estabelece sob a forma quase que exclusiva de descontinuidade, fragmentação e imediatismo, por quais caminhos a produção de comunicação poderia contribuir, nessa esfera, para a produção de um sentido generalizante?

De nosso ponto de vista, se tomamos a batalha midiática e simbólica como parte do processo de formação da consciência proletária, é preciso levar em consideração a produção de sentidos autônomos – e aqui a autonomia aparece definitivamente associada à perspectiva de classe, como autonomia da forma mercadoria, e não como o ‘autonomismo individualista’ que tanto agrada o mercado – de sensibilidades e desejos próprios através da superação da aparência fragmentada. Trata-se, assim, de questionar a utilização de cada técnica, cada linguagem, cada significação, para não reproduzir a subjetividade do capital.

Para tanto, nos parece urgente enfrentar a noção de ‘espontaneidade’ e reconstruir a valorização daquilo que é coletivo e universalizante, inclusive pensando sobre como as tecnologias e a comunicação digital podem apontar para novas conformações de algo como ‘conselhos de base’ e espaços de debates políticos que se combinem com as lutas objetivas e com a constituição do sistema de significações a elas associado. Na agitação, a criação de identidades dialeticamente generalizantes – como a significativa e potente experiência do tumblr *We are the 99%* mostrou –, que busquem produções de comunicação articuladas a alguma noção de continuidade e permanência;

na propaganda, a elaboração de espaços coletivos que possam permitir e estimular a contraposição à fugacidade e ao consumismo no campo simbólico a partir de uma linguagem emancipatória nova e própria: estes podem ser alguns caminhos para a combinação da comunicação com a constituição do sujeito político – revolucionário – da era em que vivemos.

ANEXO I

Transcrição da Entrevista de Wael Gonim ao canal DreamTV, no programa da jornalista Mona El-Shazly

W: “Quero começar prestando as minhas condolências a todos que perderam pessoas queridas nas manifestações, que Deus aceite os mártires. Também os cidadãos, policiais e militares. Eu não vou dizer que peço desculpas porque todos nas manifestações eram pacíficos, ninguém estava ali pensando em vandalizar nada, nem matar ninguém. Somos um grupo de jovens que ama o seu país e fizemos isso porque amamos nosso país e a primeira coisa que escrevemos online foi: nós temos direitos. E você não consegue direitos destruindo propriedades, sejam públicas ou privadas, você os consegue reivindicando-os. Nós somente esperávamos que as pessoas aparecessem para dizer que reivindicavam direitos e que iriam conquistá-los. Então essas condolências são necessárias, porque pessoas se sacrificaram com seus próprios sangues. E também quero dizer que vou falar agora, mas por favor não façam de mim um herói. Eu estava fora por 12 dias, os verdadeiros heróis são os que estão nas ruas, nos protestos, todos que sacrificaram suas vidas, que foram agredidos, se colocaram na linha de perigo. Na verdade eu tenho remorso por não ter estado com as pessoas. Eu vim dos Emirados Árabes (trabalha no escritório da Google lá) para o Egito para participar dos protestos, eu queria estar com as pessoas. Eu queria corrigir uma informação que você deu no início, Nagib, meu colega nos EAU não é Sírio [Mona: desculpa, pelo sotaque pensei que era sírio], ele é jordaniano. Estou corrigindo isso porque nós não somos traidores, Mona. Nós amamos nosso país. Nós não estamos agindo de acordo com a pauta de ninguém. Alguns de nós têm inclusive vidas confortáveis, vivendo em casas luxuosas, dirigindo carros caros. Eu não preciso de nada de ninguém... tudo o que fizemos colocou nossas vidas em sério risco, e nós não nos importamos, decidimos lutar a luta para ter nossos direitos, esse é nosso país. Ninguém que se colocou em perigo fez isso

para ganhos pessoais, os que organizaram e estiveram nos protestos procuraram ganhos. Um das maiores torturas para mim era que minha identidade seria revelada, eu não queria que soubessem que eu era o administrador da página [we are all...] porque eu não sou um herói. Eu era só um cara atrás de um teclado, eu estava online, e não na linha de perigo. Eu não quero dar nomes agora, porque acabei de ser solto e não sei onde eles estão, se estão em segurança, mas há muitos entre eles, inclusive Mustafa Al-Naggar, a quem você entrevistou, essas pessoas estavam realmente colocando suas vidas em jogo, enquanto eu estava simplesmente teclando. Então, gente, esses são os reais heróis, que estão nas ruas. Agora, todos somos heróis, não há ninguém com um chicote empurrando as pessoas adiante, não deixe que eles lhes enganem dizendo isso. Essa é a revolução da geração da internet, que fez a revolução da juventude egípcia e que se tornou a revolução de todo o Egito. Essa revolução não tem um herói único que tomou a cena, todos somos heróis. Eu quero deixar isso claro”. [chorando e muito abalado] Muna: “Wael, eu sei que você acabou de chegar, e eu queria dizer... vá com calma, pare para respirar se precisar, pare para pensar se quiser, não se sinta pressionado porque está sendo filmado”. W: “Eu estou há 48 horas sem dormir, mas só por minha causa, eu simplesmente não consigo dormir”. M: “a primeira coisa que você disse foi ‘nós não somos traidores’, por que?”. W: “olha... nós não ouvimos uns aos outros mais... eu queria dizer algo antes. Nesse momento, que poderia chamar de o momento de acusações por traição, todos estão acusando todos por traição. Você se lembra quando eu te disse antes da entrevista ‘Muna, por favor diga a verdade’, e você me disse ‘os manifestantes nos pressionam, as forças de segurança do governo nos pressionam, e nós não sabemos o que fazer’. Eu quero dizer algo: se eu dissesse para você que eu fui agredido e torturado, tirasse minhas roupas e não tivesse nenhum sinal físico disso, vocês ainda acreditariam em mim, certo? Vocês acreditam em mim porque eu tenho

credibilidade com as pessoas, mas a verdade é que nada disso aconteceu, nada foi feito comigo, mesmo que me surpreenda”. M: “você foi para os protestos e... era uma ou duas da manhã?”. W: “sim, eu fui sequestrado, eu fui tratado pelas forças de segurança de uma forma muito estranha de fato. Eu fui tratado com muito respeito, falei com pessoas brilhantes, muito inteligentes, mesmo dentro da segurança estatal. Da primeira vez que sentei com eles, eles estavam totalmente convencidos de que nós éramos instigados por interesses estrangeiros, que ou nós éramos enganados por alguém, ou financiados por alguém, que alguém estava dirigindo a gente, nos dizendo para ir às ruas e fazer aquilo, ou postar aquilo. Muitos (?) foram muito machucados por policiais jovens de baixa patente, e isso não me incomodou. O que me incomodou foi que um policial sênior estivesse convencido de que eu era um traidor. E ele depois mudou de opinião. Nós não somos traidores! Nós amamos o nosso país. Se eu fosse mesmo um traidor, eu teria ficado sentado no jardim da minha casa nos Emirados Árabes Unidos, simplesmente aproveitando a minha vida. Eu tenho um bom salário, aumentos regulares, porque isso seria problema meu? Eu teria dito como alguns dizem hoje: deixe o país queimar. É como se fosse o país dos outros, não deles. Uma das coisas que me deixam muito satisfeito e orgulhoso... eu sei que quando saí de lá aqueles policiais/oficiais sabiam de verdade e estavam completamente convencidos de que nós não estávamos aplicando nenhuma agenda estrangeira e que a única coisa que nos motivava era o amor por nosso país. Eles estavam desconfiados no começo, eles não podiam acreditar e nem ver como um grupo de “jovens de Facebook” – assim era como eles nos chamavam antes, no começo, quando nós usamos para protestar por Khaled Saeed, eles costumavam nos chamar de um grupo de “jovens de Facebook” que estavam enganando pela internet – foi até o centro com dezenas de milhares no dia 25 de janeiro... eles não acreditavam! Mas eles acreditaram... quero dizer, nós, as pessoas que

trabalharam por isso, e mais uma vez eu preciso dizer, eu era apenas um alto-falante, eu apenas fiz algum barulho e instei as pessoas a irem até lá. Eram pessoas que trabalhavam muito. São essas pessoas que deveriam se apresentar e contar para você como eles trabalharam, como eles planejaram. Eles decidiram como segurar as manifestações, como proteger as pessoas, como garantir que fosse um protesto pacífico, que as ruas ficariam limpas, eles pensaram em todas essas coisas. E eu quero dizer é que...” [começa a se emocionar e chorar]. M: “Wael, respire. Isso é uma entrevista, não um interrogatório. Você não precisa ficar repetindo que você não é um traidor”. [Um interrompe o outro, falam juntos]. W: “Me desculpe, mas infelizmente... Desculpe... Deixe-me dizer para você: nós estamos em um tempo em quem age com intenções puras e de coração é acusado de traição. E você sabe por quê? Porque as pessoas pensam que a maldade é a norma. Mas isso é falso. Eu vi isso por mim mesmo no 25 de janeiro. Eu estava orgulhoso de ser egípcio no 25 de janeiro! Quando você vê milhares de meninas e nenhum caso de assédio, quando vê pessoas muito simples tirando o lixo das ruas sem que ninguém precisasse lhes pedir, quando as pessoas passam por uma placa de trânsito e ninguém vandaliza ou quebra, quando as pessoas vêem alguém com um pedaço de pau ou porrete e gritam para que jogue fora. Essas pessoas que chamamos de vândalos são pessoas ignorantes também, é verdade, mas isso foi depois que foram atingidas por balas de borracha, depois que toda violência começou. Mas há sempre uma suspeição de traição. Quando eu estava administrando a página as pessoas costumavam perguntar ‘o que esse cara quer’. Minha vida pessoal esteve em vias de desmoronar por causa da repercussão que essa página gerou. Minha mulher até queria se divorciar, porque eu não passava nenhum tempo com ela. E depois disso alguém do exército aparece e diz ‘ele é um traidor, ele está sendo pago para isso’. Até aqueles que me ajudavam com a página foram chamados de traidor. Então eu

preciso dizer que nós amamos nosso país”. M: eu entrevistei um jovem no final do ano passado e ele me contou que estava, fazendo uma campanha no Facebook para limpar o Egito. Faziam um mapa e marcavam os lugares que estavam com muito lixo acumulado, então as autoridades ficariam envergonhadas e fariam algo para resolver aquilo. Eu te disse, eu estou com você, esse programa vai voltar e apoiar vocês... A campanha não apenas denunciava os locais sujos, mas também indicava os limpos, assim podia criar um incentivo... É simplesmente impossível que aqueles que pensam assim poderiam querer ferir o seu país”. W: “eu quero dizer que nunca estive tão otimista como no 25/jan e agora, depois que fui solto, eu mal podia acreditar em mim”. “Eu não sou ingrato a todos que lutaram pela minha libertação, mas ao mesmo tempo... Houve uma tragédia e meu pai, que só tinha a visão em um dos olhos, agora pode perder o outro olho por causa da tensão de ter ficado 12 dias sem saber sobre seu filho... [chora muito]. Por quê? Por quê? Se você quer me prender, faça isso através da lei. Me acuse de algo e então me prenda! Então me investigue, me interrogue, o que pode ser seu direito pela lei. Mas ligaram para a minha família e disseram a eles... Então eu quero dizer isso, por fim, aqueles que me interrogaram, eu sinceramente senti que eles queriam o melhor para o seu país, eu não vou julgar suas intenções. Eu fiquei vendado por 12 dias, sem saber de nada do que se passava lá fora, nas ruas! As pessoas realmente foram aos protestos? Eu comecei a pensar: eles voltaram atrás? Eles desistiram? Será que eu fui esquecido? Será que tem alguém perguntando por mim? Tem alguém lá fora dizendo ‘soltem Wael Ghonim’? E é claro que ninguém lá te conta nada, eles não me davam nenhuma informação ou notícia. O que me torturou emocionalmente era saber como minha esposa nos Emirados e minha mãe no Egito não tinham ideia de onde eu estava, meu pai, em parte cego, na Arábia Saudita não tinha ideia de onde eu estava, e era a coisa mais simples pra eles simplesmente informarem à minha família! Eu não tinha causado

nenhuma violação de segurança ou nada assim, mesmo se eu tivesse há motivos para as acusações. De qualquer forma, graças a Deus, eu disse toda a verdade, eu não sabia se eles tinham essa certeza, mas eu disse toda a verdade. Eu estava orgulhoso do que fiz e não tinha nada para esconder ou me envergonhar, e estava preparado para pagar o preço... O que importa agora é que não estamos no momento de acertar as contas. Há muitas pessoas com quem eu adoraria acertar as contas, mesmo que somente pessoalmente, mas esse não é o momento. Esse ainda não é o momento de dividir o bolo e há muitos políticos que entendem exatamente o que estou dizendo. Há pessoas que estão esperando a sua fatia, e esse não é o momento para isso. Esse não é o momento para ideologias. Eu estou dizendo isso individualmente, não consultei meus colegas. Tenho para mim que não sou o líder ou tomador de decisões. Um dos segredos do sucesso da página foi que as decisões eram sempre tomadas por voto. Eu estou agora falando como Wael, que acabou de ser libertado e estava vendado todo o tempo, sem ver nada. Eu fui solto às 7 ou 8 da noite hoje. E, caras, eu fui solto e eles sentaram comigo no Ministério do Interior. E eu queria dizer isso, dizer a vocês como estou orgulhoso de vocês, de todos que foram para as manifestações, porque o Ministro do Interior estava sentado frente a frente comigo, falando comigo como um igual, como um forte rival fala, com outro forte rival, não como se fala com uma “criança”, com aquela atitude paternal, e eu respeito isso. Ainda não sei o que aconteceu ou o que eles fizeram, mas respeito. Mas eu estou orgulhoso das pessoas, elas que fizeram isso acontecer! E eu queria realmente contar como foi a minha conversa com Dr. Hosam Badraway [secretário geral de Mubarak, que renunciou em 11/2 e diz apoiar a revolução. Ele tinha recomendado que Mubarak renunciasse, entregasse o poder ao vice Suleiman para que chamasse novas eleições, mas Mubarak recusou]” M: “Wael, agora nós vamos parar um pouco para você respirar. Pegue algo para beber, coma algo, você não come nada desde

que foi solto”. [intervalo]. Parte 2: começam a mostrar imagens de pessoas que morreram durante a revolta e falar sobre eles. Trilha sonora dramática, Mona falando sobre as pessoas. “Essas pessoas que morreram são nossos irmãos. E eles não tinham ambições pessoais, e essas fotos que nós exibimos... você viu as fotos, Wael?” W: “não, não vi nenhuma”. M: “elas estão na tela agora. Jovens como flores florescendo, flores em jardins, eles não queriam nada...” Wael chora muito. M: “não chore, Wael...” fala sobre as pessoas: “essas pessoas não queriam as cabeças dos partidos políticos, ou eram pessoas esmagadas pela pobreza que fez o mundo parecer sombrio para elas. Elas saíram pela causa do Egito, do país, e disseram que aquilo que a geração anterior a nós não pode fazer, nós podemos. [Wael chora muito]. Nós não somos ativistas, ou financiados por ninguém, nós só queremos dizer que amamos o nosso país. eu não posso dizer mais nada porque eu não estou em liberdade também”. W: eu quero dizer a todas as mães e pais que perderam seus filhos que eu sinto muito, mas isso não foi culpa nossa. Isso foi culpa de todos que quiseram se manter no poder, se agarraram a ele. Eu quero ir embora” [chora muito, as últimas frases são com muito choro, música dramática] Chora aos soluços, levanta e sai da mesa de entrevista no estúdio, a câmera continua gravando, Mona se levanta e vai atrás dele.

Referências Bibliográficas

- ADORNO, Theodor e HORKHEIMER, Max – **Dialética do Esclarecimento; Fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.
- AL-AMIN, Essan. **Tunísia: a queda do pequeno ditador amigo do Ocidente**. In: <http://passapalavra.info/2011/01/34893>. Acesso em: maio 2017.
- ALLAGUI, Ilhem e KUEBLER, Johanne. **The arab spring and the role of ICTs**. International Journal of Communication 5, 2011.
- ALVES, Giovanni. Ocupar Wall Street... e depois? In: JINKINGS, Ivana (org). **Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- ANDERSON, Perry: **As Origens da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
- BAUMAN, Zigmunt. **The London Riots - On Consumerism coming Home to Roost**. In: <http://www.social-europe.eu/2011/08/the-london-riots-on-consumerism-coming-home-to-roost/>, 2011.
- BRAGA, Ruy. Sob a sombra do precariado. In: MARICATO, Erminia et al.: **Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.
- BENIN, Joel e VAIREL, Frédéric. Afterword: Popular Uprisings in Tunisia and Egypt. In **Social Movements, Mobilization, and Contestation in the Middle East and North Africa** BENIN, Joel e VAIREL, Frédéric (orgs.). Stanford: Stanford University Press, 2011. P: 237-254. (2011b).
- CARCANHOLO, Marcelo. **Crise econômica atual e seus impactos para a organização da classe trabalhadora**. In: Aurora ano IV. Agosto 2010.
_____. **Conteúdo e forma da crise atual do capitalismo: lógica, contradições e possibilidades**. In: Crítica e Sociedade, v.1, n.3. Dezembro 2011.
- CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e Esperança – movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- COELHO, Alexandra. **Tahrir: os dias da revolução no Egito**. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2011.
- COCKTAIL ANALYSIS. **Movimiento #15M/Democracia Real Ya: Representividad, movilización y canales de información**. Madrid, The Cocktail Analisis, 2011.
- COUTINHO, Carlos Nelson: **O Estruturalismo e a Miséria da Razão**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
_____. (org.): **O leitor de Gramsci**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2011.

COUTINHO, E. G.; FREIRE FILHO, J.; PAIVA, R. (Orgs.): **Mídia e poder: ideologia, discurso e subjetividade**. Rio de Janeiro: Mauad, 2008.

COUTINHO, E. G.: **A comunicação do oprimido e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Mórula, 2014.

DEBORD, Guy: **A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DOS SANTOS, Anna Lúcia Florisbela e SOBRINHO, Susy da Silva. *Mídias e conflitos – as diversas facetas da informação. Observando Cairo, Egito*. In: <http://revista.ibict.br/liinc/article/viewFile/3529/3036>. Acesso em: maio de 2017.

DUARTE, Marcia Yukiko Matsuuchi: Estudo de Caso. In: DUARTE, Jorge, BARROS, Antônio (Org.): **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

DUBAI SCHOOL OF GOVERNMENT: **Arab Social Media Report, Civil Movements: The impact of Facebook and Twitter**. Dubai, 2011.

EAGLETON, Terry: **As Ilusões do Pós-Modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

_____. **Capitalismo, Modernismo e Pós-Modernismo**, in *Crítica Marxista vol. 1, nº2*. Editora Brasiliense, 1995.

_____. **Ideologia**. São Paulo, Boitempo, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

GHONIM, Wael. **REVOLUTION 2.0: The Power of the People Is Greater than the People in Power: A Memoir**. Houghton Mifflin Harcourt, 2012.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere** (v. 3, 4 e 6). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, 2001, 2002.

GJERGJI, Iside Gjergji. O Egito em tempo de revolução. A luta dos trabalhadores antes e depois de 2011. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais, nº103**. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 2014. p: 81-110.

HARVEY, David. **A Condição Pós Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

HOBBSBAWM, Eric: **A era dos extremos. O breve século XX– 1914-1918**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IASI, Mauro. A rebelião, a cidade e a consciência. In: MARICATO, Erminia et al.: **Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

IBARRONDO, J. **Medios de comunicación y 15-M: un avispero fuera de control**. In: <https://www.diagonalperiodico.net/la-plaza/medios-comunicacion-y-15-m-avispero-fuera-control.html>. Acesso em: maio de 2017.

ISKANDAR, Adel. **A year in the life of Egypt's media: a 2011 timeline (jan/2012)**. In: <http://www.jadaliyya.com/pages/index/3642/a-year-in-the-life-of-egypts-media-a-2011-timeline>. Acesso em: maio de 2017.

JAMESON, Fredric. **As Marcas do Visível**. Rio de Janeiro: Graal, 1995.
_____. **Espaço e Imagem : Teorias do pós moderno e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2006.
_____. **O Marxismo Tardio: Adorno, ou a persistência da dialética**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP: Boitempo Editorial, 1997.
_____. **Pós Modernismo Lógica Cultural do Capitalismo Tardio**. São Paulo: Editora Ática, 2002.

JINKINGS, Ivana (org). **Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas**. São Paulo: Boitempo, 2012.

JOFFÉ, George. **A Primavera Árabe no Norte de África: origens e perspectivas de futuro**. In: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992011000200006. Acesso em: maio 2017.

KONDER, L. **A questão da ideologia**. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

LINDSEY, Ursula. **Revolution and Counter-Revolution in the Egyptian Media**. In: <http://www.merip.org/mero/mero021511>. Acesso em: maio de 2017.

LOTAN, Gilad. **The Revolutions were tweeted: information flows during the 2011 Tunisian and Egyptian revolutions**. International Journal of Communication 5, 2011.

LUKÁCS, Gyorgy. **Reificação e Consciência de Classe - História e Consciência de Classe**. Rio de Janeiro: Elfos Ed; Porto, Portugal: Publicações Escorpião, 1989, 2ª Edição.

LYOTARD, Jean-François: **A condição Pós-Moderna**, São Paulo: Ed. José Olympio, 2000.

MARICATO, Ermínia: **Metrópole na periferia do capitalismo – ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo: Hucitec, 1996.
_____, Erminia et al.: **Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. In: **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. Traspadinie e Stedile (orgs). São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, Karl. **O Capital**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

MARX, Karl, e FRIEDRICH, Engels. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Moraes, 1984.

MÉSZÁROS, István. **O Conceito de Dialética em Lukács**. São Paulo: Boitempo, 2013.

NETTO, José Paulo (org). **Georg Lukács**. São Paulo: Ática, 1981.

PASSA PALAVRA: **Existe Consenso em SP?** In: <http://passapalavra.info/2013/02/72682>. Fevereiro de 2013. Acesso em: maio de 2017.

_____: **Acabou a magia: uma intervenção sobre o Fora do Eixo e a mídia NINJA (1ª parte)**. In: <http://passapalavra.info/2013/08/82548>. Acesso em: maio de 2017.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO: **Relatório de Desenvolvimento Humano**. 2010.

REDE UNINÔMADE: **Manifesto Uninômade Global, Revolução 2.0**. In: www.uninomade.net. Dezembro 2011.

SAFATLE, Vladimir. **Amar uma ideia**. In: JINKINGS, Ivana (org). **Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas**. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **Grande Hotel Abismo: por uma reconstrução da teoria do reconhecimento**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

_____. **Quando as Ruas Queimam: manifesto pela emergência**. São Paulo: n-1 edições, 2016.

SODRÉ, Muniz: **Antropológica do espelho – uma teoria da comunicação linear e em rede**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

VIANA, Silvia. **Será que formulamos mal a pergunta?** In: MARICATO, Erminia et al.: **Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

WHITE, M. **Occupy Black Lives: Notes on Two Movements**. In: <https://endofprotest.com/news/occupy-black-lives>. 2016. Acesso em: maio de 2017.

WILSON, Christopher e DUNN, Alexandra. **Digital Media in Egyptian Revolution**. International Journal of Communication 5, 2011.

WOOD, Ellen Meiksins: **O Que É a Agenda "Pós-Moderna"?**, in *Crítica Marxista* – volume 1, nº 3, 1996.

ZIZEK, Slavoj. **O ano em que sonhamos perigosamente**. Boitempo, 2012.
_____. **Bem Vindo ao Deserto do Real!**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

_____. **Um Mapa da Ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

_____. **Primeiro como tragédia, depois como farsa**. São Paulo Boitempo, 2012

PRODUTOS AUDIOVISUAIS

A cobertura Ninja nas manifestações de junho de 2013. Produção: Ana Flávia Leão, Daniel Cesaroni, Luciana Mendes, Michelly Martins, Samuel Wendel, Veridiana Freitas. Orientação: Prof. Fernando Leme:

<https://www.youtube.com/watch?v=5yjvo9RJ50U>

Al Jazeera Listening post: <https://www.youtube.com/watch?v=7wBC1tOTPOM>

Anonymous convoca Occupy: <https://youtu.be/zSpM2kieMu8>

Bruno Torturra: TED Global 2014: https://youtu.be/2r_qTWYOIog

Campanha Vem pra Rua com a Fiat: https://www.youtube.com/watch?v=u4yyimp_SrA

CBS 60 minutes entrevista Wael: <https://www.youtube.com/watch?v=LxJK6SxGCAw>

Demissão de Shahira Amin:

<https://www.youtube.com/watch?v=qh-5oRtjHkM>

<https://www.youtube.com/watch?v=JYQjyWtKaOY>

Não desaprendemos a sonhar - Protesto contra o aumento da passagem no Rio de Janeiro 13/06/201: <https://www.youtube.com/watch?v=CuK8LFziQPk>

O que resta de junho. Um Filme de Carlos Leal, Diego Felipe, Vladimir Santafé: <https://www.youtube.com/watch?v=gQvK9RzOPP8>.

Por que você está na rua?:

https://www.youtube.com/watch?annotation_id=annotation_557293&feature=iv&src_vid=CuK8LFziQPk&v=bOY8fnp26Jw

Programa Reclame - Confira os bastidores da campanha "Vem pra Rua" da Fiat criada pela Leo Burnett TM: <https://www.youtube.com/watch?v=GqbNfESGA1A>

Revolution Memories – canal Tunisia Live:

<https://www.youtube.com/playlist?list=PL93B9B7973AECE153>

Roda Viva – Midia Ninja: <https://www.youtube.com/watch?v=kmgDn-lpNQ>

Vem Pra Rua, Por Que a Rua É A Maior Arquibancada do Brasil. Vídeo de Bruno Hayne: <https://www.youtube.com/watch?v=EkMSYfn6qGY>

Wael Ghonim na DreamTV:

<https://www.youtube.com/watch?v=HjU7yAYig3U>

<https://www.youtube.com/watch?v=t57txvQszJI>

e

Wael Ghonim na Praça Tahrir: <https://www.youtube.com/watch?v=p8dootqrmqY>

REPORTAGENS

Coluna de Arnaldo Jabor:

<http://g1.globo.com/jornal-da-globo/videos/t/edicoes/v/arnaldo-jabor-fala-sobre-onda-de-protestos-contr-aumento-nas-tarifas-de-onibus/2631566/>

Coluna de Arnaldo Jabor, autocrítica:

<http://cbn.globoradio.globo.com/default.htm?url=/comentaristas/arnaldo-jabor/2013/06/17/AMIGOS-EU-ERREI-E-MUITO-MAIS-DO-QUE-20-CENTAVOS.htm>

Coluna de Arnaldo Jabor, autocrítica impressa:

<https://oglobo.globo.com/cultura/passe-livre-vale-mais-8717407>

Dossiê Fora do Eixo, por Passa palavra: <http://passapalavra.info/2014/05/95606>

http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/03/150313_financiamento_protestos_rs

Economia por si só não explica rebeliões:

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft0603201108.htm>

EE.UU. sigue su libreto habitual: <https://www.pagina12.com.ar/diario/elmundo/4-161830-2011-02-06.html>

Emissoras de TV estatais no Egito ignoram crise no país:

http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/01/110131_egito_televisao_rp

Egypt has quarter of Arab world's Facebook users: Report:

<http://english.ahram.org.eg/NewsContent/3/12/48064/Business/Economy/Egypt-has-quarter-of-Arab-worlds-Facebook-users-Re.aspx>

“Esquerda brasileira perdeu as ruas porque é ruim na internet”, diz ativista digital espanhol”:

<http://www.sul21.com.br/jornal/esquerda-brasileira-perdeu-as-ruas-porque-e-ruim-na-internet-diz-ativista-digital-espanhol/>

Financiamento, remuneração e imagem: a estrutura dos grupos anti-Dilma. Ricardo Senra, BBC Brasil em São Paulo:

http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/03/150313_financiamento_protestos_rs

Israel lamenta que EUA tenham abandonado Mubarak:

<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/02/israel-lamenta-que-eua-tenham-abandonado-mubarak.html>

Occupy Wall Street’s Media Team:

http://archives.cjr.org/the_news_frontier/occupy_wall_streets_media_team.php#

One story, many faces: How Egypt’s political TV is shaping public opinion:

<http://www.madamasr.com/en/2016/07/06/feature/politics/one-story-many-faces-how-egypts-political-tv-is-shaping-public-opinion/>

Passe Livre se retira de manifestações: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,passe-livre-se-retira-de-manifestacoes,1045645>

The Informal Media Team Behind Occupy Wall Street:

<http://www.npr.org/2011/10/19/141510541/the-informal-media-team-behind-occupy-wall-street>

The Person of the Year. Time.,: <http://content.time.com/time/person-of-the-year/2011/>

World food prices reach new historic peak:

<http://www.fao.org/news/story/en/item/50519/icode/>